ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 102
Brasília - DF, terça-feira, 29 de maio de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Senado Federal 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 12
Ministério da Cultura 15
Ministério da Defesa 18
Ministério da Educação 18
Ministério da Fazenda 22
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 30
Ministério da Integração Nacional 32
Ministério da Justiça 33
Ministério da Saúde 40
Ministério das Cidades 42
Ministério de Minas e Energia 42
Ministério do Desenvolvimento Social 48
Ministério do Meio Ambiente 49
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 50
Ministério do Trabalho 146
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 151
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 152
Ministério Público da União 154
Poder Judiciário 156
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 187

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.668, DE 28 DE MAIO DE 2018

Altera as Leis nºs 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 14-A, 14-B e 14-C:

"Art. 14-A. Fica o Instituto Chico Mendes autorizado a selecionar instituição financeira oficial, dispensada a licitação, para criar e administrar fundo privado a ser integralizado com recursos oriundos da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, destinados às unidades de conservação instituídas pela União.

§ 1º A instituição financeira oficial de que trata o **caput** deste artigo será responsável pela execução, direta ou indireta, e pela gestão centralizada dos recursos de compensação ambiental destinados às unidades de conservação instituídas pela União e poderá, para a execução indireta, firmar contrato com instituições financeiras oficiais regionais.

§ 2º O depósito integral do valor fixado pelo órgão licenciador desonera o empreendedor das obrigações relacionadas à compensação ambiental.

§ 3º A instituição financeira oficial de que trata o **caput** deste artigo fica autorizada a promover as desapropriações dos imóveis privados indicados pelo Instituto Chico Mendes que estejam inseridos na unidade de conservação destinatária dos recursos de compensação ambiental.

§ 4º O regulamento e o regimento interno do fundo observarão os critérios, as políticas e as diretrizes definidas em ato do Instituto Chico Mendes.

§ 5º A autorização prevista no **caput** deste artigo estende-se aos órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza."

"Art. 14-B. Os valores devidos a título de compensação ambiental, nos termos do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) a partir da data de fixação da compensação ambiental pelo órgão licenciador."

"Art. 14-C. Poderão ser concedidos serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, mediante procedimento licitatório regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 1º O edital da licitação poderá prever o custeio pelo contratado de ações e serviços de apoio à conservação, à proteção e à gestão da unidade de conservação, além do fornecimento de número predefinido de gratuidades ao Instituto Chico Mendes e de encargos acessórios, desde que os custos decorrentes dos encargos previstos no edital sejam considerados nos estudos elaborados para aferir a viabilidade econômica do modelo de uso público pretendido.

§ 2º As gratuidades definidas em edital deverão ser utilizadas com o objetivo de promover a universalização do acesso às unidades de conservação, incentivar a educação ambiental e integrar as populações locais à unidade de conservação.

§ 3º Será dispensado o chamamento público para celebração de parcerias, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com associações representativas das populações tradicionais beneficiárias de unidades de conservação para a exploração de atividades relacionadas ao uso público, cujos recursos auferidos terão sua repartição definida no instrumento de parceria.

§ 4º O ato autorizativo exarado pelo órgão gestor da unidade de conservação para a instalação e operação das atividades de que trata o **caput** deste artigo dispensa, com a anuência do Ibama, outras licenças e autorizações relacionadas ao controle ambiental a cargo de outros órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), exceto quando os impactos ambientais decorrentes dessas atividades forem considerados significativos ou ultrapassarem os limites territoriais da zona de amortecimento."

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. O Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes) ficam autorizados a contratar pessoal por tempo determinado, não superior a 2 (dois) anos, admitida a prorrogação dos contratos por até 1 (um) ano, vedada a recontratação pelo período de 2 (dois) anos, para atender os seguintes casos:

I - prevenção, controle e combate de incêndios florestais;

.....

III - controle e combate de fontes poluidoras imprevistas e que possam afetar a vida humana, a qualidade do ar e da água, a flora e a fauna;

IV - apoio em ações de conservação, manejo e pesquisa de espécies ameaçadas ou que possuam Plano de Ação Nacional, em caráter auxiliar;

V - apoio a projetos de preservação, uso sustentável, proteção e apoio operacional à gestão das unidades de conservação, em caráter auxiliar;

VI - apoio à identificação, à demarcação e à consolidação territorial de unidades de conservação; e

VII - apoio a ações de uso sustentável, monitoramento, manejo e pesquisa de espécies nativas de interesse econômico, em caráter auxiliar." (NR)

Art. 3º O art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"Art. 36. .....

.....

§ 4º A obrigação de que trata o **caput** deste artigo poderá, em virtude do interesse público, ser cumprida em unidades de conservação de posse e domínio públicos do grupo de Uso Sustentável, especialmente as localizadas na Amazônia Legal." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Claudenir Brito Pereira
Edson Gonçalves Duarte

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 7, DE 2018

Institui, no âmbito do Senado Federal, a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituída a Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo, destinada a agraciar personalidades, instituições e grupos que tenham oferecido contribuição relevante ao registro e ao fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais no Brasil.

Art. 2º A Comenda será conferida anualmente a 5 (cinco) personalidades, instituições ou grupos, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.

Art. 3º A indicação dos candidatos à Comenda poderá ser feita por qualquer Senador ou Senadora e deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal acompanhada de justificativa e de **curriculum**.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho da Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo, composto por 1 (um) representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o **caput** será renovada a cada 2 (dois) anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira sessão legislativa ordinária e da terceira sessão legislativa ordinária de cada legislatura, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho definirá, a cada ano, o período de acolhimento das indicações e a data de premiação dos agraciados.

Art. 5º Uma vez escolhidos os agraciados, seus nomes serão amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado Federal e em sessão plenária.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de maio de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 8, DE 2018

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se a financiar parcialmente o "Projeto Salvador Social".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município de Salvador (BA);

II - credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - modalidade: empréstimo flexível com margem variável;

VI - prazo de desembolso: até 30 de dezembro de 2022, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após a anuência do Ministério da Fazenda;

VII - cronograma estimativo de desembolso: US$ 62.950.000,00 (sessenta e dois milhões, novecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US$ 48.350.000,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019 e US$ 13.700.000,00 (treze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020;

VIII - amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira em até 66 (sessenta e seis) meses e a última em até 31 (trinta e um) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX - juros: calculados com base na taxa **Libor** de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América acrescida de margem variável definida pelo credor, a serem pagos em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano;

X - conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

XI - comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

XII - taxa de abertura de crédito: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante total do empréstimo, financiada com recursos da própria operação de crédito;

XIII - sobretaxa de exposição: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o produto do excedente ao limite padrão de exposição do País pela razão entre o saldo devedor da operação de crédito de que trata esta Resolução e todas as operações de crédito com a cláusula de sobretaxa de exposição em que o devedor ou o garantidor tiverem contratado ou o garantidor der garantia a outros devedores junto ao credor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado:

I - ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II - à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos, nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007;

III - à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Salvador (BA) e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de maio de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 9, DE 2018

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se a financiar parcialmente o "Projeto Novo Mané Dendê".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município de Salvador (BA);

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

V - desembolso estimativo: US$ 6.662.641,04 (seis milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta e um dólares dos Estados Unidos da América e quatro centavos) em 2018, US$ 15.196.888,96 (quinze milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e oitenta e oito dólares dos Estados Unidos da América e noventa e seis centavos) em 2019, US$ 19.396.185,00 (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US$ 16.160.015,00 (dezesseis milhões, cento e sessenta mil e quinze dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US$ 8.364.355,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2022 e US$ 1.719.915,00 (um milhão, setecentos e dezenove mil, novecentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América) em 2023;

VI - amortização: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, além do prazo de carência de até 66 (sessenta e seis) meses;

VII - taxa de juros: baseada na **Libor** trimestral, denominada em dólares, acrescida de margem variável determinada pelo BID no momento da contratação;

VIII - demais comissões e encargos: comissão de crédito de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), cobrada a partir de 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura do contrato, e encargo de inspeção e supervisão de até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do garantidor, observados os prazos e os montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão da taxa de juros para taxa de juros fixa ou qualquer outra opção aceita pelo BID, no tocante a parte ou à totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na **Libor**, bem como a opção de conversão da moeda do empréstimo para moeda de país não mutuário ou moeda local que o BID possa intermediar eficientemente, no tocante ao desembolso ou a parte ou à totalidade do saldo devedor.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, são autorizados a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização e o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município de Salvador (BA) ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como quanto ao pagamento dos precatórios e ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de maio de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 10, DE 2018

Autoriza o Município de Sorocaba (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Sorocaba (SP) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se a financiar parcialmente o "Programa Ambiental e de Otimização Viária de Sorocaba - Mobilidade Total".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município de Sorocaba (SP);

II - credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 70.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - juros: taxa **Libor** de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América acrescida de margem variável a ser definida no momento da assinatura do contrato de empréstimo, de acordo com as políticas de gestão da CAF;

VI - juros de mora: 2% a.a. (dois por cento ao ano);

VII - cronograma estimativo de desembolsos: US$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, US$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019 e US$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020;

VIII - comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano), aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, 6 (seis) meses após a assinatura do contrato;

IX - comissão de financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo, devendo o pagamento ser efetuado, no mais tardar, quando se realizar o primeiro desembolso do empréstimo;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X - gastos de avaliação: US$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que deverão ser pagos até a data em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo;

XI - prazo de amortização: 90 (noventa) meses, após carência de 54 (cinquenta e quatro) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Sorocaba (SP) na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Município de Sorocaba (SP) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Sorocaba (SP) quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e a regularidade no pagamento de precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de maio de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.386, DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da votação e da apuração das eleições suplementares no Estado do Tocantins.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e no art. 23, **caput**, inciso XIV, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o emprego das Forças Armadas para a garantia da votação e da apuração das eleições suplementares no Estado do Tocantins.

Art. 2º As localidades e o período de emprego das Forças Armadas serão definidos conforme os termos de requisição do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna
Sergio Westphalen Etchegoyen

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 289, de 28 de maio de 2018. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Exposição de Motivos

Nº 818, de 31 de agosto de 2017.

Processo nº 01250.040332/2017-02 do Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Venda de pó de dióxido de urânio - UO_2 para a **Combustibles Nucleares Argentinos** S.A.

Tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, na Resolução da Comissão Nacional de Energia Nuclear do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - CNEN nº 216, de 26 de junho de 2017, no Ofício CNEN nº 324/2017, de 3 de julho de 2017, e no Parecer nº 939/2017/ACF/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, autorizo a exportação de três mil quilogramas de dióxido de urânio (UO_2), enriquecido a quatro inteiros e quinze centésimos por cento, pelas Indústrias Nucleares do Brasil S. A., conforme especificações técnicas relativas à quantidade e à qualidade, para a **Combustibles Nucleares Argentinos** S.A. Em 28 de maio de 2018.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA/ SR-02/Nº 17, de 31 de maio de 1995, publicada no DOU nº 107, de 06 de junho de 1995, Seção 1, pág. 8115, que criou o PA LAGOA DO JARDIM, Código SIPRA CE0071000, **onde se lê:** "... com área de 1.439,0446 ha (um mil, quatrocentos e trinta e nove hectares quatro ares e quarenta e seis centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.416,7753 ha (um mil, quatrocentos e dezesseis hectares, setenta e sete ares e cinquenta e três centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 29, de 26 de julho de 1995, publicada no DOU nº 143, de 27 de julho de 1995, Seção 1, pág. 11288, que criou o PA VÁRZEA DO MUNDAÚ, Código SIPRA CE0083000, **onde se lê:** "... com área de 2.551,5039 ha (dois mil, quinhentos e cinquenta e um hectares cinquenta ares e trinta e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.563,0880 ha (dois mil, quinhentos e sessenta e três hectares, oito ares e oitenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 41, de 28 de setembro de 1995, publicada no DOU nº 191, de 04 de outubro de 1995, Seção 1, pag. 15549, que criou o PA CÓRREGO DAS AROEIRAS, Código SIPRA CE0088000, **onde se lê:** "... com área de 1.918,4321 ha (um mil, novecentos e dezoito hectares, quarenta e três ares e vinte e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.920,1004 ha (um mil, novecentos e vinte hectares, dez ares e quatro centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 42, de 28 de setembro de 1995, publicada no DOU nº 191, de 04 de outubro de 1995, Seção 1, pág. 15549, que criou o PA LAGOA DO CACHIMBO, Código SIPRA CE0090000, **onde se lê:** "... com área de 1.088,1177 ha (um mil e oitenta e oito hectares, onze ares e setenta e sete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.085,7101 ha (um mil e oitenta e cinco hectares, setenta e um ares e um centiare)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 46, de 23 de novembro de 1995, publicada no DOU nº 225, de 24 de novembro de 1995, Seção I, pág. 19101, que criou o PA MUFUMBO, Código SIPRA CE0091000, **onde se lê:** "... com área de 1.312,4444 ha (um mil, trezentos e doze hectares, quarenta e quatro ares e quarenta e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.305,2419 ha (um mil, trezentos e cinco hectares, vinte e quatro ares e dezenove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 47, de 23 de novembro de 1995, publicada no DOU nº 225, de 24 de novembro de 1995, Seção 1, pág. 19101, que criou o PA PACHICU, Código SIPRA CE0092000, **onde se lê:** "... com área de 679,6553 ha (seiscentos e setenta e nove hectares, sessenta e cinco ares e cinquenta e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 619,6443 ha (seiscentos e dezenove hectares, sessenta e quatro ares e quarenta e três centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 55, de 12 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 238, de 13 de dezembro de 1995, Seção 1, pág. 20599, que criou o PA PATOS, Código SIPRA CE0097000, **onde se lê:** "... com área de 1.598,9520 ha (um mil, quinhentos e noventa e oito hectares, noventa e cinco ares e vinte centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.598,6423 ha (um mil, quinhentos e noventa e oito hectares, sessenta e quatro ares e vinte e três centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 66, de 28 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 249, de 29 de dezembro de 1995, Seção 1, pág. 22807, que criou o PA LAGOA DA SERRA, Código SIPRA CE0098000, **onde se lê:** "... com área de 2.221,8223 ha (dois mil, duzentos e vinte e um hectares, oitenta e dois ares e vinte e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.244,0982 ha (dois mil, duzentos e quarenta e quatro hectares, nove ares e oitenta e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 71, de 28 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 249, de 29 de dezembro de 1995, Seção 1, pág. 22808, que criou o PA TERRA NOVA, Código SIPRA CE0106000, **onde se lê:** "... com área de 3.622,8439 ha (três mil, seiscentos e vinte e dois hectares, oitenta e quatro ares e trinta e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 3.622,7667 ha (três mil, seiscentos e vinte e dois hectares, setenta e seis ares e sessenta e sete centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 64, de 28 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 249, de 29 de dezembro de 1995, Seção 1, pág. 22807, que criou o PA SANTA HELENA, Código SIPRA CE0110000, **onde se lê:** "... com área de 2.253,8471 ha (dois mil, duzentos e cinquenta e três hectares, oitenta e quatro ares e setenta e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.221,3452 ha (dois mil, duzentos e vinte e um hectares, trinta e quatro ares e cinquenta e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 63, de 28 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 249, de 29 de dezembro de 1995, Seção 1, pág. 22806, que criou o PA POÇO DA ONÇA, Código SIPRA CE0112000, **onde se lê:** "... com área de 1.108,5316 ha (um mil, cento e oito hectares, cinquenta e três ares e dezesseis centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.082,1303 ha (um mil e oitenta e dois hectares, treze ares e três centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 57, de 28 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 249, de 29 de dezembro de 1995, Seção 1, pág. 22806, que criou o PA PEDRA BRANCA, Código SIPRA CE0113000, **onde se lê:** "... com área de 2.195,9708 ha (dois mil, cento e noventa e cinco hectares, noventa e sete ares e oito centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.188,6495 ha (dois mil, cento e oitenta e oito hectares, sessenta e quatro ares e noventa e cinco centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 57, de 28 de dezembro de 1995, publicada no DOU nº 249, de 29 de dezembro de 1995, Seção 1, pág. 22806, que criou o PA PEDRA BRANCA, Código SIPRA CE0113000, **onde se lê:** "... com área de 2.195,9708 ha (dois mil, cento e noventa e cinco hectares, noventa e sete ares e oito centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.188,6495 ha (dois mil, cento e oitenta e oito hectares, sessenta e quatro ares e noventa e cinco centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 31, de 16 de maio de 1996, publicada no DOU nº 95, de 17 de maio de 1996, Seção 1, pág. 8528, que criou o PA ALEGRE/TATAJUBA, Código SIPRA CE0118000, **onde se lê:** "... com área de 2.612,4816 ha (dois mil, seiscentos e doze hectares, quarenta e oito ares e dezesseis centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.808,5856 ha (dois mil, oitocentos e oito hectares, cinquenta e oito ares e cinquenta e seis centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 27 de 16 de maio de 1996, publicada no DOU nº 95, de 17 de maio de 1996, Seção 1, pág. 8527, que criou o PA ANGICOS, Código SIPRA CE0122000, **onde se lê:** "... com área de 796,9324 ha (setecentos e noventa e seis hectares, noventa e três ares e vinte e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 811,5134 ha (oitocentos e onze hectares, cinquenta e um ares e trinta e quatro centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 40, de 14 de junho de 1996, publicada no DOU nº 115, de 17 de junho de 1996, Seção 1, pág. 10534, que criou o PA CACHOEIRA DO FOGO, Código SIPRA CE0124000, **onde se lê:** "... com área de 2.162,6939 ha (dois mil, cento e sessenta e dois hectares, sessenta e nove ares e trinta e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.183,0292 ha (dois mil, cento e oitenta e três hectares, dois ares e noventa e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 59, de 28 de agosto de 1996, publicada no DOU nº168, de 29 de agosto de 1996, Seção 1, pág. 16624, que criou o PA TRANSVAL/PAU DE LEITE, Código SIPRA CE0126000, **onde se lê:** "... com área de 2.948,0312 ha (dois mil, novecentos e quarenta e oito hectares, três ares e doze centiares)..." **leia-se:** "... com área de 3.131,7644ha (três mil, cento e trinta e um hectares, setenta e seis ares e quarenta e quatro centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 70, de 26 de setembro de 1996, publicada no DOU nº 189, de 27 de setembro de 1996, Seção 1, pág. 19247, que criou o PA BAIXA NOVA, Código SIPRA CE0129000, **onde se lê:** "... com área de 730,5040 ha (setecentos e trinta hectares, cinquenta ares e quarenta centiares)..." **leia-se:** "... com área de 734,3690 ha (setecentos e trinta e quatro hectares, trinta e seis ares e noventa centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 71, de 26 de setembro de 1995, publicada no DOU nº 189, de 27 de setembro de 1996, Seção 1, pág. 19248, que criou o PA CIPÓ, Código SIPRA CE0130000, **onde se lê:** "... com área de 1.218,6173 ha (um mil, duzentos e dezoito hectares, sessenta e um ares e setenta e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.224,6882 ha (um mil, duzentos e vinte e quatro hectares, sessenta e oito ares e oitenta e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 90, de 02 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 234, de 03 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 25598, que criou o PA UMARI, Código SIPRA CE0140000, **onde se lê:** "... com área de 2.281,2492 ha (dois mil, duzentos e oitenta e um hectares, vinte e quatro ares e noventa e dois centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.266,9431 ha (dois mil, duzentos e sessenta e seis hectares, noventa e quatro ares e trinta e um centiares)...".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 91, de 02 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 234, de 03 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 25598, que criou o PA TOMÉ AFONSO, Código SIPRA CE0141000, **onde se lê:** "... com área de 3.482,4424 ha (três mil, quatrocentos e oitenta e dois hectares, quarenta e quatro ares e vinte e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 3.552,7201 ha (três mil, quinhentos e cinquenta e dois hectares, setenta e dois ares e um centiare)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 102, de 09 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 239, de 10 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 26315, que criou o PA VARZANTE DO CURÚ, Código SIPRA CE0146000, **onde se lê:** "... com área de 622,4054 ha (seiscentos e vinte e dois hectares, quarenta ares e cinquenta e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 788,2050 ha (setecentos e oitenta e oito hectares, vinte ares e cinquenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 98, de 09 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 239, de 10 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 26313, que criou o PA NOVA BRASÍLIA, Código SIPRA CE0149000, **onde se lê:** "... com área de 1.258,8574 ha (um mil, duzentos e cinquenta e oito hectares, oitenta e cinco ares e setenta e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.216,1579 ha (um mil, duzentos e dezesseis hectares, quinze ares e setenta e nove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 99, de 09 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 239, de 10 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 26314, que criou o PA ITAURU, Código SIPRA CE0151000, **onde se lê:** "... com área de 1.583,5601 ha (um mil, quinhentos e oitenta e três hectares, cinquenta e seis ares e um centiare)..." **leia-se:** "... com área de 1.586,5753 ha (um mil, quinhentos e oitenta e seis hectares, cinquenta e sete ares e cinquenta e três centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 107, de 26 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 251, de 27 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 28672, que criou o PA CANAÃ MELANCIAS, Código SIPRA CE0159000, **onde se lê:** "... com área de 859,6611 ha (oitocentos e cinquenta e nove hectares, sessenta e seis ares e onze centiares)..." **leia-se:** "... com área de 857,8950 ha (oitocentos e cinquenta e sete hectares, oitenta e nove ares e cinquenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 109, de 26 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 251, de 27 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 28672, que criou o PA CACHOEIRA/CACIMBA DE CIMA, Código SIPRA CE0161000, **onde se lê:** "... com área de 1.508,7690 ha (um mil, quinhentos e oito hectares, setenta e seis ares e noventa centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.503,2458 ha (um mil, quinhentos e três hectares, vinte e quatro ares e cinquenta e oito centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 110, de 26 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 251, de 27 de dezembro de 1996, Seção 1, pág. 28672, que criou o PA JATOBÁ, Código SIPRA CE0162000, **onde se lê:** "... com área de 1.912,5087 ha (um mil, novecentos e doze hectares, cinquenta ares e oitenta e sete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.886,2192 ha (um mil, oitocentos e oitenta e seis hectares, vinte e um área e noventa e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 114, de 30 de dezembro de 1996, publicada no DOU nº 06, de 09 de janeiro de 1997, Seção 1, pág. 481, que criou o PA BOM JESUS, Código SIPRA CE0166000, **onde se lê:** "... com área de 1.659,8792 ha (um mil, seiscentos e cinquenta e nove hectares, oitenta e sete ares e noventa e dois centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.659,8589 ha (um mil, seiscentos e cinquenta e nove hectares, oitenta e cinco ares e oitenta e nove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 22, de 16 de setembro de 1997, publicada no DOU nº 179 de 17 de setembro de 1997, Seção 1, pág. 20608, que criou o PA CARNAUBAL, Código SIPRA CE0178000, **onde se lê:** "... com área de 2.285,4274 ha (dois mil, duzentos e oitenta e cinco hectares, quarenta e dois ares e setenta e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.403,0944 ha (dois mil, quatrocentos e três hectares, nove ares e quarenta e quatro centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 27, de 30 de setembro de 1997, publicada no DOU nº 189 de 1º de outubro de 1997, Seção 1, pág. 21826, que criou o PA PEDRA E CAL, Código SIPRA CE0183000, **onde se lê:** "... com área de 2.205,6841 ha (dois mil, duzentos e cinco hectares, sessenta e oito ares e quarenta e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.189,4135 ha (dois mil, cento e oitenta e nove hectares, quarenta e um ares e trinta e cinco centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 64, de 22 de outubro de 1997, publicada no DOU nº 205 de 23 de outubro de 1997, Seção 1, pág. 23922, que criou o PA BOA ESPERANÇA, Código SIPRA CE0189000, **onde se lê:** "... com área de 1.192,8392 ha (um mil, cento e noventa e dois hectares, oitenta e três ares e noventa e dois centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.195,8719 ha (um mil, cento e noventa e cinco hectares, oitenta e sete ares e dezenove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 75, de 22 de dezembro de 1997, publicada no DOU nº 248 de 23 de dezembro de 1997, Seção 1, pág. 30865, que criou o PA LAGOA DOS NEGROS/VOLTA, Código SIPRA CE0196000, **onde se lê:** "... com área de 3.179,7228 ha (três mil, cento e setenta e nove hectares, setenta e dois ares e vinte e oito centiares)..." **leia-se:** "... com área de 3.193,0697 ha (três mil, cento e noventa e três hectares, seis ares e noventa e sete centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 77, de 22 de dezembro de 1997, publicada no DOU nº 249 de 24 de dezembro de 1997, Seção 1, pág. 31209, que criou o PA JAGUARAPUABA, Código SIPRA CE0198000, **onde se lê:** "... com área de 757,9080 ha (setecentos e cinquenta e sete hectares, noventa ares e oitenta centiares)..." **leia-se:** "... com área de 763,5138 ha (setecentos e sessenta e três hectares, cinquenta e um ares e trinta e oito centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 78, de 22 de dezembro de 1997, publicada no DOU nº 248 de 23 de dezembro de 1997, Seção 1, pág. 30865, que criou o PA ROCILÂNDIA, Código SIPRA CE0199000, **onde se lê:** "... com área de 1.773,0521 ha (um mil, setecentos e setenta e três hectares, cinco ares e vinte e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.779,4864 ha (um mil, setecentos e setenta e nove hectares, quarenta e oito ares e sessenta e quatro centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 81, de 22 de dezembro de 1997, publicada no DOU nº 249 de 24 de dezembro de 1997, Seção 1, pág. 31209, que criou o PA VEDÓIA, Código SIPRA CE0202000, **onde se lê:** "... com área de 480,8510 ha (quatrocentos e oitenta hectares, oitenta e cinco ares e dez centiares)..." **leia-se:** "... com área de 458,0319 ha (quatrocentos e cinquenta e oito hectares, três ares e dezenove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 82, de 22 de dezembro de 1997, publicada no DOU nº 249 de 24 de dezembro de 1997, Seção 1, pág. 31209, que criou o PA LAGOA DOS VEADOS, Código SIPRA CE0203000, **onde se lê:** "... com área de 849,0640 ha (oitocentos e quarenta e nove hectares, seis ares e quarenta centiares)..." **leia-se:** "... com área de 844,8697 ha (oitocentos e quarenta e quatro hectares, oitenta e seis ares e noventa e sete centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 86, de 22 de dezembro de 1997, publicada no DOU nº 248 de 23 de dezembro de 1997, Seção 1, pág. 30865, que criou o PA BOQUEIRÃO, Código SIPRA CE0207000, **onde se lê:** "... com área de 548,8027 ha (quinhentos e quarenta e oito hectares, oitenta ares e vinte e sete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 543,2180 ha (quinhentos e quarenta e três hectares, vinte e um ares e oitenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 90, de 30 de dezembro de 1997, publicada no DOU nº 253 de 31 de dezembro de 1997, Seção 1, pág. 31806, que criou o PA LAGOA GRANDE, Código SIPRA CE0210000, **onde se lê:** "... com área de 1.609,4525 ha (um mil, seiscentos e nove hectares, quarenta e cinco ares e vinte e cinco centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.606,0047 ha (um mil, seiscentos e seis hectares e quarenta e sete centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 89, de 30 de dezembro de 1997, publicada no DOU nº 253 de 31 de dezembro de 1997, Seção 1, pág. 31806, que criou o PA MACACO II, Código SIPRA CE0211000, **onde se lê:** "... com área de 532,0055 ha (quinhentos e trinta e dois hectares e cinquenta e cinco centiares)..." **leia-se:** "... com área de 562,2214 ha (quinhentos e sessenta e dois hectares, vinte e dois ares e catorze centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 036, de 10 de julho de 1998, publicada no DOU nº 164 de 27 de agosto de 1998, Seção 1, pág. 15, que criou o PA CROATÁ/RAMADA-II, Código SIPRA CE0216000, **onde se lê:** "... com área de 448,6970 ha (quatrocentos e quarenta e oito hectares, sessenta e nove ares e setenta centiares)..." **leia-se:** "... com área de 447,1122 ha (quatrocentos e quarenta e sete hectares, onze ares e vinte e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 45, de 21 de agosto de 1998, publicada no DOU nº 164 de 27 de agosto de 1998, Seção 1, pág. 16, que criou o PA BORGES, Código SIPRA CE0219000, **onde se lê:** "... com área de 1.401,3839 ha (um mil, quatrocentos e um hectares, trinta e oito ares e trinta e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.472,8677 ha (um mil, quatrocentos e setenta e dois hectares, oitenta e seis ares e setenta e sete centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 48, de 14de setembro de 1998, publicada no DOU nº178 de 17 de setembro de 1998, Seção 1, pág. 05, que criou o PA SANTA MARIA, Código SIPRA CE0222000, **onde se lê:** "... com área de 756,8656 ha (setecentos e cinquenta e seis hectares, oitenta e seis ares e cinquenta e seis centiares)..." **leia-se:** "... com área de 756,8657 ha (setecentos e cinquenta e seis hectares, oitenta e seis ares e cinquenta e sete centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 63, de 17 de novembro de 1998, publicada no DOU nº 227 de 26 de novembro de 1998, Seção 1, pág. 38 que criou o PA ALMAS, Código SIPRA CE0225000, **onde se lê:** "... com área de 1.297,0116 ha (um mil, duzentos e noventa e sete hectares, um are e dezesseis centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.325,5184 ha (um mil, trezentos e vinte e cinco hectares, cinquenta e um ares e oitenta e quatro centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 65, de 02 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 243 de 18 de dezembro de 1998, Seção 1, pág. 152 que criou o PA LAGOA GRANDE II, Código SIPRA CE0226000, **onde se lê:** "... com área de 2.992,5751 ha (dois mil, novecentos e noventa e dois hectares, cinquenta e sete ares e cinquenta e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.998,9122 ha (dois mil, novecentos e noventa e oito hectares, noventa e um ares e vinte e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 66, de 02 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 243, de 18 de dezembro de 1998, Seção 1, pág. 152 que criou o PA BELFOROXO, Código SIPRA CE0227000, **onde se lê:** "... com área de 1.392,8139 ha (um mil, trezentos e noventa e dois hectares, oitenta e um ares e trinta e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.263,1580 ha (um mil, duzentos e sessenta e três hectares, quinze ares e oitenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 76, de 04 De dezembro de 1998, publicada no DOU nº 238, de 11 de dezembro de 1998, Seção 1, pág. 37 que criou o PA CAIOCA, Código SIPRA CE0232000, **onde se lê:** "... com área de 1.066,1500 ha (um mil e sessenta e seis hectares e quinze ares)..." **leia-se:** "... com área de 1.055,2706 ha (um mil e cinquenta e cinco hectares, vinte e sete ares e seis centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 83, de 18 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 247 de 24 de dezembro de 1998, Seção 1, pág. 14, que criou o PA MARRECAS, Código SIPRA CE0239000, **onde se lê:** "... com área de 4.428,6094 ha (quatro mil, quatrocentos e vinte e oito hectares, sessenta ares e noventa e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 4.391,0230 ha (quatro mil, trezentos e noventa e um hectares, dois ares e trinta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 89, de 18 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 247, de 24 de dezembro de 1998, Seção 1, pág. 15 que criou o PA MARILÂNDIA, Código SIPRA CE0245000, **onde se lê:** "... com área de 1.274,1878 ha (um mil, duzentos e setenta e quatro hectares, dezoito ares e setenta e oito centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.245,5300 ha (um mil, duzentos e quarenta e cinco hectares e cinquenta e três ares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 91, de 18 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 247 de 24 de dezembro de 1998, Seção 1, pág. 15 que criou o PA BANHOS, Código SIPRA CE0247000, **onde se lê:** "... com área de 2.353,4841 ha (dois mil, trezentos e cinquenta e três hectares, quarenta e oito ares e quarenta e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.433,7761 ha (dois mil, quatrocentos e trinta e três hectares, setenta e sete ares e sessenta e um centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 94, de 18 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 247, de 24 de dezembro de 1998, Seção 1, pág. 15 que criou o PA CHAPARRAL, Código SIPRA CE0250000, **onde se lê:** "... com área de 1.759,9612 ha (um mil, setecentos e cinquenta e nove hectares, noventa e seis ares e doze centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.776,3238 ha (um mil, setecentos e setenta e seis hectares, trinta e dois ares e trinta e oito centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 96, de 23 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 01 de 04 de janeiro de 1999, Seção 1, pág. 07 que criou o PA SANTA BARBARA II, Código SIPRA CE0252000, **onde se lê:** "... com área de 4.145,7978 ha (quatro mil, cento e quarenta e cinco hectares, setenta e nove ares e setenta e oito centiares)..." **leia-se:** "... com área de 4.119,7431 ha (quatro mil, cento e dezenove hectares, setenta e quatro ares e trinta e um centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 100, de 24 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 01, de 04 de janeiro de 1999, Seção 1, pág. 08 que criou o PA LOGRADOURO/UBIRAÇU, Código SIPRA CE0256000, **onde se lê:** "... com área de 3.479,7070 ha (três mil, quatrocentos e setenta e nove hectares, setenta ares e setenta centiares)..." **leia-se:** "... com área de 3.522,3136 ha (três mil, quinhentos e vinte e dois hectares, trinta e um ares e trinta e seis centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 107, de 30 de dezembro de 1998, publicada no DOU nº 07, de 12 de janeiro de 1999, Seção 1, pág. 28 que criou o PA SANTA LUZIA/UMARI, Código SIPRA CE0263000, **onde se lê:** "... com área de 2.290,5625 ha (dois mil, duzentos e noventa hectares, cinquenta e seis ares e vinte e cinco centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.276,2568 ha (dois mil, duzentos e setenta e seis hectares, vinte e cinco ares e sessenta e oito centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 101/99, de 03 de novembro de 1999, publicada no DOU nº 213 de 08 de novembro de 1999, Seção 1, pág. 16 que criou o PA CAMPINA, Código SIPRA CE0270000, **onde se lê:** "... com área de 1.134,1946 ha (um mil, cento e trinta e quatro hectares, dezenove ares e quarenta e seis centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.120,7689 ha (um mil, cento e vinte hectares, setenta e seis ares e oitenta e nove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 108/99, de 13 de dezembro de 1999, publicada no DOU nº 244 de 22 de dezembro de 1999, Seção 1, pág. 267 que criou o PA AROEIRA, Código SIPRA CE0271000, **onde se lê:** "... com área de 950,9367 ha (novecentos e cinquenta hectares, noventa e três ares e sessenta e sete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 950,0150 ha (novecentos e cinquenta hectares, um are e cinquenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 06/2000, de 08 de fevereiro de 2000, publicada no DOU nº 59, de 27 de março de 2000, Seção 1, pág. 22 que criou o PA CACHOEIRA, Código SIPRA CE0274000, **onde se lê:** "... com área de 2.187,1521 ha (dois mil, cento e oitenta e sete hectares, quinze ares e vinte e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.200,4461 ha (dois mil e duzentos hectares, quarenta e quatro ares e sessenta e um centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 17/2000, de 17 de março de 2000, publicada no DOU nº 59 de 27 de março de 2000, Seção 1, pág. 23 que criou o PA BELAS FLORES, Código SIPRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE0279000, **onde se lê:** "... com área de 773,4617 ha (setecentos e setenta e três hectares, quarenta e seis ares e dezessete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 740,1875 ha (setecentos e quarenta hectares, dezoito ares e setenta e cinco centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 18/2000, de 17 de março de 2000, publicada no DOU nº 59, de 27 de março de 2000, Seção 1, pág. 23 que criou o PA PAJEÚ/INHARÉ, Código SIPRA CE0280000, **onde se lê:** "... com área de 883,9791 ha (oitocentos e oitenta e três hectares, noventa e sete ares e noventa e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 906,5504 ha (novecentos e seis hectares, cinquenta e cinco ares e quatro centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 33/2000, de 17 de maio de 2000, publicada no DOU nº 123, de 28 de junho de 2000, Seção 1, pág. 22/23 que criou o PA ORANGE, Código SIPRA CE0286000, **onde se lê:** "... com área de 882,7243 ha (oitocentos e oitenta e dois hectares, setenta e dois ares e quarenta e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 903,5476 ha (novecentos e três hectares, cinquenta e quatro ares e setenta e seis centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 108/2000, de 27 de dezembro de 2000, publicada no DOU nº 11, de 16 de janeiro de 2001, Seção 1, pág. 19 que criou o PA LAGOA DO SERROTE II, Código SIPRA CE0289000, **onde se lê:** "... com área de 847,3543 ha (oitocentos e quarenta e sete hectares, trinta e cinco ares e quarenta e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 839,0993 ha (oitocentos e trinta e nove hectares, nove ares e noventa e três centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 47, de 06 de dezembro de 2002, publicada no DOU nº 239, de 11 de dezembro de 2002, Seção 1, pág. 164 que criou o PA LAGES, Código SIPRA CE0296000, **onde se lê:** "... com área de 1.294,1336 ha (um mil, duzentos e noventa e quatro hectares, treze ares e trinta e seis centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.295,0152 ha (um mil, duzentos e noventa e cinco, um are e cinquenta e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 052, de 27 de dezembro de 2002, publicada no DOU nº 08, de 10 de janeiro de 2003, Seção 1, pág. 49 que criou o PA UMARI III, Código SIPRA CE0299000, **onde se lê:** "... com área de 1.113,6901 ha (um mil, cento e treze hectares, sessenta e nove ares e um centiare)..." **leia-se:** "... com área de 1.128,4630 ha (um mil, cento e vinte e oito hectares, quarenta e seis ares e trinta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 090, de 2 de setembro de 2003, publicada no DOU nº 182, de 19 de setembro de 2003, Seção 1, pág. 83 que criou o PA BOA VISTA, Código SIPRA CE0301000, **onde se lê:** "... com área de 714,4727 ha (setecentos e catorze hectares, quarenta e sete ares e vinte e sete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 725,3737 ha (setecentos e vinte e cinco hectares, trinta e sete ares e trinta e sete centiares)...".´

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 096, de 22 de setembro de 2003, publicada no DOU nº 194, de 07 de outubro de 2003, Seção 1, pág. 60 que criou o PA BOM JESUS/SÃO JOÃO, Código SIPRA CE0304000, **onde se lê:** "... com área de 1.244,7213 ha (um mil, duzentos e quarenta e quatro hectares, setenta e dois ares e treze centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.244,8560 ha (um mil, duzentos e quarenta e quatro hectares, oitenta e cinco ares e sessenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 004, de 27 de fevereiro de 2004, publicada no DOU nº 44, de 05 de março de 2004, Seção 1, pág. 111 que criou o PA CAIPIRA, Código SIPRA CE0306000, **onde se lê:** "... com área de 3.771,2517 ha (três mil, setecentos e setenta e um hectares, vinte e cinco ares e dezessete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 3.759,3163 ha (três mil, setecentos e cinquenta e nove hectares, trinta e um ares e sessenta e três centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 035, de 27 de setembro de 2004, publicada no DOU nº 189, de 30 de setembro de 2004, Seção 1, pág. 118 que criou o PA DIAMANTINA, Código SIPRA CE0310000, **onde se lê:** "... com área de 1.218,6035 ha (um mil, duzentos e dezoito hectares, sessenta ares e trinta e cinco centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.217,0089 ha (um mil, duzentos e dezessete hectares e oitenta e nove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 037, de 16 de agosto de 2005, publicada no DOU nº 166, de 29 de agosto de 2005, Seção 1, pág. 123 que criou o PA SANTA CLARA, Código SIPRA CE0314000, **onde se lê:** "... com área de 317,0373 ha (trezentos e dezessete hectares, três ares e setenta e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 319,1416 ha (trezentos e dezenove hectares, catorze ares e dezesseis centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 041, de 18 de outubro de 2005, publicada no DOU nº 211, de 03 de novembro de 2005, Seção 1, pág. 79 que criou o PA CARNAÚBA FURADA, Código SIPRA CE0317000, **onde se lê:** "... com área de 1.513,9284 ha (um mil, quinhentos e treze hectares, noventa e dois ares e oitenta e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.466,3025 ha (um mil, quatrocentos e sessenta e seis hectares, trinta ares e vinte e cinco centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 045, de 25 de outubro de 2005, publicada no DOU nº 215, de 09 de novembro de 2005, Seção 1, pág. 42 que criou o PA ALGODÕES, Código SIPRA CE0320000, **onde se lê:** "... com área de 1.171,0227 ha (um mil, cento e setenta e um hectares, dois ares e vinte e sete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.228,1980 ha (um mil, duzentos e vinte e oito hectares, dezenove ares e oitenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 055, de 25 de novembro de 2005, publicada no DOU nº 230, de 1º de dezembro de 2005, Seção 1, pág. 57 que criou o PA CÓRREGO DO MEIO, Código SIPRA CE0328000, **onde se lê:** "... com área de 680,7342 ha (seiscentos e oitenta hectares, setenta e três ares e quarenta e dois centiares)..." **leia-se:** "... com área de 681,2781 ha (seiscentos e oitenta e um hectares, vinte e sete ares e oitenta e um centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 056, de 19 de dezembro de 2005, publicada no DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2005, Seção 1, pág. 101 que criou o PA PAGEHUNA, Código SIPRA CE0329000, **onde se lê:** "... com área de 1.498,1396 ha (um mil, quatrocentos e noventa e oito hectares, treze ares e noventa e seis centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.483,7658 ha (um mil, quatrocentos e oitenta e três hectares, setenta e seis ares e cinquenta e oito centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 058, de 21 de dezembro de 2005, publicada no DOU nº 246, de 23 de dezembro de 2005, Seção 1, pág. 147 que criou o PA BERNARDO MARIM, Código SIPRA CE0331000, **onde se lê:** "... com área de 3.802,3281 ha (três mil, oitocentos e dois hectares, trinta e dois ares e oitenta e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 3.802,1742 ha (três mil, oitocentos e dois hectares, dezessete ares e quarenta e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 059, de 21 de dezembro de 2005, publicada no DOU nº 246, de 23 de dezembro de 2005, Seção 1, pág. 147 que criou o PA SÃO JOSÉ IV, Código SIPRA CE0332000, **onde se lê:** "... com área de 624,1882 ha (seiscentos e vinte e quatro hectares, dezoito ares e oitenta e dois centiares)..." **leia-se:** "... com área de 624,6811 ha (seiscentos e vinte e quatro hectares, sessenta e oito ares e onze centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 033, de 04 de dezembro de 2006, publicada no DOU nº 237, de 12 de dezembro de 2006, Seção 1, pág. 68 que criou o PA DIAMANTE, Código SIPRA CE0340000, **onde se lê:** "... com área de 2.152,1871 ha (dois mil, cento e cinquenta e dois hectares, dezoito ares e setenta e um centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.212,7331 ha (dois mil, duzentos e doze hectares, setenta e três ares e trinta e um centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 010, de 25 de maio de 2007, publicada no DOU nº 105, de 1º de junho de 2007, Seção 1, pág. 98 que criou o PA TERRA LIVRE, Código SIPRA CE0348000, **onde se lê:** "... com área de 1.253,2129 ha (um mil, duzentos e cinquenta e três hectares, vinte e um ares e vinte e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.270,1689 ha (um mil, duzentos e setenta hectares, dezesseis ares e oitenta e nove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 013, de 17 de julho de 2007, publicada no DOU nº 143, de 26 de julho de 2007, Seção 1, pág. 87 que criou o PA 02 DE MAIO, Código SIPRA CE0350000, **onde se lê:** "... com área de 2.398,3817 ha (um mil, duzentos e cinquenta e três hectares, vinte e um ares e vinte e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.742,0001 ha (dois mil, setecentos e quarenta e dois hectares e um centiare)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 018, de 11 de setembro de 2007, publicada no DOU nº 176, de 12 de setembro de 2007, Seção 1, pág. 63 que criou o PA SANTA LUZIA, Código SIPRA CE0352000, **onde se lê:** "... com área de 170,5711 ha (cento e setenta hectares, cinquenta e sete ares e onze centiares)..." **leia-se:** "... com área de 170,2318 ha (cento e setenta hectares, vinte e três ares e dezoito centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 031, de 10 de dezembro de 2007, publicada no DOU nº 241, de 17 de dezembro de 2007, Seção 1, pág. 67, que criou o PA OZIEL ALVES, Código SIPRA CE0356000, **onde se lê:** "... com área de 1.517,4672 ha (um mil, quinhentos e dezessete hectares, quarenta e seis ares e setenta e dois centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.484,4328 ha (um mil, quatrocentos e oitenta e quatro hectares, quarenta e três ares e vinte e oito centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 015, de 25 de agosto de 2008, publicada no DOU nº 165, de 27 de agosto de 2008, Seção 1, pág. 50, que criou o PA CONCEIÇÃO, Código SIPRA CE0359000, **onde se lê:** "... com área de 5.397,4897 ha (cinco mil, trezentos e noventa e sete hectares, quarenta e seis ares e setenta e dois centiares)..." **leia-se:** "... com área de 4.564,9212 ha (quatro mil, quinhentos e sessenta e quatro hectares, noventa e dois ares e doze centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 30, de 16 de dezembro de 2008, publicada no DOU nº 245, de 17 de dezembro de 2008, Seção 1, pág. 94, que criou o PA PATATIVA DO ASSARÉ, Código SIPRA CE0371000, **onde se lê:** "... com área de 610,6003 ha (seiscentos e dez hectares, sessenta ares e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 602,5509 ha (seiscentos e dois hectares, cinquenta e cinco ares e nove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 31, de 30 de dezembro de 2008, publicada no DOU nº 1, de 2 de janeiro de 2009, Seção 1, pág. 48, que criou o PA JERIMUM, Código SIPRA CE0372000, **onde se lê:** "... com área de 1.675,2802 ha (um mil, seiscentos e setenta e cinco hectares, vinte e oito ares e dois centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.668,8459 ha (um mil, seiscentos e sessenta e oito hectares, oitenta e quatro ares e cinquenta e nove centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 05, de 19 de fevereiro de 2009, publicada no DOU nº 40, de 2 de março de 2009, Seção 1, pág. 74, que criou o PA FRIOS, Código SIPRA CE0376000, **onde se lê:** "... com área de 1.115,9493 ha (um mil, cento e quinze hectares, noventa e quatro ares e noventa e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.036,1657 ha (um mil e trinta e seis hectares, dezesseis ares e cinquenta e sete centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 32, de 05 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 193, de 7 de outubro de 2010, Seção 1, pág. 102, que criou o PA SANTO ANTÔNIO, Código SIPRA CE0388000, **onde se lê:** "... com área de 1.062,1518 ha (um mil e sessenta e dois hectares, quinze ares e dezoito centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.093,3482 ha (um mil e noventa e três hectares, trinta e quatro ares e oitenta e dois centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 32, de 15 de outubro de 2011, publicada no DOU nº 198, de 14 de outubro de 2011, Seção 1, pág. 104, que criou o PA ARRAIA, Código SIPRA CE0398000, **onde se lê:** "... com área de 1.547,8095 ha (um mil, quinhentos e quarenta e sete hectares, oitenta ares e noventa e cinco centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.550,3943 ha (um mil, quinhentos e cinquenta hectares, trinta e nove ares e quarenta e três centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 03, de 27 de fevereiro de 2012, publicada no DOU nº 40, de 28 de fevereiro de 2012, Seção 1, pág. 59, que criou o PA LOGRADOURO/CAMPO LIMPO, Código SIPRA CE0401000, **onde se lê:** "... com área de 1.107,9847 ha (um mil, cento e sete hectares, noventa e oito ares e quarenta e sete centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.165,3990 ha (um mil, cento e sessenta e cinco hectares, trinta e nove ares e noventa centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 04, de 08 de março de 2012, publicada no DOU nº 48, de 09 de março de 2012, Seção 1, pág. 73, que criou o PA CACHOEIRA DAS PEDRAS, Código SIPRA CE0402000, **onde se lê:** "... com área de 1.043,9049 ha (um mil e quarenta e três hectares, noventa ares e quarenta e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.165,3990 ha (um mil, cento e sessenta e cinco hectares, trinta e nove ares e noventa centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 24, de 31 de outubro de 2012, publicada no DOU nº 217, de 09 de novembro de 2012, Seção 1, pág. 77, que criou o PA PUXA II, Código SIPRA CE0405000, **onde se lê:** "... com área de 1.660,2123 ha (um mil, seiscentos e sessenta hectares, vinte e um ares e vinte e três centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.660,3510 ha (um mil, seiscentos e sessenta hectares, trinta e cinco ares e dez centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 31, de 18 de novembro de 2013, publicada no DOU nº 225, de 20 de novembro de 2013, Seção 1, pág. 96, que criou o PA LIBERDADE, Código SIPRA CE0408000, **onde se lê:** "... com área de 1.715,4844 ha (um mil, setecentos e quinze hectares, quarenta e oito ares e quarenta e quatro centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.701,2865 ha (um mil, setecentos e um hectares, vinte e oito ares e sessenta e cinco centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 32, de 19 de novembro de 2013, publicada no DOU nº 227, de 22 de novembro de 2013, Seção 1, pág. 100, que criou o PA JOSÉ LOURENÇO, Código SIPRA CE0409000, **onde se lê:** "... com área de 3.089,5613 ha (três mil e oitenta e nove hectares, cinquenta e seis ares e treze centiares)..." **leia-se:** "... com área de 3.075,5570 ha (três mil e setenta e cinco hectares, cinquenta e cinco ares e setenta centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 43, de 29 de novembro de 2013, publicada no DOU nº 235, de 04 de dezembro de 2013, Seção 1, pág. 52, que criou o PA 11 DE JULHO, Código SIPRA CE0411000, **onde se lê:** "... com área de 2.426,2119 ha (dois mil, quatrocentos e vinte e seis hectares, vinte e um ares e dezenove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 2.329,4784 ha (dois mil, trezentos e vinte e nove hectares, quarenta e sete ares e oitenta e quatro centiares)...".

Na Portaria INCRA/SR-02/Nº 44, de 29 de novembro de 2013, publicada no DOU nº 235, de 04 de dezembro de 2013, Seção 1, pág. 52, que criou o PA CARANÃ SÃO JOSÉ, Código SIPRA CE0412000, **onde se lê:** "... com área de 1.018,2599 ha (um mil e dezoito hectares, vinte e cinco ares e noventa e nove centiares)..." **leia-se:** "... com área de 1.018,0774 ha (um mil e dezoito hectares, sete ares e setenta e quatro centiares)...".

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 37, DE 28 DE MAIO DE 2018

Institui a Comissão Permanente de Assuntos Internacionais - CPAI no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Assuntos Internacionais - CPAI no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. À Comissão Permanente de Assuntos Internacionais, nos temas relacionados à missão institucional do ITI, compete:

I - Analisar proposições e temas relacionados à questões internacionais;

II - Prestar apoio ao trabalhos desenvolvidos pelo Estado Brasileiro com outras nações;

III - Prestar atendimento às representações consulares interessadas em temas relativos à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileir - ICP-Brasil;

IV - Interagir com organizações não governamentais de atuação internacional; e

V - Sugerir e formular tratados, convenções e acordos internacionais no âmbito da ICP-Brasil;

Art. 2º A CPAI será coordenada pelo Diretor-Presidente do ITI e composta pelos diretores de Infraestrutura de Chaves Públicas (DINFRA), e de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN).

§ 1º O Diretor-Presidente e os diretores da DINFRA e da DAFN deverão indicar um representante de suas respectivas áreas para prestarem assessoria técnica na condução dos trabalhos da comissão.

§ 2º Os representantes indicados atuarão exclusivamente de forma consultiva.

§ 3º Caberá ao Coordenador da CPAI deliberar sobre a posição institucional a ser adotada perante às questões internacionais analisadas.

Art. 4º O endereço eletrônico para contato com a CPAI será o internacional@iti.gov.br.

Art. 5° Todos os expedientes recebidos pelos servidores do ITI que estejam relacionados à questões internacionais deverão ser encaminhados à CPAI, para ciência e deliberação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS

DESPACHOS

Processo nº 00100.002646/2018-31
Interessado: AR PLATAFORMA SOLUÇÕES
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR PLATAFORMA SOLUÇÕES, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na RUA SENADOR THEOTÔNIO VILELA Nº 225 - EDF. CIDADELA CENTER III, SALA 411, PARQUE BELA VISTA - SALVADOR/BA.

Processo nº 00100.001716/2018-33
Interessado: AR WR MULTIPLA AUDITORIA E CONTABILIDADE
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR WR MULTIPLA AUDITORIA E CONTABILIDADE, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na RUA MARIA DORES SILVA Nº 682 - SALA 01, SANTA RITA DE CASSIA - ITAPERUÇU / PR

Processo nº 00100.000370/2018-56
Interessado: AC VALID RFB
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SIGNIT CERTIFICADORA DIGITAL, vinculada à AC VALID RFB, com sede no endereço na AVENIDA BRASIL Nº 7174, SALA TÉRREA, CENTRO - CASCAVEL / PR

Processo nº 00100.001321/2018-31
Interessado: AR NELMAR ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR NELMAR ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS, vinculada às AC´s SINCOR e SINCOR RFB, com sede no endereço na Avenida General Ataliba Leonel Nº 3158, Parada Inglesa - São Paulo /SP.

Processo nº 00100.001207/2018-19
Interessado: AR GUARAPARI SERVICOS CARTORARIOS LTDA - ME
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR GUARAPARI SERVIÇOS CARTORÁRIOS LTDA - ME, vinculada à AC DOCCLOUD RFB, com sede no endereço na Rua Doutor Roberto Calmon, 140, loja 1014, Centro, Guarapari/ES.

Processo nº 00100.001284/2018-61
Interessado: AR SIGNA SAFE
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SIGNA SAFE, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na RUA José Gonçalves Nº 367, Andar, Jardim São Paulo , Sorocaba/SP.

Processo nº 00100.001237/2018-17
Interessado: AR 1 Cartorio Digital Eletronico
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR 1º Cartório Digital Eletrônico, vinculada à AC DOCCLOUD RFB, com sede no endereço na Av. Virgínio Montezzo Filho,230, CJ Nova Tatuí, Tatuí/SP.

Processo nº 00100.003407/2018-06
Interessado: AR RFB FUNCIONÁRIOS
DEFIRO o pedido de alteração de endereços de PAGR's da AR RFB FUNCIONÁRIOS, vinculada à AC SERPRO RFB e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da PAGR: Delegacia da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro II
Endereço Anterior: Avenida Ayrton Senna, 2001, Centro, Rio de Janeiro-RJ
Endereço Atual: Avenida João Cabral de Mello Neto, 400, Sala 303, Barra da Tijuca-RJ - CEP: 22775-057
Nome da PAGR: Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo
Endereço Anterior: Avenida Celso Garcia, 3580, 2° Andar, Sala 204, Tatuapé, São Paulo-SP
Endereço Atual: Avenida Celso Garcia 3580, 4° Andar, Sala 404, Tatuapé, São Paulo-SP - CEP: 03064-000

Processo nº 00100.006589/2018-69
Interessado: AR CEDRO
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR CEDRO, localizada na Rua Coronel João notini, nº 1350, bairro centro, Divinópolis/MG, vinculada às ACs CERTISIGN MÚLTIPLA CODESIGNING, CERTISIGN RFB, CERTISIGN JUS, CERTISIGN JUS SSL, CERTISIGN MÚLTIPLA, CERTISIGN MÚLTIPLA SSL.

Processo nº 00100.006516/2018-77
Interessado: AR LEONI & SEVER
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR LEONI & SEVER, localizada na Rua Libero Badaró, nº 293 2 4º andar, Centro, São Paulo/SP, vinculada à AC SINCOR RFB.

Processo nº 00100.001261/2018-56
Interessado: AR AESCON RN
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR AESCON RN, vinculada às AC´s INSTITUTO FENACON RFB e INSTITUTO FENACON, com sede no endereço na Rua Romualdo Galvão, 986, Barro Vermelho - Natal / RN.

Processo nº 00100.001283/2018-16
Interessado: AR CONEXÃO CERTIFICAÇÃO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CONEXÃO CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na RUA SILVIANO BRANDAO Nº 181, LETRA A SAL A 02 - CENTRO - FORMIGA/MG.

Processo nº 00100.002436/2018-42
Interessado: AR CECHINEL
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CECHINEL, vinculada à AC LINK RFB, com sede no endereço na RUA FELIPE SCHMIDT, N°752 - SLJ - CENTRO - FLORIANOPOLIS / SC.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 56, DE 28 DE MAIO DE 2018

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VII, XI, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando a necessidade de orientação aos órgãos federais de segurança pública quanto à implementação das medidas necessárias aos efeitos da decisão proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 519, resolve orientar:

Art. 1º As autoridades de segurança pública do Poder Executivo Federal que atuarem nas medidas necessárias e suficientes ao resguardo da ordem, segurança e impedimento de ocupação, obstrução ou quaisquer outras dificuldades relativas à trafegabilidade nas vias terrestres federais, inclusive nos seus acostamentos e entornos, poderão certificar os fatos que caracterizem violação à decisão proferida na ADPF 519, com no mínimo os seguintes elementos:

I - indicação da via ou entorno que esteja sendo afetado;

II - enumeração das pessoas responsáveis pela infração, se possível com qualificação, indicação dos veículos envolvidos, dia e hora;

III - indicação da relação estabelecida entre o condutor infrator e a empresa transportadora, se for o caso;

IV - identificação da(s) autoridade(s) que elaborou(aram) o relatório.

Art. 2º As autoridades referidas no art. 1º poderão encaminhar o documento elaborado para as Procuradorias Seccionais da União, Procuradorias da União e Procuradorias Regionais da União, conforme a proximidade ou facilidade de acesso.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional (CDN), no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do §1º do artigo 20 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; no Decreto nº 4.520, de 2002, resolve:

Nº 46 - Dar Assentimento Prévio a JORGE LUIZ CARDOZO, CPF nº 270.241.050-20 para pesquisar granito em 2 (duas) áreas distintas de 612,94ha e 930,63ha, totalizando uma área de 1.543,57ha, nos municípios de Arroio Grande e Pedro Osório, ambos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.810779/2017-34 e 48401.810780/2017-69, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 30/DIRE/DGTM, de 9 de março de 2018, recebido em 21 de março de 2018, e a Nota - AP nº 073/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 47 - Dar Assentimento Prévio à SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, para proceder à regularização fundiária da área remanescente de 8.943,0449ha, parte maior da área total de 9.503,3479ha da Gleba Novo Destino, localizada no município Manoel Urbano, parcialmente situada na faixa de fronteira do estado do Acre, registrada em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sob matrícula nº 581, Livro nº 2, junto ao Registro Geral de Imóveis da Comarca de Manoel Urbano do referido estado; de acordo com a instrução do Processo nº 55000.017431/2017-53, o Parecer nº 2/2018/CERFAL-AC/SERFAL/SEAD, de 10 de janeiro de 2018, o Parecer nº 00151/2018/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 15 de fevereiro de 2018, o Despacho nº 00363/2018/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 19 de fevereiro de 2018, o Ofício nº 56/2018/SERFAL/SEAD/CC-PR, de 26 de março de 2018, e a Nota - AP nº 074/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 48 - Dar Assentimento Prévio à CENTRAL DAS COOPERATIVAS ASSOCIADAS DA PROVÍNCIA MINERAL DE SERRA PELADA, CNPJ nº 23.382.780/0001-87, com sede à Rua Jacarandá, nº 13, Centro, no município de Curionópolis/PA, para, sob o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), lavrar minério de ouro em 3 (três) áreas distintas de 1.448,13ha, 233,98ha e 4.511,20ha, totalizando 6.193,31ha, nos municípios de Pontes e Lacerda, Nova Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, todos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48412.966093/2016-97, 48412.866121/2016-77, 48412.866248/2016-96 e 48412.866349/2016-67, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 033/DIRE/DGTM, de 9 de março de 2018, recebido em 11 de março de 2018, e a Nota - AP nº 075/2018 -RF, expedida com ressalvas.

Nº 49 - Dar Assentimento Prévio a SAMYA SARAI DE OLIVEIRA GREGORIO LUCIO, CPF nº 020.222.359-08, para pesquisar água mineral em uma área de 48,29ha, no município de Mercedes, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826263/2017-72, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 45/DIRE/DGTM, de 21 de março de 2018, recebido em 28 de março de 2018, e a Nota - AP nº 076/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 50 - Dar Assentimento Prévio a DIELI MARIO BALDO, CPF nº 067.759.079-23, para pesquisar água mineral em uma área de 46,91ha, no município de Marmeleiro, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826198/2017-85, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 24/DIRE/DGTM, de 9 de março de 2018, recebido em 21 de março de 2018, e a Nota - AP nº 077/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 51 - Dar Assentimento Prévio a JOSE ALEXANDRE CARVALHO VILLELA DE ANDRADE, CPF nº 613.744.901-72, para pesquisar minério de cobre em uma área de 1.953,32ha, no município de Bela Vista, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48423.868093/2017-84, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 25/DIRE/DGTM, de 9 de março de 2018, recebido em 21 de março de 2018, e a Nota - AP nº 078/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 52 - Dar Assentimento Prévio a WILSON EDUARDO ARNDT, CPF nº 603.730.679-68, para pesquisar argila em uma área de 339,68ha, nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Nova Santa Rosa, ambos na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826164/2017-91, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 44/DIRE/DGTM, de 21 de março de 2018, recebido em 28 de março de 2018, e a Nota - AP nº 079/2018-RF, expedida com ressalvas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 53 - Dar Assentimento Prévio a ROGERIO FOLTRAN, CPF nº 706.078.349-00, para pesquisar minério de cobre em uma área de 1.951,42ha, nos municípios de Diamante do Sul e Nova Laranjeiras, ambos na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826426/2017-17, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 46/DIRE/DGTM, de 21 de março de 2018, e a Nota - AP nº 080/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 54 - Dar Assentimento Prévio à empresa CONSTRUTORA PELOTENSE LTDA., CNPJ nº 92.190.503/0001-95, para pesquisar saibro, argila e granito em uma área de 94,19ha, no município de Capão do Leão, situado na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.002142/2007-18 e 48401.810280/2017-27, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 34/DIRE/DGTM, de 9 de março de 2018, recebido em 21 de março de 2018, e a Nota - AP nº 081/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 55 - Dar Assentimento Prévio a empresa CALCÁRIO XARAÉS LTDA., CNPJ nº 15.462.179/0001-76, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 16 de maio de 2017 e a Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 25 de janeiro de 2018, que versam sobre alteração do objeto social e consolidação do Contrato Social, bem como para pesquisar calcário calcítico em 3 (três) áreas diversas de 46,98ha, 48,30ha, e 49,18ha, totalizando 144,46ha, no município de Bonito, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48423.968144/2009-67 e 48423.868018/2017-13, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48423.868148/2017-56 e 48423.868149/2017-09, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 32/DIRE/DGTM, de 9 de março de 2018, recebido em 21 de março de 2018, e a Nota - AP nº 082/2018 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 56 - Dar Assentimento Prévio à empresa CERÂMICA HAVAÍ LTDA, CNPJ nº 77.417.616/0001-97, com sede na Estrada Principal, s/nº, Santa Helena Velha, no município de Santa Helena/PR, para pesquisar argila em uma área de 470,20ha, no município de Santa Helena, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001864/2007-47 e 48413.826037/2017-91, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 36/DIRE/DGTM, de 9 de março de 2018, recebido em 21 de março de 2018, e a Nota - AP nº 083/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 57 - Dar Assentimento Prévio à COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE PONTES E LACERDA - COOPERPONTES, CNPJ nº 24.907.257/0001-90, com sede na Rua Manoel F. Pereira, nº 1.461, Centro, no município de Pontes e Lacerda/MT, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, bem como para, sob o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), lavrar minério de ouro em 2 (duas) áreas distintas de 129,72ha e 4.127,34ha, totalizando 4.257,06ha, nos municípios de Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48412.966387/2016-19, 48412.866466/2016-21 e 48412.866468/2016-10, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 035/DIRE/DGTM, de 9 de março de 2018, recebido em 21 de março de 2018, e a Nota - AP nº 084/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 58 - Dar Assentimento Prévio à empresa GRB GRAFITE DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA., CNPJ nº 13.386.351/0001-24, com sede na Avenida Jornalista Ricardo Marinho, nº 360, Loja 111, parte, Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro/RJ, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, bem como para pesquisar diamante em 1.834,31ha e 823,3ha, e minério de zinco em 1.907,59ha, totalizando 4.565,2ha, nos municípios de Rosário do Sul, Canguçu e São Gabriel, todos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48409.990354/2012-15 e 48401.811143/2015-48, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48401.810455/2016-15, e 48401.810944/2016-77, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 40/DIRE/DGTM, de 21 de março de 2018, recebido em 28 de março de 2018, e a Nota - AP nº 091/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 59 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado denominado AERÓDROMO PRIVADO ELOY BIESUZ, localizado no município de Itapejara d'Oeste, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de interesse de Helisul Táxi Aéreo Ltda., CNPJ nº 75.543.611/0001-85, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.001190/2018-65, o Parecer nº 484/2018/GTCC/GFIC/SIA, de 6 de abril de 2018, a conclusão do Ofício nº 310/2018/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 29 de março de 2018, e a Nota - AP nº 092/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 60 - Dar Assentimento Prévio à empresa RIO GRANDE MINERAÇÃO S.A., CNPJ nº 07.840.220/0001-72, com sede na Praça Moreira de Cabral, nº 70, conjunto 4, sala 20, Centro Sul, no município de Cuiabá/MT, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2017, que versa sobre: i) a nomeação de Marcelo Pinheiro da Fonseca, CPF nº 274.070.838-60, no cargo de Diretor, em substituição de Marcos Aurélio Paro, falecido em 13 de agosto de 2017; ii) a mudança da sede para Rua Comandante Costa, nº 1.144, Conjunto 03, Sala 10, Centro Sul, no município de Cuiabá/MT; e iii) a consolidação do Estatuto Social, bem como para pesquisar ilmenita em 3 (três) áreas distintas de 1.979,86ha, 1.987,70ha e 1.987,44ha, totalizando 5.946,00ha, nos municípios de Lagoa dos Patos e São José do Norte, ambos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48406.961532/2008-44 e 48401.810471/2010-17, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48401.810477/2010-90 e 48401.810485/2010-36, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 12/DIRE/DGTM, de 16 de fevereiro de 2018, recebido em 23 de fevereiro de 2018, e a Nota - AP nº 094/2018 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 61 - Dar Assentimento Prévio a empresa ARGISUL MINERAÇÃO LTDA., CNPJ nº 19.829.763/0001-78, para pesquisar fonólito em 04 (quatro) áreas de 997,86ha, 419,61ha, 995,53ha e 992,03ha, totalizando 3405,03ha, nos municípios de Canguçu e Piratini, ambos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.910336/2014-08 e 48401.810335/2016-18, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48401.810336/2016-62, 48401.810422/2016-75 e 48401.810012/2017-13, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 39/DIRE/DGTM, de 21 de março de 2018, recebido em 3 de abril de 2018, e a Nota - AP nº 095/2018 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 62 - Dar Assentimento Prévio à empresa LATICÍNIOS KIFORMAGGIO LTDA. - EPP, CNPJ nº 06.696.266/0001-05, com sede na Rodovia RS 406 Km 16,6, bairro Industrial, no município de Nonoai/RS, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, bem como para pesquisar água mineral em uma área de 48,90ha, no município de Nonoai, na faixa de fronteira do referido estado; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.910442/2015-64 e 48401.811364/2015-16, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 23/DIRE/DGTM, de 7 de março de 2018, recebido em 16 de março de 2018, e a Nota - AP nº 096/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 63 - Dar Assentimento Prévio à empresa TELEVISÃO PONTA PORÃ LTDA., CNPJ nº 24.612.251/0001-95, com sede na Rua Rafael Bandeira Teixeira, nº 654, Vila Luiz Curvo, no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Décima Quinta Alteração do Contrato Social, de 10 de maio de 2017, que versa sobre: i) a retirada dos sócios Ana Karla Peluffo Zahran, CPF nº 608.168.211-00, Antonio Carlos Moreira Turqueto, CPF nº 537.838.168-15, Marcia Peluffo Zahran, CPF nº 129.809.528-00, Maria Tereza Ferreira Zahran, CPF nº 174.498.631-20, Jorge Elias Zahran Neto, CPF nº 012.850.511-73, Barbara Suarez Zahran, CPF nº 994.154.451-49, Bruna Suarez Zahran, CPF nº 994.150.701-53, Bianca Suarez Zahran, CPF nº 841.053.211-53 e Livia Suarez Zahran, CPF nº 003.773.521-79; ii) a cessão da quotas dos sócios retirantes em favor de Carlos Alberto Zahran Tavares, CPF nº 700.896.121-91, Pedro João Zahran Turqueto, CPF nº 347.955.058-45, e Luiza Zahran Salgueiro Lourenço, CPF nº 403.969.098-25; iii) a alteração do objeto social da sociedade; e iv) a delegação dos poderes de administração aos sócios Antonio Carlos Moreira Turqueto e Pedro João Zahran Turqueto; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 01250.037283/2017-12, a Nota Técnica nº 7.578/2018/SEI-MCTIC, de 9 de abril de 2018, a conclusão do Ofício nº 13.399/2018/SEI-MCTIC, de 10 de abril de 2018, e a Nota - AP nº 097/2018 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 64 - Dar Assentimento Prévio à empresa OASIS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA., CNPJ nº 02.899.111/0001-07, com sede na Rodovia PR-082 - km 353 - Bairro Santa Felicidade - Lotes 24 a 30, Gleba 04, Imóvel Ivaí, Comarca de Cidade Gaúcha, no Município de Tapira/PR, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Paraná, bem como para pesquisar argila (uso industrial), areia e cascalho, em uma área de 968,65ha localizada nos municípios de Douradina, Maria Helena e Tapira, na faixa de fronteira do referido estado; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48413.926431/2009-19 e 48413.826424/2015-66, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 48/DIRE/DGTM, de 21 de março de 2018, recebido no dia 3 de abril de 2018, e a Nota - AP nº 099/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 65 - Dar Assentimento Prévio à empresa COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE PONTES E LACERDA - COMPEL, CNPJ nº 25.252.467/0001-50, com sede na Avenida Teodomiro Rodrigues de Souza, nº 1.500 B, Centro, no município de Pontes e Lacerda, do estado de Mato Grosso, para estabelecer-se na faixa de fronteira do referido estado, bem como ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para proceder a averbação da cessão de direitos firmada entre Mineração Silvana Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 56.617.202./0001-31 (cedente) e Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Pontes e Lacerda - COMPEL (cessionária), CNPJ nº 25.252.467/0001-50, constante do Instrumento Particular de Acordo para Distrato de Cessão e Transferência de Direitos Minerários, Nova Cessão e Transferência de Direitos Minerários e outras Avenças, de 12 de setembro de 2017, relativa ao Alvará de Pesquisa nº 1.249, de 15 de fevereiro de 2017, que autorizou a cedente a pesquisar minério de ouro, em uma área de 9.677,82ha, no município de Pontes e Lacerda, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.904344/1986-10, 48412.866189/1994-90 e 48412.966526/2016-12, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 58/DIRE/DGTM, de 13 de abril de 2018, recebido em 20 de abril de 2018 e a Nota - AP nº 101/2018 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 66 - Dar Assentimento Prévio à empresa CR ALMEIDA S.A. - ENGENHARIA DE OBRAS, CNPJ nº 33.059.908/0001-20, com sede na Avenida Vicente Machado, nº 1.789-parte, bairro Batel, no município de Curitiba/PR, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48416.958313/2008-14 e 48419.810823/1973-50, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 56/DIRE/DGTM, de 12 de abril de 2018 e a Nota - AP nº 106/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 67 - Dar Assentimento Prévio à empresa BRITAS DA AMAZÔNIA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 14.666.956/0001-31, com sede na Rodovia BR 364, Km 1.027, Ramal da Ebec, Km 08, denominado Distrito de Extrema, zona rural do município de Porto Velho, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Rondônia; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48419.986303/2017-84, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 55/DIRE/DGTM, de 10 de abril de 2018, recebido em 17 de abril de 2018, e a Nota - AP nº 107/2018-RF, expedida com ressalvas.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 1.638, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA BAHIA, usando das atribuições que lhe confere a Instrução Normativa Nº. 22, de 20 de junho de 2013, no seu Artigo 2º e Parágrafo Único, resolve:

Art. 1º Desabilitar, a pedido, a Médica Veterinária VICTÓRIA CHRISTIANE WENSE GAZARIAN CALDERON, inscrita no CRMV/BA nº 04124, para emitir GTA para o trânsito de aves em conformidade com o processo MAPA/SFA-BA nº 21012.001655/2015-21, observando as normas e dispositivos legais e regulamentares; Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, cessando os efeitos da Portaria nº. 000210 de 11/11/2015.

ALTAIR SANTANA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 135, DE 23 DE MAIO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Artigo 1º - Habilitar a médica veterinária WANDINALVA DA SILVA TEIXEIRA COSTA, CRMV-GO nº 5099, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos municípios de São Francisco de Goiás, Goiás e Calcilândia (distrito do município de Goiás). Processo SEI nº 21020.00534/2016-43.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

PORTARIA Nº 137, DE 28 DE MAIO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Artigo 1º - Habilitar o médico veterinário JOÃO HENRIQUE SARRI, CRMV-GO nº 4687, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis no município de Goiatuba. Processo SEI nº 21020.002074/2018-50.

Artigo 2º - Revoga-se a Portaria nº 16, de 27 de janeiro de 2010 e Portaria nº 94, de 07 de maio de 2013.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 138, DE 28 DE MAIO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Artigo 1º - Habilitar a médica veterinária GABRIELA CABRAL GUARESCHI, CRMV-GO nº 8062, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos municípios de Mineiros e Portelândia. Processo SEI nº 21020.001434/2018-04.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 67, DE 18 DE MAIO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul, observando o disposto nas Portarias Ministeriais MAPA nº 561 e nº 562, de 11 de abril de 2018, considerando o Memorando-Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018, e embasado na Instrução Normativa nº nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, resolve:

Art. 1° HABILITAR os Médicos Veterinários para realizarem colheita e remessa de material para diagnóstico de Mormo no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovado pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, e demais normas e dispositivos complementares, abaixo listados:

NOME	INSCRIÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO
Alexandre Nascimento Pedra	CRMV/MS 1246	Márcio de Araujo	CRMV/MS 5917
Aline da Rosa Gonçalves	CRMV/MS 3992	Mario Jorge Figueiredo Pedroso	CRMV/MS 1530
Altair Deitos Junior	CRMV/MS 6498	Matheus Augusto Cavassuti de Oliveira	CRMV/MS 3339
Amanda Piletti	CRMV/MS 6560	Matheus Cruciol	CRMV/MS 5170
Bruna Navarro	CRMV/MS 6376	Mayara Resende Silva	CRMV/MS 5351
Cassiano Dutra Cardozo	CRMV/MS 6079	Paulo Roberto Soltosky	CRMV/MS 1819
Cesar Lemes Junior	CRMV/MS 4974	Polyana Mayume Pereira da Silva	CRMV/MS 5908
Cesar Ricardo Ferreira Perrupato	CRMV/MS 3604	Rafaela Martins de Souza	CRMV/MS 6590
Darcio Santos de Oliveira	CRMV/MS 6278	Renato Ferro Buzzo	CRMV/MS 3712
Everton Leandro Santana Francisco	CRMV/MS 5450	Renato Roberto Carrato Neto	CRMV/MS 698
Fabricio Bernal Leite	CRMV/MS 6502	Rodney da Silva Forestieri	CRMV/MS 2371 -- CRMV/MT 2157
Fernanda Lima Gabas	CRMV/MS 6460	Rodrigo Fagundes Romero	CRMV/MS 4884
Giuliana Hoffmann	CRMV/MS 6461	Sergio Freire dos Santos Junior	CRMV/MS 5719
Kaique Kazuyoshi Sales Horii	CRMV/MS 6537	Silvio Raul Prieto Junior	CRMV/MS 6513
Keller Cristina Pompilio	CRMV/MS 4757	Thaiara Aparecida Quidá dos Santos	CRMV/MS 6534
Leizinara Gonçalves Lopes	CRMV/MS 3585	Tiago do Val Carneiro	CRMV/MS 6490
Liara R. de Oliveira Sayd Pinto Micheloni	CRMV/MS 1842	Vanessa Couto Carneiro	CRMV/MS 6388
Márcio Antonio da Silva	CRMV/MS 1957		

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO DE SOUZA MARTINS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÕES DE 28 DE MAIO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público:

Nº 38 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia do Senhor Robert Noodelijk, da Holanda, da cultivar de celosia (Celosia L.) denominada INNOVO, Certificado de Proteção nº 20150126, com base no disposto no inciso II do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 39 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Biological Industries-Nurseries-BI, de Israel, das cultivares de gipsofila (Gypsophila L.) denominadas ALLEGRO, Certificado de Proteção nº 20090032; FIORELLO, Certificado de Proteção nº 20140006; e TANGO, Certificado de Proteção nº 20110107, com base no disposto no inciso II do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 40 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Dekker Breeding B.V., da Holanda, das cultivares de crisântemo (Chrysanthemum L.) denominadas DEKALEKSANDROV, Certificado de Proteção nº 20140146; DEKADORA, Certificado de Proteção nº 20100140; DEKKISHU, Certificado de Proteção nº 20180057; DEKPODOLSK, Certificado de Proteção nº 20130230; DEKPDUNGU RED, Certificado de Proteção nº 20140079; DEKORLINA, Certificado de Proteção nº 20110048; DEKMOMO, Certificado de Proteção nº 20160175; e DEKRABELO, Certificado de Proteção nº 20160105, com base no disposto no inciso II do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 41 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Knaap Licenties B.V., da Holanda, da cultivar de Calancoe (Kalanchoe blossfeldiana Poelln.) denominada DON CARLOS, Certificado de Proteção nº 20100148, com base no disposto no inciso II do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 42 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Floritec Breeding B.V., da Holanda, da cultivar de celosia (Celosia L.) denominada CRISTWI, Certificado de Proteção nº 20160067.

Nº 43 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Piet Schreurs B.V., da Holanda, das cultivares de rosa (Rosa L.) denominadas SCHRECLA, Certificado de Proteção nº 678; e SCHOTOGA, Certificado de Proteção nº 20150174, com base no disposto no inciso II do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 44 - a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Syngenta Crop Protection AG, da Suíça, da cultivar de Crisântemo (Chrysanthemum L.) denominada YOAPPLE VALLEY, Certificado de Proteção nº 20130125, com base no disposto no inciso II do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta Decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 40, DE 21 DE MAIO DE 2018

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

01. Motivo da solicitação: Registro (27/01/2017)
Requerente: Dow AgroSciences Industrial Ltda.
Marca comercial: GLIFOSATO TÉCNICO DOW AGROSCIENCES V
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.003951/2017-67

02. Motivo da solicitação: Registro (21/12/2017)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: CYPROCONAZOLE TÉCNICO FB
Nome comum: Ciproconazol
Nome químico: (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.054473/2017-53

03. Motivo da solicitação: Registro (20/02/2018)
Requerente: Ouro fino Química Ltda.
Marca comercial: BENZOATO DE EMAMECTINA TÉCNICO OURO FINO
Nome comum: Benzoato de Emamectina
Nome químico: A mixture containing 90% of (10E, 14E, 16E)-(1R, 4S, 5S, 6S, 6R, 8R, 12S, 13S, 20R, 21R,24S)-6-[(S)-sec-butyl]-21,24-dihydroxy-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^4,8.0^20,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spioro-2-(5,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alpha-L-lyxo-hexopyranosyl)-alpha-L-arabino-hexopyranoside and 10% of (10E, 14E, 16E)- (1R, 4S, 5S, 6S, 6R, 8R, 12S, 13S, 20R, 21R 24S)-21,24-dihydroxy-6-isopropyl-5, 11, 13, 22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^4,8.0^20,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2-(5,6-dihydro-2'H-pyran)-12-yl,2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alpha-L-lyxo-hexopyranosyl)-alpha-L-arabino-hexopyranoside
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.005738/2018-71

04. Motivo da solicitação: Registro (06/04/2018)
Requerente: Ouro Fino Química Ltda.
Marca comercial: BENZOATO DE EMAMECTINA TÉCNICO OF
Nome comum: Benzoato de Emamectina
Nome químico: Mixture containing 90% of (10E,14E,16E)-(1R,4S,5S,6S,6R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2-(5,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate and 10% of (10E,14E,16E)- (1R,4S,5S,6S,6R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6-isopropyl-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2-(5,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl 2,6- dideoxy-3-O-methyl-4-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabinohexopyranoside benzoate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.012692/2018-46

05. Motivo da solicitação: Registro (12/04/2018)
Requerente: Agro-Lead Brasil Assessoria em Produtos Agrícolas Ltda
Marca comercial: IMIDACLOPRID TÉCNICO AGROLEAD
Nome comum: Imidacloprido
Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013536/2018-01

06. Motivo da solicitação: Registro (12/04/2018)
Requerente: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: LUFENUROM TÉCNICO NS BRA
Nome comum: Lufenurom
Nome químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea
Classe de uso: Acaricida, Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013615/2018-11

07. Motivo da solicitação: Registro (12/04/2018)
Requerente: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: S-METOLACLORO TÉCNICO BRA
Nome comum: S-Metolacloro
Nome químico: mixture of 80-100% (aRS,1S)-2-chloro-6'-ethyl-N-(2-methoxy-1-methylethyl)acet-o-toluidide and 20-0% (aRS,1R)-2-chloro-6'-ethyl-N-(2-methoxy-1-methylethyl)acet-o-toluidide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013618/2018-47

08. Motivo da solicitação: Registro (13/04/2018)
Requerente: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
Marca comercial: BENZOATO DE EMAMECTINA TÉCNICO UPL
Nome comum: Benzoato de Emamectina
Nome químico: A mixture containing 90% of (10E, 14E, 16E)-(1R, 4S, 5'S, 6S, 6'R, 8R, 12S, 13S, 20R, 21R,24S)-6'-[(S)-sec-butyl]-21,24-dihydroxy-5',11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^4,8.0^20,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spioro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alpha-L-lyxo-hexopyranosyl)-alpha-L-arabino-hexopyranoside and 10% of (10E, 14E, 16E)- (1R, 4S, 5'S, 6S, 6'R, 8R, 12S, 13S, 20R, 21R 24S)-21,24-dihydroxy-6'-isopropyl-5', 11, 13, 22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^4,8.0^20,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2'-(5',6'-dihydro-2'H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alpha-L-lyxo-hexopyranosyl)-alpha-L-arabino-hexopyranoside
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013805/2018-21

09. Motivo da solicitação: Registro (13/04/2018)
Requerente: Proregistros - Registros de Produtos Ltda. - EPP
Marca comercial: CLOMAZONE TÉCNICO ZS
Nome comum: Clomazona
Nome químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013847/2018-61

10. Motivo da solicitação: Registro (16/04/2018)
Requerente: Sulphur Mills do Brasil Importação e Exportação de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PIRACLOSTROBINA TÉCNICO SULPHUR MILLS
Nome comum: Piraclostrobina
Nome químico: methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}(N-methoxy)carbamate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.013972/2018-71

11. Motivo da solicitação: Registro (18/04/2018)
Requerente: ISK Biosciences do Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TERRAD'OR TGAI
Nome comum: Tiafenacil
Nome químico: methyl 3-[(2RS)-2-{2-chloro-4-fluoro-5-[1,2,3,6-tetrahydro-3-methyl-2,6-dioxo-4-(trifluoromethyl)pyrimidin-1(6H)-yl]phenylthio}propionamido]propionate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico.
Processo nº: 21000.014388/2018-33

12. Motivo da solicitação: Registro (19/04/2018)
Requerente: Agro-Lead Brasil Assessoria em Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: CLORFENAPIR TÉCNICO AGROLEAD
Nome comum: Clorfenapir
Nome químico: 4-bromo-2-(4-chlorophenyl)-1-ethoxymethyl-5-(trifluoromethyl)pyrrole-3-carbonitrile
Classe de uso: Acaricida, Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.014674/2018-07

13. Motivo da solicitação: Registro (20/04/2018)
Requerente: Helm do Brasil Mercantil Ltda.
Marca comercial: CHLORFENAPYR U TÉCNICO HELM
Nome comum: Chlorfenapir
Nome químico: 4-bromo-2-(4-chlorophenyl)-1-ethoxymethyl-5-(trifluoromethyl)pyrrole-3-carbonitrile
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.014763/2018-45

14. Motivo da solicitação: Registro (20/04/2018)
Requerente: CCAB Agro S.A
Marca comercial: AMICARBAZONE TÉCNICO CCAB
Nome comum: Amicarbazona
Nome químico: 4-amino-N-tert-butyl-4,5-dihydro-3-isopropyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazole-1-carboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.014832/2018-11

15. Motivo da solicitação: Registro (20/04/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca Comercial: BOSCALID TÉCNICO NORTOX IV
Nome comum: Boscalida
Nome químico: 2-chloro-N-(4'-chlorobiphenyl-2-yl)nicotinamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.014879/2018-84

16. Motivo da solicitação: Registro (20/04/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: BOSCALID TÉCNICO NORTOX III
Nome comum: Boscalida
Nome químico: 2-chloro-N-(4'-chlorobiphenyl-2-yl)nicotinamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.014881/2018-53

17. Motivo da solicitação: Registro (23/04/2018)
Requerente: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.
Marca comercial: GLUFOSINATO DE AMÔNIO TÉCNICO NGC
Nome comum: Glufosinato de Amônio
Nome químico: ammonium (2RS)-2-amino-4-(methylphosphinato)butyric acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015082/2018-02

18. Motivo da solicitação: Registro (26/04/2018)
Requerente: Adama Brasil S.A.
Marca comercial: CLOMAZONE TÉCNICO ADAMA
Nome comum: Clomazona
Nome químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015603/2018-13

19. Motivo da solicitação: Registro (26/04/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: AZOXYSTROBIN TÉCNICO NORTOX IV
Nome comum: Azoxistrobina
Nome químico: methyl (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015650/2018-67

20. Motivo da solicitação: Registro (26/04/2018)
Requerente: Suno Agrotech Ltda.
Marca comercial: GLIFOSATO TÉCNICO SUNO
Nome comum: Glifosato
Nome químico: N-(phosphonomethyl)glycine
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015699/2018-10

21. Motivo da solicitação: Registro (27/04/2018)
Requerente: Allier Brasil Agro Ltda.
Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO CHD'S
Nome comum: Dicamba
Nome químico: 3,6-dichloro-o-anisic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015742/2018-47

22. Motivo da solicitação: Registro (27/04/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO FB
Nome comum: Flumioxazina
Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4-benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015774/2018-42

23. Motivo da solicitação: Registro (27/04/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: PROTHIOCONAZOLE TÉCNICO FB
Nome comum: Protioconazol
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropy)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro-1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015775/2018-97

24. Motivo da solicitação: Registro (27/04/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: PICOXYSTROBIN TÉCNICO FB
Nome comum: Picoxistrobina
Nome químico: methyl (e)-3-methoxy-2-{2-[6(trifluoromethyl)-2-yridyloxymethyl]phenyl}acrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015776/2018-31

25. Motivo da solicitação: Registro (27/04/2018)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: FLUMIOXAZINA TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Flumioxazina
Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4-benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015873/2018-24

26. Motivo da solicitação: Registro (27/04/2018)
Requerente: Sulphur Mills do Brasil Importação e Exportação de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: GLUFOSINATO TÉCNICO SULPHUR MILLS
Nome comum: Glufosinato-sal de amônio
Nome químico: 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalanine ou DL-homoalanin-4- yl(methyl)phosphinic acid
Classe de uso: Herbicida e Regulador de Crescimento
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015883/2018-60

27. Motivo da solicitação: Registro (27/04/2018)
Requerente: Sulphur Mills do Brasil importação e Exportação de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TIAMETOXAM TÉCNICO SULPHUR MILLS
Nome comum: Tiametoxam
Nome químico: 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene(nitro)amine
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015884/2018-12

28. Motivo da solicitação: Registro: (27/04/2018)
Requerente: Sulphur Mills do Brasil Importação e Exportação de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: SPIRODICLOFENO TÉCNICO SULPHUR MILLS II
Nome comum: Espirodiclofeno
Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate
Classe de uso: Acaricida e inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.015885/2018-59

29. Motivo da solicitação: Registro (02/05/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: CLOMAZONE TÉCNICO NORTOX III
Nome comum: Clomazona
Nome químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016154/2018-21

30. Motivo da solicitação: Registro (03/05/2018)
Requerente: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: MESOTRIONA TÉCNICO BRA
Nome comum: Mesotriona
Nome químico: 2-(-4-mesly-2-nitrobenzoyl) cyclohexane-1, 3-dione
Classe de uso: Herbicida

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016325/2018-11

31. Motivo da solicitação: Registro (04/05/2018)
Requerente: Ouro Fino Química Ltda.
Marca comercial: AMICARBAZONA TÉCNICO OURO FINO
Nome comum: Amicarbazona
Nome químico: 4-amino-N-tert-butyl-4,5-dihydro-3-isopropyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazole-1-carboxamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016422/2018-12

32. Motivo da solicitação: Registro (04/05/2018)
Requerente: Prentiss Química Ltda
Marca comercial: 2,4-D TC TÉCNICO PRENTISS II
Nome comum: 2,4-D
Nome químico: (2,4-dichlorophenoxy)acetic acid
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016513/2018-40

33. Motivo da solicitação: Registro (04/05/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: PROTIOCONAZOLE TÉCNICO NORTOX IV
Nome comum: Protioconazole
Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropy)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro-1,2,4-triazole-3-thione
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016524/2018-20

34. Motivo da solicitação: Registro (07/05/2018)
Requerente: Lema Consultoria e Apoio Administrativo, Agronegócio, Importação e Exportação Ltda.
Marca comercial: PICOXYSTROBIN TÉCNICO SINO-AGRI
Nome comum: Picoxystrobina
Nome químico: methyl (e)-3-methoxy-2-{2-[6(trifluoromethyl)-2-yridyloxymethyl]phenyl}acrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.016618/2018-07

35. Motivo da solicitação: Registro (09/05/2018)
Requerente: BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: FLUAZINAN TÉCNICO BRA
Nome comum: Fluazinam
Nome químico: 3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridyl)-alpha,alpha,alpha-trifluoro-2,6-dinitro-p-toluidine
Classe de uso: Acaricida e Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.017144/2018-04

36. Motivo da solicitação: Registro (10/05/2018)
Requerente: Biorisk-Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda..
Marca comercial: MAXULAM TÉCNICO
Nome comum: Diclosulam
Nome químico: N-(2,6-dichlorophenyl)-5-ethoxy-7-fluoro[1,2,4]triazolo[1,5-c]pyrimidine-2-sulfonamide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.017290/2018-38

37. Motivo da solicitação: Registro (10/05/2018)
Requerente: BIORISK-Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: MAXIPROL TÉCNICO
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome químico: 3-Bromo-N-[4-chloro-2-methyl-6-(methylcarbamoyl)phenyl]-1-(3-chloropyridin-2-yl)-1
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.017289/2018-11

38. Motivo da solicitação: Registro (16/05/2018)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: HALOXIFOPE TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Haloxifope-P-Metílico
Nome químico: methyl(R)-2-[4-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridynyloxy)phenoxy]propanoate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.018079/2018-32

39. Motivo da solicitação: Registro (17/05/2018)
Requerente: Nortox S.A.
Marca comercial: TRIFLOXIXSTROBIN TÉCNICO NORTOX III
Nome comum: Trifloxistrobina
Nome químico: methyl (E)-methoxyimino-{(E)-a-[1-(a,a,a-trifluoro-m-tolyl)ethylideneaminooxy]-o-tolyl}acetate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.018271/2018-29

40. Motivo da solicitação: Registro (18/05/2018)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: INDOXACARB TÉCNICO FB
Nome comum: Indoxacarbe
Nome químico: methyl (S)-N-[7-chloro-2,3,4a,5-tetrahydro-4a-(methoxycarbonyl)indeno[1,2-e][1,3,4]oxadiazin-2-ylcarbonyl]-4'-(trifluoromethoxy)carbanilate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.0183452018-27

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

ATO Nº 41, DE 25 DE MAIO DE 2018

1. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ nº 61.142.550/0001-30 - Sorocaba/SP, Filial: CNPJ 61.142.550/0013-73 - Cambé/PR, a importar o produto Paraquat Técnico Stockton, registro nº 22716, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Tocha, registro nº 13208, conforme o processo nº 21000.017102/2018-71.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Bayer S.A. - Belford Roxo/RJ no produto Protreat, registro nº 3704, conforme o processo nº 21000.019965/2017-01.

3. No Ato nº 37, de 09 de maio de 2018, Seção 1, publicado no Diário Oficial da União, em 11 de maio de 2018, tornar sem efeito o item 4, tendo em vista que tal alteração foi feita através do processo nº 21000.052159/2017-36.

4. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto Applaud 250, registro nº 4097, da empresa Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. - sito à Av. Presidente Juscelino Kubitschek 2041 - Torre E - 12º andar, CEP: 04543-011 - São Paulo/SP, para a empresa Nichino do Brasil Agroquímicos Ltda. - sito à Alameda Araguaia, 751, CJ 101,102,103 e 106, Alphaville Industrial CEP: 06455000 - Barueri/SP, conforme o processo nº 21000.017014/2018-70.

5. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Basf Española S.L. Carretera Nacional 340, Km 1156 43006 Tarragona, Cataluña - Espanha no produto Brio, registro nº 9009, conforme o processo nº 21000.043527/2017-55.

6. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social do fabricante Pentagon Fine Chemicals Ltd para a razão social Vertellus Specialties UK Ltd - endereço Lower Road Helebank - W A8 8NS Widnes Cheshire - Reino Unido permanecendo o mesmo endereço, esta alteração se aplica a todos os registros onde esta conste com fabricante e/ou formulador, conforme o processo nº 21000.018186/2018-61.

7. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro produto Forcer, para a marca comercial Xeque Mate WG, processo nº 21000.063678/2016-49, conforme o processo nº 21000.018081/2018-10.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Zhejiang Xinan Chemical Industrial Group Co., Ltd. nº 93 Baisha Road Xinanjiang, 311600 Jiande, Zhejiang China; Zhejiang Jiangnan Chemical Co., Ltd. International Chemical Industry Park, Zhejiang NEW Area, 212152 Jiangsu China, no produto Zafera, registro nº 5517, conforme o processo nº 21000.017423/2017-95.

9. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ nº 61.142.550/0001-30 - Sorocaba/SP, Filial: CNPJ 61.142.550/0013-73 - Cambé/PR, a importar o produto Tebuconazole Técnico Rotam, registro nº 5206, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Fusão EC, registro nº 9517, conforme o processo nº 21000.018052/2018-40.

10. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Ozone Biotech 14/3, Plot nº 6 Mathura Road, Faridabad 121003 - Haryana - Índia no produto Dalneem EC, registro nº 9015, conforme o processo nº 21000.013330/2017-91.

11. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do f ormulador Jiangsu Good Harverst - Wein Agrochemical Co. Ltd. Laogang, 226221 Jiangsu Qidong City China, Sulphur Mills Limited 1904, A-18/18, GIDC, Panoli Dist. Bharuch Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited 1905/1928/29/30, GIDC, Panoli Dist. Bharuch Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited Plot nº 230/231/232, GIDC, Panoli Dist. Bharuch Gujarat Índia no produto Zafera, registro nº 5517, conforme o processo nº 21000.044203/2017-34.

12. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Helm do Brasil Mercantil Ltda. - CNPJ nº 47.176.755/0001-05 - São Paulo/SP, a importar o produto Clorotalonil Técnico Agrisor, registro nº 24115, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Previnil, registro nº 5615, conforme o processo nº 21000.017926/2018-41.

13. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Dow Agrosciences Industrial Ltda. - CNPJ nº 47.180.625/0001-46 - São Paulo/SP, a importar o produto Airone, registro nº 11118, conforme o processo nº 21000.015201/2018-19.

14. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, harmonizamos a razão social e o endereço do fabricante/formulador que se apresentam sob as denominações a seguir: Rotam Agrochemical Co. Ltd. Rotam Group, foram alteradas para a razão social Jiangsu Rotam Chemistry Co., Ltd. sob o endereço nº 88 Rotam Road Economic & Technical Development Zone Kunshan Jiangsu Province China, esta alteração se aplica aos registros onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme o processo nº 21000.005619/2009-27.

15. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, harmonizamos a razão social e o endereço do fabricante/formulador que se apresentam sob as denominações a seguir Rotam Group Qingyang Town Jiangyin City Jiangsu China foram alteradas para a razão social Jiangyin Rotam Chemical Ltd., sob o endereço Qingyang Town Jiangyin City Jiangsu China esta alteração se aplica aos registros onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme o processo nº 21000.005619/2009-27.

16. De acordo com o Artigo 22 §1º, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, harmonizamos a razão social e o endereço do fabricante/formulador que se apresentam sob as denominações a seguir Rotam Group 78 Chuanzha Xi Road, Nantong Jiangsu China foram alteradas para a razão social Nantong Rotam Chemistry Co Ltd. sob o endereço 78 Chuanzha Xi Road, Nantong Jiangsu China, esta alteração entra nos registros onde esta conste como fabricante e/ou formulador conforme o processo nº 21000.005619/2009-27.

17. De acordo com o Artigo 22§1º, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, harmonizamos a razão social e o endereço do fabricante/formulador que se apresentam sob as denominações a seguir Rotam Group Tie Dong Road Beichen District Tianjin China foram alteradas para a razão social Tianjin Rotam Chemical Co Ltd., sob o endereço Tie Dong Road Beichen District Tianjin China, esta alteração se aplica aos registros onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme o processo nº 21000.005619/2009-27.

18. De acordo com o Artigo 22, § 2º, Inciso I, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, no produto Revus, registro nº 10308, foi aprovado alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão de Cultura CSFI Begônia, Gérbera, Kalanche, Calandiva, Lírio, Orquídea e Violeta, conforme o processo nº 21000.038489/2017-19.

19. De acordo com o Artigo 22, § 2º, Inciso I, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, no produto Unix 750 WG, registro nº 8999, foi aprovado alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão de Cultura CSFI Alstroemeria, Cravo, Cravinea, Crisântemo, Gérbera, Gladíolo, Lírio, Lisianthus, Orquídea e Rosa, conforme o processo nº 21000.038451/2017-46.

20. De acordo com o Artigo 22, § 2º, Inciso I, Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, no produto Amistar 500 WG, registro nº 02398, foi aprovado alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão de Cultura CSFI Alstroeméria, Azaléia, Gérbera, Kalanchoe, Calandiva e Rosa, conforme o processo nº 21000.037879/2017-71.

21. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Eminent Excell, registro nº 3814, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de arroz, feijão e trigo, conforme o processo nº 21000.049440/2016-19.

22. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Diuron Técnico Biesterfeld, registro nº 0416, no produto formulado Dizone, registro nº 19707, conforme o processo nº 21000.037319/2017-17.

23. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Privilege, registro nº 25016, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

com a inclusão da cultura do citros, conforme o processo nº 21000.041842/2017-48.

24. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto AuntenticoBR, registro nº 21717, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Aveia, Centeio, Cevada, Milheto, Milho, Soja, Sorgo e Triticale e a inclusão dos alvos biológicos *Empoasca kraaemeri, Myzus persicae e Thripis palmi* nas culturas de feijão e tomate, conforme o processo nº 21000.044779/2017-00.

25. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Carbendazim 500 Volcano, registro nº 27417, para a marca comercial Toplus, conforme o processo n º 21000.018648/2018-40.

26. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Detia Gas-EX-B, registro nº 4207, para a marca comercial Fumitoxin-B, conforme o processo nº 21000.018424/2018-38.

27. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Instivo, registro nº 13415, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Helicoverpa armigera* na cultura da soja, conforme o processo nº 21000.041630/2016-80.

28. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Desali, registro nº 25716 , foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Aveia, Café, Cevada e Trigo e os alvos biológicos nas culturas ferrugem-da-folha *Puccinia coronata var.avenae* em Aveia, ferrugem-do-cafeeiro *Hemileia vastatrix* em Café; mancha reticular *Dreschslera teres* em Cevada, ferrugem-da-folha *Puccinia triticina* e mancha amarela *Drechslera tritici-repentis* em Trigo, conforme o processo nº 21000.032431/2017-61.

29. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Gastoxim B57, registro nº 0101, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de Aveia, conforme o processo nº 21000.045883/2016-22.

30. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Helm do Brasil Mercantil Ltda. - CNPJ nº 47.176.755/0001-05 - São Paulo/SP, a importar o produto Azoxystrobin Técnico Proventis registro nº 23416, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Helmstar Plus registro nº 05813, conforme o processo nº 21000.018379/2018-11.

31. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Helm do Brasil Mercantil Ltda. - CNPJ nº 47.176.755/0001-05 - São Paulo/SP, a importar o produto Tebuconazole Técnico Proventis, registro nº 18417, uma vez que a mesma consta como formuladora do produto Helmstar Plus registro, nº 5813, conforme o processo nº 21000.018381/2018-91.

32. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Fertag 384 EC, registro nº 29317, conforme o processo nº 21000.017736/2018-24.

33. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, excluímos o fabricante Jiangsu Flag Chemical Industry Co. Ltd. nº 309, Changfenghe Road, Nanjing Industrial Park-210047 Nanjing, Jiangsu-China do produto Diafentiurom Técnico Ouro Fino, registro nº 18517, conforme o processo nº 21000.044039/2017-65.

34. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Boveril WP PL 63, registro nº 4902, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da modalidade de aplicação aérea para a cultura de eucalipto, conforme o processo nº 21000.003709/2018-74.

35. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social do fabricante Nectar Crop Sciences Private Limited - Índia, para a razão social Nichino Chemical India Private Limited, no registro do produto RET nº 139516-SIP 701 B, de acordo com processo nº 21000.019070/2018-49.

36. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Ridover, registro nº 13114, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Pinus e Eucalipto, conforme o processo nº 21000.031920/2016-15.

37. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Soldier, registro nº 13614, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Pinus e Eucalipto, conforme o processo nº 21000.031918/2016-46.

38. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Glifosato 720 WG Nortox, registro nº 6117, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Ameixa, Banana, Cacau, Maçã, Nectarina, Pêra, Pêssego, Pastagens, Uva, Trigo e Soja OGM, conforme o processo nº 21000.0022638/2017-28.

39. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Orthene 750 BR, registro nº 2788394, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura de milho, conforme o processo nº 21000.038674/2016-22.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 08 de janeiro de 2018, em Ato nº 01, Seção 1, item 55 onde se lê: ... Enlist SL leia-se: ... Enlistd SL, conforme processo nº 21000.018184/2018-71.

No DOU de 11 de maio de 2018, em Ato nº 37, Seção 1, item 16, onde se lê: ... foi aprovada a alteração da razão social da empresa Syngenta Agro S.A. para razão social Syngenta España S.A. - La Relva s/n 36400 Porriño (Pontevedra) Espanha; leia-se: ... foi aprovada a alteração da razão social Syngenta Agro S.A. para razão social Syngenta España S.A. La Relba s/n 36400 Porriño (Pontevedra) Espanha, conforme o processo nº 21000.017590/2018-17.

No DOU de 24 de maio de 2017, seção 1 em Ato Nº 35 de 18 maio de 2017, página 6, item 12 , onde se lê: Processo: 21000.061812/2016-77, leia-se: Processo: 21000.009133/2017-78.

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO Nº 4/2016

PROCESSO 53524.000158/2016-11. Interessados: Twister Soft Net Ltda., Cemig Distribuição S.A. I - determinar às partes que celebrem Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura em até 30 (trinta) dias, contado a partir da notificação do Despacho; II - determinar a manutenção do preço e condições do Contrato de Compartilhamento vencido de 29/09/2015 a 10/01/2016; III - estabelecer em R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos), acrescido de correção pelo IGP-DI até a presente data e tendo como data base 30 de dezembro de 2014, data da publicação da Resolução Conjunta nº 4 (Aneel, Anatel), como o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação em poste, a partir de 11/01/2016, incluído no valor os tributos devidos; IV - determinar que eventuais diferenças entre o preço praticado no período entre 11/01/2016 e a data da notificação da decisão sejam acertadas entre as partes, considerando as diretrizes do item acima; V - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do previsto no art. 36 da Resolução Conjunta nº 2, de 27 de março de 2011 (Aneel , Anatel, ANP), após exaurido o prazo para interposição de pedido de reconsideração, sem manifestação das partes; VI - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 3.963, DE 28 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53516.000098/2018-99.

Outorga autorização para uso de radiofrequência à MARIA REGINA DE MORAES MACHADO FERRARI, CPF nº 539.644.549-15, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO
UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 3.867, DE 23 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) NOVAPOL PLASTICOS LTDA, CNPJ nº 07.600.033/0001-11 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

ATO Nº 3.869, DE 23 DE MAIO DE 2018

Expede autorização à BDNET SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ nº 09.501.414/0001-79 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 14.005, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.081720/2017-40.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SAT SISTEMA A TRIBUNA DE COMUNICAÇÃO-SANTOS LTDA, CNPJ 58.780.453/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cubatão, do estado de São Paulo, mediante a utilização da radiofrequência de 497 MHz, até a data de 12/04/2037.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Nº 14.173 - Processo nº 53500.082343/2017-66.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ELDORADO LTDA, CNPJ 60.694.239/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santos/SP, mediante a utilização da radiofrequência de 617 MHz, até a data de 08/06/2037.

Nº 14.176 - Processo nº 53500.082345/2017-55.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santos/SP, mediante a utilização da radiofrequência de 629 MHz, correspondente ao canal 40, até a data de 23/11/2037, sendo o uso da radiofrequência não exclusivo, em caráter precário e secundário.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.267, DE 30 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53500.016390/2018-01.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO SECULO VINTE E UM, CNPJ 59.016.873/0001-35, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sete Lagoas/MG, mediante a utilização da radiofrequência de 533 MHz, até a data de 07/11/2037.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.321, DE 3 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.016757/2018-88.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SOCIEDADE EDUCADORA CARIRI LTDA, CNPJ 07.175.912/0001-43, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Crato/CE, mediante a utilização da radiofrequência de 102.1 MHz, até a data de 01/11/2023.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.361, DE 4 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.016940/2018-83.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MIRANTE LTDA, CNPJ 07.306.616/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bacurituba/MA, mediante a utilização da radiofrequência de 575 MHz, até a data de 04/04/2038.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.399, DE 6 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.017126/2018-86.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CAMBORIU LTDA, CNPJ 83.452.557/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Balneário Camboriú/SC, mediante a utilização da radiofrequência de 1290 kHz, até a data de 13/03/2028.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 7 DE MAIO DE 2018

Nº 3.405 - Processo nº 53500.017187/2018-43.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPREENDIMENTOS RADIODIFUSAO CABO FRIO LTDA, CNPJ 31.918.725/0001-97, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Silva Jardim/RJ, mediante a utilização da radiofrequência de 605 MHz, até a data de 14/02/2038.

Nº 3.423 - Processo nº 53500.017236/2018-48.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO MONTANHEZA DE VAZANTE LTDA, CNPJ 21.978.945/0001-52, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Vazante/MG, mediante a utilização da radiofrequência de 93.5 MHz, até a data de 12/05/2028.

Nº 3.425 - Processo nº 53500.017240/2018-14.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA CABO LTDA, CNPJ 02.311.604/0001-84, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Vista/RR, mediante a utilização da radiofrequência de 521 MHz, até a data de 08/09/2035.

Nº 3.426 - Processo nº 53500.017275/2018-45.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA DE RADIODIFUSAO PROFESSOR LOURENCO FILHO, CNPJ 66.833.450/0001-73, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Porto Ferreira/SP, mediante a utilização da radiofrequência de 89.1 MHz, até a data de 06/12/2020.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 10 DE MAIO DE 2018

Nº 3.544 - Processo nº 53500.211165/2015-25.

Outorga autorização de uso de radiofrequência, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à MINAS WORLD TELECOMUNICACOES LIMITADA ME, CNPJ/MF nº 07.520.589/0001-06, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), até 30/12/2030.

Nº 3.545 - Processo nº 53578.000425/2017-05.

Outorga autorização de uso de radiofrequência, à H. M. SANDRES SOBRINHO, CNPJ/CPF: 34.756.809/0001-60, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, até 03/07/2037.

Nº 3.563 - Processo nº 53524.002375/2018-07.

Outorga autorização de uso de radiofrequência, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), até 31/12/2025.

Nº 3.588 - Processo nº 53524.000846/2018-34.

Outorga autorização de uso de radiofrequência, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à DL INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 03.882.193/0001-40, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), até 08/08/2032.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.638, DE 13 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53504.008411/2017-95.

Outorga autorização de uso de radiofrequência, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à EXPAND TV REGIONAL LTDA - ME, CNPJ/MF nº 16.996.727/0001-00, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), pelo prazo de 15 (quinze) anos.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 15 DE MAIO DE 2018

Nº 3.694 - Processo nº 53500.016708/2018-45.

Outorga autorização de uso de radiofrequência, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à DKIROS NET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 11.778.954/0001-46, associada à Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), pelo prazo de 15 (quinze) anos.

Nº 3.705 - Processo nº 53500.016785/2018-03.

Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E PROTECAO AMBIENTAL DE RIO AZUL, CNPJ 09.284.585/0001-93, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Azul/PR, mediante a utilização da radiofrequência de 87,9 MHz, até a data de 11/04/2028.

Nº 3.708 - Processo nº 53500.016791/2018-52.

Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO ITATI, CNPJ 10.870.899/0001-57, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itati/RS, mediante a utilização da radiofrequência de 98,1 MHz, até a data de 11/04/2028.

Nº 3.709 - Processo nº 53524.002382/2018-09.

Outorga autorização de uso de radiofrequência, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à ALGAR TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), até 31/12/2025.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATOS DE 16 DE MAIO DE 2018

Nº 3.732 - Processo nº 53504.016453/2017-08.
Outorga autorização de uso de radiofrequência, à MAXSERV COMERCIO LOCACAO E ASSISTENCIA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - ME, CNPJ nº 58.634.726/0001-66, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

Nº 3.746 - Processo nº 53563.000018/2018-30.
Outorga autorização de uso de radiofrequência, à DELTA TECNOLOGIA & EMPREENDIMENTOS LTDA. ME, 07.928.665/0001-09, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências não exclusivo, em caráter precário e secundário, pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 17 DE MAIO DE 2018

Nº 3.758 - Processo nº 53500.019097/2018-97.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA DE TELEVISAO JOAO PESSOA LTDA, CNPJ 24.294.209/0001-73, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Cuité/PB, mediante a utilização da radiofrequência de 593 MHz, até a data de 31/12/2023.

Nº 3.759 - Processo nº 53500.016532/2018-21.
Outorga autorização de uso de radiofrequência, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à CLARO S.A., CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, associada à Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal (SMP), até 11/12/2018.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 18 DE MAIO DE 2018

Nº 3.786 - Processo nº 53500.016910/2018-77.
Outorga autorização de uso de radiofrequência, discriminadas na tabela abaixo, nos municípios de instalação das estações relacionadas, à NIPONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ/MF nº 05.315.153/0001-41, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), até 20/01/2022.

Nº 3.797 - Processo nº 53500.017694/2018-87.
Expede autorização à VALMIR DE AVILA - ME, CNPJ/MF nº 28.942.269/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.904, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.017336/2018-74.
Autoriza a GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação na cidade de Itapema/SC, no período de 19 de maio de 2018 a 20 de maio de 2018.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.892/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01250.077308/2017-11
Requerente: Universidade Federal do Ceará
CQB: 102/99
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 5899/17
Decisão: DEFERIDO
A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Bioinorgânica, de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção e produção industrial. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas.
No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.893/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01250.003749/2012-67
Requerente: Instituto Tecnológico Vale - ITV
CQB: 351/12
Assunto: Solicitação de Parecer para Suspensão Temporária de CQB
Extrato Prévio: 5987/18
Decisão: DEFERIDO
A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à Suspensão por mais um período de 02 anos das atividades em biossegurança do CQB.
No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.894/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01250.048898/2017-74
Requerente: Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz/Fiocruz
CQB: 111/99
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 5756/17
Decisão: DEFERIDO
A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Emprego de nanoformulações utilizando Lactococcus lactis produtor de HSP65 e mecanismos de ação na proteção da infecção por Leishmania braziliensis". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.
No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.895/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de maio de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01250.011045/2018-68
Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto
CQB: 297/10
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 5988/18
Decisão: DEFERIDO
A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução do projeto NB-2: "Análise Funcional das Vesículas Extracelulares Derivadas de Células Estromais Mesenquimais Humanas Usadas em Terapia Celular", a ser executado em área já credenciada pela CTNBio com NB-2. O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.
No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.896/2018

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 211ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 05 de abril de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:
Processo SEI nº: 01250.016643/2017-42
Requerente: Instituto de Pesquisas Tecnológicas -IPT
CQB: 055/98
Endereço: Av. Prof. Almeida Prado, 532, Butantã. São Paulo - SP. CEP 05508-901.
Assunto: Solicitação de parecer para exclusão de área do CQB da instituição.
Extrato Prévio: 5536/17 publicado no DOU de 08 de maio de 2017.
A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para Exclusão de instalações credenciadas do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Pesquisas Tecnológicas -IPT, Dra. Patrícia Léo, solicita à CTNBio parecer técnico para exclusão de área do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição. A área a ser excluída do CQB são as antigas instalações do Laboratório de Biotecnologia Industrial (LBI) localizadas no prédio 31 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas. O responsável pelo Laboratório informa que o Laboratório de Biotecnologia Industrial (LBI) foi transferido para nova área recém credenciada pela CTNBio. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.
A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.
A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

DELIBERAÇÃO Nº 6, DE 28 DE MAIO DE 2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 24, de 06 de agosto de 2015, torna público a Deliberação do Plenário do Concea, em desfavor de Wilma Helena de Oliveira, Christina Alves Peixoto e Gerlane Tavares de Souza Chioratto em face ao óbito de dois camundongos causado por inanição devido ao não fornecimento de alimento.
Processo nº 01200.707978/2016-88 (PI-33)
O Concea, após análise do referenciado processo e do Parecer nº. 004/2018/Relator-Concea, decidiu em Plenário durante a 40ª Reunião Ordinária do Concea pela gradação da infração como de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

natureza grave, com a sanção de multa de R$ 2.001,00 (dois mil e um reais) para os representados, a saber, Wilma Helena de Oliveira, Christina Alves Peixoto e Gerlane Tavares de Souza Chioratto.

A íntegra desta deliberação consta do processo arquivado na Coordenação da Secretaria Executiva do Concea (SE-Concea). Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Coordenação da SE-Concea.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 30/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.023203/2018-22 (584)

CNPJ: 02.493.951/0001-75 - MATRIZ

Razão Social: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA.

Nome da Instituição: CESUV

Endereço da Instituição: Rua São Paulo, n° 958 - Parque Jardim Alterosa - CEP: 33.200-000 - Vespasiano/MG

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0524.2018

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 30/2018/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8° da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 28 DE MAIO DE 2018

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 03/10/2016, nos termos da PO-042/2017, de 14/02/2017 e em conformidade com decisão da Diretoria Executiva em sua 15ª (décima quinta) reunião, de 15/07/2018, resolve:

Revogar o item 3.3.1. da Norma Específica de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT, Anexo IV da RN-028/2015 - Bolsas Individuais no País.

Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação.

http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/6187808

MARIO NETO BORGES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

RETIFICAÇÃO

No Despacho SERAD nº 205, da Secretaria de Radiodifusão, publicada no D.O.U de 28 de maio de 2018 - Seção 1 - pág. 9, onde se lê: Despacho de 3 de janeiro de 2018, leia-se: Despacho de 23 de maio de 2018.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SERAD nº 1616, de 23 de maio de 2018, da Secretaria de Radiodifusão, publicada no D.O.U de 28 de maio de 2018 - Seção 1 - pág. 9, onde se lê: nº do processo: 53504.021992/2011 e município: Sorocaba, leia-se: nº do processo: 53000.063768/2010 e município: Salvador.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

DESPACHO Nº 949-SEI, DE 25 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53500.006833/2015-02, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 12021/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de mudança de canal e aumento de potência interposto pela RADIO E TELEVISAO TROPICAL LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Porangatu, estado de Goiás.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 956-SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.028552/2018-31, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 23 (vinte e três) à União, a partir de 18 de maio de 2018, da SPRING TELEVISÃO S/A, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de MANAUS/AM. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, podendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade, observando, neste último caso, comunicação alternativa a ser definida pelo GIRED. Ressalta-se que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 24 (vinte e quatro), consignado por intermédio da Portaria nº 373, de 14 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 03 de junho de 2013.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 958-SEI, DE 25 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53900.027969/2016-16, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 12058/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de mudança de canal e aumento de potência interposto pela RADIO CIDADE FM DE PALHOCA LTDA - ME, outorgada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, estado de Santa Catarina.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 985-SEI, DE 25 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.029710/2018-70, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 22 (vinte e dois) à União, a partir de 25 de maio de 2018, da TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de NATAL/RN. A programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 21 (vinte e um), consignado por intermédio da Portaria nº 47, de 18 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 8 de março de 2013.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.483-SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.052704/2013-57, resolve:

Art. 1º Consignar à XETAS COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Guarapuava/PR, o canal 50 (cinquenta), correspondente à faixa de frequência de 686 a 692 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.565-SEI, DE 14 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.041335/2015-95, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Águas Formosas/MG, o canal 35 (trinta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 596 a 602 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.566-SEI, DE 14 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.039402/2013-93, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Juara/MT, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.696-SEI, DE 17 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.028120/2018-20, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO CANAL 20, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Foz do Iguaçu/PR, o canal 20 (vinte), correspondente à faixa de frequência de 506 a 512 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 692-SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.017090/2018-26, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TELEVISÃO PRINCESA D'OESTE DE CAMPINAS LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização da tecnologia digital, no município de SERRA NEGRA, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal 45 (quarenta e cinco), nos termos da Nota Técnica nº 8650/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 963-SEI, DE 25 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.020213/2018-14, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO ESTRELA DE IBIUNA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Campina Verde-MG, utilizando o canal n.º 238 (duzentos e trinta e oito), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 12160/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 1.571-E, DE 25 DE MAIO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0596 - CASA DE ANTIGUIDADES
Processo: 01416.006841/2016-87
Proponente: BE BOSSA NOVA CRIAÇÕES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: SAO PAULO/SP
CNPJ: 07.533.507/0001-50
Valor total aprovado: De R$ 1.739.954,00 para R$ 3.201.387,97
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 6060-7
Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.652.954,00 para R$ 1.819.318,57
Banco: 001- agência: 3348-0 conta corrente: 5944-7
Prazo de captação: até 31/12/2019

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

18-0198 A VIDA QUE PEDI
Processo: 01416.002622/2018-91
Proponente: CAFÉ PRETO PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA - ME.
Cidade/UF: Brusque / SC
CNPJ: 24.856.310/0001-70
Valor total aprovado: R$ 841.470,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 799.396,50
Banco: 001 - agência: 0401-4 conta corrente: 79651-4

18-0315 A ILHA ENFEITIÇADA
Processo: 01416.005113/2018-10
Proponente: WALTER DA SILVA PRODUTORA AUDIOVISUAL - ME.
Cidade/UF: Florianópolis / SC
CNPJ: 22.569.474/0001-91
Valor total aprovado: R$ 13.510.628,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 0597-5 conta corrente: 38240-X

18-0317 O HOMEM QUE ESCUTA CÃES
Processo: 01416.004909/2018-55
Proponente: MAQUINA FILME PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 13.727.181/0001-02
Valor total aprovado: R$ 2.370.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Banco: 001 - agência: 2817-7 conta corrente: 38254-X
Valor aprovado no Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 1.651.500,00
Banco: 001 - agência: 2817-7 conta corrente: 38253-1

18-0319 CORAÇÃO DE PEDRA
Processo: 01416.005116/2018-53
Proponente: VANGUARDA ASSESSORIA PRODUÇÕES E SERVIÇOS ARTÍSTICOS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.919.670/0001-58
Valor total aprovado: R$ 4.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 750.000,00
Banco: 001 - agência: 3071-6 conta corrente: 19579-0
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.050.000,00
Banco: 001 - agência: 3071-6 conta corrente: 19581-2

18-0320 TIME DE FÁBRICA
Processo: 01416.005950/2018-49
Proponente: CAFÉ PRETO PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA - ME.
Cidade/UF: Brusque / SC
CNPJ: 24.856.310/0001-70
Valor total aprovado: R$ 200.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 190.000,00
Banco: 001 - agência: 0401-4 conta corrente: 79650-6

18-0322 BEM DE VIDA
Processo: 01416.005723/2018-13
Proponente: FERNANDO PINHEIRO GUIMARAES CPF 03790795690 - ME.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 20.794.690/0001-05
Valor total aprovado: R$ 2.632.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3032-5 conta corrente: 58474-6

18-0323 EMICIDA
Processo: 01416.005728/2018-46
Proponente: CAMISA TREZE CULTURAL S/S LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.387.293/0001-25
Valor total aprovado: R$ 6.219.186,86
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 391.861,24
Banco: 001 - agência: 2807-X conta corrente: 49795-9
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00
Banco: 001 - agência: 2807-X conta corrente: 49796-7

Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.

18-0255 A TROPA
Processo: 01416.002964/2018-19
Proponente: MEDIA BRIDGE PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 13.110.657/0001-53
Valor total aprovado: R$ 3.170.000,00
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 50246-4

18-0324 DISTRITO CULTURAL - QUARTA TEMPORADA
Processo: 01416.005719/2018-55
Proponente: FABRIKA FILMES LTDA.
Cidade/UF: Brasília / DF
CNPJ: 03.218.295/0001-65
Valor total aprovado: R$ 579.000,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 550.000,00
Banco: 001 - agência: 1231-9 conta corrente: 62132-3

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 354, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181417 - ESQUETES 3 - A Dramaturgia do ator público Temporada
GRUPO DE TEATRO GRANDE PALCO
CNPJ/CPF: 08.600.946/0001-09
Processo: 01400008604201891
Cidade: Montes Claros - MG;
Valor Aprovado: R$ 160.000,21
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Temporada do espetáculo de teatro "ESQUETES 3 - A Dramaturgia do ator público"da CIA Grande Palco teatral no Museu Regional do Norte de Minas com entrada franca para a população em geral.

181404 - Pira Festival
EMPORIO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI
CNPJ/CPF: 12.244.418/0001-23
Processo: 01400008586201848
Cidade: Piracicaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 609.250,20
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de um Festival de dança tradicional, com atividades culturais que valorizem a história e identidade do município de Piracicaba. O evento ocorre em um único dia, com uma programação complementar que envolve uma série de atividades com tema correlato. Além destas apresentações,ocorrerão encontros culturais temáticos abrangendo as danças tradicionais, com seus diferentes estilos musicais e, de forma complementar, acontecerão atividades culinárias, contação de histórias,entre outros, a fim de fortalecer as diversas manifestações presentes no município.

181448 - Plano Anual Arte Despertar: Promovendo Cultura nos Hospitais
Associação Arte Despertar
CNPJ/CPF: 02.469.083/0001-98
Processo: 01400008659201800
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.204.050,77
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Plano anual para realização de 1350 intervenções artísticas utilizando as linguagens da literatura e da música por meio da dramatização de histórias dirigidas a pacientes, acompanhantes e profissionais da saúde para promover a cultura e a arte e contribuir com a humanização hospitalar.

181456 - Romeu e Julieta, O Musical Turnê
Leme Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 57.806.200/0001-53
Processo: 01400008669201837
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.336.630,19
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa a realização da remontagem e apresentações da Turnê do espetáculo Musical Romeu e Julieta, baseado no Romance de Shakespeare, com texto e direção cência de Guilherme Leme.

181430 - Roupa Suja
TEM DENDEPRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 27.482.794/0001-23
Processo: 01400008617201861
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 474.628,95
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto propõe montagem e realização de três meses de temporada do espetáculo Roupa Suja, com texto de Ingra Rosa. As temporadas terão preços populares. O projeto prevê o total de 45 apresentações ao longo de toda a execução do projeto, das quais 05 serão gratuitas e exclusivas para ONGs e instituições de apoio à mulher. O projeto terá como diferencial o olhar sensível para o afeto e união por trás de uma história que se faz presente desde muito tempo. Do total das apresentações, 08 contarão com medidas de acessibilidade - intérprete de LIBRAS.

181398 - SE NÃO AGORA, QUANDO?
ASSOCIAO ARTE FUTURA
CNPJ/CPF: 23.968.329/0001-46
Processo: 01400008580201871
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 720.000,00
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto contempla a montagem, produção e circulação de um espetáculo de dança contemporânea e sapateado. O espetáculo tem como proposta trazer ao público a reflexão sobre a questão de gênero e suas relações na sociedade moderna. Além da situação da mulher na sociedade, também será abordada a situação da mulher negra neste contexto, visto que é vítima de discriminação duplamente: quanto ao gênero e quanto à raça. Faz parte do espetáculo a produção de um audiovisual, com imagens e depoimentos captados em todas as regiões do Brasil, com abordagem consciente sobre o empoderamento feminino, no sentido de trazer à mulher força para lutar contra práticas machistas, fortalecido pela educação igualitária em uma sociedade onde homens e mulheres são igualmente seres humanos. A montagem conta com dança e música ao vivo, com circulação em 3 cidades brasileiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

181416 - Velhos Amigos: Projeções de longevidade
Diane Boda
CNPJ/CPF: 348.948.168-22
Processo: 01400008603201847
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 587.231,86
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na remontagem e circulação do espetáculo Velhos Amigos e realização de outras atividades culturais de cunho formativo ligadas ao tema proposto pelo espetáculo.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
181449 - 2ª Dezemberfest
Associação Cultural de Nova Hartz
CNPJ/CPF: 09.197.371/0001-80
Processo: 01400008660201826
Cidade: Nova Hartz - RS;
Valor Aprovado: R$ 179.977,60
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A Dezemberfest é um evento que busca resgatar e valorizar as manifestações culturais germânicas preservadas em Nova Hartz. Este projeto relaciona-se com o palco típico do evento, onde haverá a apresentação de bandinhas típicas e danças folclóricas alemãs. O projeto prevê também a realização de um desfile que resgate a história do município e sua relação com a cultura alemã.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
181413 - Pergaminho sangrento a Ferro e Fogo
ZEFERINO JORGE DE SENA NAYMAIER
CNPJ/CPF: 097.696.330-20
Processo: 01400008599201817
Cidade: Candelária - RS;
Valor Aprovado: R$ 199.455,85
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem como foco viabilizar a exposição de arte do artista Sena Naymaier intitulada "Pergaminho", uma composição que tem como foco o grande conflito da humanidade desde o seu renascimento até nossos dias

181435 - QUANDO A VIDA É UMA EUFORIA - O CARNAVAL DO RECIFE POR JOANA LIRA (Etapa - Recife)
RELICÁRIO PRODUÇÕES CULTURAIS E EDITORIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 06.790.619/0001-23
Processo: 01400008626201851
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 644.702,50
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto visa realizar a exposição "Quando a Vida é uma Euforia - o Carnaval do Recife" por Joana Lira, na cidade natal da artista. A Exposição apresentará as obras da artista gráfica Joana Lira desenvolvidas ao longo de dez anos de sua participação no projeto de intervenção urbana na cenografia do carnaval do Recife. Serão apresentados também vídeos com depoimentos e entrevistas de grandes personalidades brasileiras sobre a riqueza desta festa que é uma das maiores manifestações da cultura popular brasileira. Instalações audiovisuais comporão boa parte da exposição e espaço expositivo traçará o percurso de visitação, promovendo uma verdadeira imersão ao visitante.

181414 - Residência e diálogo entre artistas (título provisório)
Daniela Machado Cardoso
CNPJ/CPF: 344.726.958-80
Processo: 01400008601201858
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 190.130,50
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe um ateliê onde três artistas trabalharão por três meses, e uma exposição que acontecerá ao término desse período. Junto a exposição será distribuída gratuitamente uma publicação de um "diário visual" contendo o registro dos processos artísticos do ateliê nesse período e será oferecida uma oficina para adolescentes da rede pública de ensino pautada na experiência e referências dos trabalhos no ateliê, assim como uma visita a exposição que estará vigente.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181384 - 14ª Feira do Livro de Nova Hartz
Associação Cultural de Nova Hartz
CNPJ/CPF: 09.197.371/0001-80
Processo: 01400008552201853
Cidade: Nova Hartz - RS;
Valor Aprovado: R$ 69.997,31
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto busca a realização da 14ª Feira do Livro de Nova Hartz, que trata-se de um evento literário, composto por bate-papos com escritores, espetáculos teatrais e outras ações voltadas para a literatura.

181399 - Dores Rasgadas
Exito Editora Comunicaoca e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 01.658.437/0001-80
Processo: 01400008581201815
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 292.923,91
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a publicação do livro de poesias de Lucila Simonsen, escritora que retrata por meio de seus poemas questões relacionadas ao universo feminino. Além dos textos também serão apresentadas fotografias na publicação no intuito de potencializar o teor poético do texto, assim como ilustrar as situações e sentimentos sugeridos nos poemas. Serão produzidos 1500 exemplares do livro.

181434 - Feira do Livro Infantil de Salvador
PERCPAN - MARKETING E CIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 15.534.889/0001-64
Processo: 01400008624201862
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 597.331,25
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Evento literário infantil que objetiva valoriza o escritor unindo a literatura a outras performances artísticas, tornando seu trabalho mais conhecido do público e da crítica e, sobretudo, de incentivar a leitura e divulgar autores brasileiros junto ao público infantil, adolescente, jovem e adulto, contribuindo para formação de um público sensível, crítico e responsável.

181378 - Os amigos da Bin-bin e a cultura chinesa
Liz Editora LTDA
CNPJ/CPF: 13.975.515/0001-59
Processo: 01400008051201877
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 432.034,16
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Edição do Kit "Os amigos da Bin-bine a cultura chinesa", que contém livro ilustrado e atividades para estimular nas crianças e adolescentes a curiosidade para adquirir conhecimentos sobre a cultura chinesa, voltado para o público de 8 a 13 anos. Serão realizados eventos de lançamento com contação de histórias.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
181425 - I Festival Café com Leite
PERCPAN - MARKETING E CIA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 15.534.889/0001-64
Processo: 01400008612201838
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 502.050,50
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 16/07/2018
Resumo do Projeto: Uma Orquestra e os artistas,Guto Hueb e Wagner Tiso, acolherão a nova geração da nova musica mineira. Outrossim, o IFestival Café com Leiterealizará encontros eruditos da nova geração da música mineira junto artistas de renome da mesma.O projeto contará com três convidados tradicionais e três convidados da nova geração, realizandos performances inéditas.

181421 - Projeto Márcio & Tchelo
MARCIO ORTIGOSA 27388378839
CNPJ/CPF: 27.440.801/0001-24
Processo: 01400008608201870
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.662.017,50
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é a produção de um CD e DVD, para divulgação da dupla Márcio & Tchelo, e da cultura brasileira em uma turnê de shows pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais, inteiramente gratuitos a população.

181387 - Raízes da Minha Terra
FRANCISCO ANSELMO FIGUEIREDO
CNPJ/CPF: 061.407.606-40
Processo: 01400008567201811
Cidade: Elói Mendes - MG;
Valor Aprovado: R$ 557.044,00
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: OProjeto Raízes de Minhas Terratem como tema o Folclore e a Cultura Regional e será composto por Apresentações de Danças Regionais, Espetáculos de Música instrumental, Apresentações de Artes Cênicas. As atividades serão gratuitas a população.

181443 - Turnê Cantor Guilherme Di Melo
EMERSON FUNES
CNPJ/CPF: 192.604.598-00
Processo: 01400008651201835
Cidade: Diadema - SP;
Valor Aprovado: R$ 694.279,30
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Turnê composta por shows do consagrado jovem cantor da musica sertaneja , interpretando sucessos de sua carreira além da apresentação ao público de canções inéditas. A turnê é uma oportunidade para os fãs do cantor aproveitarem um evento musical diferenciado, em uma atmosfera temática, romântica e repleta de efeitos especiais e referências artísticas.

181445 - Varanda Cultural de Nazaré 2018
KAIAPO PRODUCOES ARTISTICAS, FONOGRAFICAS E PUBLICIDADE S/S LTDA-ME
CNPJ/CPF: 03.051.383/0001-15
Processo: 01400008653201824
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.817.654,00
Prazo de Captação: 29/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo a realização da Varanda Cultural de Nazaré em sua próxima edição, evento integrante do Círio de Nazaré, realizado no Pará, considerado Patrimônio Imaterial pelo Iphan e Patrimônio Imaterial da Humanidade Pela Unesco, evento que atrairá mais de 3.000.000 de espectadores de forma gratuita.

PORTARIA Nº 355, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
179479 - Inclusão através do Teatro
COOPERATIVA DE TRABALHO DE ARTISTAS TECNICOS E PRODUTORES EM ARTES CENICAS E AUDIO VISUAIS DO ESTADO DE SAO PAULO
CNPJ/CPF: 07.406.375/0001-03
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 28.365,00
Valor total atual: R$ 349.757,50

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
177486 - Requalificação do Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul - MARSUL
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 479.774,40
Valor total atual: R$ 3.223.720,60

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180428 - O Pão de Queijo - História e receitas de Minas Gerais
JULIO CESAR FERREIRA COSTA
CNPJ/CPF: 059.609.886-31
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 2.583,85
Valor total atual: R$ 302.508,50

PORTARIA N° 356, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do proponente do projeto Festas - tradição e alegria - PRONAC 17-7117, publicado na portaria n.º 0706 de 23/11/2017, no D.O.U. de 24/11/2017:

Onde se lê: MARCOS PIFFER FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA - ME

CNPJ/CPF: 59.951.848/0001-49

Leia-se: EMPRESA BRASILEIRA DE ARTE E CULTURA LTDA

CNPJ/CPF: 278.537.228-00

Art. 2º - Aprovar a alteração do proponente do projeto Brasil visto de cima - PRONAC 17-2420, publicado na portaria n.º 0575 de 20/09/2017, no D.O.U. de 21/09/2017:

Onde se lê: MARCOS PIFFER FOTOGRAFIA E EDITORA LTDA - ME

CNPJ/CPF: 59.951.848/0001-49

Leia-se: EMPRESA BRASILEIRA DE ARTE E CULTURA LTDA

CNPJ/CPF: 278.537.228-00

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 357, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS COM RESSALVA (S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo I.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme anexo II.

Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passa a ser APROVADO, após recolhimento ao FNC - Fundo Nacional de Cultura, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo III.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

APROVADAS

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
06 7962	Tomie Ohtake na FEA - USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP	63.025.530/0012-67	Instalação de uma obra de arte pública de grandes proporções, da artista plástica Tomie Ohtake, nos jardins da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade- FEA, unidade da USP, como marco dos 60 anos da Faculdade.	247.700,00	247.700,00
100058	Projeto TOM NATURAL- música instrumental	GPA Gestao De Negocios E Projetos Culturais EIRELI - EPP	06.212.122/0001-28	Levar pessoas as praças públicas para ouvir música de qualidade como entretenimento e abrir espaço para novas bandas e grupos instrumentais. A participação de grupos de choros é uma maneira de valorizar músicos muitas vezes desconhecidos, mas de reconhecida qualidade, mantendo a característica regional e despretensiosa deste estilo musical. Manter a tradição dos grupos locais e regionais de Choro em apresentações públicas, é também um dos objetivos do projeto. Participam do projeto, grupos instrumentais de música em geral como blues, jazz, mpb, big band, música latina e grupos de choro da cidade e região. O projeto já faz parte das atividades artísticas oficiais da cidade.	209.649,00	142.000,00
084520	Mesa Verde - Cena Contemporânea de Dança	Decio Antunes Ribeiro	206.811.430-53	Realizar Festival de Dança Contemporânea na cidade de Porto Alegre/RS.	243.064,80	148.895,00
091316	Festival de Violeiros do Norte e Nordeste - XXXVI	Associação dos Violeiros e Poetas Populares do Piauí	11.630.738/0001-59	Realização do XXXVI Festival de Violeiros do Norte e Nordeste, nos dias 21, 22 e 23 de agosto, com apresentação de violeiros de toda a região nordestina e convidados especiais, na cidade de Teresina, como forma de oportunizar aos criadores do repente a difusão e divulgação de seus trabalhos.	93.465,00	40.000,00
087973	Pirata Barba Ruiva (O)	Buenos Dias projetos e Produções Culturais Ltda.	01.645.518/0001-45	Produção, elaboração, edição e publicação do livro infanto-juvenil, o texto como fraternidade, esperança, fé entre outros.	130.982,50	87.384,00
113765	7° ALELUIA, É NATAL!	Associacao De Amigos Da Pinacoteca Benedicto Calixto	06.115.706/0001-85	A Associação de Amigos da Pinacoteca Benedicto Calixto apresenta a 7ª edição do Projeto Aleluia, é Natal! O casarão da Pinacoteca Benedicto Calixto será o palco desta vibrante atração cultural que já faz parte do Calendário Cultural de Santos. Serão três dias onde 9 corais de Santos, Cubatão, São Paulo e Tatuí se apresentarão para cerca de 1200 pessoas. Além da apresentação de uma iluminação especial do Casarão para a época natalina.	73.510,00	24.510,00
094693	Intervenção e Criação - arte nas ruas	Educare Produções Ltda.- Me	09.395.505/0001-77	Intervenção e Criação - arte nas ruas - consiste na criação, montagens e exposição itinerante de uma escultura skatável (dimensões) e de fotos/vídeos de shapes em praça pública e na Galeria Bergamin, na cidade de São Paulo.A escultura skatável será disponibilizada para performances corporais.Este projeto integrará a cidade de São Paulo no incipiente movimento internacional de cultura urbana (Roll Rampantand Free, EUA; The Side Effects of Urethane, Londres; Transfer, Brasil; Stefan Marx, Suécia).	247.654,00	247.654,00

ANEXO II

APROVADAS COM RESSALVA

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
02 1194	Vem Dançar Comigo	Ginga Companhia de Dança	02.955.888/0001-41	Conhecer os movimentos espontâneos e organizados de dança existentes nos bairros periféricos da cidade de Campo Grande/MS, através de encontros semanais e, realizar oficinas para estas comunidades e, do resultado desses encontros elaborar e apresentar espetáculos de danças, entre julho e novembro de 2002.	79.160,00	70.000,00
05 4320	Arte de J. Borges do Cordel à Xilogravura	Art Unlimited Ltda.	00.831.284/0001-68	Pretende remontar a exposição supra em Minas Gerais ou Paraná, segundo carta resposta à fl. 19, divulgando o trabalho de J. Borges, pernambucano e um dos maiores intérpretes da cultura popular brasileira. A mostra reunirá xilogravuras, matrizes e cenografia que remeterá ao agreste de Pernambuco. Será montado um ateliê de xilogravura ministrado pelo próprio J. Borges e seus filhos.	481.057,50	280.000,00
05 3461	Sala Especial Carlos Bratke - 6ª Bienal de Arquitetura	vb oficina de projetos ltda.	06.540.036/0001-44	A Bienal Internacional de Arquitetura é composta de: Salas Especiais, Exposição Geral de Arquitetos, Fórum de Debates e Espaço Institucional, na cidade de São Paulo no mês de setembro de 2005. O arquiteto Carlos Bratke foi contemplado com uma Sala Especial. O projeto consiste na produção, através da realização de uma exposição sobre deste arquiteto, o qual serão reproduzidas maquetes e grandes painéis de projetos realizados. Será produzido um DVD. Período de realização 150 dias.	202.180,00	46.000,00
07 3488	Humano e Selvagem O Limite da Distância	Renctas Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres	03.815.740/0001-74	Realizar uma exposição itinerante composta de fotos e elementos artísticos em cinco capitais nacionais abordando a relação sócio-cultural do brasileiro com a fauna silvestre e suas conseqüências ambientais.	394.366,50	103.960,00
06 3022	Prévias Jazz Festival - Brasília	SCOM Publicidade LTDA	74.062.381/0001-70	O projeto visa trazer o jazz para locais de livre acesso ao público, através da realização de shows mensais em Brasília, com bandas regionais, a partir do mês de março até agosto.	178.430,45	80.000,00
10 11107	5º CONTATO: Festival Multimídia Colaborativo	Fundação de apoio institucional ao desenvolvimento científico e Tecnológico - FAI.UFSCar	66.991.647/0001-30	Conhecido por colocar público e artistas literalmente em contato o festival possui mais de 30 atrações ao longo de 6 dias de programação entre elas: shows, sessões de cinema, feira de economia solidária, performance, festival gastronômico, programação infantil, debates, mostras de arte eletrônica, teatro, oficinas e diversas outras formas de manifestação cultural. O CONTATO é um projeto multimídia gratuito realizado pela Universidade Federal de São Carlos.	478.350,00	100.680,00
03 0178	Teatro para Terceira Idade	Katiuscia da Silva Oliveira	695.260.101-59	Montagem de um espetáculo Teatral para Terceira Idade. As apresentações serão realizadas nas cidades de Dourados e Campo Grande ao longo de 10 meses. O proponente prevê um público de aproximadamente 30 espectadores com idades acima de 50 anos por apresentação, e a entrada será franca.	50.000,00	50.000,00
04 3390	Oficinas de Música	Galpão de Arte	05.448.371/0001-54	Conhecer e executar um clássico da música erudita e popular. Manter as oficinas do Galpão de Artes por meio de contratação de professores e aquisição de instrumentos e equipamentos.	98.510,00	98.510,00
05 4315	Maria Martins - Escultora dos Trópicos	Artviva Produção Cultural LTDA	00.619.231/0001-88	Tem como objetivo a edição de um livro, para valorizar e tornar pública a obra da mineira Maria Martins (1894-1973). Considerada a única escultora surrealista brasileira. Tiragem de 3.000 exemplares.	409.170,00	320.000,00
03 0198	Temporada de Concertos 2003 da Camerata Florianópolis	Associação Filarmônica Camerata Florianópolis	01.962.610/0001-39	Realizar, no teatro do CIC, em Florianópolis/SC, uma série de quatro concertos com a Camerata Flórianapolis e solistas convidados. O projeto prevê ainda a contratação do maestro, solistas e orquestras com 22 músicos.	99.990,00	49.714,00
05 2748	Restauração do acervo de pinturas sobre telas da Igreja	Carolina Maria Proença Nardi	523.114.226-34	Restaurar a integridade física e estética das pinturas sobre tela do acervo de elementos artísticos tombados em 29/09/97 pelo IEPHAN/MG, pertencentes a Igreja Matriz de São José das Três Ilhas em Belmiro Braga/MG. A restauração será realizada no período de agosto de 2005 à maio de 2006, em ateliê particular na cidade de Belo Horizonte.	113.890,00	113.890,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Matriz de São José das Três Ilhas - Belmiro					
04 0740	Biblioteca AMCM	Associação de Moradores e Produtores da Comunidade de Colônia Municipal e Adjacencias	05.130.683/0001-15	Implantação de biblioteca pública na comunidade rural do município da Lapa, Paraná (PR), atendendo uma população de 3.000 habitantes rurais. A biblioteca será instalada na sede da associação numa sala com 50m2, com iluminação adequada, segurança e proximidade da escola e igreja e de fácil acesso a toda a população.	154.150,00	80.720,00
033293	Estrela Nova	Editora Terceiro Nome Ltda.	02.868.441/0001-35	Visa a publicação de um livro sobre os vinte anos do Estrela Nova, resgatando a história deste movimento para os próprios protagonistas.	198.400,40	141.583,25
092229	O Olho da Barriga	Lívia Ferolla	570.778.436-53	Remontar a peça teatral O Olho da Barriga, comédia, para circulação em cidades do interior de Minas Gerais e SP buscando a reflexão de valores morais e éticos da sociedade de consumo, assuntos abordados no texto da peça. Levar o entretenimento cultural com intuito de formação de público e oportunizar acessibilidade para jovens e crianças estudantes e comunidades de baixa renda, ações de relevada importância na formação cultural. Serão realizados 14 espetáculos.	25.598,21	25.598,21
033391	História das Ideias no Brasil	Instituto de Estudos Políticos e Sociais - IEPES	30.456.982/0001-91	Produzir um livro que, acompanhando, através de alguns autores e personagens, as grandes ideias que formaram, ao longo do tempo, uma dimensão política e intelectual básica da cultura brasileira. Este livro se dirige, por certo, aos pesquisadores e estudiosos da nossa história e da nossa cultura. Mas também, e sobretudo, aos professores e estudantes das nossas universidades, especialmente os da área de humanidades, como direito, história, ciências sociais, comunicação, etc. Nosso entendimento é que a história brasileira foi sempre, para o bem e para o mal, alimentada por grandes ideias e grandes projetos.	141.600,00	35.000,00
089572	Medalhas e Moedas Contam a História do Brasil Holandês	Gallas, Disperati Serviços Empresariais LTDA	08.237.092/0001-30	Publicar o livro de cultura e arte, Medalhas e Moedas, com o objetivo de resgatar a história da ocupação holandesa do nordeste do Brasil e no século XVII.	349.844,00	349.508,00
080116	Phusion - Edição RJ	Fulô Projetos de Cultura Ltda.	06.037.757/0001-36	Promover uma série de encontros no Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro entre expoentes do jazz brasileiro e nomes da música eletrônica.	235.420,00	160.000,00

ANEXO III

REPROVADAS

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
02 0601	Série Jovens Talentos Catarinenses	Alvaro Guimarães Vieira da Silva	456.474.619-72	O projeto "Série Jovens Talentos Catarinenses" prevê a apresentações de quatro espetáculos (concertos de piano) no teatro do CIC com jovens Musicos que vem se destacando a nível nacional, em concursos, festivais e recitais, entre junho e novembro de 2002 na cidade de Florianópolis/SC. Os espetáculos serão gratuítos.	21.464,65	17.378,74	17.378,74

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 760/GC3, DE 28 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre delegação e atribuição de competências ao Diretor de Administração do Pessoal para a realização de atos descritos nesta Portaria.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso I e no § 1º do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, no § 3º do art. 17 do Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009, e no parágrafo único do art. 2º do Regulamento do Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, e o que consta do Processo nº 67400.001750/2018-02, procedente do Comando-Geral do Pessoal, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Administração do Pessoal, obedecidas as disposições legais, para a realização dos seguintes atos:

I - promover e despachar os processos de convocação, designação e incorporação de voluntários, para a prestação do Serviço Militar, em caráter temporário, por meio da realização do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), do Estágio de Instrução e Serviço (EIS), do Estágio de Adaptação Técnico (EAT) e do Estágio de Instrução Técnico (EIT), com vistas ao ingresso no Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados;

II - promover e despachar os processos de convocação, designação e incorporação de voluntários, para a prestação do Serviço Militar, em caráter temporário, por meio da realização do Estágio de Adaptação para Praças (EAP) e do Estágio de Instrução para Praças (EIP), com vistas ao ingresso no Quadro de Sargentos da Reserva de 2ª Classe Convocados;

III - promover os processos de incorporação de integrantes da Reserva das Forças Armadas para a prestação do Serviço Militar Inicial, por meio da realização do Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), com vistas ao ingresso no Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados;

IV - declarar Aspirante a Oficial do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados;

V - declarar Terceiro-Sargento do Quadro de Sargentos da Reserva de 2ª Classe Convocados;

VI - gerenciar a Seleção Geral, nos Municípios Tributários Exclusivos da Aeronáutica, e a Seleção Complementar dos convocados para o Serviço Militar Inicial;

VII - gerenciar os processos seletivos de soldados, visando à matrícula no Curso de Formação de Cabos (CFC) e no Curso de Especialização de Soldados (CESD);

VIII - incorporação e/ou matrícula nos seguintes estágios e cursos: Estágio de Adaptação Técnico (EAT), Estágio de Instrução Técnico (EIT), Estágio de Adaptação e Serviço (EAS), Estágio de Instrução e Serviço (EIS), Estágio de Adaptação de Praças (EAP), Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento de Taifa (EAGST), Estágio de Adaptação à Graduação de Terceiro Sargento (EAGTS), Estágio de Instrução de Praças (EIP), Curso de Formação de Taifeiros (CFT), Curso de Formação de Cabos (CFC), Curso de Especialização de Soldados (CESD) e Curso de Formação de Soldados (CFSD);

IX - declaração de Taifeiro de Segunda-Classe, por ocasião da matrícula no CFT, e inclusão no Quadro de Taifeiros da Aeronáutica (QTA);

X - declaração de Soldado de Segunda-Classe, não mobilizável, e inclusão em um dos Subgrupamentos;

XI - desligamento, por não conclusão, com aproveitamento, dos Cursos e Estágios nominados no inciso VII desta portaria; e

XII - homologação da conclusão, com aproveitamento, dos Cursos e Estágios nominados no inciso VII desta portaria.

Art. 2º Atribuir ao Diretor de Administração do Pessoal, obedecidas as disposições legais:

I - a concessão de prorrogação do tempo de serviço dos Soldados de Segunda-Classe (S2) e Soldados de Primeira-Classe (S1), prevista no art. 25 do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado por meio do Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, levando-se em consideração parecer do Comandante da Organização à qual o militar estiver subordinado, obedecidos os incisos I a V do mesmo artigo; e

II - o ato de promoção a Soldado de Primeira-Classe (S1), previsto no art. 23 do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado por meio do Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 957/GC3, de 27 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 28 de junho de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 504, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto na Portaria Interministerial nº 316, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam distribuídos, do Ministério da Educação para as Instituições Federais de Ensino Superior, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

ANEXO

Cargo: 705001 - Professor do Magistério Superior

ÓRGÃO		QUANT.	CÓDIGO DE VAGA	
			INICIAL	FINAL
26237 UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	5	0932624	0932628
26241 UFPR	Universidade Federal do Paraná	5	0932629	0932633
26244 UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3	0932634	0932636
26247 UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	5	0932637	0932641
26260 UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas	4	0932642	0932645
26263 UFLA	Universidade Federal de Lavras	5	0932646	0932650
26266 UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa	4	0932651	0932654
26267 UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	5	0932655	0932659
26272 UFMA	Universidade Federal do Maranhão	5	0932660	0932664
26274 UFU	Universidade Federal de Uberlândia	5	0932665	0932669
26277 UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	2	0932670	0932671
26279 UFPI	Universidade Federal do Piauí	5	0932672	0932676
26282 UFV	Universidade Federal de Viçosa	1	0931193	-
26284 UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	2	0932677	0932678
26285 UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei	4	0932679	0932682
26442 UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	4	0932683	0932686
26252 UFCG	Universidade Federal de Campina Grande	2	0932687	0932688
26233 UFC	Universidade Federal do Ceará	25	0932599	0932623

Cargo: 707001 - Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ÓRGÃO		QUANT.	CÓDIGO DE VAGA	
26231 UFAL	Universidade Federal de Alagoas	2	251360	0251674

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 571, DE 28 DE MAIO DE 2018

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 19/05/2015, publicado no Diário Oficial da União de 20/05/2015, considerando o que consta do Processo 012147/2015, resolve:

Aplicar à empresa DRUMOND E CASTRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME, CNPJ nº 10.305.583/0001-12, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 (três) anos e 9 (nove) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens 04, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20 e 22, constantes do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2015NE803327, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos itens 19 e 19.1 do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 266/2015 c/c subitens 11.1, 11.1.6, 11.2, 11.2.2 e 11.4 do Termo de Referência, determinando, ainda, o cancelamento dos itens não entregues, o registro das punições e o descredenciamento junto ao Sicaf, com arrimo no subitem 11.6 do Termo de Referência.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES
Reitora

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS ALEGRE

PORTARIA Nº 281, DE 25 DE MAIO DE 2018

Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado.

A Diretora-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Campus de Alegre, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo nº 23149.000424/2018-22, homologa e torna público o resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para a contratação de Professor Substituto para as Disciplinas de Biologia, Educação, Educação Física, Química e Produção Vegetal/Gestão, objeto do Edital nº. 01/2018 - Campi de Alegre e Ibatiba, de 13/04/2018, publicado no DOU de 16/04/2018, conforme discriminação a seguir:

Área de Estudo: Biologia

Nome	Resultado Final	
	Pontuação	Classificação
JULIANA MIRANDA FERREIRA	80,56	1º
THAIS DE ASSIS VOLPI	72,32	2°
JULIANA YWASAKI LIMA	71,28	3º
KMILA GOMES DA SILVA	69,70	4º
FRANCIELE BARROS DE SOUZA SOBREIRA	68,36	5º

Área de Estudo: Educação

Nome	Resultado Final	
	Pontuação	Classificação
MICHELE PAZOLINI	74,40	1º
LAILA JULIA GOMES MATTOS	62,04	2°

Área de Estudo: Educação Física

Nome	Resultado Final	
	Pontuação	Classificação
NATHALIA PAULA DA SILVA MOREIRA	67,80	1º
FELIPE ANTONUCCI DE OLIVEIRA	65,60	2°
NADYNE VENTURINI TRINDADE	62,40	3º
ALAN ALVES DE OLIVEIRA	52,60	4º

Área de Estudo: Química

Nome	Resultado Final	
	Pontuação	Classificação
MARCELO PEDROSO	74,46	1º
JAÍNE BARRERA DA CUNHA	62,02	2°
ARTHUR VALBON RODRIGUES	58,16	3º
MARIANA ZANOTELLI GOMES FORNAZIER	53,00	4º

Área de Estudo: Produção Vegetal/Gestão

Nome	Resultado Final	
	Pontuação	Classificação
ANA PAULA ALMEIDA BERTOSSI DE SOUZA	78,70	1º
JOSÉ ROMARIO DE CARVALHO	77,56	2°
DIEGO MATHIAS NATAL DA SILVA	74,80	3º
RITHIELY PASCHOA QUEIROZ CAVATTE	74,30	4º
CINTIA MACHADO DE OLIVEIRA MOULIN CARIAS	71,20	5º

MARIA VALDETE SANTOS TANNURE
Diretora

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

CAMPUS BETIM

PORTARIA Nº 51, DE 21 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL PRO-TEMPORE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS BETIM, nomeado pela Portaria IFMG nº 441, de 14/05/2018, publicada no DOU de 16/05/2018, Seção 2, pág. 23, e no uso das atribuições que lhe são pela Portaria IFMG nº 475 de 6 de abril de 2016, publicada no DOU de 15/04/2016, Seção 2, pág. 17, retificada pela Portaria IFMG nº 805, de 4 de julho de 2016, publicada no DOU de 6 de julho de 2016, Seção 2, pág. 22, retificada pela Portaria IFMG nº 1078, de 27 de setembro de 2016, publicada no DOU de 04 de Outubro de 2016, Seção 2, pág. 20, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, a partir de 31 de maio de 2018 até 30 de maio de 2019, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Visitante - Edital nº 10, de 18 de abril de 2017, publicado no DOU em 19 de abril de 2017, seção 3, página 44, homologado em 31/05/2017, no DOU nº 103, Seção 3, página 67.

Art. 2º. Determinar que a presente Portaria seja devidamente publicada no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviços do IFMG.

Art. 3º. Determinar que a Gestão de Pessoas adote as providências cabíveis à aplicação da presente Portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WELINTON LA FONTAINE LOPES

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RETIFICAÇÃO

A Portaria n° 367, de 4 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 86, de 7 de maio de 2018, Seção 1, pág. 28, passa a vigorar com as seguintes alterações:

No Caput, onde se lê: "...o disposto no § 5º, do Art. 37, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017...", leia-se: "...o disposto no § 5º, do Art. 34, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017..."

No Art. 1°, onde se lê: "...avaliadores selecionados e capacitados para avaliação Institucional Externa do SINAES...", leia-se: "...avaliadores selecionados e capacitados no Instrumento de Avaliação Externa do SINAES..."

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 15, DE 23 DE MAIO DE 2018

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, conforme Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, substituta, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais, em plena atividade e com matrículas que ainda não tenham sido contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata a Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Unidades do Proinfância.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDA PERES DE LIMA

ANEXO

UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em novos estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos de programas federais e que estão em plena atividade				Valor do Repasse
				Creche Parcial	Creche Integral	Pré-Escola Parcial	Pré-Escola Integral	
CE	Fortaleza	07.954.605/0001-60	2304400	0	523	230	0	2.236.153,30
CE	Milagres	07.655.277/0001-00	2308302	100	0	54	0	338.017,68
GO	Luziânia	01.169.416/0001-09	5212501	225	54	142	0	1.066.243,45
MG	Ervália	18.133.306/0001-81	3124005	0	105	76	0	518.245,18
RJ	Rio de Janeiro	42.498.733/0001-48	3304557	0	7	0	3	2.566,53
SP	Jacareí	46.694.139/0001-83	3524402	32	62	0	0	274.608,98
SP	São Carlos	45.358.249/0001-01	3548906	71	23	34	0	296.094,74
TOTAL				428	774	536	3	4.731.929,86

PORTARIA Nº 16, DE 23 DE MAIO DE 2018

Autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a realizar a transferência de recurso financeiro para a manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil aos municípios e ao Distrito Federal que pleitearam e estão aptos para pagamento, conforme Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, substituta, no uso das atribuições, resolve:

Art. 1º Divulgar os municípios e o Distrito Federal que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público que tenham cadastradas novas matrículas em novas turmas e que ainda não foram contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata a Lei nº 12.722 de 3 de outubro de 2012, e conforme informações declaradas pelos municípios e o Distrito Federal no SIMEC - Módulo E.I. Manutenção - Novas Turmas de Educação Infantil.

Art. 2º Autorizar o FNDE/MEC a realizar transferência de recursos financeiros aos municípios e Distrito Federal para manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, conforme destinatários e valores constantes da listagem anexa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDA PERES DE LIMA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO								
UF	Municípios	CNPJ	Código IBGE	Quantidade de novas matrículas em novas turmas de educação infantil, declaradas pelos Municípios e o Distrito Federal, em estabelecimentos públicos e /ou conveniados com o poder público				Valor do Repasse
				Creche Púb/Conv Parcial	Creche Púb/Conv Integral	Pré-Escola Púb/Conv Parcial	Pré-Escola Púb/Conv Integral	
AM	Atalaia do Norte	04.530.713/0001-18	1300201	0	0	81	0	183.262,72
AM	Juruá	04.588.596/0001-43	1302207	46	0	0	0	104.075,12
BA	Ibipitanga	13.781.364/0001-06	2912509	12	0	0	0	27.150,03
BA	Serra do Ramalho	16.417.784/0001-98	2930154	79	0	24	0	233.037,77
CE	Aracati	07.684.756/0001-46	2301109	181	0	91	0	665.427,15
CE	Boa Viagem	07.963.515/0001-36	2302404	0	131	22	0	435.079,14
CE	Cariré	07.598.600/0001-42	2303105	71	0	21	0	204.379,39
CE	Iracema	07.891.658/0001-80	2306009	20	0	0	0	4.791,72
CE	Milhã	06.741.565/0001-06	2308351	17	0	0	0	38.462,55
CE	Sobral	07.598.634/0001-37	2312908	90	0	19	0	52.229,72
ES	São Mateus	27.167.477/0001-12	3204906	199	10	0	0	101.584,41
GO	Jesúpolis	37.623.501/0001-34	5212055	12	0	0	0	33.183,37
GO	São Luís de Montes Belos	02.320.406/0001-87	5220108	0	18	90	0	256.567,77
MG	Araújos	18.300.996/0001-16	3103900	0	0	75	0	169.687,70
MG	Arcos	18.306.662/0001-50	3104205	0	0	44	0	88.488,99
MG	Brasilândia de Minas	01.602.009/0001-35	3108552	54	0	97	0	379.597,65
MG	Carangola	19.279.827/0001-04	3113305	0	15	0	30	161.768,88
MG	Carvalhópolis	18.242.800/0001-84	3114709	11	0	0	59	220.468,27
MG	Extrema	18.677.591/0001-00	3125101	0	46	11	162	636.668,07
MG	João Pinheiro	16.930.299/0001-13	3136306	15	0	0	0	33.937,54
MG	Lagoa Dourada	18.557.595/0001-46	3137403	0	0	28	0	63.350,08
MG	Maravilhas	18.313.841/0001-14	3139706	0	14	0	0	41.177,54
MG	Oratórios	01.616.836/0001-88	3145851	28	0	0	0	56.311,18
MG	Palma	17.734.906/0001-32	3146701	0	12	0	30	123.532,61
MG	Patos de Minas	18.602.011/0001-07	3148004	0	0	44	0	110.611,24
MG	Paula Cândido	17.763.715/0001-07	3148301	27	0	0	0	61.087,56
MG	Rio Espera	24.179.665/0001-72	3155207	11	0	6	0	38.462,55
MG	Tiradentes	18.557.579/0001-53	3168804	19	0	0	0	42.987,55
MG	Tumiritinga	21.078.563/0001-72	3169505	0	31	0	0	125.519,06
MG	Uberlândia	18.431.312/0001-15	3170206	40	0	10	0	100.555,66
MG	Virgínia	25.970.260/0001-10	3171709	15	0	0	0	33.937,54
MG	Visconde do Rio Branco	18.137.927/0001-33	3172004	0	0	11	0	24.887,53
MT	Querência	37.465.002/0001-66	5107065	46	0	0	0	104.075,13
MT	Sorriso	03.239.076/0001-62	5107925	329	0	0	0	744.363,32
PA	Concórdia do Pará	14.145.791/0001-52	1502756	292	0	11	0	1.016.323,07
PB	Cuitegi	08.781.791/0001-46	2505204	15	9	0	0	67.120,90
PI	Assunção do Piauí	01.612.561/0001-04	2201051	22	0	0	0	49.775,06
PI	Baixa Grande do Ribeiro	41.522.178/0001-80	2201150	234	0	0	0	529.425,59
PI	Barras	06.554.406/0001-00	2201200	14	0	33	0	101.812,62
PI	Lagoa de São Francisco	01.612.584/0001-19	2205573	0	0	37	0	83.712,60
PI	Murici dos Portelas	01.612.596/0001-43	2206696	16	0	0	0	36.200,04
PR	Centenário do Sul	75.845.503/0001-67	4105102	0	11	0	0	28.758,91
PR	Guarapuava	76.178.037/0001-76	4109401	0	0	197	0	450.238,00
PR	Ivaí	76.175.918/0001-33	4111407	23	0	15	0	105.080,67
PR	Paiçandu	76.282.664/0001-52	4117503	0	82	0	0	51.079,71
PR	São João	76.995.422/0001-06	4124806	0	0	12	0	27.150,03
RJ	Guapimirim	39.547.500/0001-83	3301850	0	66	0	0	194.122,67
RJ	Porto Real	01.612.355/0001-02	3304110	68	0	21	0	201.362,72
RJ	Vassouras	32.412.819/0001-52	3306206	56	19	0	0	38.669,16
RN	São Francisco do Oeste	08.154.015/0001-16	2411908	27	0	0	0	61.087,57
RN	São Miguel do Gostoso	01.612.396/0001-90	2412559	18	0	19	0	8.864,68
RN	Taboleiro Grande	08.157.810/0001-68	2413805	24	0	0	0	54.300,06
RR	Cantá	01.612.682/0001-56	1400175	10	0	23	0	110.688,66
RS	Barra Funda	94.704.004/0001-02	4301958	0	0	12	0	24.133,36
RS	Capão do Leão	87.691.507/0001-17	4304663	56	10	20	0	201.362,72
RS	Ciríaco	88.202.437/0001-59	4305504	4	0	0	0	8.044,45
RS	Faxinalzinho	92.453.851/0001-08	4308052	0	0	0	7	20.588,77
RS	Fontoura Xavier	87.612.768/0001-02	4308300	0	0	11	0	24.887,53
RS	Garibaldi	88.594.999/0001-95	4308607	0	0	52	0	104.577,90
RS	Gramado dos Loureiros	94.703.964/0001-40	4309126	14	0	0	0	31.675,04
RS	Guaporé	87.862.397/0001-09	4309407	0	17	0	0	10.589,70
RS	Ilópolis	88.186.424/0001-33	4310306	11	29	0	0	122.426,51
RS	Salvador das Missões	93.592.731/0001-54	4316477	0	0	11	0	2.635,44
RS	Santa Clara do Sul	94.705.936/0001-61	4316758	0	0	0	20	58.825,05
RS	Santa Maria	88.488.366/0001-00	4316907	49	102	135	0	663.030,82
RS	Santa Vitória do Palmar	88.824.099/0001-97	4317301	0	0	46	0	115.639,02
RS	São Jerônimo	88.117.700/0001-01	4318408	0	98	50	0	510.030,42
RS	São Valentim do Sul	92.902.055/0001-05	4319711	10	16	0	0	61.942,28
RS	Três Forquilhas	93.317.998/0001-33	4321832	0	0	23	0	57.819,51
RS	Uruguaiana	88.131.164/0001-07	4322400	23	0	0	0	50.026,45
RS	Vacaria	87.866.745/0001-16	4322509	11	63	36	0	282.586,54
SC	Ermo	01.608.905/0001-01	4205191	0	0	13	0	29.412,53
SC	Herval d'Oeste	82.939.430/0001-38	4206702	0	0	6	0	13.575,02
TOTAL				2319	799	1457	308	11.310.288,29

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 364, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, publicadas em 22 de dezembro de 2017, e considerando o processo nº 23000.007609/2017-61 e o Parecer CNE/CES nº 115/2018, homologado pelo Ministro do Estado da Educação em 25 de maio de 2018, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Medicina, bacharelado (87941), ministrado pela Universidade de Araraquara - UNIARA (124), com sede na rua Voluntários da Pátria, nº 1.309, centro, no município de Araraquara, no estado de São Paulo, mantida pela Associação São Bento de Ensino (88).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 150 (cento e cinquenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 365, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e considerando o Parecer CNE/CES nº 380/2017, homologado pelo Ministro de Estado da Educação por intermédio do Despacho publicado no Diário Oficial da União em 18 de maio de 2018, seção 1, página 38, conforme consta do registro e-MEC nº 201210605, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o Curso de Engenharia Civil, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser ministrado pela Faculdade de Dracena, instalada na Avenida Expedicionário, nº 1.413, Centro, no município de Dracena, no estado de São Paulo, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Presidente Prudente - CESPP, com sede no município de Presidente Prudente, no estado de São Paulo.

Art. 2º Revogar a Portaria da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior nº 694, de 10 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 131 em 11 de julho de 2017, seção 1, página 19.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA N° 366, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa n° 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22 de dezembro de 2017, e conforme consta do Processo nº 00732.000846/2018-12 e do Despacho Ministerial de 25 de maio de 2018, publicado em 28 de maio de 2018, que homologa o Parecer CES/CNE n.º 184/2018, referente ao processo e-MEC 201601878, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Farmácia, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau Parnamirim (16943), com sede na Rua Pedro Bezerra Filho, nº 35, bairro Santos Reis, no município de Parnamirim, no estado do Rio Grande do Norte, mantida pela Sociedade Universitária Mileto Ltda. (15562).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2° A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA N° 367, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa n° 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22 de dezembro de 2017, e conforme consta do Processo nº 23000.018429/2015-43 e do Despacho Ministerial de 25 de maio de 2018, publicado em 28 de maio de 2018, que homologa o Parecer CES/CNE n.º 520/2016, referente ao processo e-MEC 201353541, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Pedagogia, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, a ser ofertado pela Faculdade Mauá de Brasília - MAUADF (3867), localizada na Colônia Agrícola Samambaia, Rua 4-C, nº 12, Taguatinga, Região Administrativa III, Brasília/DF, mantida pelo Instituto Mauá de Pesquisa e Educação Ltda. - ME (2438).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2° A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA N° 368, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa n° 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22 de dezembro de 2017, e conforme consta do Processo 00732.000038/2017-74 e do Despacho Ministerial de 18 de maio de 2017, que homologa o Parecer CES/CNE n.º 633/2016, referente ao processo e-MEC 201404047, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, com 120 (centro e vinte) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade Ateneu (FATE), com sede na Avenida Coletor Antônio Gadelha, nº 621, Messejana, município de Fortaleza, estado do Ceará, mantida pela Sociedade Educacional Edice Portela Ltda. (1629).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2° A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA N° 369, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa n° 23, de 21 de dezembro de 2017, publicada em 22 de dezembro de 2017, e conforme consta do Processo nº 00732.000824/2018-52 e do Despacho Ministerial de 25 de maio de 2018, publicado em 28 de maio de 2018, que homologa o Parecer CES/CNE n.º 183/2018, referente ao processo e-MEC 201403200, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Serviço Social, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, a ser oferecido pela Faculdade de Piracanjuba - FAP (1404), com sede na Avenida Amym Daher, s/nº, Esquina com Rod. GO-217, Setor Norte, município de Piracanjuba, no estado de Goiás, mantida pelo Centro de Ensino Superior de Piracanjuba (931).

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2° A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento do respectivo curso, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 776, DE 25 DE MAIO DE 2018

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas através da Portaria nº 01, de 02/01/2017, resolve:

Retificar a Portaria de Homologação nº 692, de 14/05/2018, DOU de 15/05/2018, seção 1, página 24, nos seguintes termos:

1- No item 2.2.3 - Concurso 67 - Vagas, onde se lê: "(01 Vaga)"; leia-se: "(04 Vagas)".

2 - No item 3.1.1, leia-se a listagem dos classificados nos seguintes termos:

a) Relação de candidatos: ampla concorrência

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	ANA LUIZA AVELAR DE OLIVEIRA	8,19
2º	CRISTIANE LUIZA SABINO DE SOUZA	7,99
3º	MARIANA COSTA CARVALHO	7,79

b) Relação de candidatos: autodeclaração negros ou pardos

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	CRISTIANE LUIZA SABINO DE SOUZA	7,99

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

PORTARIA Nº 777, DE 25 DE MAIO DE 2018

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no uso de suas atribuições e de suas competências delegadas através da Portaria nº 01, de 02/01/2017, resolve:

Retificar a Portaria de Homologação nº 740, de 18/05/2018, DOU de 21/05/2018, seção 1, páginas 38 e 39, nos seguintes termos:

1 - No item 2.1.1, leia-se a listagem dos classificados nos seguintes termos:

a) Relação de candidatos: ampla concorrência

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	THIAGO TEIXEIRA TASSO	8,34
2º	JORGE LUIZ SÔNEGO MILANI	7,98
3º	VICTOR AUGUSTO ARAÚJO DE FREITAS	7,86
4º	FERNANDO R. GOULART BERGAMINI	7,04
5°	WILMER JOSÉ VILLARREAL PEÑA	7,00
6º	BRUNO HENRIQUE VILSINSKI	6,29

b) Relação de candidatos: autodeclaração negros ou pardos

Classificação	Candidato	Nota Final
1º	BRUNO HENRIQUE VILSINSKI	6,29

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 386, DE 28 DE MAIO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23080.046235/2017-57; resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 22 de agosto de 2018, o prazo de validade do Processo Seletivo do Departamento de Metodologia de Ensino MEN/CED, na Área/Subárea de Conhecimento: Educação e Infância, objeto do Edital n° 040/DDP/PRODEGESP/2017 de 27 de julho de 2017, e homologado pela Portaria n° 621/DDP/2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2017.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 387, DE 28 DE MAIO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23080.059563/2017-13, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 11 de outubro de 2018, o prazo de validade do Processo Seletivo do Departamento de Metodologia de Ensino MEN/CED, na Área/Subárea de Conhecimento: Ensino de Filosofia, objeto do Edital n° 056/DDP/PRODEGESP/2017 de 21 de setembro de 2017, e homologado pela Portaria n° 737/DDP/2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 388, DE 28 DE MAIO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23080.037750/2017-46, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 26 de julho de 2018, o prazo de validade do Processo Seletivo do Departamento de Saúde Pública - SPB/CCS, na Área/Subárea de Conhecimento: Saúde Coletiva, objeto do Edital n° 030/DDP/PRODEGESP/2017 de 22 de junho de 2017, e homologado pela Portaria n° 550/DDP/2017, publicada no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2017.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.661, DE 25 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25 de maio de 2018, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, resolveu:

Art. 1º As entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem, na aplicação dos recursos correspondentes às reservas técnicas, provisões e fundos dos planos que administram, observar o disposto nesta Resolução.

Art. 2º O disposto nesta Resolução se aplica aos recursos dos planos administrados pela EFPC, formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

Art. 3º Esta Resolução não se aplica aos recursos das EFPC destinados ao custeio dos planos de assistência à saúde registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), nos termos do art. 76 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Parágrafo único. Os recursos dos planos de assistência à saúde devem ser mantidos e controlados de forma segregada dos demais recursos administrados pela EFPC.

Capítulo I

DAS DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º Na aplicação dos recursos dos planos, a EFPC deve:

I - observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;

II - exercer suas atividades com boa fé, lealdade e diligência;

III - zelar por elevados padrões éticos;

IV - adotar práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios, considerando, inclusive, a política de investimentos estabelecida, observadas as modalidades, segmentos, limites e demais critérios e requisitos estabelecidos nesta Resolução; e

V - executar com diligência a seleção, o acompanhamento e a avaliação de prestadores de serviços relacionados à gestão de ativos.

§ 1º São considerados responsáveis pelo cumprimento do disposto nesta Resolução, por ação ou omissão, na medida de suas atribuições, as pessoas que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos dos planos da EFPC.

§ 2º Incluem-se no rol de pessoas previstas no § 1º deste artigo, na medida de suas atribuições, os membros de conselhos estatutários da EFPC, os procuradores com poderes de gestão, os membros do comitê de investimentos, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada.

Art. 5º A aplicação dos recursos deve observar a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e os fluxos de pagamentos dos ativos.

Parágrafo único. A gestão dos fluxos de pagamentos dos ativos deve ser compatível com os prazos e o montante das obrigações atuariais, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

Art. 6º A gestão dos recursos de planos administrados por EFPC constituída por instituidor deve ser feita, nos termos do § 2º do art. 31 da Lei Complementar nº 109, de 2001, por meio de carteiras administradas ou de fundos de investimento.

Capítulo II

DOS CONTROLES INTERNOS, DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE RISCO E DO CONFLITO DE INTERESSE

Seção I

Dos Controles Internos

Art. 7º A EFPC deve adotar regras, procedimentos e controles internos que garantam a observância dos limites, requisitos e demais disposições estabelecidas nesta Resolução, considerando o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada plano por ela administrado.

§ 1º A EFPC deve definir claramente a separação de responsabilidades e objetivos associados aos mandatos de todos os agentes que participem do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos dos planos da entidade, inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância.

§ 2º A EFPC deve manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação dos recursos dos planos, quando se tratar de gestão própria, de fundo de investimento exclusivo ou de aplicação na qual a EFPC tenha poder decisório sobre a sua realização.

Art. 8º A EFPC deve designar o administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ) como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 2001.

Art. 9º A EFPC deverá designar administrador ou comitê responsável pela gestão de riscos, considerando o seu porte e complexidade, conforme regulamentação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Seção II

Da Avaliação e Monitoramento de Risco

Art. 10. A EFPC, na administração da carteira própria, deve identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação.

§ 1º A EFPC deve realizar análise prévia dos riscos dos investimentos, incluindo suas garantias reais ou fidejussórias.

§ 2º A utilização de avaliação de agência classificadora de risco não substitui a necessária análise dos riscos mencionados no caput.

§ 3º A EFPC deve avaliar, monitorar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos.

§ 4º A EFPC deve considerar na análise de riscos, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos.

Art. 11. A EFPC deve adotar regras e implementar procedimentos para a seleção e o monitoramento de administração de carteiras de valores mobiliários e de fundos de investimento.

§ 1º A EFPC deve avaliar se a segregação das funções de gestão, administração e custódia é suficiente para mitigar situações de conflito de interesse.

§ 2º A EFPC deve analisar e monitorar o risco e o retorno esperado dos investimentos administrados por terceiros.

Seção III

Do Conflito de Interesse

Art. 12. A EFPC deve avaliar a capacidade técnica e potenciais conflitos de interesse de seus prestadores de serviços e das pessoas que participam do processo decisório, inclusive por meio de assessoramento.

Parágrafo único. O conflito de interesse será configurado em quaisquer situações em que possam ser identificadas ações que não estejam alinhadas aos objetivos do plano administrado pela EFPC independentemente de obtenção de vantagem para si ou para outrem, da qual resulte ou não prejuízo.

Capítulo III

DOS REQUISITOS DOS ATIVOS

Art. 13. A EFPC deve contratar pessoa jurídica para prestar o serviço de custódia nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil.

Art. 14. Os prestadores de serviços terceirizados de administração de carteira, análise e consultoria de valores mobiliários, contratados pela EFPC, devem ser registrados, autorizados ou credenciados nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 15. A emissão, o registro, o depósito centralizado, a distribuição e a negociação dos ativos financeiros devem observar a regulamentação estabelecida pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência.

§ 1º Os ativos financeiros devem ter liquidação financeira.

§ 2º Para fins desta Resolução, ativos financeiros são aqueles definidos nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 16. Os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado, registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira ou depositados perante depositário central, observada a regulamentação do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência.

§ 1º O disposto no caput é obrigatório para todos os ativos financeiros pertencentes à carteira própria, à carteira administrada ou aos fundos de investimento constituídos no Brasil, incluídos aqueles referidos no parágrafo único do art. 32.

§ 2 º O registro ou depósito dos ativos financeiros pertencentes à carteira própria da EFPC deve permitir a individualização e a identificação de cada plano administrado pela EFPC.

§ 3º As disponibilidades devem ser depositadas em instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Art. 17. Os ativos financeiros de renda fixa devem ser, preferencialmente, negociados por meio de plataformas eletrônicas, observada a regulamentação do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência.

§ 1º Nas operações de que trata o caput, realizadas em mercado de balcão por meio de carteira própria ou fundos de investimento exclusivos, as EFPC devem observar, ou determinar que sejam observados, critérios de apuração do valor de mercado ou intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros, estabelecidos com base em metodologia publicada por instituições de reconhecido mérito no mercado financeiro ou com base em sistemas eletrônicos de negociação e de registro, ou nos casos de comprovada inexistência desses parâmetros, com base, no mínimo, em três fontes secundárias.

§ 2º A metodologia adotada deve assegurar, no mínimo, que os preços apurados são consistentes com os preços de mercado vigentes no momento da operação.

§ 3º A EFPC deve guardar registro do valor e volume efetivamente negociado, bem como das ofertas recebidas e efetuadas, inclusive as recusadas, e do valor de mercado ou intervalo referencial de preços dos ativos financeiros negociados para as operações não realizadas por meio de plataforma eletrônica.

§ 4º A EFPC deve justificar tempestivamente a negociação de ativos financeiros de renda fixa nas operações de compra ou de venda realizadas fora do valor de mercado ou intervalo referencial de preços de que trata o § 1º deste artigo.

§ 5º A justificativa prevista no § 4º deste artigo deve ser assinada pelo AETQ e pelo responsável de controle de risco indicando minimamente:

I - demonstração da discrepância dos preços ou taxas praticadas;

II - indicação da instituição, do sistema eletrônico ou das fontes secundárias que serviram de base para obtenção do valor de mercado ou intervalo referencial de preços; e

III - identificação dos intermediários da operação.

Art. 18. Os ativos financeiros devem ser identificados pelo código ISIN - Internacional Securities Identification Number.

Parágrafo único. A EFPC deve justificar a impossibilidade de identificar os ativos financeiros na forma definida pelo caput.

Capítulo IV

DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Art. 19. A EFPC deve definir a política de investimento para a aplicação dos recursos de cada plano de benefício por ela administrado.

§ 1º A política de investimento de cada plano deve ser elaborada pela diretoria executiva e aprovada pelo conselho deliberativo da EFPC antes do início do exercício a que se referir.

§ 2º A EFPC deve adotar, para o planejamento da política de investimentos dos recursos do plano de benefícios por ela administrado, um horizonte de, no mínimo, sessenta meses, com revisões anuais.

§ 3º Aplicam-se aos perfis de investimentos os mesmos limites estabelecidos nesta Resolução para os planos de benefícios.

§ 4º Na política de investimentos deverá constar informações acerca das operações realizadas em ativos financeiros ligados à patrocinadora, fornecedores, clientes e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora.

§ 5º A EFPC deve, preferencialmente, adotar políticas de investimento específicas para cada perfil de investimento.

§ 6º A elaboração, a revisão e as informações constantes na política de investimentos devem observar a regulamentação da Previc.

CAPÍTULO V

DOS INVESTIMENTOS E LIMITES DE ALOCAÇÃO

Seção I

Dos Segmentos para Aplicação de Recursos

Art. 20. Os investimentos dos recursos dos planos administrados pela EFPC devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação:

I - renda fixa;

II - renda variável;

III - estruturado;

IV - imobiliário;

V - operações com participantes; e

VI - exterior.

Seção II

Dos Ativos

Subseção I

Do Segmento de Renda Fixa

Art. 21. A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até 100% (cem por cento) no segmento de renda fixa, e adicionalmente os seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) dos recursos de cada plano em:

a) títulos da dívida pública mobiliária federal interna; e

b) cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujas carteiras visem refletir as variações e rentabilidade de índice de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa) composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal interna;

II - até 80% (oitenta por cento) dos recursos de cada plano em:

a) ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

b) ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras; e

c) cotas de fundos de investimento admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que visem refletir as variações e rentabilidade de índices de referência de renda fixa (Fundo de Índice de Renda Fixa), nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

III - até 20% (vinte por cento) dos recursos de cada plano em:

a) títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais, desde que emitidos antes da vigência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014;

b) obrigações de organismos multilaterais emitidas no País;

c) ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancárias ou não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;

e) cotas de classe de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FICFIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB); e

f) cédulas de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) e warrant agropecuário (WA);

§ 1º O conjunto dos ativos financeiros listados nos incisos II e III do caput deve respeitar o limite de até 80% (oitenta por cento) dos recursos de cada plano.

§ 2º As operações compromissadas devem ser lastreadas em títulos da dívida pública mobiliária federal interna.

§ 3º Os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 4º As CCCB lastreadas em CCB emitidas por sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridas caso as referidas CCB sejam coobrigadas por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Subseção II

Do Segmento de Renda Variável

Art. 22. A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 70% (setenta por cento) no segmento de renda variável, e adicionalmente os seguintes limites:

I - até 70% (setenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em segmento especial, instituído em bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança;

II - até 50% (cinquenta por cento) dos recursos de cada plano em ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários e em cotas de fundos de índice referenciados em ações de emissão de sociedades por ações de capital aberto cujas ações sejam admitidas à negociação em bolsa de valores e que não estejam em segmento especial;

III - até 10% (dez por cento) dos recursos de cada plano em Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III, observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários; e

IV - até 3% (três por cento) dos recursos de cada plano em certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.

Subseção III

Do Segmento Estruturado

Art. 23. A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% (vinte por cento) no segmento de renda estruturado, e adicionalmente os seguintes limites:

I - respeitado o limite máximo de que trata o caput, até 15% (quinze por cento) dos recursos do plano em cada um dos seguintes ativos financeiros:

a) cotas de fundos de investimento em participações (FIP);

b) cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM); e

c) cotas de fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso", observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

II - até 10% (dez por cento) dos recursos do plano em certificados de operações estruturadas (COE).

§ 1º A EFPC deve se certificar de que o FIP seja qualificado como entidade de investimento, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º O FIP deve prever em seu regulamento a determinação de que o gestor do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenha, no mínimo, 3% (três por cento) do capital subscrito do fundo.

§ 3º É vedada a inserção de cláusula no regulamento do FIP que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza ao gestor e/ou pessoas ligadas em relação aos demais cotistas.

§ 4º Os investimentos realizados por meio de FIM e FICFIM não classificados neste artigo ou no segmento exterior serão consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites.

Subseção IV

Do Segmento Imobiliário

Art. 24. A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% (vinte por cento) no segmento imobiliário no conjunto de:

I - cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII);

II - certificados de recebíveis imobiliários (CRI); e

III - cédulas de crédito imobiliário (CCI).

Parágrafo único. As CCI de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridas com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Subseção V

Das Operações com Participantes

Art. 25. A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 15% (quinze por cento) no segmento de operações com participantes no conjunto de:

I - empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos; e

II - financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos.

§ 1º Os contratos das operações a que se refere o inciso I do caput devem conter cláusula de consignação em pagamento da reserva até o valor estipulado para o instituto do resgate.

§ 2º Os contratos de financiamentos imobiliários a participantes e assistidos devem conter cláusulas de:

I - alienação fiduciária do imóvel objeto do financiamento; e

II - contratação de seguro com cobertura de Morte, Invalidez Permanente (MIP) e Danos Físicos ao Imóvel (DFI).

§ 3º Incluem-se neste segmento os valores mobiliários lastreados em recebíveis oriundos, direta ou indiretamente, dessas operações.

§ 4º Os encargos financeiros das operações com participantes devem ser superiores à taxa mínima atuarial, para planos constituídos na modalidade de benefício definido, ou ao índice de referência estabelecido na política de investimentos, para planos constituídos em outras modalidades, acrescidos de taxa referente à administração das operações e de taxa adicional de risco.

Subseção VI

Do Segmento Exterior

Art. 26. A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 10% (dez por cento) no segmento exterior no conjunto de:

I - cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa";

II - cotas de fundos de índice do exterior admitidas à negociação em bolsa de valores do Brasil;

III - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior;

IV - cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários;

V - Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificado como nível I e cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível I", nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários; e

VI - ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que não estejam previstos nos incisos anteriores.

§ 1º A EFPC deve assegurar que:

I - os ativos financeiros emitidos no exterior com risco de crédito que componham a carteira dos fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos IV e VI do caput sejam classificados como grau de investimento por agência de classificação de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia;

II - os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento; e

III - os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.

§ 2º Não se aplica o requisito do inciso I do § 1º deste artigo para os títulos emitidos no exterior da dívida pública brasileira ou para ativos financeiros emitidos no exterior de empresa brasileira constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto.

§ 3º É vedada a aquisição de cotas de fundo de investimento com o sufixo "Investimento no Exterior" cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 4º É vedada a aquisição direta ou indireta de cotas de fundo de investimento em participações com o sufixo "Investimento no Exterior".

§ 5º Os fundos de investimento constituídos no Brasil de que trata o inciso III do caput somente poderão adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de fundos de índice.

§ 6º A exigência de grau de investimento de que trata o inciso I do § 1º deste artigo não dispensa a necessária avaliação de risco pela EFPC.

CAPÍTULO VI

DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO E CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

Seção I

Dos Limites de Alocação por Emissor

Art. 27. A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano por ela administrado, os seguintes limites de alocação por emissor:

I - até 100% (cem por cento) se o emissor for o Tesouro Nacional;

II - até 20% (vinte por cento) em instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

III - até 10% (dez por cento) nos demais emissores.

§ 1º Considera-se como um único emissor, para efeito desta Resolução, os integrantes de um mesmo conglomerado econômico ou financeiro, bem como as companhias controladas pelos tesouros estaduais ou municipais.

§ 2º Para fins de verificação do limite estabelecido no inciso III do caput, nos casos de emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

§ 3º Para fins de verificação dos limites estabelecidos neste artigo, devem ser observados os investimentos totais do plano de benefícios.

§ 4º Para fins de verificação dos limites estabelecidos neste artigo, a EFPC deve computar o total de sua dívida contratada, o total do déficit equacionado e o total do déficit acumulado junto ao patrocinador do plano de benefícios, quando da aquisição de ativos financeiros de emissão da patrocinadora.

Seção II

Dos Limites de Concentração por Emissor

Art. 28. A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor:

I - até 25% (vinte e cinco por cento) do capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores;

II - até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de:

a) instituição financeira bancária, não bancária e de cooperativa de crédito autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

b) FIDC ou FICFIDC;

c) fundos de investimento com cotas admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, na forma regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários, cujas carteiras visem refletir as variações e rentabilidade de índice de referência de renda fixa ou cotas de fundos de índice referenciados em cesta de ações de emissão de sociedade por ações de capital aberto;

d) fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificado no segmento estruturado;

e) FII e FICFII;

f) fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26; e

g) demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV;

III - até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário; e

IV - 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido:

a) do fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26; e

b) do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21.

§ 1º A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de uma mesma classe ou série de cotas de fundos de investimentos e demais títulos ou valores mobiliários de renda fixa.

§ 2º O limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso II do caput não se aplica a fundos de investimento em cotas de fundo de investimento e a FIP que invista no mínimo 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observem os limites deste artigo.

§ 3º A EFPC tem até sessenta dias a partir da data de cada integralização para enquadrar-se aos limites previstos no inciso II do caput.

§ 4º O limite estabelecido na alínea "e" do inciso II do caput não se aplica a FII que possua em sua carteira exclusivamente imóveis que constavam originalmente da sua carteira de investimentos.

CAPÍTULO VII

DO EMPRÉSTIMO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Art. 29. A EFPC pode emprestar ativos financeiros de sua carteira observadas as regras sobre o empréstimo de valores mobiliários por câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como as medidas regulamentares adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Os ativos financeiros emprestados devem, mesmo nessa condição, ser considerados para verificação dos limites estabelecidos nesta Resolução.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO VIII
DOS DERIVATIVOS

Art. 30. A EFPC pode manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - avaliação prévia dos riscos envolvidos;

II - existência de sistemas de controles internos adequados às suas operações;

III - registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros ou em mercado de balcão organizado;

IV - atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação;

V - margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela Clearing; e

VI - valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

§ 1º Para verificação dos limites estabelecidos nos incisos V e VI do caput não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas.

§ 2º As operações com derivativos incluem as relativas a derivativos de créditos, podendo a EFPC atuar como contraparte transferidora de risco de crédito nessas operações.

§ 3º No cômputo do limite de que trata o inciso VI do caput, no caso de operações estruturadas com opções que tenham a mesma quantidade, o mesmo ativo subjacente e que o prêmio represente a perda máxima da operação, deverá ser considerado o valor dos prêmios pagos e recebidos, observado o disposto no inciso VII do art. 36.

CAPÍTULO IX
DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO CONSTITUÍDOS NO BRASIL

Art. 31. Os fundos de investimento objeto de aplicação por parte das EFPC devem ser registrados na Comissão de Valores Mobiliários e os investimentos por eles realizados devem observar os requisitos dos ativos financeiros estabelecidos nesta Resolução.

Parágrafo único. A EFPC deve avaliar os custos decorrentes de aplicações em fundos de investimentos em relação aos níveis de aplicação e divulgar as despesas de terceirização dos investimentos por plano de benefícios.

Art. 32. Os investimentos realizados por meio de fundos de investimentos e de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimentos devem ser consolidados com as posições dos ativos das carteiras próprias e carteiras administradas para fins de verificação dos limites estabelecidos nesta Resolução.

Parágrafo único. Excetuam-se das disposições do caput:

I - fundo de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário por intermédio de bolsa de valores, na forma regulamentada pela Comissão de Valores Mobiliários, cujas carteiras visem refletir as variações e rentabilidade de índice de referência de renda fixa ou fundos de índice referenciados em cesta de ações de companhias abertas admitidas à negociação em bolsa de valores;

II - FIDC e FICFIDC;

III - fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento classificado no segmento estruturado;

IV - FII e FICFII; e

V - fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundo de investimento constituído no Brasil classificado nos incisos de I a IV do art. 26.

Art. 33. A EFPC pode integralizar ou resgatar cotas de fundos de investimento com ativos, desde que observada a regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 34. A aplicação de recursos pela EFPC em fundos de investimentos ou em carteiras administradas, quando os regulamentos ou contratos contenham cláusulas que tratem de taxa de performance, está condicionada a que o pagamento da referida taxa atenda às seguintes condições:

I - rentabilidade do investimento superior a valorização de, no mínimo, 100% (cem por cento) do índice de referência;

II - montante final do investimento superior ao capital inicial da aplicação ou ao valor do investimento na data do último pagamento;

III - periodicidade, no mínimo, semestral; e

IV - conformidade com as demais regras aplicáveis a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. As condições previstas nos incisos III e IV do caput não se aplicam aos fundos de investimento cujos regulamentos estabeleçam que a taxa de performance será paga somente após a devolução aos cotistas da totalidade de seu capital integralizado no fundo.

CAPÍTULO X
DO DESENQUADRAMENTO PASSIVO

Art. 35. Não são considerados como inobservância aos limites estabelecidos nesta Resolução os desenquadramentos passivos decorrentes de:

I - valorização de ativos relativamente aos recursos garantidores do plano;

II - recebimento de ações em bonificação;

III - conversão de bônus ou recibos de subscrição;

IV - exercício do direito de preferência;

V - reestruturação societária na qual a EFPC não efetue novos aportes;

VI - operações previstas nos incisos II, III e IV do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 2001;

VII - resgate de cotas de fundos de investimento nos quais a EFPC não efetue novos aportes; e

VIII - recebimento de ativos provenientes de operações de empréstimos realizados nos termos do art. 29.

§ 1º Os excessos referidos neste artigo devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento.

§ 2º A EFPC fica impedida, até o respectivo enquadramento, de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados.

CAPÍTULO XI
DAS VEDAÇÕES

Art. 36. Por meio de carteira própria, carteira administrada e fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, é vedado à EFPC:

I - realizar operações de compra e venda, ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC;

II - realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras, ressalvados os casos expressamente previstos no art. 25 desta Resolução;

III - aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas;

IV - aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas, ressalvados os casos expressamente previstos nesta Resolução;

V - aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedades por ações de capital fechado, ressalvados os casos expressamente previstos nesta Resolução;

VI - realizar operações com ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários não admitidos à negociação por intermédio de mercado de balcão organizado ou bolsa de valores autorizada a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários, exceto nas seguintes hipóteses:

a) distribuição pública de ações;

b) exercício do direito de preferência;

c) conversão de debêntures em ações;

d) exercício de bônus ou de recibos de subscrição;

e) casos que envolvam negociação de participação relevante conforme regulamentação da Previc; e

f) demais casos expressamente previstos nesta Resolução;

VII - manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento:

a) a descoberto; ou

b) que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento ou que obriguem ao cotista aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo;

VIII - realizar operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day trade), excetuadas as realizadas em plataforma eletrônica ou em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros devidamente justificadas em relatório atestado pelo AETQ;

IX - aplicar no exterior, ressalvados os casos expressamente previstos nesta Resolução;

X - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma;

XI - locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros, exceto nas seguintes hipóteses:

a) depósito de garantias em operações com derivativos no âmbito de cada plano de benefícios;

b) operações de empréstimos de ativos financeiros, nos termos do art. 29 desta Resolução; e

c) depósito de garantias de ações judiciais no âmbito de cada plano administrado pela EFPC;

XII - atuar como incorporadora, de forma direta ou indireta; e

XIII - adquirir terrenos e imóveis.

§ 1º As vedações estabelecidas nos incisos de II a XIII do caput não se aplicam aos FIDC e FICFIDC, FII e FICFII, FIM e FICFIM classificados no segmento estruturado, fundos de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso" e fundos de investimentos constituídos no exterior, observada regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º As vedações estabelecidas nos incisos IV, V, VI, VII, IX, XI e XIII do caput não se aplicam aos FIP, observada regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

§ 3º As vedações estabelecidas nos incisos VIII e IX do caput não se aplicam aos fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo "Investimento no Exterior".

§ 4º A vedação estabelecida no inciso I do caput não se aplica às transferências de recursos entre planos de benefícios e o plano de gestão administrativa, referentes ao custeio administrativo e, em caráter excepcional, àquelas resultantes de operações previstas nos incisos II, III e IV do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 2001, conforme regulamentação da Previc, desde que:

I - a transação se mostre de inequívoco interesse dos planos envolvidos, inclusive quanto ao preço dos ativos a ser praticado; e

II - a operação seja aprovada pela diretoria executiva e conselho deliberativo da EFPC, com anuência do conselho fiscal.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS
Seção I
Das Disposições Transitórias

Art. 37. A EFPC que verificar, na data de entrada em vigor desta Resolução, o desenquadramento de cada plano em relação aos requisitos ou limites ora estabelecidos, pode manter os respectivos investimentos até a data do seu vencimento ou de sua alienação.

§ 1º A EFPC fica impedida de efetuar novas aplicações que agravem os excessos mencionados no caput até que se observe o enquadramento ao disposto nesta Resolução.

§ 2º Excetuam-se do disposto no § 1º deste artigo a integralização, em decorrência de compromissos formalmente assumidos pela EFPC até a data da entrada em vigor desta Resolução, de cotas de:

I - FIDC e FICFIC;

II - FIP; e

III - FII ou FICFII.

§ 3º As EFPC podem manter os investimentos em FICFIP e FMIEE em sua carteira, observado o procedimento estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários para sua regularização.

§ 4º O estoque de imóveis e terrenos pertencentes à carteira própria será considerado para o cômputo do limite disposto do art. 24 em relação aos recursos de cada plano.

§ 5º Em até doze anos, a contar da entrada em vigor desta Resolução, as EFPC deverão alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir FII para abrigá-los, não se aplicando, neste caso, o limite estabelecido na alínea "e" do inciso II do art. 28.

Art. 38. A EFPC com plano de enquadramento aprovado pelo Conselho Monetário Nacional permanece com as obrigações existentes na data da publicação desta Resolução referentes à execução desse plano.

Art. 39. A obrigatoriedade de que trata o § 1º do art. 16, para os ativos financeiros pertencentes às carteiras dos FIDC, FIP e FII, entra em vigor na forma e em data a ser definida pela Previc.

Seção II
Das Disposições Finais

Art. 40. Não se aplica o disposto no Capítulo III desta Resolução aos ativos financeiros emitidos no exterior, incluídos os fundos de investimentos constituídos no exterior, pertencentes a carteiras de fundos constituídos no Brasil que tenha EFPC como cotista.

Art. 41. A Previc poderá editar regulamentações procedimentais necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 42. Ficam revogados:

I - a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009;

II - a Resolução nº 3.846, de 25 de março de 2010;

III - a Resolução nº 4.275, de 31 de outubro de 2013;

IV - o art. 2º da Resolução nº 4.449, de 20 de novembro de 2015;

V - a Resolução nº 4.611, de 30 de novembro de 2017; e

VI - a Resolução nº 4.626, de 25 de janeiro de 2018.

Art. 43. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA, INTEGRAÇÃO E SUPORTE DA FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 98.166, DE 28 DE MAIO DE 2018

Delega competência para, no âmbito do Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização (Degef), autorizar o pagamento de indenização de transporte a servidor, pela utilização de meio próprio de locomoção, no exercício de atribuições específicas de supervisão.

Os Chefes Adjuntos do Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização (Degef), no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, tendo em vista o disposto no art. 25, inciso IV, alínea "d" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, resolvem:

Art. 1º Fica delegada ao Coordenador da Coordenação de Logística (Degef/Gepla/Ditec/Colog) atribuição para, no âmbito do Degef, autorizar o pagamento de indenização de transporte a servidor, pela utilização de meio próprio de locomoção, no exercício de atribuições específicas de supervisão.

Art. 2º Ficam convalidadas as autorizações realizadas entre a data da aprovação da Nota Técnica Degef - 2018/001, de 10 de janeiro de 2018 e a data de vigência desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO GARCEZ DA VEIGA

LUIZ MARANHÃO DE MELLO

MARCELO COLLI INGLEZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO

ATO Nº 633, DE 28 DE MAIO DE 2018

Prorroga o prazo para conclusão de inquérito.

O Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, inciso IV, do Regimento Interno, com base no art. 41, § 2º, da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e nos arts. 4º e 7º do Regulamento Anexo à Portaria nº 82.265, de 9 de setembro de 2014, resolve:

Fica prorrogado por 90 (noventa) dias, a contar de 30 de maio de 2018, o prazo para conclusão do inquérito instaurado na S. HAYATA CORRETORA DE CÂMBIO S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, CNPJ 67.391.821/0001-77, sediada em São Paulo (SP).

SIDNEI CORRÊA MARQUES

ÀREA DE REGULAÇÃO
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO PRUDENCIAL E CAMBIAL

CARTA CIRCULAR Nº 3.882, DE 25 DE MAIO DE 2018

Altera a redação da Carta Circular nº 3.853, de 19 de dezembro de 2017, que detalha rubricas contábeis a serem utilizadas no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco na forma simplificada (RWAS5) no que se refere ao risco de crédito.

O Chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial (Dereg), no uso das atribuições que lhe conferem os art. 23, inciso I, alínea "a"; e art. 118, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em vista o disposto no art. 11, parágrafo único, da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Carta Circular nº 3.853, de 19 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º .....

.....

IV-.....

ba) 1.3.6.17.10-5 - Títulos Públicos Federais;

.....

VII - .....

.....

c) 1.1.9.10.00-0 - Disponibilidades Financeiras - Carteiras de Ativos - LIG;

.....

XVII - operações de crédito, que correspondem ao resultado, limitado a zero, do somatório dos valores das contas especificadas nas alíneas a seguir, deduzidos os valores da conta 3.0.9.62.00-8 - Operações Ativas Vinculadas:

.....

XX - aplicações em cotas de fundos de investimento, que correspondem ao somatório dos valores das contas:

a) 1.3.1.15.15-7 - Cotas de Fundo de Curto Prazo;
b) 1.3.1.15.25-0 - Cotas de Fundos Referenciado; e
c) 1.3.1.15.30-8 - Cotas de Fundo de Renda Fixa;

.....

XXII - valores de avais, fianças, coobrigações ou qualquer outra modalidade de garantia pessoal do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, que correspondem aos valores da conta 3.0.1.00.00-4 - Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas deduzidos os valores da conta 4.9.9.45.00-9 - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas;

XXIII - valores de cotas de classe subordinada de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, que correspondem aos valores da conta 1.3.1.15.60-7 - Cotas de Fundo em Direitos Creditórios; e

XXIV - operações para as quais não haja Fator de Ponderação de Risco (FPR) específico estabelecido, que correspondem ao somatório dos valores das demais contas de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e de Ativo Permanente elencadas no Cosif referentes a operações consistentes com os requisitos de perfil de risco simplificado de que tratam os arts. 4º e 5º da Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, e não deduzidas do Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), mencionadas na Carta Circular nº 3.850, de 19 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Para efeito da apuração do montante RWARCSimp, não devem ser consideradas exposições:

I - em relação a operações interdependências, os valores da conta 1.5.0.00.00-2 - Relações Interdependências; e

II - em relação a cheques, boletos e documentos de crédito (DOCs) a serem creditados em contas de clientes, quando a liberação dos respectivos recursos estiver vinculada à efetiva compensação, nos termos da regulamentação em vigor, o somatório dos valores das contas:

a) 1.4.1.10.00-3 - Cheques e Outros Papéis a Devolver;
b) 1.4.1.20.00-0 - Cheques e Outros Papéis a Remeter;
c) 1.4.1.30.00-7 - Cheques e Outros Papéis Remetidos; e
d) 1.4.1.40.00-4 - Recebimentos de Documentos Enviados por Outros Participantes do Sistema" (NR).

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO LARA PINTO COELHO

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2016/802 - EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia.

SEI nº 19957.000714/2016-12

Data: 21.08.2018 - terça-feira

Horário: 15h00min

Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira

Procurador na CVM: Cristiane Iwakura

Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ.

Objeto do processo: Apurar a responsabilidade do Estado de São Paulo, na qualidade de acionista controlador da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia, por infração ao art. 116, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76.

Acusado	Procuradores
Estado de São Paulo	Juan Francisco Carpenter Procurador- Geral do Estado de São Paulo Camila Rocha Cunha Viana Procuradora do Estado de São Paulo

Rio de Janeiro-RJ, 28 de maio de 2018.

JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO

Chefe da Coordenação

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.198, DE 4 DE MAIO DE 2018

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza nesta data a Amaril Franklin Corretora de Títulos e Valores Ltda, C.N.P.J. 17.312.661/0001-55, a exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.199, DE 4 DE MAIO DE 2018

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza nesta data a Sita Sociedade Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, C.N.P.J. 17.315.359/0001-50, a exercer a atividade de Escriturador de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 10, DE 28 DE MAIO DE 2018

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ, e considerando o disposto no Convênio ICMS 138/06, de 15 de dezembro de 2006 e na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, conforme comunicado das unidades federadas em atenção ao memorando SEI nº 549/2018/SE/CONFAZ-MF, divulga que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 1° de junho de 2018, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos nos convênios supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC (R$/ litro)	GAP (R$/ litro)	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)	GLP (P13) (R$/ kg)	GLP (R$/ kg)	QAV (R$/ litro)	AEHC (R$/ litro)	GNV (R$/ m³)	GNI (R$/ m³)	ÓLEO COMBUSTÍVEL (R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	4,8846	4,8846	4,3382	4,2665	6,0182	6,0182	-	4,0816	-	-	-	-
AL	4,4934	4,5654	3,9223	3,8705	-	4,9107	2,3200	3,5582	2,7745	-	-	-
AM	4,5202	4,5202	3,7217	3,5933	-	5,4961	-	3,6085	2,1581	1,6979	-	-
*AP	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*BA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*CE	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
DF	4,5960	5,9020	*	*	5,3562	5,3562	-	3,4640	3,2990	-	-	-
*ES	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
GO	4,5005	6,5749	*	*	5,6477	5,6477	-	2,6945	-	-	-	-
MA	3,9210	5,7000	*	*	-	5,2784	-	3,5200	-	-	-	-
*MG	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
MS	4,2169	5,6980	**3,7876	**3,6590	5,4778	5,4778	2,8103	3,2994	2,5657	-	-	-
*MT	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*PA	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
PB	4,2537	7,3000	3,6574	3,5687	-	5,0895	2,3246	3,2376	3,2005	-	1,9600	1,9600
PE	4,2550	4,2550	*	*	4,7969	4,7969	-	3,2800	-	-	-	-
*PI	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
PR	*	*	**3,0500	**2,9500	*	*	-	*	-	-	-	-
RJ	4,7340	5,2650	3,7670	3,6300	-	5,3444	2,4456	3,6880	2,4810	-	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	4,4400	6,9900	*	*	4,8523	4,8523	-	3,5090	3,0290	-	1,6900	1,6900
*RO	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*RR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*RS	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*SC	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
*SE	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
SP	4,0320	4,0320	**3,1270	**3,0060	5,0431	5,3629	-	2,6130	-	-	-	-
TO	4,4900	6,3900	3,6200	3,5400	6,4000	6,4000	3,7300	3,5500	-	-	-	-

Notas Explicativas:

a) * mantém os valores informados no Ato COTEPE/PMPF 09/18, de 09 de maio de 2018, publicado no DOU de 10 de maio de 2018;

b) ** reduz os valores - Mato Grosso do Sul: R$ 0,25; Paraná: R$ 0,25; São Paulo: R$ 0,46;

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

PORTARIA Nº 90, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a organização interna da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Brasília e atribui competências.

A DELEGADA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 270, 283, 336, 340 e 341 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e nos arts. 11 a 17 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º A organização interna da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Brasília (DRF/BSB) rege-se pelo disposto nesta Portaria.

Art. 2º Fica atribuída competência para a prática dos atos especificados nesta Portaria, observado o disposto no art. 6º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, quanto à subdelegação:

I - ao Delegado-Adjunto, aos Chefes das Divisões, das Seções, dos Serviços, das Equipes e do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e ao Assistente Técnico do Gabinete e, nas suas ausências ou nos seus impedimentos, aos respectivos substitutos; e

II - às subunidades e aos seus respectivos servidores.

§ 1º O exercício da competência a que se refere o caput deve observar a correlação dos atos especificados nesta Portaria com:

I - as áreas de atuação das subunidades; e

II - as competências gerais e privativas dos cargos.

§ 2º O disposto nesta Portaria não se aplica a atos administrativos:

I - de competência exclusiva do titular da unidade, nos termos do art. 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e da legislação específica; e

II - que, por força de legislação específica, requeiram a publicação de Ato Declaratório Executivo (ADE) pelo titular da unidade.

§ 3º O disposto nesta Portaria aplica-se sem prejuízo das demais competências atribuídas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) ou por legislação específica.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A DRF/BSB tem a seguinte estrutura organizacional:

1 - GABINETE

Assistente Técnico

Assessoria

Ouvidoria

Comunicação Social

Equipe de Informação Fiscal (EIF)

EQUIPE DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA - 6 (EAC-6)

Equipe de Tecnologia e Segurança da Informação (ETI)

Equipe de Gestão de Pessoas (EGP)

Equipe de Logística (ELG)

Protocolo

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO (Difis)

Equipe de Fiscalização - 1 (EFI-1)

Equipe de Fiscalização - 2 (EFI-2)

Equipe de Fiscalização - 4 (EFI-4)

Equipe de Fiscalização - 5 (EFI-5)

Equipe de Fiscalização - 6 (EFI-6)

Equipe de Fiscalização - 7 (EFI-7)

Equipe de Fiscalização - 9 (EFI-9)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 10 (EAT-10)

DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (Dicat)

Serviço de Controle da Rede Arrecadadora (Searf)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 1 (EAC-1)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 2 (EAC-2)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 3 (EAC-3)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 4 (EAC-4)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 7 (EAC-7)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 8 (EAC-8)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 10 (EAC-10)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 2 (EAT-2)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 9 (EAT-9)

DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA (Diort)

Equipe de Fiscalização - 3 (EFI-3)

Equipe de Fiscalização - 8 (EFI-8)

Equipe de Fiscalização - 10 (EFI-10)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 5 (EAC-5)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 9 (EAC-9)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 11 (EAC-11)

Equipe de Arrecadação e Cobrança - 12 (EAC-12)

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE (CAC)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 1 (EAT-1)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 3 (EAT-3)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 4 (EAT-4)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 5 (EAT-5)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 6 (EAT-6)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 7 (EAT-7)

Equipe de Atendimento ao Contribuinte - 8 (EAT-8)

CENTRO DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE - GRANDES CONTRIBUINTES (CAC-GC)

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

Das Competências das Chefias

Art. 4º Ao Delegado-Adjunto compete, concorrentemente com o titular da unidade, praticar os atos a que se referem os art. 336, 340 e 341 do Regimento Interno da RFB.

Art. 5º Ao Delegado-Adjunto, aos Chefes das Divisões, dos Serviços, das Seções, do CAC e das Equipes e ao Assistente Técnico do Gabinete, compete:

I - movimentar para o arquivo eletrônico da RFB ou para o arquivo físico da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal (SAMF/DF) os processos e a documentação não processual afetos aos respectivos setores, cuja fase corrente de utilização tenha sido encerrada, observados os prazos determinados pela legislação tributária e os prazos de arquivamento fixados na Tabela de Temporalidade de Documentos;

II - requisitar o desarquivamento temporário de processos físicos ou desarquivar processos eletrônicos;

III - expedir e assinar ofícios, memorandos e demais atos de comunicação oficial;

IV - prestar informações processuais ou não processuais, requeridas por órgão público ou autoridade, inclusive fornecendo cópia de documentos, nos termos da legislação;

V - autorizar e solicitar habilitação em sistemas utilizados pela RFB para os agentes públicos que lhes são subordinados;

VI - aprovar a escala anual e conceder férias, alterações e compensações, nos termos da legislação vigente, aos agentes públicos que lhes são subordinados;

VII - controlar os bens materiais sob sua guarda;

VIII - encaminhar processos sujeitos à análise de outra jurisdição; e

IX - elaborar parecer nos assuntos submetidos à deliberação do titular da unidade.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se em consonância com as atribuições gerenciais comuns previstas no art. 342 do Regimento Interno da RFB.

§ 2º O disposto nos incisos III e IV do caput aplica-se sem prejuízo das atribuições do Auditor-Fiscal da RFB relativamente aos procedimentos fiscais sob sua responsabilidade.

Art. 6º Ao Chefe da Divisão de Fiscalização (Difis) compete:

I - expedir ou alterar o Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal (TDPF), observado o disposto na Portaria RFB nº 6.478, de 29 de dezembro de 2017; e

II - decidir sobre cancelamento ou reativação de declarações, no âmbito de sua área de atuação.

Art. 7º Ao Chefe da Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário (Dicat) compete:

I - decidir sobre as revisões de parcelamentos especiais e ordinários;

II - decidir sobre cancelamento de DIRPF cujo resultado tenha sido imposto a restituir;

III - decidir sobre cancelamento ou reativação de declarações, no âmbito de sua área de atuação; e

IV - receber, nas ausências ou nos impedimentos simultâneos do titular da unidade e do seu substituto, os documentos relativos a mandado de segurança, bem como os demais expedientes oriundos do Poder Judiciário.

Art. 8º Ao Chefe da Chefe da Divisão de Orientação e Análise Tributária (Diort) compete:

I - expedir ou alterar o Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal (TDPF), observado o disposto na Portaria RFB nº 6.478, de 29 de dezembro de 2017;

II - decidir sobre Atestado de Residência Fiscal no Brasil, Atestado de Rendimentos Auferidos no Brasil por Não Residentes e Atestado de Residência Fiscal no Exterior; e

III - decidir sobre cancelamento ou reativação de declarações, no âmbito de sua área de atuação.

Art. 9º Ao Assistente Técnico do Gabinete compete:

I - receber, analisar e encaminhar processos administrativos, memorandos, ofícios, mensagens eletrônicas (caixas corporativas), correspondências e outros expedientes endereçados ao Delegado ou ao Delegado-Adjunto, oriundos das áreas funcionais da unidade, de outras unidades e instâncias da RFB, ou de órgãos externos;

II - receber, nas ausências ou nos impedimentos simultâneos do titular da unidade, do seu substituto e do Chefe da Dicat, os documentos relativos a mandado de segurança, bem como os demais expedientes oriundos do Poder Judiciário;

III - coordenar, elaborar e acompanhar o efetivo cumprimento dos planos de trabalho estabelecidos e propor a adoção de medidas corretivas;

IV - assessorar diretamente o Delegado e o Delegado-Adjunto em questões internas e externas da unidade;

V - efetuar, concorrentemente com a Difis, a revisão de Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF) retida em malha fiscal;

VI - realizar atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento da unidade; e

VII - assessorar nas atividades de comunicação social interna e externa no âmbito da unidade.

Seção II

Das Competências das Subunidades

Art. 10. À Diort compete elaborar os cálculos e prestar as informações e os subsídios relativos aos rendimentos recebidos acumuladamente, quando solicitados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), observado o disposto na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 14, de 18 de dezembro de 2013.

Art. 11. À Dicat compete, no âmbito da DRF/BSB preparar e encaminhar processos para inscrição de débitos em Dívida Ativa da União (DAU).

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. A autoridade delegante, a seu critério, poderá avocar ou atribuir a outra autoridade a decisão do ato objeto da delegação, sem que isso implique a revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 13. Os atos praticados em função das competências previstas nesta Portaria deverão mencionar, após a assinatura, o número e a data deste ato.

Art. 14. Fica revogada a Portaria DRF/BSB n° 44, de 30 de março de 2011.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos praticados com fundamento na Portaria DRF/BSB n° 44, de 2011, no período compreendido entre o início da vigência do Regimento Interno da RFB aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017, e o início da vigência desta Portaria.

BARBARA CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

PORTARIA Nº 59, DE 9 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAMPO GRANDE - MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no DOU de 11/10/2017 e;

Considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de Fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto n.º 83.937, de 06 de Setembro de 1979, alterado pelo Decreto n.º 86.377, de 17 de Setembro de 1981, resolve:

SOBRE A GESTÃO DA DRF-CAMPO GRANDE

Art. 1º A gestão da Delegacia da Receita Federal em Campo Grande - DRF CGE será exercida pelo DRF, DRF Adjunto e Assistente do Gabinete conforme Regimento Interno RFB e disposições abaixo relacionadas nesta Portaria.

Art. 2º Caberá ao DRF Adjunto, de forma prioritária, mas não exclusiva o acompanhamento gerencial e operacional das atividades da SAFIS, SACAT, SAANA, SAORT e SAREP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º O objetivo primário visará a otimização do fluxo de trabalho, organização dos processos, viabilização de colaboração de servidores entre Seções, Núcleos, ARF e Postos nas atividades de competências afins, racionalização dos gastos de materiais e de pessoal terceirizado realizando vistorias periódicas presenciais.

§ 2º Deverá analisar preliminarmente as demandas e acompanhar as atividades que envolverem solicitações de ações de outras unidades RFB, em especial aquelas ações a serem realizadas em outras jurisdições RFB considerando a disponibilidade de servidores, metas da DRF já estabelecidas, fonte dos recursos orçamentários entre outros fatores.

Art. 3º Caberá à Assistente Gabinete, de forma prioritária, mas não exclusiva o acompanhamento gerencial e operacional das atividades da SACOR, NUPOL, NUTEC, NUGEP, CAC, ARF e POSTOS.

§ 1º O objetivo primário visará a otimização do fluxo de trabalho, organização dos processos, viabilização de colaboração de servidores entre Seções, Núcleos, ARF e Postos nas atividades de competências afins, racionalização dos gastos de materiais e de pessoal terceirizado realizando vistorias periódicas presenciais.

§ 2º Deverá analisar preliminarmente as demandas e acompanhar as atividades que envolverem solicitações de ações de outras unidades RFB , em especial aquelas ações a serem realizadas em outras jurisdições RFB considerando a disponibilidade de servidores, metas da DRF já estabelecidas, fonte dos recursos orçamentários entre outros fatores.

§ 3º Deverá acompanhar prioritariamente todas as atividades que envolverem:

I - Licitação e Contratos

II - Destinações de Mercadorias e Desfazimento de bens com patrimônio

III - Atendimento a contribuintes

IV - Demandas de servidores com abrangência geral

SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 4º - Delegar competência ao Delegado-Adjunto da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS, HENRY TAMASHIRO DE OLIVEIRA, Matrícula SIAPECAD n.º 69160, para:

I.Autorizar deslocamento de servidores, colaboradores eventuais a serviço e veículos no âmbito da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS ;

II.Assinar eletronicamente, via sistema SIAFI, transação ATUREMOB, ordens bancárias intrasiaf no âmbito da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS ;

III.Assinar Relação das Ordens Bancárias Externas no âmbito da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS;

IV.Publicar atos, avisos, editais e despachos nos órgãos oficiais e na imprensa privada;

V.Receber Mandado de Segurança e Decisões Judiciais e demais expedientes oriundos do Poder Judiciário;

VI.Autorizar o cadastramento de servidores nos sistemas da Receita Federal do Brasil de responsabilidade do Delegado da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS;

VII.Assinar eletronicamente Mandados de Procedimentos Fiscais, inclusive suas prorrogações;

VIII.Assinar relatórios de movimentação diária e documental;

IX.Decidir processos relativos a Perdimento de Mercadorias;

X.Autorizar realização de manutenção veicular até o valor limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

Art. 5º - Delegar competência à Assistente do Gabinete da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS, MARA LOURDES SILVEIRA JARA, Matrícula SIAPECAD n.º 00015376, para:

I.Coordenar as atividades de recebimentos e destinações de mercadorias apreendidas sob custódia do Depósito de Mercadorias Apreendidas da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS.

II.Autorizar deslocamento de servidores, colaboradores eventuais a serviço e veículos no âmbito da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS;

III.Autorizar realização de manutenção veicular até o valor limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

Art. 6º - Delegar competência ao Chefe e ao Chefe-Substituto da Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT, para:

I.Observados os procedimentos aplicáveis à matéria e o limite de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o valor originário do direito creditório pleiteado, decidir sobre pedidos de ressarcimento; pedidos de reembolso; declarações de compensação e pedidos de restituição.

II.Observados os procedimentos aplicáveis à matéria e o limite de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o valor originário do direito creditório pleiteado, decidir sobre revisão de Despacho Decisório;

III.Observados os procedimentos aplicáveis à matéria e o limite de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de valor originário, decidir sobre revisão de ofício de débitos, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da Administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, autorizando a consequente baixa ou revisão da inscrição;

IV.Autorizar pagamento de créditos já reconhecidos em processos de restituição, reembolso, compensação ou ressarcimento, até o limite de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em valores atualizados;

V.Autorizar e/ou homologar operação concomitante e/ou compensação de ofício de créditos do sujeito passivo já reconhecidos em processos de restituição, reembolso, ressarcimento e declaração de compensação;

VI.Autorizar o pagamento de restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física não resgatada tempestivamente junto a rede bancária;

VII.Autorizar a liberação para transferência de propriedade ou retirada da restrição de venda proibida, junto ao DETRAN, de automóvel nacional adquirido com isenção do IPI e/ou do IOF, em conformidade com a legislação aplicável;

VIII.Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo as demandas e solicitando providencias relacionadas com processos sob competência regimental da SAORT, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

IX.Negar o seguimento de manifestação de inconformidade, quando não atendidos os requisitos legais.

X.Apreciar e decidir quanto a inclusões e exclusões de contribuintes nos regimes tributários diferenciados, inclusive o regime previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a partir de 01/07/2007 (Simples Nacional);

Art. 7º - Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados na SAORT, para:

I.Observados os procedimentos aplicáveis à matéria e o limite de até R$ 100.000,00 (cem mil reais) para o valor originário do direito creditório pleiteado, decidir sobre pedidos de ressarcimento; pedidos de reembolso; declarações de compensação e pedidos de restituição.

II.Observados os procedimentos aplicáveis à matéria e o limite de até R$ 100.000,00 (cem mil reais) para o valor originário do direito creditório pleiteado, decidir sobre revisão de ofício de débitos vinculados a declarações de compensação e revisão de despacho decisório.

Art. 8º - Delegar competência ao Chefe e ao Chefe-Substituto da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT, para:

I.Observados os procedimentos aplicáveis à matéria e o limite de até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de valor originário, decidir sobre revisão de ofício de débitos, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da Administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

II.Decidir sobre suspensão, inaptidão e regularização de contribuintes nos cadastros da RFB;

III.Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo as demandas e solicitando providencias relacionadas com processos sob competência regimental da SACAT, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

IV.Negar o seguimento de impugnação e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais;

V.Decidir sobre inclusão e substituição de bens arrolados e sobre cancelamento de arrolamento;

VI.Observada a legislação aplicável, decidir sobre pedidos de parcelamentos, inclusive os especiais; apreciar pedido de inclusão retroativa; excluir optantes; apreciar pedido de desistência; apreciar pedido de inclusão, exclusão ou retificação de débitos sob sua administração na consolidação, quando os valores incluídos no parcelamento forem decorrentes de débitos exclusivamente perante a RFB, ou perante a RFB e a PGFN.

VII.Receber, nas faltas e impedimentos simultâneos do titular desta DRF e do seu Adjunto, expedientes oriundos do Poder Judiciário;

Art. 9º - Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil lotados na SACAT, para:

I - Observados os procedimentos aplicáveis à matéria e o limite de até R$ 100.000,00 (cem mil reais) para o valor originário, decidir sobre revisão de ofício de débitos, seja a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

II - Decidir quanto ao cancelamento de declarações controladas pela RFB, desde que os débitos por elas declarados não ultrapassem o limite de R$ 100.000,00 (cem mil reais), em valor originário.

Art. 10º - Delegar competência ao Chefe e ao Chefe-Substituto da Seção de Fiscalização - SAFIS, para:

I - Subscrever e encaminhar ofícios a Cartórios e Tabelionatos de Notas, Registro De Imóveis, Protesto de Títulos e Registro Civil das Pessoas Naturais solicitando informações de interesse da SAFIS;

II - Subscrever e encaminhar ofícios a Órgãos Públicos solicitando informações de interesse da SAFIS, com base no art. 927 do Decreto nº 3.000/99 (RIR/99);

III - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo demandas e solicitações de dados cadastrais e fiscais de contribuintes Pessoas Físicas e Jurídicas relacionados com atividades desenvolvidas sob competência da SAFIS, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

VI - Receber, nas faltas e impedimentos simultâneos do titular desta DRF e do seu Adjunto, expedientes oriundos do Poder Judiciário;

Art. 11º - Delegar Competência ao Chefe e ao Chefe-Substituto da Seção de Controle Aduaneiro - SAANA, para:

I - Encaminhar processos administrativos de Representações Fiscais para Fins Penais ao Ministério Público Federal;

II - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo as demandas e solicitando providencias relacionadas com processos sob competência regimental da SAANA, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

III - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal, ao Ministério Público Federal e ao Departamento de Polícia Federal, atendendo as demandas sobre tratamento tributário de mercadorias apreendidas em processos sob competência regimental da SAANA, observando-se as normas relativas ao sigilo fiscal;

IV - Assinar e publicar Atos Declaratórios de Perdimento de Mercadorias da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS.

Art. 12º - Delegar Competência ao Chefe e ao Chefe-Substituto da SAREP - Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho, para:

I - Encaminhar processos administrativos de Representações Fiscais para Fins Penais ao Ministério Público Federal;

II - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo as demandas e solicitando providencias relacionadas com processos sob competência regimental da SAREP, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

III - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal, ao Ministério Público Federal e ao Departamento de Polícia Federal, atendendo as demandas sobre tratamento tributário de mercadorias apreendidas em processos sob competência regimental da SAREP, observando-se as normas relativas ao sigilo fiscal;

IV - Assinar e publicar Atos Declaratórios de Perdimento de Mercadorias da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS.

Art. 13º - Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, lotados na Seção de Controle Aduaneiro - SAANA e na SAREP - Seção de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS, para assinar e publicar Editais de Intimação e Perdimento de Mercadorias no âmbito da jurisdição da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS.

Art. 14º - Delegar Competência ao Chefe e ao Chefe-Substituto da Seção de Gestão Corporativa - SACOR, para:

I - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual e ao Ministério Público Federal, atendendo às solicitações atinentes a cópias de declarações de contribuintes Pessoas Físicas e Jurídicas, observando-se as normas legais relativas ao Sigilo Fiscal;

II - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo as demandas e solicitando providencias relacionadas com processos sob competência regimental do SACOR, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

III - Subscrever e encaminhar ofícios a Justiça do Trabalho, AGU, atendendo solicitações da sua área de competência regimental.

IV - Designar servidor como preposto para representar a DRF, subsidiando a AGU nos processos de sua área de competência regimental.

Art. 15º - Delegar Competência ao Chefe e ao Chefe-Substituto do Núcleo de Tecnologia e Segurança da Informação - NUTEC, para:

I - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual e ao Ministério Público Federal, atendendo às solicitações atinentes a cópias de declarações de contribuintes Pessoas Físicas e Jurídicas, observando-se as normas legais relativas ao Sigilo Fiscal;

II - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo demandas e solicitações de dados cadastrais e fiscais de contribuintes Pessoas Físicas e Jurídicas relacionados com atividades desenvolvidas sob competência do NUTEC, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

Art. 16º - Delegar competência ao Chefe e ao Chefe Substituto do Núcleo de Programação e Logística - NUPOL para:

I - Subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo as demandas e solicitando providencias relacionadas com processos sob competência regimental do NUPOL, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Subscrever e encaminhar ofícios a Justiça do Trabalho, AGU, atendendo solicitações da sua área de competência regimental.

III - Designar servidor como preposto para representar a DRF, subsidiando a AGU nos processos de sua área de competência regimental.

Art. 17º - Delegar competência ao Chefe e ao Chefe Substituto do Núcleo de Gestão de Pessoas - NUGEP, para subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo as demandas e solicitando providencias relacionadas com processos de gestão de pessoas sob competência regimental do NUGEP, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal;

Art. 18º - Delegar competência ao Chefe e ao Supervisor da Equipe de Mercadorias e Veículos Apreendidos - EMAP e ao Presidente da Comissão de Leilão, para subscrever e encaminhar ofícios à Justiça Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual e aos demais Órgãos e Entidades Públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas instâncias federal, estadual e municipal, atendendo as demandas e solicitando providências relacionadas com processos de mercadorias e veículos apreendidos, observando-se as normas legais relativas ao sigilo fiscal.

Art. 19º - Delegar competência aos Chefes de Postos e Agências jurisdicionadas à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Campo Grande - MS e, em suas faltas e impedimentos legais, aos seus substitutos eventuais, para:

I - Decidir sobre concessão de pedidos de parcelamento;

II - Prestar ao juízo solicitante, Ministério Público e demais órgãos, informações sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as normas do sigilo fiscal.

III - Autorizar emissão de CND ou CPEN mediante apresentação do DARF conforme norma SISCAC quando expressamente justificada.

Art. 20º - Delegar competência ao Chefe e ao Chefe-Substituto do CAC, para emitir em sistema específico, CND ou CPEN em nome de contribuintes jurisdicionados nos Postos RFB e nas Agências de Aquidauana, Corumbá, Rio Verde de Mato Grosso e Três Lagoas, mediante apresentação do DARF conforme normas SISCAC e expressamente justificada.

Art. 21º - A critério do Delegado da Receita Federal do Brasil de Campo Grande - MS, sempre poderá haver a avocação da competência objeto desta Portaria, a qual vigorará até que seja expressamente revogada.

Art. 22º - A autoridade delegada não poderá subdelegar as atribuições cujas competências foram delegadas através desta Portaria.

Art. 23º - Na prática do ato objeto da presente delegação, deverá ser mencionado o número e a data desta Portaria.

Art. 24º - Revogar a Portaria DRFCGE nº 113/2009 e Portaria DRFCGE nº 91/2011.

Art. 25º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

EDSON ISHIKAWA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 21 DE MAIO DE 2018

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, inclusive na Importação, nos termos que disciplina a legislação que trata deste Regime.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições regimentais expressas pelo artigo 270, "caput", do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil -RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), c/c as Portarias DRF/FOR nº 10, de 27 de fevereiro de 2018(publicada no DOU de 28/02/2018, seção 1, página 27) e SRRF nº 551, de 10 de abril de 2018 (DOU de 12/04/2018, seção 2, página 37); tendo, ainda, em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, inclusive suas alterações; e, considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica CENTRAL FOTOVOLTAICA SOL DO FUTURO I S.A., CNPJ Nº 24.514.760/0001-85, CEI nº 51.242.17349/76, é titular do projeto de geração de energia elétrica, autorizado pela Portaria MME nº, 207, de 31 de maio de 2016 - Leilão nº 09/2015 - ANEEL e que foi aprovado o seu enquadramento no supracitado Regime Especial de Incentivos, pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimentos Energético do Ministério de Minas e Energia, através da Portaria (RESUMIDA), nº 42/SPE, de 5 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 9/02/2018 seção 1, página 63, sendo que esta consta disponível, em sua íntegra, no site http://www.mme.gov.br, em cujo Anexo consta o nome do projeto como sendo UFV Steelcons Sol do Futuro I, localizado no Município de Aquiraz, Estado do Ceará, com o período de execução estimado de 01/10/2017 a 30/10/2018, conforme consta do Processo Administrativo nº 10380.722.410/2018-79, resolve:

Art. 1º DECLARAR habilitada no Regime Especial (REIDI) a supracitada pessoa jurídica, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, inclusive na Importação, naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º e 3º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, c/c o disposto nos arts. 2º e 3º da Instrução Normativa 758/2007, no que diga respeito ao projeto citado.

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "de offício", sempre que se apure que o beneficiário não satisfaz ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA MARIA HOLANDA PONTE RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, inclusive na Importação, nos termos que disciplina a legislação que trata deste Regime.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições regimentais expressas pelo artigo 270, "caput", do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil -RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), c/c as Portarias DRF/FOR nº 10, de 27 de fevereiro de 2018(publicada no DOU de 28/02/2018, seção 1, página 27) e SRRF nº 551, de 10 de abril de 2018 (DOU de 12/04/2018, seção 2, página 37); tendo, ainda, em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, inclusive suas alterações; e, considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica CENTRAL FOTOVOLTAICA SOL DO FUTURO II S.A., CNPJ Nº 24.525.688/0001-91, CEI nº 51.242.17358/71, é titular do projeto de geração de energia elétrica, autorizado pela Portaria MME nº, 208, de 31 de maio de 2016 - Leilão nº 09/2015 - ANEEL e que foi aprovado o seu enquadramento no supracitado Regime Especial de Incentivos, pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimentos Energético do Ministério de Minas e Energia, através da Portaria (RESUMIDA), nº 43/SPE, de 5 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 9/02/2018, seção 1, página 63, sendo que esta consta disponível, em sua íntegra, no site http://www.mme.gov.br, em cujo Anexo consta o nome do projeto como sendo UFV Steelcons Sol do Futuro II, localizado no Município de Aquiraz, Estado do Ceará, com o período de execução estimado de 01/10/2017 a 30/10/2018, conforme consta do Processo Administrativo nº 10380.722.411/2018-13, resolve:

Art. 1º DECLARAR habilitada no Regime Especial (REIDI) a supracitada pessoa jurídica, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, inclusive na Importação, naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º e 3º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, c/c o disposto nos arts. 2º e 3º da Instrução Normativa 758/2007, no que diga respeito ao projeto citado.

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "de offício", sempre que se apure que o beneficiário não satisfaz ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA MARIA HOLANDA PONTE RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 23 DE MAIO DE 2018

Habilitação no Regime Especial (REIDI), instituído pelos artigos 1º ao 5º da Lei nº 11.488, de 2007. Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, inclusive na Importação, nos termos que disciplina a legislação que trata deste Regime.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições regimentais expressas pelo artigo 270, "caput", do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil -RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), c/c as Portarias DRF/FOR nº 10, de 27 de fevereiro de 2018(publicada no DOU de 28/02/2018, seção 1, página 27) e SRRF nº 551, de 10 de abril de 2018 (DOU de 12/04/2018, seção 2, página 37); tendo, ainda, em vista o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) instituído pela Lei nº 11.488, de 15/06/2007, artigos 1º ao 5º, regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03/07/2007 e Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, inclusive suas alterações; e, considerando-se, ainda, que a pessoa jurídica CENTRAL FOTOVOLTAICA SOL DO FUTURO III S.A., CNPJ Nº 24.554.723/0001-09, CEI nº 51.242.17364/78, é titular do projeto de geração de energia elétrica, autorizado pela Portaria MME nº, 224, de 7 de junho de 2016 - Leilão nº 09/2015 - ANEEL e que foi aprovado o seu enquadramento no supracitado Regime Especial de Incentivos, pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimentos Energético do Ministério de Minas e Energia, através da Portaria (RESUMIDA), nº 41/SPE, de 5 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 9/02/2018, seção 1, página 63, sendo que esta consta disponível, em sua íntegra, no site http://www.mme.gov.br, em cujo Anexo consta o nome do projeto como sendo UFV Steelcons Sol do Futuro III, localizado no Município de Aquiraz, Estado do Ceará, com o período de execução estimado de 01/10/2017 a 30/10/2018, conforme consta do Processo Administrativo nº 10380.722.412/2018-68, resolve:

Art. 1º DECLARAR habilitada no Regime Especial (REIDI) a supracitada pessoa jurídica, para utilização da suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, inclusive na Importação, naquilo em que se aplique o disposto no art. 2º e 3º do Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, c/c o disposto nos arts. 2º e 3º da Instrução Normativa 758/2007, no que diga respeito ao projeto citado.

Art. 2º A presente habilitação poderá ser cancelada "de offício", sempre que se apure que o beneficiário não satisfaz ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA MARIA HOLANDA PONTE RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.728399/2017-40, declara:

Art. 1º- Co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a empresa AG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 39.469.291/0001-05, tendo por objeto o fornecimento de todos os materiais e a execução de todos os trabalhos necessários à completa implantação, testes e comissionamento, entrada em operação e perfeito funcionamento do empreendimento, na modalidade Empreitada Integral por Preço Fixo Global, nos termos do Edital e do Contrato de Concessão, observado os termos do Contrato firmado entre as partes e da Engenharia Básica aprovada pela ANEEL. Projeto localizado no Estado da Bahia, de titularidade da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 26.845.497/0001-32, matrícula CEI nº 70.014.20714/70, com previsão de conclusão em agosto/2020, aprovado pela Portaria nº 167, de 21 de junho de 2017, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 2017, Seção 1, página 44.

Art. 2º- A referida empresa participa do Consórcio Linhão BA-PI, inscrito no CNPJ sob o nº 28.608.536/0001-03.

Art. 3º- O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

PORTARIA Nº 69, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre unitização, desunitização e substituição de unidade de carga na importação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430,de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º O interessado ou seu representante legal poderá solicitar autorização para substituição de unidade de carga informando obrigatoriamente as unidades substituída e substituta ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pela declaração de importação.

Parágrafo Único. A solicitação de autorização de substituição de unidade de carga deve ser anexada ao dossiê da declaração de importação no Portal Único SISCOMEX.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2 No caso de determinação judicial para a devolução da unidade de carga vazia ao armador ou ao seu representante legal, o recinto alfandegado deverá promover a desunitização em tempo suficiente para atender a ordem judicial.

§ 1º É responsabilidade do recinto alfandegado que promover a desunitização comunicar

o armador ou o seu representante legal a retirada da unidade de carga vazia.

§ 2º O recinto responsável pelo procedimento comunicará imediatamente à ALF/IGI o

término da operação de desunitização bem como a entrega da unidade de carga.

Art. 3 A operação de desunitização das unidades de carga deverá ser gravada pelo recinto alfandegado de acordo com o que estabelecido pelo art. 17, § 2º, da Portaria RFB nº 3.518/2011.

Art. 4 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ALEX NOBREGA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ora signatário, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso I e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 28.696.620/0001-26, pertencente a J MATIOLI NEGOCIOS E PARTICIPACOES - EIRELI, por ter sido atribuído mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento, em acatamento à Despacho Decisório nº 0157/2018 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 10850.721227/2018-72.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário/DRF/SJR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 24 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016,

DECLARA

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 26.441.845/0001-06, pertencente a LEONARDO AUGUSTO ARANON FLORENCIO DA SILVA 29665750852, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0159/2018 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 13894.720749/2017-58.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 24 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 20.589.378/0001-80, pertencente a NEUSA FELISBINO 04688638850, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0162/2018 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 13863.720092/2018-77.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 25 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 11.467.601/0001-25, pertencente a NORTH WEST CONFECÇÕES E COMERCIO LTDA, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento à Informação DRF/SJR/Sacat nº 141, 10 de Novembro de 2017, a qual contém REPRESENTAÇÃO do Auditor-Fiscal que a lavrou, constante do Processo nº 16000.720218/2017-71.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 25 DE MAIO DE 2018

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁrio, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 18.118.138/0001-55, pertencente a ALEXANDRE LIMA DOS SANTOS 27922623895, por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento ao Despacho Decisório nº 0158/2018 - 0810700/DRF/SJR/SACAT, constante do Processo nº 10850.721217/2018-37.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 28 DE MAIO DE 2018

Declara nula a inscrição no CNPJ por decisão administrativa.

DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, com base no disposto nos artigos 35, II e 36 da Instrução Normativa - IN RFB nº 1634/2016, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta no processo nº 10860720462/2018-16, declara:

Art. 1º - NULA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ nº 15.067.437/0001-10, em nome de PAMELLA KRISTTINA DOS SANTOS E SANTOS, com efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral, por indícios de fraude.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 18 DE MAIO DE 2018

Anula alteração cadastral no CNPJ

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016; declara:

Artigo 1º. Declara nula no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) a alteração cadastral relativa aos eventos 202, 209, 220, 225, 244, 247 e admissão de sócio no quadro societário transmitida através do Documento Básico de Entrada - DBE sob código 4201947877 para a entidade M & R-TRANSPORTES RODOVIÁRIOS EIRELI, inscrição 06.296.204/0001-06, com data de evento 26/04/2013 uma vez que se constatou vício para esta alteração, conforme apurado no processo administrativo 11089.720101/2018-21, retornando o cadastro aos dados que constam da 4ª alteração contratual registrada na Junta Comercial do Paraná sob número 41600011236 em 31/05/2012.

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES/SC, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e da competência expressa nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, c/c o disciplinado pelos artigos 2º, 3º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, e IN RFB nº 1.153, de 11 de maio de 2011, que tratam das operações realizadas com o Papel Imune a que se refere a alínea "d" do inc. VI do art. 150, da Constituição Federal, em face do que constam dos processos nº 13984.000082/2002-88 e 13984.720352/2018-38, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica cancelada a inscrição no Registro Especial, na atividade de Usuário, GP 09205/00007, conforme concedida por meio do Ato Declaratório Executivo nº 0008/2010, publicado no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2010, da pessoa jurídica GRAPHEL GRÁFICA E EDITORA LAGES LTDA, CNPJ nº 04.484.195/0001-43, com endereço à Avenida Duque de Caxias, 188 - Bairro Centro, Lages-SC, CEP 88.502-290.

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 0008/2010, de 23/06/2010, publicado no DOU de 23/06/2010.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO PADLIPSKAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 24 DE MAIO DE 2018

Cancela inscrições no Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES/SC, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e da competência expressa nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, c/c o disciplinado pelos artigos 2º, 3º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, com as alterações promovidas pela IN RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010, IN RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, e IN RFB nº 1.153, de 11 de maio de 2011, que tratam das operações realizadas com o Papel Imune a que se refere a alínea "d" do inc. VI do art. 150, da Constituição Federal, em face do que constam dos processos nº 13984.720311/2015-07, 13984.720312/2015-43 e 13984.720353/2018-82, declara:

Art. 1º Ficam canceladas as inscrições no Registro Especial, nas atividades de Importador, IP -09205/00001, e Distribuidor, DP-09205/00001, conforme concedidas por meio dos Atos Declaratórios Executivos nº 0003/2015 e 004/2015, respectivamente, publicados no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2015, da pessoa jurídica GR PAPER IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 13.469.722/0001-31, com endereço à Rua Marechal Arthur Costa Silva, 802 - Bairro Caravagio - Lages-SC, CEP 88.526-095.

Art. 2º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos nº 0003/2015 e 004/2015 de 28/04/2015, publicados nos DOU de 30/04/2015.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO PADLIPSKAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 25 DE MAIO DE 2018

Declara habilitada ao regime previsto na IN SRF nº 605 (Recap), de 4 de janeiro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 340, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o que consta do processo nº 11020.720690/2018-32, declara:

Artigo único. Na forma do artigo 10 da Instrução Normativa SRF nº 605, de 4 de janeiro de 2006, que Elliottiis do Brasil Indústria Moveleira Ltda., CNPJ 06.100.307/0001-40 (Rua Germano Girotto, 850 - Centro - Antônio Prado RS), faz jus, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, aos benefícios do artigo 2º dessa Instrução, quando da aquisição de bens de capital, novos, relacionados no Anexo do Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006, com as alterações posteriores, observadas as exigências contidas nessa Instrução.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 473, DE 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000765/2018-23 e Documento SEI nº 0119435, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Benefícios Oricaprev, CNPB nº 2010.0031-11, administrado pelo MULTIBRA FUNDO DE PENSÃO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 474, DE 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.009000/2017-78 e Documento SEI nº 0118416, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Previplan, CNPB nº 1985.0009-38, administrado pela Previplan Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 479, DE 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000369/2018-04 e Documento SEI nº 0124946, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios TAPPREV, CNPB nº 1993.0015-65, administrado pelo Multibra Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Portaria Susep/Diorg n. 890, de 11 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2018, Seção 1, página 27, no artigo 1º, onde se lê: "... assembleia geral extraordinária ...", leia-se: "... assembleia geral ordinária ... ".

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 27, DE 28 DE MARÇO 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para o "Cicloelétrico (Ciclomotorizado Elétrico), Motocicleta Elétrica e Motoneta Elétrica", industrializados na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000146/2017-03, de 24 de janeiro de 2017, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 139, de 15 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1°. .....

.....

I - fabricação de partes, peças e subconjuntos, a partir das seguintes operações, quando aplicáveis:

.....

o) confecção em couro ou laminado sintético; e (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

DESPACHO

Processo nº 52700.103750/2017-03
Interessado: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 27/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 11 de maio de 2018, e o PARECER Nº 00307/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 17 de maio de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Referência: Processo n° 52700.103750/2017-03 e Processo JUCERJA nº 00-2017/312220-5

Recorrente: Edding International GMBH

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

DESPACHO

Processo nº 52700.101620/2018-17
Interessado: Junta Comercial do Estado de Rondônia

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o Parecer nº 44/2018/SEI-DREI/SEMPE, de 4 de maio de 2018, e o PARECER Nº 00299/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 11 de maio de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário de Vogais da Junta Comercial do Estado de Rondônia.

Processo nº 52700.101620/2018-17 e Processo JUCER nº 0018-044246/2018-31

Recorrente: Alexander Araújo da Silva

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de Rondônia

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 27, DE 28 DE MAIO DE 2018

Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pela Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, incisos I e XXIII, do Anexo I ao Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, e tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Os incisos XV, LXXXI, LXXXV, CII e CIV, do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"XV - Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3920.20.19	Outras	2%	600 toneladas	25/05/2018 a 24/05/2019
	Ex 001 - Filme de polipropileno com largura superior a 50 cm e máxima de 100 cm, com espessura inferior ou igual a 15 micrômetros (microns), com uma ou ambas as faces rugosas de rugosidade relativa (relação entre a espessura média e a máxima) superior ou igual a 6%, de rigidez dielétrica superior ou igual a 500 V/micrômetro (Norma ASTM D 3755-97), em rolos.			

....." (NR)

"LXXXI - Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3909.31.00	-- Poli(isocianato de fenil metileno) (MDI bruto, MDI polimérico)	2%	105.000 toneladas	25/05/2018 a 24/05/2019
	Ex 001 - MDI polimérico, apresentado na forma líquida, sem carga			

....." (NR)

"LXXXV - Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2929.10.10	Diisocianato de difenilmetano	2%	23.000 toneladas	25/05/2018 a 24/05/2019

....." (NR)

"CII - Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2915.40.10	Ácido monocloroacético	2%	4.500 toneladas	25/05/2018 a 24/05/2019

.....

b) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 675 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

....." (NR)

"CIV- Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3904.90.00	- Outros	2%	3.794 toneladas	25/05/2018 a 24/05/2019
	Ex 001 - Poli(cloreto de vinila) clorado, em pó			

.....

c) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 760 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

d) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas ao efetivo despacho para consumo das mercadorias objeto das concessões anteriores e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

e) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX." (NR)

Art. 2º Ficam incluídos os incisos CXXI e CXXII no art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"CXXI - Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3302.90.90	Outras	2%	1.250 toneladas	25/05/2018 a 24/05/2019
	Ex 001 - Misturas à base de substâncias odoríferas, apresentadas sob a forma de microcápsulas, dos tipos utilizados como matérias-primas nas indústrias de produtos para cuidados pessoais e de limpeza			

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) o importador deverá fazer constar no pedido de LI a descrição conforme tabela acima;

c) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 125 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

d) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas ao efetivo despacho para consumo das mercadorias objeto das concessões anteriores e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

e) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX.

CXXII - Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3919.90.90	Outras	2%	200 toneladas	25/05/2018 a 24/05/2019
	Ex 001 - Laminados de politereftalato de etileno, auto-adesivos, em rolos de largura superior ou igual a 920 mm, mas inferior ou igual a 1.820 mm, com tratamento de superfície para proporcionar controle térmico, controle de luminosidade e filtragem de raios UVA e UVB, concebidos para revestimento de vidros dos tipos utilizados em veículos automóveis ou na construção civil			

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) o importador deverá fazer constar no pedido de LI a descrição conforme tabela acima;

c) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 20 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

d) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas ao efetivo despacho para consumo das mercadorias objeto das concessões anteriores e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

e) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HERLON ALVES BRANDÃO

PORTARIA Nº 28, DE 28 DE MAIO DE 2018

Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pela Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, incisos I e XXIII, do Anexo I ao Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, e tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Os incisos LIV e LXXIV, do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"LIV - Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2921.19.23	Monoisopropilamina e seus sais	2%	26.282 toneladas	14/08/2018 a 13/08/2019

....." (NR)

"LXXIV - Resolução CAMEX nº 35, de 24 de maio de 2018, publicada no D.O.U. de 25 de maio de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
5503.30.00	- Acrílicas ou modacrílicas	2%	9.000 toneladas	14/08/2018 a 13/08/2019

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 14 de agosto de 2018.

HERLON ALVES BRANDÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 307, DE 25 DE MAIO DE 2018

Altera a forma de apresentação do relatório demonstrativo previsto no artigo 29 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, pelo Sistema de Acompanhamento, Gestão e Análise Tecnológica - SAGAT.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010;

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 29 de Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006; e;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 20 e no art. 38 da Resolução nº 71, de 6 de maio de 2016, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52710.001304/2015-76, resolve:

Art. 1º Aprovar alterações para apresentação dos relatórios demonstrativos de investimentos em pesquisa e desenvolvimento das empresas fabricantes de bens de informática e automação, conforme Decreto nº 6.008, de 2006, e Resolução CAS nº 71, de 2016, no Sistema de Acompanhamento, Gestão e Análise Tecnológica - SAGAT, da Suframa.

Art. 2º O SAGAT está disponível no sítio eletrônico da Suframa, cabendo às empresas referidas no art. 1º utilizá-lo para a entrega dos relatórios demonstrativos anuais, com inserção de informações e documentos correspondentes.

§ 1º Para os relatórios demonstrativos do ano-calendário 2017 fica facultada sua apresentação em mídia digital, no formato portable document format (pdf), com as demais regras estabelecidas no Ofício Circular n° 07/2016-GAB.SAP, sendo obrigatório seu uso para os anos-calendários seguintes.

I - Caso a empresa apresente o relatório demonstrativo do ano-calendário 2017 em mídia digital, o preenchimento do relatório demonstrativo no SAGAT deverá ser realizado até 31 de dezembro de 2018, impreterivelmente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Para realizar o acesso ao SAGAT a empresa deverá acessar o link https://pss.suframa.gov.br/cas/login e informar o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e sua senha de acesso aos sistemas Suframa;

Art. 4º A validação do armazenamento das informações via SAGAT ocorrerá por meio de declaração de veracidade.

§ 1º A declaração de veracidade referida no caput será gerada pela empresa por meio de modelo no SAGAT com código único e arquivo no formato portable document format (pdf).

Art. 5º O manual de utilização do SAGAT disponível no sítio eletrônico da Suframa, poderá ter seu conteúdo atualizado a qualquer tempo em função de melhorias e ajustes, com avisos no sistema sobre a nova versão.

Art. 6º As dúvidas sobre a utilização do SAGAT deverão ser encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico sagat@suframa.gov.br.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União-DOU.

Art. 8º.Fica revogada a Portaria nº 219, de 4 de julho de 2017.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 204, DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Tunas/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Tunas/RS, no valor de R$ 1.380.298,73 (um milhão, trezentos e oitenta mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000590/2017-54.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000525, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 205, DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Rio do Sul/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Rio do Sul/SC, no valor de R$ 801.763,83 (oitocentos e um mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000762/2017-90.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000334, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 206, DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Cruzaltense/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Cruzaltense/RS, no valor de R$ 299.733,25 (duzentos e noventa e nove mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000624/2017-19.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000466, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 207, DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Correia Pinto/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Correia Pinto/SC, no valor de R$ 785.000,00 (setecentos e oitenta e cinco mil reais), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000844/2017-34.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000043, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos parcela única nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 208, DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Campo Maior/PI, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Campo Maior/PI, no valor de R$ 61.250,00 (sessenta e um mil duzentos e cinquenta reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001729/2018-78.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 209, DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Antônio Carlos/SC, para execução de ações de Defesa Civil

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Antônio Carlos/SC, no valor de R$ 334.932,71 (trezentos e trinta e quatro mil novecentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000064/2017-59.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000315, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA N. 210 , DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Ibarama/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Ibarama/RS, no valor de R$ 49.119,32 (quarenta e nove mil cento e dezenove reais e trinta e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.001141/2017-23.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2018NE000023, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 211, DE 28 DE MAIO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Tapira/PR, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Tapira/PR, no valor de R$ 257.267,00 (duzentos e cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e sete reais), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.002303/2016-99.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2016NE000155, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

DESPACHO Nº 2/2018

Processo Administrativo n. 59003.000047/2010-76 - INTERESSADOS: Demosa Dendê do Mosqueiro S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 14.077.259/0001-45 e o Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Decisão em Processo Administrativo Apuratório, Pedido de Revisão Administrativa. DECISÃO: Conheço do pedido de Revisão Administrativa para julgá-lo improcedente, diante da ausência de fatos novos ou circunstâncias relevantes aptos a caracterizar a inadequação da decisão impugnada, nos termos do Parecer Jurídico 00139/2018/CONJUR-MI/CGU/AGU, de 30 de abril de 2018 (0866404).

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Ministro

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RETIFICAÇÃO

Portaria nº 421, de 29 de dezembro de 2017-MI, publicada no DOU, de 19/01/2018, Seção 1, Edição Extra, página 16, onde se lê: (...), cujo objeto é a pavimentação da Rodovia Transcastanhal/PA - Trecho Castanhal/Agrovila Iracema, (...); leia-se: (...), cujo objeto é Pavimentação de Vias Urbanas.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 704, DE 28 DE MAIO DE 2018

Regulamenta a estrutura regimental do Ministério da Justiça e detalha o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança, do Anexo II do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, do Ministério da Justiça.

O MINISTRO DE ESTADO DE JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e os arts. 8º e 9º do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, e o art. 9º, §4º ao §6º, do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Ficam detalhadas as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Parágrafo único. Os anexos de que trata o caput integrarão os regimentos internos das unidades, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 8º e art. 9º do Decreto n° 9.360, de 7 de maio de 2018.

Art. 2º Ficam relacionados, na forma do Anexo XII a esta Portaria, os cargos permutados entre o Grupo de Direção e Assessoramento Superiores -DAS e as Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE do Quadro Demonstrativo da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, em cumprimento ao disposto no art. 9º, §4º, do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 820, de 29 de setembro de 2017; e

II - a Portaria nº 220, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDENIR BRITO PEREIRA

ANEXO I

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA
ASSESSOR ESPECIAL

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
	4	Assessor Especial	DAS 102.5

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
Coordenação de Controle e Gestão de Risco	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Controle, Transparência e Integridade	1	Coordenador	DAS 101.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Assuntos Federativos e Parlamentares	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Análise e Acompanhamento Legislativo	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Acompanhamento Legislativo	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Acompanhamento Parlamentar	1	Chefe	DAS 101.1

ANEXO IV

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO GABINETE DO MINISTRO

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
GABINETE DO MINISTRO	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão de Cerimonial	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Cerimonial	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação Administrativa e de Gestão Processual	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Apoio Administrativo e Patrimonial	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Gestão de Contratos	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Execução Orçamentária e Financeira	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Segurança Orgânica do Gabinete	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Documentação	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Publicação	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Revisão	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Participação Social e de Conselhos	1	Coordenador	DAS 101.3
Corregedoria-Geral	1	Corregedor	DAS 101.4
Assessoria Internacional	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação de Assuntos Internacionais	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Relações Internacionais	1	Chefe	DAS 101.2
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Serviço de Publicidade e Promoção	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Mídia Digital e Audiovisual	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.1
Ouvidoria-Geral	1	Ouvidor	DAS 101.4
Serviço de Transparência e Acesso à Informação	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Ouvidoria	1	Chefe	DAS 101.1
	11		FG-2
	7		FG-3

ANEXO V

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA-EXECUTIVA

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação de Documentação e Apoio Administrativo	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Análise Técnica	1	Coordenador	DAS 101.3
	5		FG-2
Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual	1	Secretário-Executivo	DAS 101.4
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Gabinete	1	Coordenador	FCPE 101.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Divisão de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.1
	7		FG-3
Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Documentação e Informação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Núcleo Postal	1		FG-3
Serviço de Biblioteca	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Arquivo	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Protocolo	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Suprimento e Serviços Gerais	1	Coordenador	FCPE 101.3
Núcleo de Preparação de Aquisição e Contratação	1		FG-3
Divisão de Material e Patrimônio	1	Chefe	DAS 101.2
Núcleo de Almoxarifado	1		FG-3
Serviço de Patrimônio	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Serviços Gerais	1	Chefe	DAS 101.2
Núcleo de Segurança Interna	1		FG-3
Serviço de Transporte	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Núcleo de Diárias e Passagens	1		FG-3
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Procedimentos Licitatórios	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço de Conformidade de Pesquisa de Preço	1	Chefe	DAS 101.1
Divisão de Licitações	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Contratações Diretas	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação de Contratos	1	Coordenador	DAS 101.3
Núcleo de Penalidades	1		FG-3
Divisão de Contratos	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Acompanhamento de Contratos	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador	DAS 101.3
Núcleo de Conformidade	1		FG-3
Serviço de Liquidação de Pagamento	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Execução Orçamentária e Financeira	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Gestão da Informação Funcional	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Cadastro e Benefícios	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Aposentadorias e Pensões	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Pagamento e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal	1	Coordenador	FCPE 101.3
Núcleo de Benefícios Sociais e Informações	1		FG-3
Setor de Reposição ao Erário e Reversão de Crédito de Folha Pessoal	1		FG-2
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação de Desenvolvimento Humano-Organizacional	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Promoção à Saúde	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço de Apoio Operacional e Administrativo	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Governança de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão de Serviços e Projetos	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Governança, Arquitetura Corporativa e Segurança da Informação	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação de Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Operações de Serviços de Tecnologia da Informação	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Serviço de Desenvolvimento de Sistemas, Dados e Soluções de Apoio à Decisão	1	Chefe	FCPE 101.1
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço de Apoio Técnico	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Contabilidade	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Apoio à Atividade Contábil	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Orçamento da Administração Indireta e Gestão da Informação	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Orçamento da Administração Direta	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Execução da Programação Orçamentária da Administração Direta	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Programação Financeira	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Orçamento de Pessoal	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Gestão das Emendas Parlamentares	1	Chefe	FCPE 101.2
	5		FG-2
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Gestão Estratégica	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Planejamento, Informação e Inovação Institucional	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento	1	Chefe	DAS 101.2
	4		FG-3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VI

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA CONSULTORIA JURÍDICA

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	1	Consultor Jurídico Adjunto	DAS 101.4
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Assuntos Disciplinares	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Contencioso Judicial	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Contencioso Judicial	1	Chefe	FCPE 101.2
	5		FG-3
Coordenação-Geral de Estudos e Elaboração Normativa	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Elaboração Normativa	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Finalísticos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Assuntos Finalísticos	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Licitação e Contratos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Licitação e Contratos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Licitação e Contratos	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Atos Administrativos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Estudos e Pareceres	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Análise de Projetos Legislativos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Análise Legislativa	1	Coordenador	FCPE 101.3

ANEXO VII

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA COMISSÃO DE ANISTIA

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
COMISSÃO DE ANISTIA	1	Diretor	DAS 101.5
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Serviço de Informação	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Gestão Processual	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão de Gestão, Orçamento e Planejamento	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Julgamento e Finalização	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Informação Processual	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Análise Processual	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Registro e Controle Processual	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Gestão e Controle	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Arquivo e Memória	1	Chefe	FCPE 101.2
	5		FG-1

ANEXO VIII

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA	1	Secretário	DAS 101.6
Coordenação-Geral de Planejamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor	FCPE 102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação de Gestão Interna	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Administração e Logística	1	Chefe	DAS 101.2
	5		FG-3
DEPARTAMENTO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Recuperação de Ativos	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Extradição e Transferência de Pessoas Condenadas	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Tratados e Foros Internacionais	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Cooperação Jurídica Internacional	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Auxílio Jurídico Mútuo	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Articulação Institucional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação da Rede Nacional de Laboratórios Contra a Lavagem de Dinheiro	1	Coordenador	FCPE 101.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação de Difusão, Capacitação e Eventos	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Projetos Institucionais	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Planejamento	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Administração	1	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Política Migratória	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Nacionalidade e Naturalização	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão de Processos Migratórios	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Estudos, Pareceres e Parcerias	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Apoio à Gestão	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação de Assuntos de Refúgio	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Classificação Indicativa	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço de Classificação Indicativa	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Gestão da Política e dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Articulação da Rede e Gestão do CONATRAP	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Assuntos Judiciários	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Políticas de Justiça	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Assuntos Estratégicos	1	Chefe	FCPE 101.2

ANEXO IX

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Orçamento, Administração e Finanças	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço de Apoio Administrativo e Processual	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Orçamento e Finanças	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Direitos Difusos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Seleção e Monitoramento de Projetos de Direitos Difusos	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Seleção e Monitoramento de Projetos de Direitos Difusos	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação de Articulação e Relações Institucionais	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço de Articulação e Relações Institucionais	1	Chefe	DAS 101.1
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Análise e Orientação Técnica em Defesa do Consumidor	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço de Análise e Orientação Técnica em Defesa do Consumidor	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação de Monitoramento de Mercado	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Análise e Gestão da Informação	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Consumo Seguro e Saúde	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço de Consumo Seguro e Saúde	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação de Sanções Administrativas	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Sanções Administrativas	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Investigação	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Apoio Técnico e Suporte a Integrados	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Apoio Técnico e Suporte a Integrados	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Integração e Harmonização de Procedimentos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Integração e Harmonização de Procedimentos	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral da Escola Nacional de Defesa do Consumidor	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão de Educação e Capacitação em Defesa do Consumidor	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Gestão e Disseminação do Conhecimento	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Projetos e Cooperação	1	Chefe	DAS 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO X

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Administração	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO E PROJETOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Prevenção e Reinserção Social	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação-Geral de Pesquisa e Formação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DIRETORIA DE GESTÃO DE ATIVOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Nacional Antidrogas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação de Formalização e Conclusão de Parcerias	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Orçamentária e Financeira	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Destinação de Ativos e Capitalização do FUNAD	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão de Classificação e Acompanhamento de Ativos	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Destinação de Ativos	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Gestão de Parcerias e Instrumentos de Repasse	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1

ANEXO XI

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO ARQUIVO NACIONAL

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
ARQUIVO NACIONAL	1	Diretor-Geral	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Gestão de Documentos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação de Documentos Escritos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Preservação do Acervo	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Consultas ao Acervo	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo	1	Coordenador	DAS 101.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão de Protocolo e Arquivo	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Gestão de Pessoas	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Recursos Orçamentários e Financeiros	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Recursos Logísticos	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Tecnologia da Informação	1	Coordenador	DAS 101.3
	32		FG-1
Coordenação-Regional no Distrito Federal	1	Coordenador Regional	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1

ANEXO XII

QUADRO DE PERMUTAS ENTRE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE

NÚMERO DO ANEXO	NOME DO CARGO	CARGO DE ORIGEM DAS/FCPE	SITUAÇÃO ATUAL	NOME DO CARGO	CARGO DE ORIGEM DAS/FCPE	SITUAÇÃO ATUAL
ANEXO VIII	Divisão de Administração e Logística do Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça.	FCPE 101.2	DAS 101.2	Divisão de Assuntos Estratégicos da Coordenação-Geral de Assuntos Judiciários do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça da Secretaria Nacional de Justiça.	DAS 101.2	FCPE 101.2
ANEXO XI	Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos do Arquivo Nacional.	DAS 101.3	FCPE 101.3	Coordenação de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo da Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental do Arquivo Nacional.	FCPE 101.3	DAS 101.3
	Coordenação de Gestão de Pessoas da Coordenação-Geral de Administração do Arquivo Nacional.	DAS 101.3	FCPE 101.3	Coordenação de Tecnologia da Informação da Coordenação-Geral de Administração do Arquivo Nacional.	FCPE 101.3	DAS 101.3

SECRETARIA EXECUTIVA

SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 8 DE NOVEMBRO DE 2016

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, no Salão de Retratos, 4º Andar, Sala 404, do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Cidadania, em Brasília-DF, no Distrito Federal, às 14:00h, havendo quórum, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual. Seguindo a pauta da reunião, a Presidente e o Secretário Executivo do CNCP foram apresentados a todos os presentes e em seguida foi dada posse aos novos Conselheiros; na sequência foi aprovada a ata da 2ª reunião Ordinária de 2016. A Delegada da Interpol, Priscila Macorin apresentou a Campanha Turn Back Crime, que foi aprovada pelo Conselho; O Dr. Luiz Cláudio Garé divulgou por meio de vídeo a campanha, reafirmando o compromisso e o apoio da BPG. Em seguida o Presidente da Comissão Especial de Combate à Pirataria da OAB-SP, Dr. Eduardo Ribeiro Augusto, divulgou o evento comemorativo do Dia Nacional de Combate à Pirataria, que será realizado em São Paulo/SP, em 02 de dezembro de 2016. A Presidente do CNCP indagou sobre sugestões de pauta para a próxima reunião, que foram registradas para que sejam apreciadas oportunamente. Exauridos e esgotados os assuntos do dia, o Secretário Nacional do Consumidor deu por encerrada a reunião. Brasília, 06 de dezembro de 2016. JOSÉ FERNANDO MORAES CHUY - Secretário Executivo do CNCP. Aprovada na 1ª Reunião Ordinária de 2018 do dia 14 de março de 2018.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2018

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, no Salão dos Retratos do Ministério da Justiça, em Brasília, no Distrito Federal, às 14:00h, havendo quórum, reuniu-se em sessão ordinária o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual. Seguindo a Pauta da reunião, foi aprovada a ata da 3ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 18 de novembro de 2016 e se deu posse a novos Conselheiros. Foram definidas datas bimestrais para realização das reuniões ordinárias do Conselho. O Presidente do CNCP Claudenir Brito Pereira noticiou sobre ações iniciais para formação do Plano Nacional de Combate à Pirataria para o quadriênio 2018-2021 e solicitou contribuições dos Conselheiros para definir outras ações para o Plano. Aprovou-se o texto do Novo regimento Interno. Apresentou-se o calendário para o Prêmio Nacional de Combate à Pirataria. Deliberou-se a retomada das tratativas para um acordo de cooperação entre o Conselho e os meios de pagamento eletrônico. Decidiu-se pela retomada com reativação e ampliação do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas a ser estruturada com o INPI. Deliberou-se ainda sobre a eventual retomada do Programa Cidade Livre de Pirataria. Houve apresentações das principais ações educativas (seminários, campanhas, etc.) para o ano de 2018. Esgotados os assuntos do dia, o Presidente deu por encerrada a reunião. Brasília, 14 de março de 2018. CLAUDENIR BRITO PEREIRA - Presidente do CNCP. Aprovada na Reunião Ordinária de 23 de maio de 2018.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PORTARIA Nº 301, DE 25 DE MAIO DE 2018

Regulamenta a Política de Uso do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados (CGU-PJ) no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.

O PRESIDENTE DO CADE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, inciso XXII, do Regimento Interno do Cade,

Considerando a Portaria CGU nº 1.196, de 23 de maio de 2017, que regulamenta o uso do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados - CGU-PJ no âmbito do Poder Executivo Federal;

Considerando a Portaria CGU nº 1.389, de 26 de junho de 2017, que institui o termo de uso do Sistema CGU-PJ, resolve:

Art. 1º Aprovar a Política de Uso do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados - CGU-PJ no âmbito do Cade.

Seção I

Da Finalidade

Art. 2º A Política de Uso do Sistema CGU-PJ, tem por objetivo estabelecer suas regras de uso no gerenciamento, no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), das informações relativas aos Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) e às Investigações Preliminares (PI), bem como as relativas às sanções que impliquem restrições ao direito de licitar ou contratar com a Administração, consoante o disposto na Portaria CGU n° 1.196, de 29 de maio de 2017 e na Portaria CGU nº 1.389, de 26 de junho de 2017.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende-se por:

I - Sistema de Gestão de Processos Administrativos de Responsabilização - CGU-PJ: sistema informatizado, administrado pela Controladoria-Geral da União da Presidência da República, que visa registrar informações sobre Processos Administrativos de Responsabilização;

II - Órgão Cadastrador: Órgão responsável pelo registro no Sistema CGU-PJ das informações sobre Processos Administrativos de Responsabilização, em curso ou encerrados. No contexto da presente Portaria, este órgão é representado pelo Cade;

IV - Coordenador-Adjunto: servidor responsável por coordenar a implementação do CGU-PJ e pela gestão do Sistema CGU-PJ no âmbito do Cade;

VI - Administrador: servidor responsável pela concessão de acesso, bem como geração de senhas no sistema, e gerenciamento de usuários no âmbito do Cade;

VII - Usuário Cadastrador: servidor responsável pelo registro e consulta de informações no CGU-PJ no âmbito do Cade; e

VIII - Usuário Consulta: servidor com direito à visualização das informações registradas no CGU-PJ, limitado ao seu nível de acesso no Cade.

Seção II

Do Registro de Informações

Art. 3º São obrigatoriamente registradas no Sistema CGU-PJ as seguintes informações relativas a Processos Administrativos de Responsabilização, instaurados nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2016, e a Investigações Preliminares, instaurados nos termos Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015:

I - instauração;

II - indiciamento, quando for o caso;

III - encaminhamento do processo para julgamento;

IV - julgamento;

V - eventuais anulações;

VI - eventuais reabilitações e registros de pagamento de multas;

VII - eventual interposição de recurso e respectiva decisão;

VIII - eventual instauração de revisão do processo e respectiva decisão; e

IX - eventual avocação pela CGU.

Art. 4º São obrigatoriamente registradas no Sistema CGU-PJ as seguintes informações relativas a penalidades aplicadas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de contratar ou licitar com a Administração Pública, em atenção ao artigo 23, da Lei nº 12.846/2013:

I - decisão sancionadora; e

II - decisões de natureza administrativa ou judicial que impliquem alterações nos efeitos da sanção mencionada no inciso I.

Art. 5º Os registros de informação no CGU-PJ deverão ocorrer em até:

I - 5 (cinco) dias após a aplicação, quando relativas às sanções que impliquem restrição ao direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - 30 (trinta) dias, quando relativas a juízo de admissibilidade, instauração ou encaminhamento para julgamento de PAR ou IP; e

III - 5 (cinco) dias, quando relativas a julgamentos ou outras decisões que impliquem alterações nas sanções aplicadas no âmbito de PAR ou IP.

Art. 6º Para o cumprimento dos prazos previstos no art. 5º, a autoridade que praticar ou que tomar ciência dos atos previstos nos artigos 3º e 4º deverá remeter informações suficientes ao seu registro para a Corregedoria, no prazo de 15 (quinze) dias quando da instauração de novo procedimento, e de 2 (dois) dias nos demais casos.

Seção III

Do Acesso

Art. 7º Compete ao Coordenador-Adjunto do Sistema CGU-PJ no âmbito do Cade, definir os servidores que terão permissão de acesso ao Sistema e ao seu ambiente de treinamento no perfil de Administrador, bem como os respectivos níveis hierárquicos de acesso.

Art. 8º Os servidores que compõem a Corregedoria do Cade terão permissão de acesso ao Sistema CGU-PJ no perfil usuário cadastrador no âmbito do Cade.

Art. 9º Aos servidores com permissão de acesso ao Sistema CGU-PJ, nos perfis usuário cadastrador ou usuário consulta, será conferida permissão de acesso ao ambiente de treinamento do Sistema CGU-PJ.

Parágrafo único. O nível hierárquico concedido ao servidor poderá ser alterado mediante solicitação do mesmo, com aprovação do Coordenador-Adjunto do Cade.

Art. 10. Não será concedida permissão de acesso ao Sistema CGU-PJ para funcionários terceirizados, contratados temporariamente ou estagiários.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção IV
Da Habilitação de Acesso
Art. 11. As solicitações de acesso ao Sistema se darão por meio de mensagem eletrônica a ser encaminhada ao Administrador do Sistema CGU-PJ no âmbito desta Autarquia.
Art. 12. A concessão de acesso ao Sistema CGU-PJ e a seu ambiente de treinamento necessita de prévia autorização do Coordenador-Adjunto do Sistema CGU-PJ no âmbito desta Autarquia.
§ 1º É facultada ao Coordenador-Adjunto a imposição de restrição de acesso ao sistema.
§ 2º O Coordenador-Adjunto avaliará, quando do pedido de acesso, o perfil de usuário e o nível hierárquico solicitados.
Art. 13. Cabe aos chefes de cada unidade, a imediata comunicação por escrito ao Administrador do Sistema CGU-PJ acerca do afastamento, desligamento, aposentadoria ou movimentação de usuários lotados em seus setores, para fins de bloqueio de acesso ao sistema, bem como a usuários que respondam a procedimento disciplinar.
Seção V
Disposições Finais
Art. 14 A utilização do CGU-PJ deverá observar, além do Termo de Uso, os Materiais de Apoio divulgados no portal do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União na Internet.
Art. 15. Os servidores que tenham acesso às informações registradas no Sistema, ou que delas façam uso, deverão zelar pela sua integridade e confidencialidade.
Art. 16. O descumprimento das disposições da Portaria CGU n° 1.196/2017, da Portaria CGU nº 1.389/2017, desta Política de Uso ou dos manuais do Sistema CGU-PJ, sujeitará os responsáveis às sanções previstas em lei.
Art. 17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente Política de Uso serão dirimidos pelo Coordenador-Adjunto do Sistema CGU-PJ no âmbito do Cade.
Art. 18. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA

DESPACHO Nº 134, DE 28 DE MAIO DE 2018

Ref. Sessão Plenária Extraordinária.
Nos termos do art. 60, inciso IV c/c com o § 1º do art. 118, ambos do Regimento Interno do Cade, convoco Sessão Extraordinária do Plenário a ser realizada no dia 29 de maio de 2018, a partir das 15 horas, para discussão das ações do Cade acerca da crise de abastecimento no setor de combustível.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 101, de 28 de maio de 2018, Processo MJ nº 08017.000654/2018-01, Seção 1, páginas 48/49, na linha; Onde se lê: "Portaria nº 84 de 23 de maio de 2018"; Leia-se: "Portaria nº 85 de 23 de maio de 2018".

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE N° 483, de 1º de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 43, de 5 de março de 2018, Seção 1, pág. 45 e Suplemento, pág. 28, referente ao processo 25351.721741/2017-25.
Onde se lê:
cilostazol 25351.721741/2017-25 03/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2310472/17-4
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 181933/02-0 - 25351.207111/2002-66) (...)
1.1213.0494.005-9 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15
VALFLEX
Leia-se:
cilostazol 25351.721741/2017-25 03/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2310472/17-4
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 181933/02-0 - 25351.207111/2002-66) (...)
1.1213.0494.005-9 24 Meses
50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE N° 577, de 8 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 48, de 12 de março de 2018, Seção 1, pág. 51 e Suplemento, pág. 34, referente ao processo 25351.707365/2017-66.
Onde se lê:
HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA 01571702000198
LEVOFLOXACINO HEMIIDRATADO
levofloxacino 25351.707365/2017-66 03/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2289415/17-2
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 554421/05-1 - 25351.460645/2005-61)
(...)
Leia-se:
HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA 01571702000198
LEVOFLOXACINO HEMIIDRATADO
LEVAFLOX 25351.707365/2017-66 03/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2289415/17-2
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 554421/05-1 - 25351.460645/2005-61)
(...)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE N° 577, de 8 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 48, de 12 de março de 2018, Seção 1, pág. 51 e Suplemento, pág. 34, referente ao processo 25351.627514/2017-12.
Onde se lê:
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
TAMIRAN 25351.627514/2017-12 03/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2175211/17-7
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 554421/05-1 - 25351.460645/2005-61)
(...)
Leia-se:
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
TAMIRAM 25351.627514/2017-12 03/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2175211/17-7
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 554421/05-1 - 25351.460645/2005-61)
(...)

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 116, DE 18 DE MAIO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: AMAZON AGENCY LTDA CNPJ/CPF: 04.004.406/0001-01
25760.479272/2006-61 - AIS:641358/06-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA
.

AUTUADO: AMERICAN HOSP DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ/CPF: 03.885.943/0001-37
25351.168391/2002-80 - AIS:081172/02-6 - GGMED/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: BAXTER HOSPITALAR LTDA CNPJ/CPF: 49.351.786/0001-80
25351.467323/2014-55 - AIS:0650304/14-7 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).

AUTUADO: BASTOS VIEGAS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LIMITADA CNPJ/CPF: 05.892.650/0001-02
25759.509038/2007-96 - AIS:641025/07-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA CNPJ/CPF: 14.372.148/0001-61
25742.391351/2013-15 - AIS:0551411/13-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).

AUTUADO: EMS S/A CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65
25351.760495/2014-98 - AIS:1119116/14-3 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).

AUTUADO: EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. CNPJ/CPF: 61.190.096/0001-92
25351.695035/2014-32 - AIS:1025190/14-1 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

AUTUADO: EVERSIL PRODUTOS FARMACÊUTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ/CPF: 61.158.267/0001-04
25351.311810/2010-89 - AIS:407365/10-7 - GFIMP/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

AUTUADO: GALENA QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA CNPJ/CPF: 57.442.774/0006-02
25759.123026/2008-59 - AIS:157288/08-1 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: GER-AR COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 04.696.139/0001-72
25759.038473/2004-80 - AIS:097560/04-5 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA CNPJ/CPF: 17.174.657/0001-78
25351.733489/2014-11 - AIS:1078933/14-2 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS).

AUTUADO: ECHEMICAL - I.D. COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. CNPJ/CPF: 02.726.095/0002-31
25759.044174/2003-01 - AIS:163702/03-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: K G SORENSEN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ/CPF: 61.215.869/0001-48
25759.042791/2004-45 - AIS:109918/04-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: LIFEMEDICA COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP CNPJ/CPF: 07.117.931/0001-13
25351.751139/2014-77 - AIS:1105302/14-0 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.

AUTUADO: S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - FALIDA CNPJ/CPF: 92.772.821/0107-12
25759.006848/2004-42 - AIS:019187/04-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: SANOFI PASTEUR LTDA CNPJ/CPF: 24.040.487/0002-85
25759.290731/2004-37 - AIS:410006/04-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: SANOFI PASTEUR LTDA CNPJ/CPF: 24.040.487/0002-85
25759.290718/2004-88 - AIS:409990/04-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA CNPJ/CPF: 61.068.755/0001-12
25351.745532/2014-21 - AIS:1096670/14-6 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS).

AUTUADO: GIGA INDUSTRIA E COMERCIO DE INGREDIENTES ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 02.286.065/0001-70
25751.245520/2009-56 - AIS:315915/09-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: LOGISTIC NETWORK TECHNOLOGY COMERCIO INPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A CNPJ/CPF: 01.110.322/0005-80
25741.191405/2008-61 - AIS:242254/08-9 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM. LTDA CNPJ/CPF: 60.872.306/0001-60
25351.703545/2014-65 - AIS:1037339/14-0 - GGFIS1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).

AUTUADO: JAIRNILSON VELOSOS SANTOS CNPJ/CPF: 797.980.395-72
25759.094961/2011-13 - AIS:131312/11-6 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

AUTUADO: LUIS FONSECA DE ARAUJO CNPJ/CPF: 054.639.712-34
25753.178696/2007-81 - AIS:226630/07-0 - GGPAF/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 3283 de 25 de maio 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 101 de 28 de maio de 2018, Seção 1, página 56, onde se lê: "III - ordenar as despesas do projeto até o valor de R$ 1.000.000.000,00 (um milhão de reais)"; leia-se: "III - ordenar as despesas do projeto até o valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)".

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 182, DE 25 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 21, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 5º do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e do art. 11, § 1º, da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o registro único para o exercício da medicina do (a) médico (a) intercambista desligado (a) do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

NOME	RNE	RMS	PROCESSO/SIPAR
FELIX ROLANDO ESPINOSA ESTRADA	G010141X	3501325	25000.067885.2014-61

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PORTARIA Nº 20, DE 14 DE MAIO DE 2018 (*)

Institui e regulamenta o funcionamento e os procedimentos das Comissões Assessoras relacionadas às IST, ao HIV/Aids e às Hepatites Virais.

O SECRETÁRIO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41 do Anexo I ao Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir e regulamentar o funcionamento e os procedimentos das Comissões Assessoras relacionadas às IST, ao HIV/Aids e às Hepatites Virais.

Parágrafo único. As Comissões Assessoras possuem caráter consultivo e tem por objetivo assessorar o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (DIAHV/SVS/MS) na formulação das políticas públicas para infecções sexualmente transmissíveis (IST), para o HIV/aids e para as hepatites virais (HV).

Art. 2º Fica instituída as seguintes Comissões Assessoras:

I - Comissão Assessora para o Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos (CAA);

II - Comissão Assessora para o Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescentes (CACAD);

III - Comissão Assessora para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais (CATV);

IV - Comissão Assessora para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (CAIST);

V - Comissão Assessora de Laboratório para Controle de Qualidade, Diagnóstico e Monitoramento Clínico dos Testes Laboratoriais para o HIV, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (CALAB);

VI - Comissão Assessora para a Vigilância do HIV/Aids, Sífilis e Hepatites Virais (CAV); e

VII - Comissão Assessora para as Hepatites Virais (CAHV).

Art. 3º As Comissões Assessoras terão as seguintes atribuições:

I - assistir o DIAHV/SVS/MS no estabelecimento de diretrizes nas áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão, baseado em pesquisas e evidências científicas sobre o tema;

II - sugerir critérios para definição de padrões e parâmetros, nas áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão;

III - propor ações de incentivo e fomento à produção de conhecimentos em assuntos relacionados ao objeto de atuação de cada Comissão, como componente do processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica em saúde;

IV - contribuir na elaboração e/ou na revisão das normas técnicas relativas às áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão.

V - assessorar o DIAHV/SVS/MS na produção teórico-científica nas áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão, identificando necessidades, sugerindo e intervindo ativamente na mesma; e

VI - estimular a interlocução com os demais setores governamentais e outros segmentos afins, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), nas áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão.

Art. 4º As Comissões Assessoras serão compostas por representantes do DIAHV/SVS/MS, de órgãos governamentais, de sociedades científicas, da sociedade civil e por expertos com notório conhecimento do tema específico de cada Comissão.

Parágrafo único. Os representantes serão indicados pelos dirigentes máximos de seus respectivos órgãos ao DIAHV/SVS/MS.

Art. 5º O Diretor do DIAHV/SVS/MS, ou seu substituto, coordenará as Comissões Assessoras, a quem competirá:

I - convocar, organizar a pauta e ordenar as reuniões;

II - indicar, quando necessário, um representante para desenvolver as funções necessárias ao funcionamento da Comissão Assessora;

III - constituir grupos de trabalho ou subcomissões para temas ou projetos específicos, com a participação dos membros das Comissões Assessoras e/ou de convidados;

IV - solicitar, quando necessário, subsídios para a elaboração de nota técnica ou de parecer sobre temas afetos;

V - observar as diretrizes e projetos prioritários definidos pelas políticas relacionadas às ações de IST, HIV/Aids e HV; e

VI - indagar sobre a existência de conflito de interesses dos membros com algum dos pontos da pauta proposta para a reunião.

Art. 6º Poderão ser convidados, a critério do DIAHV/SVS/MS, especialistas ad hoc nos assuntos relacionados ao objeto da Comissão para participarem de discussões técnicas, elaboração de documentos e orientações sobre temas afins.

Art. 7º Os membros da Comissão Assessora terão as seguintes competências:

I - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - identificar, analisar, elaborar e apresentar materiais técnicos e científicos acerca das matérias debatidas nas reuniões;

III - acompanhar a situação de saúde no país, o desempenho das propostas implantadas, a produção das evidências científicas e assessorar o DIAHV/SVS/MS, recomendando medidas considerando as especificidades regionais e locais;

IV - identificar, analisar e apresentar propostas para discussão e articulação institucional no processo de aperfeiçoamento da política nacional de vigilância em saúde;

V - observar os princípios e diretrizes do SUS como norteadores das discussões empreendidas;

VI - manter a confidencialidade das discussões até a divulgação da deliberação final sobre a recomendação; e

VII- declarar a existência de conflito de interesses em caráter permanente, temporário ou casual, que o impeça de participar de discussões e encaminhamentos de assuntos específicos.

Art. 8º Os membros das Comissões e os convidados de que trata o art. 6º encaminharão as seguintes declarações, quando de seu ingresso na Comissão Assessora:

I - declaração de conflito de interesse, conforme modelo constante do Anexo I a esta Portaria; e

II - declaração de confidencialidade, conforme modelo constante do Anexo II a esta Portaria.

Art. 9º A Comissão Assessora reunir-se-á, a qualquer tempo, por convocação do DIAHV/SVS/MS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§1º Os temas a serem abordados na pauta serão propostos pelo DIAHV/SVS/MS e/ou pelos membros da Comissão Assessora.

§2º As reuniões poderão ser presenciais ou à distância, com o apoio do recurso tecnológico apropriado e que permitam o tráfego de informações de forma segura.

§3º A ausência do membro, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas determina a sua exclusão, cabendo ao DIAHV/SVS/MS providenciar nova representação.

Art. 10. O mandato dos membros das Comissões Assessoras será revisto a cada 3 (três) anos, devendo o DIAHV/SVS/MS promover os trâmites necessários para indicação nominal do próximo mandato.

Art. 11. As atividades desenvolvidas no âmbito das Comissões Assessoras não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as seguintes Portarias:

I - Portaria SVS/MS nº 29, de 16 de junho de 2004;
II - Portaria SVS/MS nº 51, de 09 de setembro de 2004;
III - Portaria SVS/MS nº 88, de 02 de outubro de 2008;
IV - Portaria SVS/MS nº 96, de 23 de outubro de 2008;
V - Portaria SVS/MS nº 142, de 25 de agosto de 2009;
VI - Portaria SVS/MS nº 144, de 01 de setembro de 2009
VII - Portaria SVS/MS nº 145, de 01 de setembro de 2009; e
VIII - Portaria SVS/MS nº 04, de 06 de fevereiro de 2014.

OSNEI OKUMOTO

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Eu, <nome completo>, <nacionalidade>, <estado civil>, <profissão>, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº < nº do CPF>, declaro junto ao Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (DIAHV/SVS/MS), para fins de atuação como membro colaborador na Comissão Assessora _____, que possuo ou não possuo os potenciais conflitos de interesse, entre outras condições relevantes, as seguintes:

1. Você já aceitou de uma instituição, que pode se beneficiar ou se prejudicar financeiramente, algum dos benefícios abaixo?

Reembolso por comparecimento a eventos na área de interesse da diretriz
( ) Sim ( ) Não
Honorários por apresentação, consultoria, palestra ou atividades de ensino
( ) Sim ( ) Não
Financiamento para redação de artigos ou editorias
( ) Sim ( ) Não
Suporte para realização ou desenvolvimento de pesquisa na área
( ) Sim ( ) Não
Recursos ou apoio financeiro para membro da equipe
( ) Sim ( ) Não
Algum outro benefício financeiro
( ) Sim ( ) Não

2. Você possui apólices ou ações de alguma empresa que possa de alguma forma ser beneficiada ou prejudicada com as recomendações da diretriz?
( ) Sim ( ) Não

3. Você possui algum direito de propriedade intelectual (patentes, registros de marca, royalties) de alguma tecnologia ligada ao tema da diretriz?
( ) Sim ( ) Não

4. Você já atuou como perito judicial na área tema da diretriz?
( ) Sim ( ) Não

5. Você participa, direta ou indiretamente, de algum grupo citado abaixo cujos interesses possam ser afetados pela sua atividade na elaboração ou revisão da diretriz?

a) Instituição privada com ou sem fins lucrativos
( ) Sim ( ) Não
b) Organização governamental ou não-governamental
( ) Sim ( ) Não
c) Produtor, distribuidor ou detentor de registro
( ) Sim ( ) Não
d) Partido político
( ) Sim ( ) Não
e) Comitê, sociedade ou grupo de trabalho
( ) Sim ( ) Não
f) Outro grupo de interesse
( ) Sim ( ) Não

6. Você poderia ter algum tipo de benefício clínico?
( ) Sim ( ) Não

7. Você possui uma ligação ou rivalidade acadêmica com alguém cujos interesses possam ser afetados?
( ) Sim ( ) Não

8. Você possui profunda convicção pessoal ou religiosa que pode comprometer o que você irá escrever e que deveria ser do conhecimento público?
( ) Sim ( ) Não

9. Existe algum aspecto do seu histórico profissional, que não esteja relacionado acima, que possa afetar sua objetividade ou imparcialidade?
( ) Sim ( ) Não

10. Sua família ou pessoas que mantenha relações próximas possui alguns dos conflitos listados acima?
( ) Sim ( ) Não
( ) outro: (especificar)
_____

( ) não possuo conflitos de interesses relevantes para a atuação nas atividades da área de sangue e hemoderivados desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.

Caso você tenha respondido "sim" a qualquer uma das perguntas anteriores, especificar:

_____

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Confirmo que todas as informações declaradas são verdadeiras e completas e comprometo-me a informar se houver qualquer mudança às questões deste formulário que possa influenciar o interesse durante o desenvolvimento das atividades.

Em ___/ ___/ ____

_____
Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu, <nome completo>, <nacionalidade>, <estado civil>, <profissão>, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº < nº do CPF>, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras a que tiver acesso, relacionadas à Comissão Assessora _____, no âmbito do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (DIAHV/SVS/MS), do qual sou membro colaborador.

Por este Termo de Confidencialidade comprometo-me a:

1. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros;

2. Não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso relacionadas às matérias discutidas na Comissão Assessora, a não ser aquelas necessárias a atividade e com autorização do DIAHV/SVS/MS;

3. Não apropriar, para mim ou para outrem, de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível;

4. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais e/ou estratégicas do Ministério da Saúde, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por meu intermédio.

A vigência da obrigação de confidencialidade, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, será por tempo indeterminado, ou enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou ainda, mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade, fico ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Em ___/ ___/ ____

_____
Assinatura

(*) Republicada por ter saído no DOU nº. 100, de 25-05-18, Seção 1, pág. 45, com incorreção no original.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 349, DE 28 DE MAIO DE 2018

Estabelece procedimentos para a implantação do Programa de Integridade do Ministério das Cidades.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO o art. 19 do Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a Política de Governança Pública, estabelecendo como um dos seus princípios, a Integridade; e

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.089 de 25 de abril de 2018, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, que estabelece orientações para adoção de procedimentos para a estruturação, execução e monitoramento de programa de integridade; resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento do Programa de Integridade do Ministério das Cidades.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - Programa de Integridade: conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa governança; e

II - Riscos para a integridade: riscos que configurem ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção.

Parágrafo único. Os riscos para a integridade podem ser causa, evento ou consequência de outros riscos, tais como financeiros, operacionais ou de imagem.

Art. 3º Atribuir à Assessoria Especial de Controle Interno as competências para:

I - coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade;

II - orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; e

III - promoção de outras ações relacionadas à implementação dos planos de integridade, em conjunto com as demais unidades do órgão ou entidade.

§ 1º O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno coordenará a instituição do Programa de Integridade do Ministério das Cidades.

§ 2º A estruturação do Programa de Integridade ocorrerá por meio de um Plano de Integridade, que organizará as medidas a serem adotadas em determinado período de tempo, e que deverá ser revisado periodicamente.

Art. 4º O Plano de Integridade deverá conter:

I - seus objetivos;

II - a caracterização geral do órgão;

III - as ações de estabelecimento das unidades de que trata o art. 5º desta Portaria e a forma de monitoramento do seu funcionamento; e

IV - o levantamento dos principais riscos para a integridade e as medidas para seu tratamento.

Parágrafo único. O Plano de Integridade do Ministério das Cidades deverá ser aprovado até 30 de novembro de 2018.

Art. 5º O Ministério das Cidades deverá atribuir a unidades novas ou já existentes as competências correspondentes aos seguintes processos e funções:

I - promoção da ética e de regras de conduta para servidores;

II - promoção da transparência ativa e do acesso à informação;

III - tratamento de conflitos de interesses e nepotismo;

IV - tratamento de denúncias;

V - verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria; e

VI - implementação de procedimentos de responsabilização.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 92, DE 25 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº 56, de 21 de maio de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 80000.006500/2018-21; resolve:

Art. 1º Credenciar a pessoa jurídica CLUBE DE AUTOMÓVEL ANTIGO EM GUAXUPÉ E REGIÃO, inscrita no CNPJ sob o nº. 29.005.440/0001-13, com sede na Avenida José Cecílio Ribeiro, nº 465 Letra A - Residencial Nova Floresta - Guaxupé/MG, CEP 37.800-000, para examinar a originalidade de veículos antigos de coleção e expedir Certificado de Originalidade, nos termos da Resolução nº. 56, de 21 de maio de 1998, alterada pela Resolução nº. 127, de 06 de agosto de 2001, ambas do CONTRAN.

Art. 2º O CLUBE DE AUTOMÓVEL ANTIGO EM GUAXUPÉ E REGIÃO deverá enviar anualmente ao DENATRAN, o controle e a cópia dos Certificados de Originalidade emitidos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.032, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004911/1998-98. Interessado: Guascor do Brasil Ltda. Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 3.870, de 22 de janeiro de 2013, que autorizou a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.676.897/0001-30, a implantar e explorar a UTE Cruzeiro do Sul, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Cruzeiro do Sul, estado do Acre.

A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.033, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000857/1998-01. Interessado: Guascor do Brasil Ltda. Objeto: Revoga a Resolução Autorizativa nº 5.533, de 27 de outubro de 2015, que autorizou a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.676.897/0001-30, a implantar e explorar a UTE Soure, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Soure, estado do Pará.

A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.041, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005744/2016-81. Interessada: Córrego Fundo SPE Ltda. Objeto: (i) alterar a finalidade da Declaração de Utilidade Pública para implantação da Área de Preservação Permanente da PCH Córrego Fundo, localizada no rio Pirapó, nos municípios de Colorado, Paranacity e Paranapoema, no estado do Paraná.

A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.114, DE 23 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001427/2004-17. Interessado: Rio Sirinhaém Energia Ltda. Decisão: homologar os parâmetros correspondentes a vazões destinadas aos usos múltiplos a montante da PCH Cachoeira Alegre, com 1.600 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PE.030086-1.01, localizada no município de Gameleira, estado de Pernambuco.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.156, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processos nº 48500.004280/2000-85 e 48500.003024/2006-75. Interessado: COFCO Internacional Brasil S.A. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa COFCO Brasil S.A. para COFCO International Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.315.338/0001-19.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO Nº 1.148, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.002675/2017-35. Interessado: Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel RJ"). Decisão: alterar o valor da penalidade de multa aplicada pelo Auto de Infração 0014/2018-SFE para R$ 3.439.324,51 (três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e um centavos).

O Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 28 DE MAIO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 29 de maio de 2018.

Nº 1.176 - Processo nº 48500.001038/2003-66. Interessados: PCH Senhora do Porto S.A. Usina: PCH Senhora do Porto. Unidade Geradora: UG1 de 6.000 kW. Localização: Município de Dores de Guanhães, Estado de Minas Gerais.

Nº 1.177 - Processo nº 48500.000078/2017-76. Interessados: Cataventos Acaraú - Geração de Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Cataventos Acaraú I. Unidades Geradoras: UG1 a UG14, de 2.000 kW cada, totalizando 28.000kW de capacidade instalada. Localização: Município de Acaraú, Estado do Ceará.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.178, DE 28 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Hidrelétrica Vale do Jordão Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 29 de maio de 2018. Usina: CGH Parque I. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 2.370 kW cada, totalizando 4.740 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 1.168, DE 25 DE MAIO DE 2018

Processos: 48500.004186/2017-18. Interessados: Concessionárias e Permissionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar a bandeira tarifária vermelha patamar 2 com vigência no mês de junho de 2018, nos termos da versão 1.5 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.170, DE 28 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001321/2017-73. Interessados: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Decisão: publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - TUST-RB e de Fronteira - TUST-FR aplicáveis à Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, no ponto de conexão JABOATÃO II - 69 kV, com vigência entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2018.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 978, de 27 de abril de 2018, publicado no D.O. de 30 de abril de 2018, Seção 1, página 104, constante do Processo nº 48500.004186/2017-18; onde se lê: "27 de maio"; leia-se: "27 de abril" e disponibilizar no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO N° 1.180, DE 28 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.005605/2017-39. Interessados: Cemar e Cerâmica Claro Ltda. EPP. Decisão: dar provimento parcial ao requerimento da empresa consumidora.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 1.163, DE 25 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.001248/2018-11. Interessado: AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, atual RGE Sul Distribuidora de Energia S/A. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 297.387,65 (Duzentos e noventa e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0396-0088/2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.164, DE 25 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.001252/2018-89. Interessado: Copel Distribuição S/A - COPEL-DIS. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 2.457.760,68 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil e setecentos e sessenta reais e sessenta e oito centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-2866-0082/2011; e (ii) declarar o encerramento deste projeto.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 1.171, DE 28 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.004246/2015-31. Interessados: compradora Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões - CERMISSÕES e a vendedora (unidade supridora) Rio Grande Energia S/A - RGE. Decisão: homologar sob o nº 8.006/2017 o Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCE500SUP.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU
Superintendente Adjunto

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 686, DE 28 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUSBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, com base na Resolução de Diretoria nº 291, de 24 de maio de 2018, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 685, de 29 de junho de 2017, torna público que foi aprovado o controle de qualidade do biometano produzido pela GNR Fortaleza Valorização de Biogás Ltda., CNPJ n° 20.287.659/0001-88, situada na Rodovia BR-020, km 14, Loteamento Lino da Silveira, Quadras 287 a 312, Caucaia, CE, conforme processo n° 48610.005241/2018-21, sendo permitida a comercialização do produto para usos veicular, residencial e comercial, bem como sua mistura com gás natural.

A manutenção da presente aprovação requer a observância das condições descritas no processo supracitado.

A aprovação do controle de qualidade do biometano de que trata este Despacho não inclui o seu enriquecimento com gás natural, GLP ou propano e a comercialização do produto por caminhões-feixe.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 679	FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 43.995.646/0001-69					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000971/2018 - 54	TITAN EM 5220 VL SAE 0W-30	SAE 0W30	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18853
	48600.000970/2018 - 18	TITAN EM BMW 3654 D	SAE 0W-20	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18854
Nº 680	IDEMITSU LUBE SOUTH AMERICA LTDA. - CNPJ nº 11.323.786/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000743/2018 - 84	IDEMITSU HIGH PERFORMANCE	SAE 10W-40	API SL, JASO MA2	ÓLEO LUBRIFICANTE	18050
	48600.000923/2018 - 66	IWS 9913	SAE 0W-16	. APROVADO POR TOYOTA DO BRASIL LTDA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18849
	48600.000925/2018 - 55	DAPHNE SUPER HYDRO 46ST	ISO 46	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18850
	48600.000924/2018 - 19	DAPHNE SUPER HYDRO 32ST	ISO 32	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18851
	48600.000910/2018 - 97	IDEMITSU ECO	SAE 5W-20	. WSS-M2C948-B DA FORD	ÓLEO LUBRIFICANTE	16726
Nº 681	PETRONAS LUBRIFICANTES S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001028/2018 - 69	PETRONAS SYNTIUM 800 SE SN+	SAE 15W40	API SN PLUS	ÓLEO LUBRIFICANTE	18856
	48600.001029/2018 - 11	PETRONAS SYNTIUM 800 SE SN+	SAE 10W30	API SN PLUS, ILSAC GF-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	18856
	48600.001031/2018 - 82	PETRONAS DISROL 550	SAE 40	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18855
	48600.001030/2018 - 38	PETRONAS SYNTIUM 800	SAE 10W40	API SN PLUS	ÓLEO LUBRIFICANTE	18857
Nº 682	ULTRAX LUBRIFICANTES LTDA - EPP - CNPJ nº 05.131.638/0001-85					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001022/2018 - 91	GULF SYNGEAR FE 75W80	SAE 75W80	API GL-4, ZF TE ML 01L, 02L E 16K, VOLVO 97305, DAF, IVECO, RENAULT, MAN 341 TYPE Z4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18859
	48600.001023/2018 - 36	GULF SYNGEAR 75W90	SAE 75W90	API GL-5/ MT-1, SAE J2360 (MIL-PRF-2105E), MACK GO-J, ARVIN MERITOR 076-N, MAN 341 TYP Z2, MAN 342 TYP S1, MB 235.8, ZF TE-ML-02B, 05A, 07A, 12L, 12N, 16F, 17B, 19C, 21A, IVECO, DAF, SCANIO STO 1:0	ÓLEO LUBRIFICANTE	18860
	48600.001020/2018 - 01	VEGAS MASTER SUPER TURBO PREMIUM	SAE 15W40	API CI-4/SL, ACEA E7-2012, MB 228.3, VOLVO VDS-3, MTU TYPE 2, MACK EO-N, RENAULT RLD-2, CUMMINS CES20078, CATERPILLAR ECF-2, GLOBAL DHD-1, MAN M3275	ÓLEO LUBRIFICANTE	18858
Nº 683	ULTRAX LUBRIFICANTES LTDA - EPP - CNPJ nº 05.131.638/0001-85					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000700/2018 - 07	LYNIX SUPER FLEX RS	SAE 50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18852
	48600.000700/2018 - 07	LYNIX SUPER FLEX RS	SAE 40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18852
Nº 684	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 03.972.433/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001074/2018 - 68	ELAION F 50	SAE 5W40	API SN, ACEA C3-16, BMW LL-04, PORSCHE A-40, GM DEXOS 2, RENAULT RN0700/RN0710, VW 505.01, VW 505.00, MB-APPROVAL 229.31, MB-226.5	ÓLEO LUBRIFICANTE	12337
Nº 685	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 03.972.433/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000830/2018 - 31	HIDRÁULICO BP	ISO 68	DIN 51524 HLP PART 2, VICKERS M 2950, DENISON HF-0/HF-2, CINCINATTI MACHINE P-69, AGMA 9005-D94 TIPO R&O	ÓLEO LUBRIFICANTE	1378

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 383, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 17, de 19/06/2009, e o que consta do processo n.º 48610.200966/2018-21, autoriza a empresa MOTOR SPINDLE BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 11.511.337/0001-80, a exercer a atividade de importação de óleo lubrificante acabado automotivo e industrial.

MAURO MOTTA LAPORTE

AUTORIZAÇÃO Nº 384, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200066/2018-83, autoriza a empresa Coasa TRR Combustíveis Ltda., CNPJ n.º 26.675.712/0001-02, a construir a instalação de Transportador Revendedor Retalhista, Gentil/RS, CEP 99.160-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -28.30554400/-52.06041100 (SIRGAS 2000)]. A capacidade de armazenamento será de 60,00 m³.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 677, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/DF0245611	A P DE CARVALHO DEPOSITO DE GAS - ME	28.246.414/0001-14	48610.004715/2018-17
GLP/SP0245612	ALIETE GOMES JUNQUEIRA - ME	18.871.205/0001-08	48610.005216/2018-47
GLP/MG0245613	ANA CAROLINE SOARES DA SILVA	30.288.330/0001-95	48610.005059/2018-70
GLP/RS0245614	ANDIARA MORAES 01872860001	29.836.656/0001-20	48610.005077/2018-51
GLP/BA0245615	AUGENCIO ALVES SILVA JUNIOR EIRELI	26.598.571/0001-63	48610.005052/2018-58
GLP/SP0245616	AUTO POSTO BAZZO & ZACTITI LTDA	22.480.191/0001-79	48610.004766/2018-49
GLP/TO0245617	C R BRITO DISTRIBUIDORA	29.589.555/0001-00	48610.005167/2018-42
GLP/AC0245618	D FERREIRA DA SILVA - ME	23.404.919/0001-46	48610.004407/2018-91
GLP/SC0245619	DEIVID JOSE DA SILVA	23.311.430/0001-20	48610.005034/2018-76
GLP/SP0245620	DELI E NAIR COMERCIO DE GAS LTDA	28.774.179/0001-53	48610.005063/2018-38
GLP/SC0245621	EDIMAR ANTONIO RIBEIRO 93447841915	29.884.867/0001-39	48610.005061/2018-49
GLP/PR0245622	EDSON LUIZ BORTOLATO 77533488920	29.261.610/0001-20	48610.004901/2018-56
GLP/GO0245623	EDUARDO VIEGA DE OLIVEIRA 04744504140	28.938.301/0001-80	48610.005027/2018-74
GLP/RS0245624	EDUARDO VIGOLO DE FREITAS	28.505.256/0001-70	48610.004156/2018-45
GLP/GO0245625	ELIANE PATRICIA DA SILVA	29.912.192/0001-94	48610.005038/2018-54
GLP/MG0245626	ELIZENA FROES CARDOSO 95074511615	28.551.298/0001-47	48610.005025/2018-85
GLP/PR0245627	ESSER & FRITZEN LTDA - ME	26.043.691/0001-02	48610.001757/2018-04
GLP/SP0245628	FABIO RATO MIGUEL 38701363832	28.961.726/0001-00	48610.004408/2018-36
GLP/BA0245629	GUILHERME SANTANA PEREIRA - ME	28.342.143/0001-09	48610.005055/2018-91
GLP/PR0245630	IRMÃOS CAMPOS DE FREITAS - GAS LTDA	29.305.725/0001-70	48610.004896/2018-81
GLP/PI0245631	J M DOS SANTOS NETO - ME	14.011.252/0004-73	48610.004409/2018-81
GLP/GO0245632	JESSICA LORRAINE SILVA EIRELI	29.259.745/0001-51	48610.005033/2018-21
GLP/AC0245633	J.I. DISTRIBUIDORA EIRELI	29.296.383/0001-79	48610.004521/2018-11
GLP/GO0245634	JOÃO BEZERRA DOS SANTOS NETO 06849715186	28.433.385/0001-08	48610.004904/2018-90
GLP/MG0245635	JOAO BRAGA DE OLIVEIRA 41640411615 - ME	29.414.731/0001-65	48610.004520/2018-77
GLP/MG0245636	JOÃO HENIO SOUZA BARROS	11.566.956/0001-71	48610.005056/2018-36
GLP/ES0245637	JOSE ANTONIO DE ALMEIDA 50114050600	29.350.876/0001-40	48610.003482/2018-35
GLP/MG0245638	LENIRA MENDES MAPA 08342044602 - ME	27.229.759/0001-05	48610.004516/2018-17
GLP/MG0245639	LUCIANO BATISTA DA SILVA 14334693679	28.585.707/0001-26	48610.004933/2018-51
GLP/MG0245640	MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA SANTOS 72710381672	28.318.056/0001-08	48610.005023/2018-96
GLP/SC0245641	MARIZETE GODOY GEBERT ME	03.854.618/0001-07	48610.002846/2018-60
GLP/PR0245642	MARLEI APARECIDA DE ASSIS GAS	26.661.776/0001-46	48610.005084/2018-53
GLP/PB0245643	MERCADINHO UNIAO DO BAIRRO LTDA ME	21.345.560/0001-58	48610.012558/2017-32
GLP/PA0245644	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	06.980.064/0167-71	48610.005359/2018-59
GLP/ES0245645	OLIEN SILVA SANTANA BEHREND 10896673707	29.954.034/0001-05	48610.005083/2018-17
GLP/RO0245646	P. C. T. LOPES EIRELI	84.572.346/0001-54	48610.005087/2018-97
GLP/MA0245647	PACHECO GÁS LTDA - ME	19.969.531/0003-87	48610.012368/2017-15
GLP/MA0245648	PACHECO GÁS LTDA - ME	19.969.531/0004-68	48610.012369/2017-60
GLP/MA0245649	PACHECO GÁS LTDA - ME	19.969.531/0006-20	48610.002582/2018-44
GLP/MA0245650	PACHECO GÁS LTDA - ME	19.969.531/0007-00	48610.001113/2018-16
GLP/SP0245651	PENIEL COMERCIO DE GAS LTDA	28.670.900/0001-65	48610.005031/2018-32
GLP/ES0245652	PIOVEZAN E CARIBE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	22.143.695/0001-01	48610.005088/2018-31
GLP/SE0245653	R DA MOTA	23.408.793/0002-69	48610.005048/2018-90
GLP/SP0245654	RAFAEL HUMBERTO DE ANGELIS 33486228838	28.578.892/0001-21	48610.004921/2018-27
GLP/PI0245655	RAFAELA BRITO DE MORAIS	29.477.561/0001-68	48610.005053/2018-01
GLP/MG0245656	RAMIRO DE SOUZA NETO ME	21.584.800/0001-77	48610.001969/2018-83
GLP/PA0245657	RAYNERES DE SOUZA RODRIGUES 55519849234 - ME	27.530.535/0001-20	48610.004587/2018-10
GLP/MG0245658	RENATA PEREIRA BUENTO SILVA 04575493600	29.071.269/0001-40	48610.005089/2018-86
GLP/RS0245659	RENATO DE SOUZA SILVA 55929737053	28.568.397/0001-31	48610.005043/2018-67
GLP/SP0245660	RODRIGO APARECIDO GONÇALVES 30380449897	28.637.798/0001-04	48610.005028/2018-19
GLP/MA0245661	S. SOUSA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	28.891.581/0001-18	48610.003837/2018-96
GLP/GO0245662	SANDRO MASSAGLI	28.429.540/0001-04	48610.001743/2018-82
GLP/RO0245663	SANGELA HANNA RODRIGUES AYDEN - ME	29.446.389/0001-85	48610.004576/2018-21
GLP/DF0245664	SENA COMERCIO VAREJISTA DE GAS EIRELI - ME	28.487.043/0001-62	48610.001063/2018-69
GLP/MG0245665	SILVIO SANTOS FERREIRA	29.702.021/0001-30	48610.005024/2018-31
GLP/MG0245666	SOL DA JUSTIÇA GAS LTDA	25.095.996/0001-97	48610.005064/2018-82
GLP/SP0245667	THAINA CAROLINE PEREIRA AMARAL 43875503848	29.869.743/0001-84	48610.005090/2018-19
GLP/GO0245668	UEMERSON FERREIRA DIAS 84060492191	29.921.073/0001-06	48610.005035/2018-11
GLP/MG0245669	VINICIUS SOARES DE OLIVEIRA 11905235666	29.039.410/0001-28	48610.003438/2018-25

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 678, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PR0121902	AUTO POSTO CELLINE LTDA	00.441.235/0001-19	48610.011080/2012-19
PR/MG0010436	AUTO POSTO ID COMERCIAL LTDA	18.909.861/0001-52	48610.011351/2001-83
PR/MG0225736	AUTO POSTO REDE SOUZA LTDA.	05.907.822/0015-70	48610.003166/2008-91
PR/SC0189182	AUTO POSTO SÃO LUCAS LTDA.	07.127.645/0001-39	48610.006567/2005-51
PR/MG0007523	AUTO POSTO VILELA LTDA	21.382.890/0001-13	48610.005912/2001-13
PR/RS0192154	CAETANO ALBARELLO	90.062.357/0001-97	48600.002975/2005-52
PR/PI0084603	CREMILDA GOMES ALVES & CIA. LTDA. - ME	10.684.481/0001-55	48610.009462/2010-11
PR/MT0211582	CRISCAR COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	07.745.513/0001-70	48610.005982/2007-59
CE0002859	DH EMPREENDIMENTOS LTDA	03.967.469/0001-92	48610.000428/2001-91
PR/RN0167240	HB DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	04.259.864/0001-83	48610.000548/2004-31
PR/SP0016087	JAPAO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	00.305.636/0001-41	48610.017058/2001-21
PR/RS0113674	JHAMMEL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	10.692.844/0001-02	48610.005467/2012-36
PR/RN0013927	LEMOS E CORDEIRO LTDA	08.386.898/0001-90	48610.014808/2001-11
PR/PI0031706	L.H. OLIVEIRA PETRÓLEO LTDA.	03.604.432/0001-08	48610.002411/2003-39
PR/CE0085685	MARIA OSIRENE DA SILVA - ME.	06.921.577/0002-01	48610.011258/2010-60
PR/PR0167266	MOREIRA E MIRI LTDA ME	02.952.032/0001-12	48610.000746/2004-11
PR/PR0024275	POSTO O CUPIM TRUCK CENTER LTDA	04.788.269/0001-35	48610.004272/2002-13
PR/SC0022570	POSTO PINHEIRO LTDA	82.519.927/0001-05	48610.003313/2002-38
PR/PB0092702	POSTO RODRIGUES & CIA LTDA - EPP	12.551.019/0001-05	48610.002413/2011-38
PR/PA0008691	POSTO SÃO BENEDITO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	05.337.290/0001-87	48610.010012/2000-15

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 687, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta do processo n.º 48610.200066/2018-83, declara habilitada a empresa COASA TRR COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 26.675.712/0001-02, como Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

MAURO MOTTA LAPORTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
Relação Nº 113/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total da concessão de lavra(422)
870.299/1979-IMERYS DO BRASIL COMÉRCIO DE EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
005.790/1955-MINERAÇÃO BARRA VERDE LTDA-ME- Arrendatário:ACAUAN MINERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.- CNPJ 04.491.078/0001-07 - Termino do arrendamento: 01/11/2018
800.158/1968-MINERAÇÃO BOCA DE LAJE LTDA- Arrendatário:ACAUAN MINERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.- CNPJ 04.491.078/0001-07 - Termino do arrendamento: 01/11/2021
801.616/1970-MINERAÇÃO BOCA DE LAJE LTDA- Arrendatário:ACAUAN MINERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.- CNPJ 04.491.078/0001-07 - Termino do arrendamento: 01/11/2021
811.669/1974-MINERAÇÃO BOCA DE LAJE LTDA- Arrendatário:ACAUAN MINERAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.- CNPJ 04.491.078/0001-07 - Termino do arrendamento: 01/11/2021
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
002.303/1964-TERRAZZO GRANITI DO BRASIL EIRELI ME- Portaria de Lavra nº 1236/1988- Cessionário:NEVADA MINERAÇÃO LTDA. ME- CNPJ 28.454.471/0001-99
840.172/1993-ROYAL GIPSO LTDA- Portaria de Lavra nº 255/2006- Cessionário:MINERAÇÃO VALE DO GESSO LTDA- CNPJ 11.409.509/0001-09
844.025/1994-EMPRESA DE ÁGUAS ITAY LTDA- Portaria de Lavra nº 70/1996- Cessionário:DISTRIBUIDORA ITAGY EIRELI- CNPJ 28.629.213/0001-04
833.040/2003-GRANASA GRANITOS NACIONAIS LTDA.- Portaria de Lavra nº 227/2015- Cessionário:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.- CNPJ 00.264.528/0001-78
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)
Incorporadora:MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL DO BRASIL LTDA. - CNPJ03.733.996/0001-32 - Direitos incorporados:
DNPM 800.373/2013-ALTORO MINERAÇAO LTDA. - Alvará de Pesquisa n° 3749/2016
Incorporadora:MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL DO BRASIL LTDA. - CNPJ03.733.996/0001-32 - Direitos incorporados:
DNPM 800.374/2013-ALTORO MINERAÇAO LTDA. - Alvará de Pesquisa n° 3750/2016
Incorporadora:MINERAÇÃO SOLITÁRIO DO BRASIL DO BRASIL LTDA. - CNPJ03.733.996/0001-32 - Direitos incorporados:
DNPM 800.375/2013-ALTORO MINERAÇAO LTDA. - Alvará de Pesquisa n° 3751/2016

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 202/2018/MG

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
833.630/2008-CERÂMICA HS LTDA- Registro de Licença N° 3639/2011-Onde se lê:"...39,01 hectares ..." Leia-se:"...31,77 hectares ..."
Torna sem efeito exigência(766)
832.392/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME-OF. N°400/2016-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG-DOU de 31/03/2016
Torna sem efeito o cancelamento do Registro de Licença(796)
832.865/2002-AREAL LOBO LTDA - ME- DOU de 02/03/2018
Torna sem efeito despacho publicado(1417)
834.002/2012-FRANCISCO XAVIER FRANÇA- DOU de 14/03/2018
834.003/2012-FRANCISCO XAVIER FRANÇA- DOU de 28/03/2018
834.004/2012-FRANCISCO XAVIER FRANÇA- DOU de 14/03/2018
834.005/2012-FRANCISCO XAVIER FRANÇA- DOU de 14/03/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
832.520/2005-AREAL LIDER LTDA ME - Publicado DOU de 09/12/2009, Relação n° 354, Seção 1, pág. 71- Onde se lê:"...Aprovo Relatório Final de Pesquisa(317).." Leia-se:"...Aprovo Relatório Final de Pesquisa com redução de área de 378,58 ha para 30,22 ha(2.91)..."

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 206/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
833.497/2006-FHAE GRANITOS DO BRASIL LTDA EPP-BOTUMIRIM/MG - Guia n° 86/2018-16.000 Toneladas/ano-Quartzito- Validade:21/11/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.236/2011-GSM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-DIAMANTINA/MG - Guia n° 85/2018-16.000 Toneladas/ano-Quartzito-Validade:16/11/2021 ou PL

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 29/2018/PR

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
826.297/2015-CERAMICA CRISTIANO LTDA.
826.266/2016-FABRÍCIO APARECIDO DA SILVA
Nega provimento a defesa apresentada(242)
826.589/2011-ELOISA DOROTI NUNES DALMINA ME
826.927/2013-KARINA QUERNE DE CARVALHO PASSIG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.560/2010-ANA MARIA PETERMANN MARREGA ME-OF. N°634/2010
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.408/2011-SILVIO DE LARA VAZ FILHO- Cessionário:Paranagran Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda- CPF ou CNPJ 05.522.796/0001-66- Alvará n°12427/2011
826.250/2013-BIANCO EXTRAÇÃO DE AREIA, COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.- Cessionário:F. a. Mineração e Comércio de Areia Eireli Me- CPF ou CNPJ 18.656.592/0001-60- Alvará n°8155/2013
826.354/2016-ELIAS JOSE BATISTA- Cessionário:Jean Pierre Piero Bon- CPF ou CNPJ 067.457.268-82- Alvará n°9823/2016
826.355/2016-ELIAS JOSE BATISTA- Cessionário:Jean Pierre Piero Bon- CPF ou CNPJ 067.457.268-82- Alvará n°9824/2016
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.567/2000-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA
826.592/2011-AREAL PRATA LTDA ME
826.827/2011-AREAL WOSNIAK LTDA.(M.E.)
826.566/2012-ARENA MINERAÇÃO E ASFALTOS LTDA.
826.282/2013-VALOR FLORESTAL GESTÃO DE ATIVOS FLORESTAIS LTDA.
826.640/2014-AREAL PRATA LTDA ME
826.685/2014-MINÉRIOS NACIONAL S.A.
826.997/2014-CALCÁRIO MONTE NEGRO LTDA
826.460/2015-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA
826.598/2015-GILSON FIORAVANTE KAVALCO
826.394/2016-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
826.820/2016-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
826.125/2017-TIJOTELHAS FRAZATTO INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
826.498/2013-INCOBLOCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA ME-ALVARÁ N°9492/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.074/2002-CLEUDINEZ APARECIDO CRUZ-OF. N°223/2018/DGTM/DNPM/PR
826.291/2006-SAGRA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE CANA DE AÇÚCAR DE NOVA AURORA-OF. N°226/2018/DGTM/DNPM/PR
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.074/2004-MILUMAJU MINERADORA LTDA.-OF. N°454/2017/DGTM/DNPM/PR-60 dias
Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)
826.519/2010- Recurso interposto por Noroeste Mineração Ltda. e A.J. Galletti Argila Ltda.
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
805.031/1970-VOTORANTIM CIMENTOS S A-Filito
Nega provimento a defesa apresentada(476)
804.212/1975-PEDREIRA CENTRAL LTDA
804.213/1975-PEDREIRA CENTRAL LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.172/1989-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N° 166/1991 - Vencimento em 28/04/2019
826.509/1989-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N° 167/1991 - Vencimento em 28/04/2019
826.089/1990-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N° 238/1992 - Vencimento em 28/04/2019
826.522/2005-CASA NOSSA INDUSTRIA DE CERAMICA LTDA- Registro de Licença N° 823/2006 - Vencimento em 21/08/2024
826.581/2005-INEIDE PEREIRA MACHADO FARIA ME- Registro de Licença N° 868/2006 - Vencimento em 21/01/2023
826.249/2007-INCOLAGE LTDA.- Registro de Licença N° 962/2008 - Vencimento em 01/09/2019
827.023/2013-L.F. DE MORAIS ME- Registro de Licença N° 36/2015 - Vencimento em 02/03/2022
826.102/2014-AREAL SÃO PEDRO LTDA ME- Registro de Licença N° 08/2014 - Vencimento em 07/01/2022
826.299/2014-PEDREIRA ITAIPU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRITAS E ASFALTO LTDA - EPP- Registro de Licença N° 10/2014 - Vencimento em 08/03/2022
826.311/2014-J.A.G. DE OLIVEIRA ARGILA ME- Registro de Licença N° 04/2016 - Vencimento em 05/03/2022
826.999/2014-J. BLUM & J. BLUM EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.- Registro de Licença N° 35/2015 - Vencimento em 01/03/2021
826.186/2016-COMERCIAL DIVISA LTDA. ME- Registro de Licença N° 20/2016 - Vencimento em 27/02/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
826.559/2017-CERAMICA CRISTIANO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.601/2016-INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA.-OF. N°225/2018/DGTM/DNPM/PR
826.507/2017-RODRIGUES & VISSOTO LTDA ME-OF. N°215/2018/DGTM/DNPM/PR
826.509/2017-ARI WUNSCH ME-OF. N°216/2018/DGTM/DNPM/PR
826.510/2017-ARI WUNSCH ME-OF. N°217/2018/DGTM/DNPM/PR
826.527/2017-BASALTO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°219/2018/DGTM/DNPM/PR
826.541/2017-ELIANA FIRIGOLO-OF. N°218/2018/DGTM/DNPM/PR
826.545/2017-PEDREIRA ITATIBA LTDA-OF. N°220/2018/DGTM/DNPM/PR
826.546/2017-PEDREIRA ITATIBA LTDA-OF. N°221/2018/DGTM/DNPM/PR
826.547/2017-PEDREIRA ITATIBA LTDA-OF. N°222/2018/DGTM/DNPM/PR
826.559/2017-CERAMICA CRISTIANO LTDA.-OF. N°228/2018/DGTM/DNPM/PR
826.571/2017-MARCO ANTONIO VICENTE DE VICENTE-OF. N°224/2018/DGTM/DNPM/PR
826.647/2017-EURICO FINGER JUNIOR-OF. N°229/2018/DGTM/DNPM/PR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
826.586/2017-EVERTON NEY JOSÉ-OF. N°227/2018/DGTM/DNPM/PR
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
826.519/2017-MARCOS CLOCK
826.529/2017-FABRÍCIO APARECIDO DA SILVA
826.646/2017-COMPACTA COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

HUDSON CALEFE
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 18/2018/PI

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
803.255/2009-GCZ GEOLOGIA & MINERACAO LTDA- Cessionário:VALVERDE GEOLOGIA & MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 13.703.486/0001-76- Alvará n°12.380/2009
803.151/2017-GERALDO LAURANI- Cessionário:EMILIANO MADRID DOS SANTOS- CPF ou CNPJ 221.907.080-87- Alvará n°8123/2017
803.152/2017-GERALDO LAURANI- Cessionário:EMILIANO MADRID DOS SANTOS- CPF ou CNPJ 221.907.080-87- Alvará n°8124/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
803.075/2013-BIRK REIBEL- Área de 987,84 para 15,51-Atapulgita

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

803.076/2013-BIRK REIBEL- Área de 722,79 para 67,33-Atapulgita
803.475/2013-BIRK REIBEL- Área de 853,71 para 142,27-Atapulgita
ANULA o despacho que autorizou averbação dos atos de cessão de direitos(564)
804.226/2008-BURITI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS E BEBIDAS ENVASADAS LTDA- Alvará n°4297/2009 - Cedente:Glicia Arcoverde Modesto Amorim- CNPJ 036.781.314-92- Publicado no DOU de 16/08/2017
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.158/2015-JOSÉ ALBERES SOBRAL-AI N°132/2018
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
803.597/2007-HAMILTON LUIZ DA COSTA MOURÃO-AI N°55/2012
803.598/2007-HAMILTON LUIZ DA COSTA MOURÃO-AI N°56/2012
803.404/2008-DAVI PRIM- AI N°244/2012
803.406/2008-DAVI PRIM- AI N°393/2012
803.546/2008-DAVI PRIM- AI N°246/2012
803.575/2008-DAVI PRIM- AI N°247/2012
803.576/2008-DAVI PRIM- AI N°248/2012
803.577/2008-DAVI PRIM- AI N°249/2012
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
803.084/2012-DICKSON MEURER-OF. N°230/2018
803.426/2013-CERAMICA ALVORADA LTDA (M.A.GL. GONÇALVES)-OF. N°279/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
803.077/2000-GESSO INTEGRAL LTDA- 2604 n° 2001 - Cessionário: VOTORANTM METAIS ZINCO S. A.- CNPJ 42.416.651/0001-07
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
803.174/2017-COMPANHIA AGRÍCOLA MINERADORA E CONSTRUTORA ICARAÍ LTDA ME.-OF. N°213/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
803.008/2018-PEDRO ILGENFRITZ
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
803.575/2007-HAMILTON LUIZ DA COSTA MOURÃO-AI N°47/2012
803.620/2007-HAMILTON LUIZ DA COSTA MOURÃO-AI N°153/2012
803.638/2007-HAMILTON LUIZ DA COSTA MOURÃO-AI N°170/2012
803.120/2008-COAL & COOPER MINERAÇÃO LTDA.-AI N°182/2012
803.550/2008-DAVI PRIM- AI N°3/2012
803.554/2008-DAVI PRIM- AI N°4/2012
803.556/2008-DAVI PRIM- AI N°5/2012
803.558/2008-DAVI PRIM- AI N°229/2012
803.560/2008-DAVI PRIM- AI N°6/2012
803.566/2008-DAVI PRIM- AI N°14/2012
803.573/2008-DAVI PRIM- AI N°12/2012
803.574/2008-DAVI PRIM- AI N°16/2012
803.590/2008-DAVI PRIM- AI N°19/2012
803.595/2008-DAVI PRIM- AI N°10/2012

ELISEU EMIDIO NEVES CAVALCANTI
Superintendente
Subsitituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 50/2018/RS

Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de Licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
811.019/2013-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA- NOT Nº469/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.202/1985-NEURI ALBERTO RAPKEVICZ-OF. N°497/2018
810.646/2006-BASALTO DAL BELLO LTDA-OF. N°2074/2018
810.185/2016-GIBRON BRASIL IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°2078/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
811.116/2010-VLADEMIR MARIANO PEDREIRA-Registro de Licença N° 121/2011 - Vencimento em Até 26/03/2022
810.560/2013-BASALTO SOTILLI LTDA- Registro de Licença N° 110/2015 - Vencimento em Até 23/04/2023
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
810.833/2007-MAGAGNIN INDUSTRIA E COMERCIO DE TIJOLOS LTDA
Autoriza redução de área(1207)
810.282/1991-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA- Área reduzida de 995 ha para 27,75 ha
810.357/2007-LEAMAR T TEIXEIRA- Área reduzida de 4,83ha para 2,95ha
810.383/2010-AREEIRA VITÓRIA LTDA.- Área reduzida de 48ha para 23,03ha
810.262/2011-PEDREIRA ZO SASSI LTDA.- Área reduzida de 4ha para 1,2ha
811.166/2011-BRITA IBIRUBÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Área reduzida de 4ha para 2,11ha
810.903/2012-JÂNIO JOSÉ SCHENAL- Área reduzida de 5,77ha para 4,34ha
811.426/2012-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA- Área reduzida de 25,15ha para 5,5ha
811.181/2016-COMÉRCIO DE PEDRAS BELA VISTA LTDA- Área reduzida de 7,61ha para 4,99ha
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.987/2017-VALMIR RODRIGUES MASSENA ME-Registro de Licença N° 060/2018 - Vencimento em 20/12/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.852/2011-FLS ASSENHEIMER LTDA-OF. N°2070/2018
810.909/2011-BRASFALTO PAVIMENTAÇÃO LTDA-OF. N°2072/2018
810.060/2012-SIRLENE DA SILVA TERRAPLANAGEM ME-OF. N°2076/2018
810.549/2012-NEIMAR VENDRAMIN ME-OF. N°2077/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
810.183/2009-ADMINISTHER LAND, COMERCIO, IMPLANTAÇÃO, PRODUÇÃO E EXTRAÇÃO DE FLORESTAS CULT
810.347/2009-JK MINERAÇÃO LTDA ME
810.400/2010-CERAMICA DALVA LTDA ME
810.401/2010-ROGERIO BALBINOT
810.402/2010-ITACIR VICENSI
810.544/2010-EMIR VOSS
810.173/2011-CONTERRA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGENS LTDA
810.257/2011-COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
810.481/2011-CERÂMICA COSTA FERNANDES LTDA
810.514/2011-JEUVANA JAGELSKI ME
810.968/2011-CELITA MACHADO KOLLING ME
810.970/2011-ROBSON ARETZ D AVILA ME
811.183/2011-ELEMAR BURCHARD
811.185/2011-VANDERLEI WEBER
811.190/2011-IRMÃOS SIMÃO LTDA
811.318/2011-MAC ENGENHARIA LTDA
811.401/2011-ELITE POLIDORA DE BASALTO LTDA ME
811.521/2011-SÉRGIO AUGUSTO CARLOTO ME
810.077/2012-BRUNO LINCK AGROPECUÁRIA LTDA.
810.282/2012-CERAMICA VIEL LTDA ME
810.321/2012-MOACYR FERREIRA ME
810.379/2012-ARNO ALOISIO BERTRAM ME
810.461/2012-BRITA PINHAL INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
810.486/2012-GUSTAVO ALMEIDA SARAIVA ME
810.559/2012-HUGO BERNARDO SPIELMAN
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
810.982/2009-OVIDIO JAROCESKI
811.658/2015-JMM COMERCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere de Plano o Requerimento de Registro de Extração(821)
810.461/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE PICADA CAFÉ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.089/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DA SERRA-OF. N°498/2018
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
811.033/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DO SOBRADO
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
810.237/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO NICOLAU- Registro de Extração N°88/2018 de 15/05/2018
810.238/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO NICOLAU- Registro de Extração N°89/2018 de 15/05/2018
810.243/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO NICOLAU- Registro de Extração N°90/2018 de 15/05/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.128/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO- Registro de Extração N°84/2018 de 08/05/2018
810.180/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO BURICÁ- Registro de Extração N°82/2018 de 07/05/2018
810.181/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO BURICÁ- Registro de Extração N°83/2018 de 07/05/2018
810.236/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO NICOLAU- Registro de Extração N°87/2018 de 15/05/2018
810.290/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ- Registro de Extração N°86/2018 de 10/05/2018
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)
811.445/2012-PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS-Registro de Extração N°109/2012 de 14/12/2012
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 05 anos(927)
811.430/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE-Registro de Extração N°005/2012 de 27/12/2012

ROBERTO FERRARI BORBA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 48/2018/RO

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
886.304/2012-MERIDIAN MINERAÇÃO JABURI S.A.-ALVARÁ N°10.484/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.463/1995-CACOAL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°376,377/2018
886.273/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°436/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
805.534/1970-BRAZIL TIN LTDA-MONTE NEGRO/RO, ARIQUEMES/RO - Guia n° 11/2018-300toneladas-cassiterita-Validade:16/05/2019
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
880.002/1992-EMPRESA DE ÁGUA MINERAL MONTE MÁRIO LTDA- Monte Libano - Monte Mário - Garrafões retornáveis de 20 L- RIO BRANCO/AC
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
880.954/1985-VERONA MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N° 83/2018
880.002/1992-EMPRESA DE ÁGUA MINERAL MONTE MÁRIO LTDA- AI N° 80,81,82/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
880.954/1985-VERONA MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°432/2018
880.002/1992-EMPRESA DE ÁGUA MINERAL MONTE MÁRIO LTDA-OF. N°427/2018
886.163/2000-DILSON A RIBEIRO-OF. N°431/2018
886.041/2005-FONTE SERRA DO DIVISOR LTDA-OF. N°428/2018

ANDREIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 55/2018/RO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
886.127/2005-JOÃO PEDRO CARLESSO AGOSTINI
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
886.198/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.199/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.201/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.204/2007-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
886.345/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
886.346/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
886.266/2010-N3 BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
886.354/2013-CLEONICE FERREIRA BORGES DA SILVA- Cessionário:COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDONIA- CPF ou CNPJ 06.011.849/000-47- Alvará n°1.794/2014
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
886.341/2012-PORTO DE AREIA RIO MACHADO LTDA ME-AI N°88/2018
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1777)
886.266/2010-N3 BRASIL MINERAÇÃO LTDA- Guia de Utilização N°045/2016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
886.185/2013-ALAIDES VIEIRA DIAS FIGUEIRÊDO-OF. N°449,450,451/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
886.306/2015-BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 028/2016 - Vencimento em 05/04/2021
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
886.184/2012-MAURO JOSE MOREIRA DE OLIVEIRA- Cessionário:AREAL CANAÃ LTDA ME- CNPJ 18.735.836/0001-08- Registro de Licença N° 002/2013- Vencimento da Licença: 20/06/2018
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
886.185/2013-ALAIDES VIEIRA DIAS FIGUEIREDO-AI N°87/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
886.177/2006-CERÂMICA MARAJÁ LTDA.- 2.379 n° 2007 - Cessionário: CERAMICA MODELO IND E COMERCIO E WSERVIÇOS LTDA -ME- CNPJ 07.062.126/0001-30
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
886.431/2013-PORTO DE AREIA RIO MACHADO LTDA ME

ANDREIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 85/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Adilson José Otto - 815274/14 - Not.231/2018 - R$ 76,66
Andre Francisco da Silva - 815639/14 - Not.216/2018 - R$ 38,63, 815665/14 - Not.217/2018 - R$ 188,49, 815687/14 - Not.220/2018 - R$ 1.134,16
Antônio Carlos Ferreira - 815535/14 - Not.210/2018 - R$ 418,07, 815594/14 - Not.211/2018 - R$ 107,34, 815595/14 - Not.212/2018 - R$ 195,89, 815596/14 - Not.213/2018 - R$ 175,56
Areal Prata Ltda me - 815365/13 - Not.225/2018 - R$ 2.741,84, 815486/13 - Not.226/2018 - R$ 3.856,17, 815573/13 - Not.227/2018 - R$ 3.761,30, 815574/13 - Not.228/2018 - R$ 3.873,80, 815791/13 - Not.230/2018 - R$ 3.145,56
Areial Planalto Ltda Epp - 815502/14 - Not.208/2018 - R$ 19,20
Carlos Gracie Junior - 815111/15 - Not.234/2018 - R$ 171,02
Cns Comércio e Serviços Ltda - 815376/14 - Not.203/2018 - R$ 195,82
Comercial Multi Praia Ltda me - 815742/14 - Not.222/2018 - R$ 1.321,63
Comércio e Beneficiamento de Areias Wega Ltda - ME. - 815446/14 - Not.207/2018 - R$ 39,18
Deividi Matos de Borba - 815149/14 - Not.198/2018 - R$ 3.556,23
Djc Construtora e Incorporadora Ltda - 815406/14 - Not.204/2018 - R$ 3.900,33, 815408/14 - Not.205/2018 - R$ 2.937,06, 815409/14 - Not.206/2018 - R$ 3.917,13
Ejc Materiais de Construção Ltda Epp - 815073/15 - Not.233/2018 - R$ 96,11
Ferreira & Pasini Ferreira Ltda - 815604/14 - Not.214/2018 - R$ 9,36
Geoexplode Mineração e Serviços de Geologia Ltda - 815773/13 - Not.229/2018 - R$ 188,95
Geraldo James Carneiro - 815302/13 - Not.224/2018 - R$ 2.871,57, 815337/14 - Not.232/2018 - R$ 3.889,91
Gerson Pedro Winter - 815351/13 - Not.194/2018 - R$ 3.917,49, 815425/13 - Not.195/2018 - R$ 3.917,76
Juarez Sebastião da Silva - 815740/14 - Not.221/2018 - R$ 241,54
Lucivan Consenso Brilinger - 815351/14 - Not.202/2018 - R$ 1.763,40
Marcelo Manfredine - 815069/14 - Not.197/2018 - R$ 267,86
Marli Pereira Soares me - 815267/14 - Not.199/2018 - R$ 8,35
Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 815318/14 - Not.201/2018 - R$ 2.305,28, 815057/14 - Not.196/2018 - R$ 192,98
Mineração Nilson Ltda - 815525/14 - Not.209/2018 - R$ 223,86
Minérios Brasil Argilas Industriais Ltda me - 815809/13 - Not.193/2018 - R$ 2.497,92
Rodrigo Zanella Marcon - 815777/14 - Not.223/2018 - R$ 3.555,06
Sol Mineração Ltda me - 815669/14 - Not.218/2018 - R$ 3.829,42
Terfal MAT. CONST. Ltda - 815299/14 - Not.200/2018 - R$ 978,94
Transmac Comércio e Transportes Ltda me - 815630/14 - Not.215/2018 - R$ 42,23, 815686/14 - Not.219/2018 - R$ 193,58

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 55/2018/SP

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Alessandro Xavier Magalhães - 820482/12 - A.I. 462/18
Antonio Ricardo Beira - 820774/12 - A.I. 504/18
Associação Dos Estigmatinos Para Educação e Instrução Popular - 820773/12 - A.I. 489/18
Bruno Daniel Lenhare - 821034/11 - A.I. 498/18
Central Office Solutions e Apoio Administrativo Ltda - 820822/12 - A.I. 460/18
Cerâmica Itapira Ltda Epp - 820011/12 - A.I. 500/18
Constroeste Construtora e Participações LTDA. - 820974/12 - A.I. 521/18
Egeminas Mineração LTDA. - 820815/12 - A.I. 461/18
Empresa de Mineração Fiori do Taboão LTDA. - 820854/09 - A.I. 466/18
Fabio Gotardo - 820458/12 - A.I. 503/18
Jair Lopes da Silva Extracao de Areia me - 820687/12 - A.I. 458/18
Joelson Galdino Vieira Júnior - 820835/12 - A.I. 463/18
José Carlos Lazari - 820985/11 - A.I. 495/18
José Carlos Lazari me - 821131/11 - A.I. 496/18, 821302/11 - A.I. 485/18
Kreno Participações Ltda - 821306/11 - A.I. 486/18, 821307/11 - A.I. 487/18
Luis Arquilau Faria Gandolfi me - 820012/12 - A.I. 501/18, 820013/12 - A.I. 502/18
Marcos Carvalho - 820061/12 - A.I. 488/18, 820836/12 - A.I. 459/18
Marquesa S.A. - 820666/07 - A.I. 481/18
Mineração Baruel LTDA. - 820727/09 - A.I. 468/18
Mineração de Areia Paraiba do Sul LTDA. Eireli - 820906/12 - A.I. 522/18
Mineração Grandes Lagos LTDA. - 820599/12 - A.I. 464/18, 820600/12 - A.I. 465/18
Mineração Itapeva Ltda - 820093/03 - A.I. 469/18
Nara Lúcia Barbosa Gimenez - 820897/12 - A.I. 519/18
Nayana Caroline Souza Silva 44709561800 - 821127/10 - A.I. 467/18
Pedreira Diabásio LTDA. - 820808/11 - A.I. 483/18
Plásticos Juquitiba IND. e COM. Ltda Eireli - 820455/06 - A.I. 523/18
Raul Carlos Pereira Barretto - 820782/12 - A.I. 506/18
Roberto Mousessian - 820827/07 - A.I. 482/18
Rossam Navegação Cabotagem e Dragagem Ltda - 821303/11 - A.I. 499/18
Simone da Matta - 820797/11 - A.I. 497/18
Tute Mineração Ltda - 820775/12 - A.I. 505/18
Usina Mandu S/a - 821183/02 - A.I. 520/18
Wilson Gabriel Giannetti - 821109/11 - A.I. 484/18

VICENTE ROSOLIA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 51/2018/SP

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
820.029/1982-EMPRESA MINERADORA ESTÂNCIA DE ÁGUAS SANTA BARBARÁ LTDA ME- AI N° 492 e 493/18-DFISC/DNPM/SP - 25.05.18
820.184/1996-AGUABOA MINERAÇÃO EIRELI ME-AI N° 490 e 491/18-DFISC/DNPM/SP - 25.05.18
820.948/1997-SOCORRO INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.- AI N° 494/2018-DFISC/DNPM/SP
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
820.093/2003-MINERAÇÃO ITAPEVA LTDA-AI N°480/2018-DFISC/DNPM/SP
820.396/2003-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°457/2018-DFISC/DNPM/SP
820.810/2003-AREIAS TRÊS LAGOAS LTDA-AI N°456/2018-DFISC/DNPM/SP
821.022/2003-CERÂMICA GIATEX LTDA-AI N°455/2018-DFISC/DNPM/SP
820.081/2005-WILSON CAMARGO BARROS FILHO-AI N°454/2018-DFISC/DNPM/SP
820.105/2005-KATIA CESÁRIO ESTEFANO URIZA-AI N°453/2018-DFISC/DNPM/SP
820.167/2005-RAFAEL PEGOLARO SALIONE-AI N°452/2018-DFISC/DNPM/SP
820.168/2005-RAFAEL PEGOLARO SALIONE-AI N°451/2018-DFISC/DNPM/SP
820.727/2009-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.-AI N°479/2018-DFISC/DNPM/SP
820.830/2009-VETRIA MINERAÇÃO S A.-AI N°450/2018-DFISC/DNPM/SP
820.832/2009-VETRIA MINERAÇÃO S A.-AI N°449/2018-DFISC/DNPM/SP
820.840/2009-VETRIA MINERAÇÃO S A.-AI N°448/2018-DFISC/DNPM/SP
820.854/2009-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-AI N°477/2018-DFISC/DNPM/SP
820.868/2009-MINERAÇÃO NOVA CAJ LTDA-AI N°447/2018-DFISC/DNPM/SP
820.995/2009-NATALÍCIO PÍRIA-AI N°446/2018-DFISC/DNPM/SP
821.011/2009-AREIAS VIEIRA S.A-AI N°445/2018-DFISC/DNPM/SP
820.361/2010-MARCIO LUNA CAMARGO BARROS-AI N°444/2018-DFISC/DNPM/SP
820.925/2010-PEDREIRA PINHAL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.-AI N°443/2018-DFISC/DNPM/SP
821.127/2010-NAYANA CAROLINE SOUZA SILVA 44709561800-AI N°478/2018-DFISC/DNPM/SP
820.797/2011-SIMONE DA MATTA-AI N°509/2018-DFISC/DNPM/SP
820.985/2011-JOSÉ CARLOS LAZARI-AI N°507/2018-DFISC/DNPM/SP
821.034/2011-BRUNO DANIEL LENHARE-AI N°510/2018-DFISC/DNPM/SP
821.131/2011-JOSÉ CARLOS LAZARI ME-AI N°508/2018-DFISC/DNPM/SP
821.303/2011-ROSSAM NAVEGAÇÃO CABOTAGEM E DRAGAGEM LTDA-AI N°511/2018-DFISC/DNPM/SP
820.011/2012-CERÂMICA ITAPIRA LTDA EPP-AI N°512/2018-DFISC/DNPM/SP
820.012/2012-LUIS ARQUILAU FARIA GANDOLFI ME-AI N°513/2018-DFISC/DNPM/SP
820.013/2012-LUIS ARQUILAU FARIA GANDOLFI ME-AI N°514/2018-DFISC/DNPM/SP
820.458/2012-FABIO GOTARDO-AI N°515/2018-DFISC/DNPM/SP
820.482/2012-ALESSANDRO XAVIER MAGALHÃES-AI N°473/2018-DFISC/DNPM/SP
820.599/2012-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.-AI N°475/2018-DFISC/DNPM/SP
820.600/2012-MINERAÇÃO GRANDES LAGOS LTDA.-AI N°476/2018-DFISC/DNPM/SP
820.774/2012-ANTONIO RICARDO BEIRA-AI N°516/2018-DFISC/DNPM/SP
820.775/2012-TUTE MINERAÇÃO LTDA-AI N°517/2018-DFISC/DNPM/SP
820.782/2012-RAUL CARLOS PEREIRA BARRETTO-AI N°518/2018-DFISC/DNPM/SP
820.815/2012-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°472/2018-DFISC/DNPM/SP
820.822/2012-CENTRAL OFFICE SOLUTIONS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA-AI N°471/2018-DFISC/DNPM/SP
820.835/2012-JOELSON GALDINO VIEIRA JÚNIOR-AI N°474/2018-DFISC/DNPM/SP
820.836/2012-MARCOS CARVALHO-AI N°470/2018-DFISC/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 41/2018/SE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
878.084/2017-GENIVALDO CIRILO BARRETO ME
Despacho publicado(156)
878.014/2018-JAMP COMÉRCIO E SERVIÇOS AGRICOLA EIRELI ME-Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 (trinta) dias - Ofício nº 40/2018.
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
878.014/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ
878.144/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ
878.146/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
878.014/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ- AI N°67/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
878.144/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ- AI N°65/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
878.146/2015-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ- AI N°66/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
878.111/2008-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
878.141/2015-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-AI N°57/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

878.011/2016-ELOISA MARIA LIMA PRADO-AI N°56/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
878.020/2016-FERNANDO CHARLES FREIRE ME-AI N°52/2018
878.025/2016-TEREZINHA DE JESUS BARBOZA VASCONCELOS-AI N°58/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
878.026/2016-TEREZINHA DE JESUS BARBOZA VASCONCELOS-AI N°59/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
878.027/2016-TEREZINHA DE JESUS BARBOZA VASCONCELOS-AI N°60/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
878.028/2016-TEREZINHA DE JESUS BARBOZA VASCONCELOS-AI N°61/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
878.029/2016-TEREZINHA DE JESUS BARBOZA VASCONCELOS-AI N°62/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
878.030/2016-TEREZINHA DE JESUS BARBOZA VASCONCELOS-AI N°63/2018/DNPM/SUPER-SE/SGTMFAM-SE
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
878.069/2013-TECNOTELHA INDUSTRIAL LTDA-OF. N°211/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
878.069/2013-TECNOTELHA INDUSTRIAL LTDA-OF. N°184/2018
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
878.050/2017-DIOGENES DA SILVA OLIVEIRA ME
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
878.147/2014-TORRE EMPREENDIMENTOS RURAL E CONSTRUÇÃO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.075/2017-FERNANDO CHARLES FREIRE ME-OF. N°210/2018

IVANA DE MATOS CAMPOS FARIAS
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 42/2018/SE

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
878.069/2013-TECNOTELHA INDUSTRIAL LTDA-OF. N°184/2018-DOU de 10/05/2018

IVANA DE MATOS CAMPOS FARIAS
Superintendente
Substituto

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

RETIFICAÇÃO

No Despacho de 30 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 11, de 16 de janeiro de 2017, Seção 1, página 44, onde se lê: "... 840.189/1994 - Geodata Consultoria e Serviços Geológicos Ltda....", leia-se: "... 840.189/1992 - Geodata Consultoria e Serviços Geológicos Ltda, ...".

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 126, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, resolve:

Processo nº 48500.004088/2017-81. Interessada: Hidrelétrica Capivara Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.675.239/0001-88. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica, correspondente a Licença de Instalação nº 21733, de 23 de novembro de 2017, emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, da Central Geradora Hidrelétrica denominada Capivara, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.PR.035730-8.01, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.764, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00248/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.084526/2016-58, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Fraternitas", de Piraquara/PR, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 78, de 24 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2017, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação de atendimento ao disposto no art. 18, caput e §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.765, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00251/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.126334/2012-01, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Guarda Mirim de Caconde", do Município do Caconde/SP, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 36/2017, de 21 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 03 de março de 2017, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, ante a não comprovação de atendimento ao disposto no art. 18 da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e requisitos do art. 33 do Decreto n° 7.237, de 20 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.791, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00222/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.070779/2015-63, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Desafio Jovem do Ceará", de Fortaleza/CE, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 130, de 25 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, c/c art. 38 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, bem como nos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e na Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS n° 145, de 15 de outubro de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.822, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00238/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.141749/2014-68, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Casa São Luiz - Instituição Visconde Ferreira de Almeida", do Município do Rio de Janeiro/RJ, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 49, de 28/06/2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 30/06/2016, e retificada no DOU de 14/09/2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, ante a não comprovação de atendimento ao disposto no art. 18, caput e §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 c/c art. 35 da Lei n° 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.835, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00286/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.070697/2015-19, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Associação Baiana de Deficientes Físicos - ABADEF", de Salvador/BA, para manter a decisão da Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 63, de 29 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 02 de agosto de 2016, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, em razão do descumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.169, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00245/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, e alterações promovidas no bojo da NOTA n. 00222/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarados nos autos do Processo nº 71000.069624/2011-51, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Centro de Assessoria e Serviço aos Trabalhadores da Terra Dom José Brandão de Castro", do Município de Aracaju/SE, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 154/2017, art. 2°, item 11, de 29/08/2017, publicada no Diário Oficial da União de 30/08/2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação dos requisitos previstos no art. 3º c/c art. 19 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e art. 34, II, e §1º, do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.172, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00298/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.001358/2016-73, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Associação Redes de Desenvolvimento da Maré", do Município de Rio de Janeiro/RJ, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 154/2017, art. 1°, item 14, de 29/08/2017, publicada no Diário Oficial da União de 30/08/2017, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, art. 10, § 1º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e art. 4º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.210, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00139/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.058310/2010-41, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela "Associação Casa da Criança Nossa Senhora Aparecida", de São Paulo/SP, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 154, de 29 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2017, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, bem como nos arts. 2º e 3º da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e na Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS n° 145/2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.211, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00186/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.058787/2010-27, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Missão Sal da Terra", de Uberlândia/MG, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 33, de 21 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 3 de março de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no art. 1º c/c O art. 18 e art. 22 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.212, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00154/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.094698/2016-30, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade Lar Vicentino, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 130/2017, art. 2°, item 18, de 25 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovar o atendimento ao disposto no art. 18, caput e §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, c/c o art. 35, §2º, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.213, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00150/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.054806/2016-31, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade Asilo São Vicente de Paulo de Buenópolis, do Município de Buenópolis/MG, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria n 130/2017, art. 2º, item 11, de 25 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovar o atendimento ao disposto no art. 18, § 3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, c/c o art. 35 do Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.214, DE 28 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00184/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.058921/2009-56, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Fundação José Fernandes de Araújo", do Município de Belo Horizonte/MG, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 260 de 23 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2012, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovar o atendimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 8.742/93 e art. 2º do Decreto nº 2.536/98 e na Resolução CNAS nº 145/2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 651, DE 28 DE MAIO DE 2018

Disciplina a execução da área de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009;
Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017;
Portaria SRH/MP nº 1.261, de 5 de maio de 2010;
Portaria Normativa SRH/MP nº 3, de 7 de maio de 2010;
Portaria Normativa SRH/MP nº 3, de 25 de março de 2013; e
Portaria Normativa SEGRT/MP nº 7, de 26 de outubro de 2016.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando a necessidade de planejar, propor, coordenar, normatizar e supervisionar políticas de saúde e qualidade de vida dos servidores do INSS, resolve:

Art. 1° Fica disciplinada a execução das atividades da área de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho - SQVT.

Art. 2º A área de SQVT é gerida pela Coordenação de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, que integra a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, vinculada à Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, e suas ações são executadas em conformidade com os seguintes eixos estratégicos, definidos no Plano Plurianual de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, aprovado por Portaria da Diretoria de Gestão de Pessoas:

I - qualidade de vida no trabalho como caminho para um ambiente saudável, de valorização dos servidores e das relações profissionais;

II - fortalecimento e integração das ações direcionadas ao envelhecimento ativo, bem estar físico, social e mental;

III - promoção da acessibilidade como direito da pessoa com deficiência e dever institucional na eliminação de barreiras; e

IV - responsabilidade socioambiental como valor institucional.

Art. 3º Nos termos do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MDS nº 414, de 28 de setembro de 2017, a área de SQVT possui a seguinte estrutura organizacional e atribuições:

I - uma Coordenação, na Administração Central, responsável pela elaboração das diretrizes para promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho, em conformidade com a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal, em âmbito nacional;

II - um Serviço, na Administração Central, com atribuição de planejar ações de saúde e qualidade de vida no trabalho e responsabilidade socioambiental no edifício Sede do INSS;

III - um Serviço, em cada Superintendência-Regional, com atribuição de planejar ações de saúde e qualidade de vida no trabalho e responsabilidade socioambiental em âmbito regional;

IV - servidores lotados na Seção Operacional da Gestão de Pessoas nas Gerências-Executivas - GEX, com atribuição de planejar e executar as atividades relativas à saúde e qualidade de vida no trabalho e à responsabilidade socioambiental, em consonância com as programações definidas pela Superintendência-Regional e Administração Central, bem como acompanhar a resolutividade das demandas oriundas da Ouvidoria do Servidor no âmbito da Gerência-Executiva.

Parágrafo único. As atribuições constantes nos incisos do caput não são exaustivas, devendo-se observar o que prescreve o Regimento Interno do INSS.

Art. 4º Os Gerentes-Executivos deverão constituir, mediante Portaria, em conformidade com o Anexo I, equipe de SQVT, considerando o caráter multiprofissional da área.

§ 1º Quando, pela capacidade operacional da GEX, ficar caracterizada a inviabilidade de se constituir equipe de SQVT, deverá ser indicado Representante Técnico de SQVT, em conformidade com o Anexo II, que atuará, preferencialmente, com exclusividade nas ações referentes à promoção e melhoria da saúde e qualidade de vida no trabalho.

§ 2º Caberá aos Gerentes-Executivos apoiar e proporcionar o suporte logístico e gerencial necessário ao trabalho da equipe de SQVT.

Art. 5º Quanto à designação de ocupante do cargo de Assistente Social ou Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social, nomeado ou não em função comissionada ou gratificada, para compor as equipes de SQVT, deverão ser observadas as regras e o quantitativo estipulados em Portaria Conjunta das Diretorias de Saúde do Trabalhador e de Gestão de Pessoas, que tratem sobre a lotação e exercício destes profissionais.

Art. 6º Ao Representante Técnico da GEX é facultado solicitar, em comum acordo com a respectiva chefia imediata, a colaboração eventual de outros servidores com atribuições técnicas pertinentes à área de SQVT, considerando a transversalidade das ações que requerem o envolvimento e compromisso de todos.

Art. 7º As atividades de SQVT serão custeadas, prioritariamente, pela Ação Orçamentária 2000 - administração da unidade.

Art. 8º As ações de SQVT deverão ser registradas nos sistemas corporativos existentes e demais ferramentas de registro disponíveis, para acompanhamento e controle das atividades realizadas pela equipe.

Art. 9º A área de SQVT possui identidade visual própria, conforme Anexo II desta Resolução, que é constituída pelos seguintes elementos:

I - nome: Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;

II - conceitos: convivência, integração, harmonia, felicidade, bem-estar, saúde, disposição e diversidade; e

III - imagem:

a) sorriso, simbolizando alegria; e

b) cores, simbolizando diversidade e pessoas.

Art. 10. Os Anexos desta Resolução serão publicados no Portal do INSS, e suas atualizações e posteriores alterações poderão ser objeto de Despacho Decisório expedido pelo Diretor de Gestão de Pessoas.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KARINA BRAIDO SANTURBANO
DE TEIVE E ARGOLO

RETIFICAÇÃO

No inciso I do art. 1º da Resolução nº 650/PRES/INSS, de 17 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 95, de 18 de maio de 2018, Seção 1, pág. 102, onde se lê: "APSJI", leia-se: "APSJI-".

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 108, DE 28 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, CONSIDERANDO os fundamentos constantes no Despacho nº 1479 /2018/SNAS/DRSP/CGCEB, nos autos do Processo nº 00742.000214/2018-30, referente ao Processo de Renovação nº 71000.056945/2010-12, resolve:

Art. 1º Deferir a renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social à ASSOCIAÇÃO NOSSA CASA DE ACOLHIDA, 00.033.715/0001-40, SÃO JOSE DOS CAMPOS/SP, 71000.056945/2010-12, para o período de 25/07/2017 a 24/07/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que, no período de 21 a 27/05/2018, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Adivaldo Joao Da Silva, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Analice Queiroz Sobral Dos Santos, rio São Francisco, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Antônio Davi Rocha dos Santos, rio São Francisco, Município de Brejo Grande/Sergipe, aquicultura.

Areal Dois Irmãos Ltda-Me, rio Paraíba do Sul, Município de Volta Grande/Minas Gerais, mineração.

B. Correia de Araujo, rio São Francisco, Município de Pão de Açúcar/Alagoas, consumo humano.

Cargill Agrícola S/A, rio Tapajós, Município de Itaituba/Pará, consumo humano.

Companhia De Saneamento De Minas Gerais - Copasa, UHE Furnas, Município de Campos Gerais/Minas Gerais, abastecimento público.

Companhia De Saneamento Do Paraná - Sanepar, rio Iguaçu, Município de União da Vitória/Paraná, esgotamento sanitário.

Companhia De Saneamento Do Paraná - Sanepar, rio paraná, Município de Porto Rico/Paraná, esgotamento sanitário.

Companhia De Saneamento Do Paraná - Sanepar, rio Paraná, Município de Foz do Iguaçu/Paraná, esgotamento sanitário.

Denerval Germano Da Cruz, rio pardo, Município de Berizal/Minas Gerais, consumo humano.

Departamento Nacional De Obras Contra A Seca / Dnocs, Açude Caldeirão, Município de Piripiri/Piauí, irrigação.

Ductievicz Incorporador Ltda, rio Cuiabá, Município de Várzea Grande/Mato Grosso, esgotamento sanitário.

Elvia Menezes Cabral, rio Itabapoana, Município de São Francisco de Itabapoana/Rio de Janeiro, irrigação.

Eva Ferreira Dos Reis FI, rio Pomba, Município de Cataguases/Minas gerais, mineração.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fazenda Gabriella S.A, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Francisca De Assis De Souza Ferraz, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Francisca De Souza Barbosa, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Futura Energia Projeto Gama S.A., rio Tocantins, Município de Brejinho de Nazaré/Tocantins, termoelétrica.

Gustavo Epov De Almeida Prado - Me, rio Pomba, Município de Cataguases/Minas gerais, mineração.

Hermes Barbosa Rodrigues Silva, rio Preto, Município de Dom Bosco/Minas Gerais, irrigação.

Irineu Izidorio Dos Santos, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Izael Vieira Marinho, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Jalles Machado S/A, rio das Almas, Município de São Luíz do Norte/Goiás, irrigação.

Joao Colombi Neto, rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, irrigação.

Joaquim Edilson Ferreira, rio Verde Grande, Município de Capitão Enéas/Minas Gerais, irrigação.

Jose Barbosa Leal, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Júlio de Freitas Machado Junior, rio São Francisco, Município de Traipu/Alagoas, outras.

Luis Gonzaga De Sousa Lima, rio Parnaíba, Município de Teresina/Piauí, mineração.

Marcelo Galati Fernandes, UHE Luis Eduardo Magalhães, Município de Porto Nacional/Tocantins, irrigação.

Marcelo Ribeiro De Souza - Me, rio Pomba, Município de Leopoldina/Minas gerais, mineração.

Maria Aparecida Souza Dos Santos, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Mineradora E Areal Santo Antônio Ltda - ME, rio Grande, Municípios de Ibituruna, Itumirim, Nazareno/Minas Gerais, mineração.

Município De Santa Helena, UHE Itaipu, Município de Santa Helena/Paraná, indústria.

Nello Carlos Ferreira, UHE Furnas, Município de Campos Gerais, irrigação.

Nello Carlos Ferreira, UHE Furnas, Município de Campos Gerais/Minas Gerais, irrigação.

Neusa Da Conceição Neves Rezende, rio São Marcos, Município de Paracatu/Minas Gerais, irrigação.

Rafael Duarte Ferrari Campelo, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Rafael Zambrana Amorim, rio Parnaíba, Município de Miguel Alves/Piauí, irrigação.

Rejane Da Silva Souza, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/Pernambuco, irrigação.

Ridalva Alves Pinto, rio Parnaíba, Município de Floriano/Piauí, irrigação.

Sebastiao Pereira Magalhaes, rio Preto, Município de Dom Bosco/Minas Gerais, irrigação.

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP, UHE Canoas I, Município de Cândido Mota/São Paulo, aquicultura, preventiva.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 533, DE 24 DE MAIO DE 2018

Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro (Processo n° 02070.012796/2016-11).

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 475/MMA, de 27 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, localizada no Estado do Rio de Janeiro, constante no processo ICMBio nº 02070.012796/2016-11.

Art. 2º O texto consolidado do Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental de Cairuçu será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Parágrafo único. Os arquivos digitais, em formato shapefile e kml, com os limites das zonas de manejo da UC serão disponibilizados no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE MAIO DE 2018

Extingue a Unidade Regional Sul e dá outras providências

O CONSELHO DIRETOR DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 56, § 1º, III, da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006; a alínea "c", do inciso III, da Cláusula Quinta do Contrato de Gestão e Desempenho, firmado com o Ministério do Meio Ambiente; o art. 3º, § 1º do Regimento Interno do SFB, aprovado por meio da Resolução SFB nº 37, de 7 de julho de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n° 02209.000915/2018-41:

CONSIDERANDO as competências previstas no art. 56, da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006;

CONSIDERANDO o Contrato de Gestão e Desempenho, firmado entre Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) nos termos do § 8º do art. 37 da Constituição Federal, que assegura ao SFB autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente ao exercício de suas atribuições;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do SFB, aprovado por meio da Resolução SFB nº 37, de 7 de julho de 2017, prevê, em seu art. 3º, § 1º, que o SFB contará em sua estrutura com Unidades Descentralizadas que poderão ser criadas e extintas por ato do Conselho Diretor;

CONSIDERANDO a necessidade de definir a redistribuição de cargo efetivo ocupado, com contrapartida recaindo em cargo efetivo vago, entre o MMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), de acordo com a Portaria MMA nº 82, de 28 de março de 2018; e

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Diretor do SFB consignada em ata da Primeira Reunião do Conselho Diretor, de 18 de abril de 2018; resolve:

Art. 1º Extinguir a Unidade Regional Sul - UR Sul, instituída por meio da Resolução SFB nº 5, de 20 de junho de 2008;

Art. 2º Autorizar a cessão, a remoção ou a redistribuição do servidores lotados na UR Sul, de acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e na Portaria MMA nº 82, de 28 de março de 2018.

Art. 3º Caberá à Diretoria de Administração e Finanças do SFB tomar as providências administrativas necessárias ao encerramento das atividades da UR Sul, no que se refere à destinação dos bens móveis sob responsabilidade da UR Sul, bem como à extinção dos contratos de prestação de serviços inerentes à UR Sul.

Art. 4º Fica revogada a Resolução SFB nº 5, de 20 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO
Diretor-Geral

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 138, DE 28 DE MAIO DE 2018

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 1.682.739.407,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Substituto, tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, caput, incisos I, alínea "a", item 1, e II, alínea "a", itens 1 e 3, da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e do art. 43, § 2º, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 1.682.739.407,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta e dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sete reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLEISSON CARDOSO RUBIN

ANEXO

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2101		Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							5.041.965
		ATIVIDADES							
04 301	2101 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.300.000
04 301	2101 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							1.300.000
			S	3	1	90	0	100	1.300.000
04 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							3.741.965
04 122	2101 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							3.741.965
			F	1	1	90	0	100	3.741.965
TOTAL - FISCAL									3.741.965
TOTAL - SEGURIDADE									1.300.000
TOTAL - GERAL									5.041.965

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.400.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.400.000
			S	1	1	90	0	153	1.400.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.400.000
TOTAL - GERAL									1.400.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.700.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.700.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.700.000
			S	1	1	90	0	100	1.700.000
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							3.880.587
		ATIVIDADES							
21 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							3.880.587
21 122	2101 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							3.880.587
			F	1	1	90	0	100	3.880.587
TOTAL - FISCAL									3.880.587
TOTAL - SEGURIDADE									1.700.000
TOTAL - GERAL									5.580.587

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							2.565.000
		ATIVIDADES							
04 301	2101 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.400.000
04 301	2101 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.400.000
			S	3	1	90	0	100	2.400.000
04 331	2101 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							165.000
04 331	2101 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							165.000
			F	3	1	90	0	100	165.000
TOTAL - FISCAL									1.165.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.400.000
TOTAL - GERAL									3.565.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20416 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							3.056.503
		ATIVIDADES							
26 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							3.056.503
26 122	2101 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							3.056.503
			F	1	1	90	0	100	3.056.503
TOTAL - FISCAL									3.056.503
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.056.503

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.400.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							13.400.000
			S	1	1	90	0	100	7.349.216
			S	1	1	90	0	156	6.050.784
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							2.700.000
		ATIVIDADES							
20 331	2105 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.700.000
20 331	2105 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.700.000
			F	3	1	90	0	100	2.700.000
TOTAL - FISCAL									2.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									13.400.000
TOTAL - GERAL									16.100.000

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							1.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							1.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							1.000.000
			F	3	1	90	0	100	1.000.000
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							92.563.376
		ATIVIDADES							
20 301	2105 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							8.700.000
20 301	2105 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							8.700.000
			S	3	1	90	0	100	8.700.000
20 122	2105 20TP	Ativos Civis da União							83.863.376
20 122	2105 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							83.863.376
			F	1	1	90	0	100	83.863.376
TOTAL - FISCAL									84.863.376
TOTAL - SEGURIDADE									8.700.000
TOTAL - GERAL									93.563.376

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							3.208.952
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							3.208.952

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	F	3	1	90	0	100	3.208.952
									3.208.952
TOTAL - FISCAL									3.208.952
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.208.952

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							872.156
		ATIVIDADES							
19 122	2106 20TP	Ativos Civis da União							872.156
19 122	2106 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							872.156
			F	1	1	90	0	100	872.156
TOTAL - FISCAL									872.156
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									872.156

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							1.000.000
			S	1	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.200.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							5.200.000
			S	1	1	90	0	100	5.200.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							4.640.591
		ATIVIDADES							
19 301	2106 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							780.000
19 301	2106 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							780.000
			S	3	1	90	0	100	780.000
19 122	2106 20TP	Ativos Civis da União							3.860.591
19 122	2106 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.860.591
			F	1	1	90	0	100	3.860.591
TOTAL - FISCAL									3.860.591
TOTAL - SEGURIDADE									5.980.000
TOTAL - GERAL									9.840.591

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							379.059
		ATIVIDADES							
19 301	2106 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							8.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19 301	2106 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	8.000
									8.000
19 122	2106 20TP	Ativos Civis da União							371.059
19 122	2106 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	371.059
									371.059
TOTAL - FISCAL									371.059
TOTAL - SEGURIDADE									8.000
TOTAL - GERAL									379.059

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24207 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							9.100.165
		ATIVIDADES							
19 122	2106 20TP	Ativos Civis da União							9.100.165
19 122	2106 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro	F	1	1	90	0	100	9.100.165
									9.100.165
TOTAL - FISCAL									9.100.165
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.100.165

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24211 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	1.000.000
									1.000.000
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							2.144.466
		ATIVIDADES							
24 301	2106 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							165.000
24 301	2106 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	165.000
24 122	2106 20TP	Ativos Civis da União							1.743.466
24 122	2106 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.743.466
									1.743.466
24 331	2106 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							236.000
24 331	2106 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	236.000
									236.000
TOTAL - FISCAL									1.979.466
TOTAL - SEGURIDADE									1.165.000
TOTAL - GERAL									3.144.466

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							10.367.000
		ATIVIDADES							
04 301	2110 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							9.300.000
04 301	2110 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	9.300.000
									9.300.000
04 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.067.000
04 331	2110 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.067.000
									1.067.000
TOTAL - FISCAL									1.067.000
TOTAL - SEGURIDADE									9.300.000
TOTAL - GERAL									10.367.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							117.149.216
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							117.149.216
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							117.149.216
			S	1	1	90	0	132	117.149.216
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							1.380.000
		ATIVIDADES							
04 301	2110 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							980.000
04 301	2110 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							980.000
			S	3	1	90	0	132	980.000
04 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							400.000
04 331	2110 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							400.000
			F	3	1	90	0	132	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									118.129.216
TOTAL - GERAL									118.529.216

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							600.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							600.000
			S	1	1	90	0	100	600.000
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							23.316.511
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							23.316.511
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							23.316.511
			F	1	1	90	0	100	23.316.511
TOTAL - FISCAL									23.316.511
TOTAL - SEGURIDADE									600.000
TOTAL - GERAL									23.916.511

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.200.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.200.000
			S	1	1	90	0	100	1.200.000
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							10.030.000
		ATIVIDADES							
04 301	2110 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							10.000.000
04 301	2110 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							10.000.000
			S	3	1	90	0	100	10.000.000
04 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							30.000
04 331	2110 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							30.000
			F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									11.200.000
TOTAL - GERAL									11.230.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							191.000
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							173.000
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							173.000
			F	1	1	90	0	100	173.000
04 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							18.000
04 331	2110 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							18.000
			F	3	1	90	0	100	18.000
TOTAL - FISCAL									191.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									191.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							5.000
			S	1	1	90	0	100	5.000
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							25.000
		ATIVIDADES							
09 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							25.000
09 331	2110 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							25.000
			S	3	1	90	0	100	25.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									30.000
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							3.677.731
		ATIVIDADES							
04 301	2110 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							150.000
04 301	2110 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							150.000
			S	3	1	90	0	100	150.000
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							3.463.931
04 122	2110 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							3.463.931
			F	1	1	90	0	100	3.463.931
04 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							63.800
04 331	2110 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							63.800
			F	3	1	90	0	100	63.800
TOTAL - FISCAL									3.527.731
TOTAL - SEGURIDADE									150.000
TOTAL - GERAL									3.677.731

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							26.045.578
		ATIVIDADES							
12 122	2109 20TP	Ativos Civis da União							26.000.000
12 122	2109 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							26.000.000
			F	1	1	90	8	100	26.000.000
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							45.578
12 331	2109 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							45.578
			F	3	1	90	8	100	45.578
TOTAL - FISCAL									26.045.578
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.045.578

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							114.034
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							114.034
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							114.034
			F	3	1	90	8	100	114.034
TOTAL - FISCAL									114.034
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									114.034

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26105 - Instituto Benjamin Constant

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							39.886
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							39.886
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							39.886
			F	3	1	90	8	100	39.886
TOTAL - FISCAL									39.886
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									39.886

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26201 - Colégio Pedro II

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							437.446
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							371.062

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	8	100	371.062
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							66.384
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	8	100	66.384
TOTAL - FISCAL									66.384
TOTAL - SEGURIDADE									371.062
TOTAL - GERAL									437.446

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							523.906
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							82.362
12 301	2109 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste	S	3	1	90	8	100	82.362
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							45.512
12 331	2109 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste	F	3	1	90	8	100	45.512
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							396.032
12 846	2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste	F	1	0	91	8	100	396.032
TOTAL - FISCAL									441.544
TOTAL - SEGURIDADE									82.362
TOTAL - GERAL									523.906

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							899.431
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							647.858
12 301	2109 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	S	3	1	90	8	100	647.858
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							251.573
12 331	2109 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	F	3	1	90	8	100	251.573
TOTAL - FISCAL									251.573
TOTAL - SEGURIDADE									647.858
TOTAL - GERAL									899.431

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26232 - Universidade Federal da Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							153.117
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							153.117

12 331	2109 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	F	3	1	90	8	100	153.117
									153.117
TOTAL - FISCAL									153.117
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									153.117

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26233 - Universidade Federal do Ceará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.143.904
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							840.990
12 301	2109 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará							840.990
			S	3	1	90	8	100	840.990
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							302.914
12 331	2109 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará							302.914
			F	3	1	90	8	100	302.914
TOTAL - FISCAL									302.914
TOTAL - SEGURIDADE									840.990
TOTAL - GERAL									1.143.904

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							396.171
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							16.332
12 301	2109 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo							16.332
			S	3	1	90	8	100	16.332
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							379.839
12 331	2109 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo							379.839
			F	3	1	90	8	100	379.839
TOTAL - FISCAL									379.839
TOTAL - SEGURIDADE									16.332
TOTAL - GERAL									396.171

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26235 - Universidade Federal de Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							24.014.466
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.627.371
12 301	2109 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							1.627.371
			S	3	1	90	8	100	1.627.371
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							565.109

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	F	3	1	90	8	100	565.109 565.109
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							21.821.986
12 846	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	8	100	21.821.986 21.821.986
TOTAL - FISCAL									22.387.095
TOTAL - SEGURIDADE									1.627.371
TOTAL - GERAL									24.014.466

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26236 - Universidade Federal Fluminense

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.440.838
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.761.689
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	8	100	1.761.689 1.761.689
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.679.149
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	8	100	1.679.149 1.679.149
TOTAL - FISCAL									1.679.149
TOTAL - SEGURIDADE									1.761.689
TOTAL - GERAL									3.440.838

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.928.485
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							389.991
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	389.991 389.991
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							823.715
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	8	100	823.715 823.715
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							714.779
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	8	100	714.779 714.779
TOTAL - FISCAL									1.538.494
TOTAL - SEGURIDADE									389.991
TOTAL - GERAL									1.928.485

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26238 - Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							5.536
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							5.536

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0909 0536 0031	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	0	100	5.536 5.536
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.718.930
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.076.942
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	1.076.942 1.076.942
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							641.988
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	8	100	641.988 641.988
TOTAL - FISCAL									641.988
TOTAL - SEGURIDADE									1.082.478
TOTAL - GERAL									1.724.466

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26239 - Universidade Federal do Pará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.502.995
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							539.317
12 301	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	S	3	1	90	8	100	539.317 539.317
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							963.678
12 331	2109 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	F	3	1	90	8	100	963.678 963.678
TOTAL - FISCAL									963.678
TOTAL - SEGURIDADE									539.317
TOTAL - GERAL									1.502.995

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							999.487
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							375.196
12 301	2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	8	100	375.196 375.196
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							624.291
12 331	2109 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	F	3	1	90	8	100	624.291 624.291
TOTAL - FISCAL									624.291
TOTAL - SEGURIDADE									375.196
TOTAL - GERAL									999.487

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26241 - Universidade Federal do Paraná

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							9.052
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							9.052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	0909 0536 0041	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Paraná							9.052
			S	3	1	90	0	100	9.052
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							684.666
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							684.666
12 331	2109 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							684.666
			F	3	1	90	8	100	684.666
TOTAL - FISCAL									684.666
TOTAL - SEGURIDADE									9.052
TOTAL - GERAL									693.718

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							628.867
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							628.867
12 331	2109 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							628.867
			F	3	1	90	8	100	628.867
TOTAL - FISCAL									628.867
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									628.867

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							3.480
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							3.480
28 846	0909 0536 0024	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Norte							3.480
			S	3	1	90	0	100	3.480
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.139.744
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							801.021
12 301	2109 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte							801.021
			S	3	1	90	8	100	801.021
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							338.723
12 331	2109 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte							338.723
			F	3	1	90	8	100	338.723
TOTAL - FISCAL									338.723
TOTAL - SEGURIDADE									804.501
TOTAL - GERAL									1.143.224

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.553.128
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							369.214
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							369.214
			S	3	1	90	8	100	369.214

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.183.914
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							2.183.914
			F	3	1	90	8	100	2.183.914
TOTAL - FISCAL									2.183.914
TOTAL - SEGURIDADE									369.214
TOTAL - GERAL									2.553.128

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.377.388
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							310.310
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							310.310
			S	3	1	90	8	100	310.310
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.067.078
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							2.067.078
			F	3	1	90	8	100	2.067.078
TOTAL - FISCAL									2.067.078
TOTAL - SEGURIDADE									310.310
TOTAL - GERAL									2.377.388

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.446.852
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							831.304
12 301	2109 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina							831.304
			S	3	1	90	8	100	831.304
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							615.548
12 331	2109 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina							615.548
			F	3	1	90	8	100	615.548
TOTAL - FISCAL									615.548
TOTAL - SEGURIDADE									831.304
TOTAL - GERAL									1.446.852

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26247 - Universidade Federal de Santa Maria

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							53.506
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							53.506
28 846	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul							53.506
			S	3	1	90	0	100	53.506
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							951.206

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							229.587
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							229.587
			S	3	1	90	8	100	229.587
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							721.619
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							721.619
			F	3	1	90	8	100	721.619
TOTAL - FISCAL									721.619
TOTAL - SEGURIDADE									283.093
TOTAL - GERAL									1.004.712

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							48.154
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							21.085
12 301	2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							21.085
			S	3	1	90	8	100	21.085
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							27.069
12 331	2109 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							27.069
			F	3	1	90	8	100	27.069
TOTAL - FISCAL									27.069
TOTAL - SEGURIDADE									21.085
TOTAL - GERAL									48.154

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							937.370
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							937.370
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							937.370
			F	3	1	90	8	100	937.370
TOTAL - FISCAL									937.370
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									937.370

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							188.866
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							57.574
12 301	2109 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima							57.574
			S	3	1	90	8	100	57.574

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							131.292
12 331	2109 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima							131.292
			F	3	1	90	8	100	131.292
TOTAL - FISCAL									131.292
TOTAL - SEGURIDADE									57.574
TOTAL - GERAL									188.866

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.277.546
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							228.602
12 331	2109 212B 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins							228.602
			F	3	1	90	8	100	228.602
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.048.944
12 846	2109 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins							1.048.944
			F	1	0	91	8	100	1.048.944
TOTAL - FISCAL									1.277.546
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.277.546

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							98.735
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							98.735
12 331	2109 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba							98.735
			F	3	1	90	8	100	98.735
TOTAL - FISCAL									98.735
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									98.735

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.454.618
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							282.016
12 301	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							282.016
			S	3	1	90	8	100	282.016
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.524.448
12 331	2109 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							1.524.448
			F	3	1	90	8	100	1.524.448
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							648.154

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	F	1	0	91	8	100	648.154
									648.154
TOTAL - FISCAL									2.172.602
TOTAL - SEGURIDADE									282.016
TOTAL - GERAL									2.454.618

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.148.123
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							850.553
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							850.553
			S	3	1	90	8	100	850.553
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							297.570
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							297.570
			F	3	1	90	8	100	297.570
TOTAL - FISCAL									297.570
TOTAL - SEGURIDADE									850.553
TOTAL - GERAL									1.148.123

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.467.418
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							731.995
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							731.995
			F	3	1	90	8	100	731.995
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							735.423
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							735.423
			F	1	0	91	8	100	735.423
TOTAL - FISCAL									1.467.418
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.467.418

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							885.563
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							613.223
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							613.223
			S	3	1	90	8	100	613.223
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							272.340

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	8	100	272.340
									272.340
TOTAL - FISCAL									272.340
TOTAL - SEGURIDADE									613.223
TOTAL - GERAL									885.563

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							117.705
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							117.705
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							117.705
			F	3	1	90	8	100	117.705
TOTAL - FISCAL									117.705
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									117.705

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							596.329
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							225.111
12 301	2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							225.111
			S	3	1	90	8	100	225.111
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							371.218
12 331	2109 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							371.218
			F	3	1	90	8	100	371.218
TOTAL - FISCAL									371.218
TOTAL - SEGURIDADE									225.111
TOTAL - GERAL									596.329

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26260 - Universidade Federal de Alfenas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							271.732
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							94.499
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							94.499
			S	3	1	90	8	100	94.499
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							177.233
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							177.233
			F	3	1	90	8	100	177.233
TOTAL - FISCAL									177.233
TOTAL - SEGURIDADE									94.499
TOTAL - GERAL									271.732

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							107.312
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							11.030
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							11.030
			S	3	1	90	8	100	11.030
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							96.282
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							96.282
			F	3	1	90	8	100	96.282
TOTAL - FISCAL									96.282
TOTAL - SEGURIDADE									11.030
TOTAL - GERAL									107.312

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26262 - Universidade Federal de São Paulo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.017.029
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							478.819
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							478.819
			S	3	1	90	8	100	478.819
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							538.210
12 331	2109 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							538.210
			F	3	1	90	8	100	538.210
TOTAL - FISCAL									538.210
TOTAL - SEGURIDADE									478.819
TOTAL - GERAL									1.017.029

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26263 - Universidade Federal de Lavras

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							656.699
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							386.662
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							386.662
			S	3	1	90	8	100	386.662
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							270.037
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							270.037
			F	3	1	90	8	100	270.037
TOTAL - FISCAL									270.037
TOTAL - SEGURIDADE									386.662
TOTAL - GERAL									656.699

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							564.598
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							207.308
12 301	2109 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte							207.308
			S	3	1	90	8	100	207.308
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							357.290
12 331	2109 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte							357.290
			F	3	1	90	8	100	357.290
TOTAL - FISCAL									357.290
TOTAL - SEGURIDADE									207.308
TOTAL - GERAL									564.598

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							651.611
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							115.710
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							115.710
			S	3	1	90	8	100	115.710
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							114.389
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							114.389
			F	3	1	90	8	100	114.389
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							421.512
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							421.512
			F	1	0	91	8	100	421.512
TOTAL - FISCAL									535.901
TOTAL - SEGURIDADE									115.710
TOTAL - GERAL									651.611

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							300.000
09 272	0089 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná							300.000
			S	1	1	90	0	100	300.000
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							387.878
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							247.312
12 301	2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							247.312
			S	3	1	90	8	100	247.312

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							140.566
12 331	2109 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná	F	3	1	90	8	100	140.566
TOTAL - FISCAL									140.566
TOTAL - SEGURIDADE									547.312
TOTAL - GERAL									687.878

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							572.028
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							162.464
12 301	2109 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia	S	3	1	90	8	100	162.464
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							409.564
12 331	2109 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia	F	3	1	90	8	100	409.564
TOTAL - FISCAL									409.564
TOTAL - SEGURIDADE									162.464
TOTAL - GERAL									572.028

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							461.667
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							96.302
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	8	100	96.302
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							365.365
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	8	100	365.365
TOTAL - FISCAL									365.365
TOTAL - SEGURIDADE									96.302
TOTAL - GERAL									461.667

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26270 - Fundação Universidade do Amazonas

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.164.890
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							312.679
12 301	2109 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas	S	3	1	90	8	100	312.679
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							852.211
12 331	2109 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas	F	3	1	90	8	100	852.211
TOTAL - FISCAL									852.211
TOTAL - SEGURIDADE									312.679
TOTAL - GERAL									1.164.890

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.652.445
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							173.319
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							173.319
			S	3	1	90	8	100	173.319
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.479.126
12 331	2109 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							1.479.126
			F	3	1	90	8	100	1.479.126
TOTAL - FISCAL									1.479.126
TOTAL - SEGURIDADE									173.319
TOTAL - GERAL									1.652.445

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							720.389
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							720.389
12 331	2109 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão							720.389
			F	3	1	90	8	100	720.389
TOTAL - FISCAL									720.389
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									720.389

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							489.406
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							138.855
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							138.855
			S	3	1	90	8	100	138.855
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							350.551
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							350.551
			F	3	1	90	8	100	350.551
TOTAL - FISCAL									350.551
TOTAL - SEGURIDADE									138.855
TOTAL - GERAL									489.406

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26274 - Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							744.110
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							559.093

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	559.093
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							185.017
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	8	100	185.017
TOTAL - FISCAL									185.017
TOTAL - SEGURIDADE									559.093
TOTAL - GERAL									744.110

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26275 - Fundação Universidade Federal do Acre

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							64.747
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							64.747
12 331	2109 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre	F	3	1	90	8	100	64.747
TOTAL - FISCAL									64.747
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									64.747

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							166.538
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							166.538
12 331	2109 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso	F	3	1	90	8	100	166.538
TOTAL - FISCAL									166.538
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									166.538

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							586.571
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							316.329
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	316.329
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							270.242
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	8	100	270.242
TOTAL - FISCAL									270.242
TOTAL - SEGURIDADE									316.329
TOTAL - GERAL									586.571

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							9.436
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							9.436
28 846	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul							9.436
			S	3	1	90	0	100	9.436
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							212.856
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							212.856
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							212.856
			F	3	1	90	8	100	212.856
TOTAL - FISCAL									212.856
TOTAL - SEGURIDADE									9.436
TOTAL - GERAL									222.292

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							397.606
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							150.713
12 301	2109 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí							150.713
			S	3	1	90	8	100	150.713
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							246.893
12 331	2109 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí							246.893
			F	3	1	90	8	100	246.893
TOTAL - FISCAL									246.893
TOTAL - SEGURIDADE									150.713
TOTAL - GERAL									397.606

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							491.149
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							198.825
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							198.825
			S	3	1	90	8	100	198.825
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							292.324
12 331	2109 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							292.324
			F	3	1	90	8	100	292.324
TOTAL - FISCAL									292.324
TOTAL - SEGURIDADE									198.825
TOTAL - GERAL									491.149

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							618.331
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							618.331
12 331	2109 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe							618.331
			F	3	1	90	8	100	618.331
TOTAL - FISCAL									618.331
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									618.331

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							38.956
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							38.956
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							38.956
			F	3	1	90	8	100	38.956
TOTAL - FISCAL									38.956
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									38.956

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							327.152
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							327.152
12 331	2109 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul							327.152
			F	3	1	90	8	100	327.152
TOTAL - FISCAL									327.152
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									327.152

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							468.961
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							66.262
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							66.262
			S	3	1	90	8	100	66.262
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							39.418
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							39.418
			F	3	1	90	8	100	39.418

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							363.281
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul							363.281
			F	1	0	91	8	100	363.281
TOTAL - FISCAL									402.699
TOTAL - SEGURIDADE									66.262
TOTAL - GERAL									468.961

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							482.041
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							262.748
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							262.748
			S	3	1	90	8	100	262.748
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							219.293
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							219.293
			F	3	1	90	8	100	219.293
TOTAL - FISCAL									219.293
TOTAL - SEGURIDADE									262.748
TOTAL - GERAL									482.041

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							564.092
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							112.839
12 301	2109 2004 0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá							112.839
			S	3	1	90	8	100	112.839
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							125.304
12 331	2109 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá							125.304
			F	3	1	90	8	100	125.304
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							325.949
12 846	2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							325.949
			F	1	0	91	8	100	325.949
TOTAL - FISCAL									451.253
TOTAL - SEGURIDADE									112.839
TOTAL - GERAL									564.092

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							219.410
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							177.325
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							177.325

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	3	1	90	8	100	177.325
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							42.085
12 331	2109 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							42.085
			F	3	1	90	8	100	42.085
TOTAL - FISCAL									42.085
TOTAL - SEGURIDADE									177.325
TOTAL - GERAL									219.410

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							69.624
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							29.100
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							29.100
			S	3	1	90	8	100	29.100
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							40.524
12 331	2109 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							40.524
			F	3	1	90	8	100	40.524
TOTAL - FISCAL									40.524
TOTAL - SEGURIDADE									29.100
TOTAL - GERAL									69.624

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							68.596
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							43.324
12 301	2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							43.324
			S	3	1	90	8	100	43.324
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							25.272
12 331	2109 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							25.272
			F	3	1	90	8	100	25.272
TOTAL - FISCAL									25.272
TOTAL - SEGURIDADE									43.324
TOTAL - GERAL									68.596

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							9.867
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							9.867
28 846	0909 0536 0043	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio Grande do Sul							9.867
			S	3	1	90	0	100	9.867
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							440.000
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							440.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	8	100	440.000
									440.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									449.867
TOTAL - GERAL									449.867

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							103.916
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							33.178
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							33.178
			S	3	1	90	8	100	33.178
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							70.738
12 331	2109 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							70.738
			F	3	1	90	8	100	70.738
TOTAL - FISCAL									70.738
TOTAL - SEGURIDADE									33.178
TOTAL - GERAL									103.916

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							874.623
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							98.948
12 301	2109 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul							98.948
			S	3	1	90	8	100	98.948
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							190.693
12 331	2109 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul							190.693
			F	3	1	90	8	100	190.693
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							584.982
12 846	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul							584.982
			F	1	0	91	8	100	584.982
TOTAL - FISCAL									775.675
TOTAL - SEGURIDADE									98.948
TOTAL - GERAL									874.623

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.250.740
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							7.312
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							7.312
			S	3	1	90	8	100	7.312
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							427.834

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	F	3	1	90	8	100	427.834 427.834
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							815.594
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	8	100	815.594 815.594
TOTAL - FISCAL									1.243.428
TOTAL - SEGURIDADE									7.312
TOTAL - GERAL									1.250.740

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26352 - Fundação Universidade Federal do ABC

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.265.841
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							378.241
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	8	100	378.241 378.241
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							322.868
12 331	2109 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	F	3	1	90	8	100	322.868 322.868
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.564.732
12 846	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	F	1	0	91	8	100	1.564.732 1.564.732
TOTAL - FISCAL									1.887.600
TOTAL - SEGURIDADE									378.241
TOTAL - GERAL									2.265.841

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							42.695
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							23.342
12 301	2109 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	S	3	1	90	8	100	23.342 23.342
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							19.353
12 331	2109 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	S	3	1	90	8	100	19.353 19.353
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									42.695
TOTAL - GERAL									42.695

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							9.005
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							9.005

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará	S	3	1	90	8	100	9.005
									9.005
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									9.005
TOTAL - GERAL									9.005

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.322
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							6.322
12 331	2109 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará							6.322
			S	3	1	90	8	100	6.322
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.322
TOTAL - GERAL									6.322

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.393
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.393
12 331	2109 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo							2.393
			S	3	1	90	8	100	2.393
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.393
TOTAL - GERAL									2.393

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							333.721
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							262.561
12 301	2109 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							262.561
			S	3	1	90	8	100	262.561
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							71.160
12 331	2109 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							71.160
			S	3	1	90	8	100	71.160
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									333.721
TOTAL - GERAL									333.721

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							441.356
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							185.271

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	8	100	185.271
									185.271
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							256.085
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	8	100	256.085
									256.085
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									441.356
TOTAL - GERAL									441.356

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							19.059
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							19.059
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	19.059
									19.059
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.059
TOTAL - GERAL									19.059

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							19.029
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							19.029
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	19.029
									19.029
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.029
TOTAL - GERAL									19.029

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							41.218
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							41.218
12 331	2109 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	S	3	1	90	8	100	41.218
									41.218
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									41.218
TOTAL - GERAL									41.218

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							8.832
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							8.832

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	S	3	1	90	8	100	8.832 8.832
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									8.832
TOTAL - GERAL									8.832

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.712
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							5.712
12 331	2109 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	S	3	1	90	8	100	5.712 5.712
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.712
TOTAL - GERAL									5.712

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							15.583
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							15.583
12 331	2109 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná	S	3	1	90	8	100	15.583 15.583
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.583
TOTAL - GERAL									15.583

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							60.984
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							60.984
12 331	2109 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco	S	3	1	90	8	100	60.984 60.984
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									60.984
TOTAL - GERAL									60.984

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.951
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.951

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	1	90	8	100	3.951 3.951
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.951
TOTAL - GERAL									3.951

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							271.251
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							271.251
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	8	100	271.251 271.251
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									271.251
TOTAL - GERAL									271.251

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.000
12 331	2109 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul	S	3	1	90	8	100	1.000 1.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000
TOTAL - GERAL									1.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							75.857
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							75.857
12 331	2109 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina	S	3	1	90	8	100	75.857 75.857
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									75.857
TOTAL - GERAL									75.857

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26387 - Hospital Universitário de Santa Maria

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							214.401
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							214.401

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	8	100	214.401
									214.401
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									214.401
TOTAL - GERAL									214.401

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							38.829
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							38.829
12 331	2109 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba							38.829
			S	3	1	90	8	100	38.829
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									38.829
TOTAL - GERAL									38.829

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							667.200
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							68.849
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							68.849
			S	3	1	90	8	100	68.849
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							598.351
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							598.351
			S	1	0	91	8	100	598.351
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									667.200
TOTAL - GERAL									667.200

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.086.180
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							191.982
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							191.982
			S	3	1	90	8	100	191.982
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.684.924
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							1.684.924
			S	3	1	90	8	100	1.684.924
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							209.274

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							209.274
			S	1	0	91	8	100	209.274
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.086.180
TOTAL - GERAL									2.086.180

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							38.204
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							38.204
12 331	2109 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas							38.204
			S	3	1	90	8	100	38.204
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									38.204
TOTAL - GERAL									38.204

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26393 - Hospital Universitário de Brasília

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							46.155
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							46.155
12 331	2109 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							46.155
			S	3	1	90	8	100	46.155
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									46.155
TOTAL - GERAL									46.155

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do Maranhão

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							7.593
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							7.593
12 331	2109 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão							7.593
			S	3	1	90	8	100	7.593
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									7.593
TOTAL - GERAL									7.593

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.472
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							11.472

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	8	100	11.472
									11.472
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.472
TOTAL - GERAL									11.472

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							156.120
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							102.886
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	102.886
									102.886
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							53.234
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	53.234
									53.234
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									156.120
TOTAL - GERAL									156.120

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal de Pelotas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.000
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.000
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	8	100	2.000
									2.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.000
TOTAL - GERAL									2.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.081
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							4.081
12 331	2109 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe	S	3	1	90	8	100	4.081
									4.081
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.081
TOTAL - GERAL									4.081

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.224.597
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.224.597

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	F	3	1	90	8	100	2.224.597
									2.224.597
TOTAL - FISCAL									2.224.597
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.224.597

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26403 - Instituto Federal do Amazonas

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.166.105
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							589.576
12 301	2109 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas							589.576
			S	3	1	90	8	100	589.576
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							576.529
12 331	2109 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas							576.529
			F	3	1	90	8	100	576.529
TOTAL - FISCAL									576.529
TOTAL - SEGURIDADE									589.576
TOTAL - GERAL									1.166.105

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26404 - Instituto Federal Baiano

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.161.613
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							502.255
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							502.255
			S	3	1	90	8	100	502.255
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.659.358
12 331	2109 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							1.659.358
			F	3	1	90	8	100	1.659.358
TOTAL - FISCAL									1.659.358
TOTAL - SEGURIDADE									502.255
TOTAL - GERAL									2.161.613

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26405 - Instituto Federal do Ceará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.956.825
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							745.725
12 301	2109 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará							745.725
			S	3	1	90	8	100	745.725
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.649.645
12 331	2109 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará							3.649.645
			F	3	1	90	8	100	3.649.645

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.561.455
12 846	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	8	100	2.561.455
TOTAL - FISCAL									6.211.100
TOTAL - SEGURIDADE									745.725
TOTAL - GERAL									6.956.825

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26406 - Instituto Federal do Espírito Santo

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.465.246
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							605.884
12 301	2109 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	90	8	100	605.884
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							859.362
12 331	2109 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo	F	3	1	90	8	100	859.362
TOTAL - FISCAL									859.362
TOTAL - SEGURIDADE									605.884
TOTAL - GERAL									1.465.246

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26407 - Instituto Federal Goiano

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.378.639
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							275.682
12 301	2109 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	S	3	1	90	8	100	275.682
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							444.754
12 331	2109 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	F	3	1	90	8	100	444.754
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							658.203
12 846	2109 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	F	1	0	91	8	100	658.203
TOTAL - FISCAL									1.102.957
TOTAL - SEGURIDADE									275.682
TOTAL - GERAL									1.378.639

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26408 - Instituto Federal do Maranhão

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.790.903
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							268.740
12 301	2109 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	S	3	1	90	8	100	268.740
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.274.139

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	F	3	1	90	8	100	2.274.139
									2.274.139
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.248.024
12 846	2109 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	F	1	0	91	8	100	3.248.024
									3.248.024
TOTAL - FISCAL									5.522.163
TOTAL - SEGURIDADE									268.740
TOTAL - GERAL									5.790.903

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26409 - Instituto Federal de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.785.525
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							391.351
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	391.351
									391.351
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.151.751
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	8	100	1.151.751
									1.151.751
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.242.423
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	8	100	1.242.423
									1.242.423
TOTAL - FISCAL									2.394.174
TOTAL - SEGURIDADE									391.351
TOTAL - GERAL									2.785.525

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.856.051
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							346.647
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	S	3	1	90	8	100	346.647
									346.647
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							508.196
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	F	3	1	90	8	100	508.196
									508.196
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.001.208
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	F	1	0	91	8	100	1.001.208
									1.001.208
TOTAL - FISCAL									1.509.404
TOTAL - SEGURIDADE									346.647
TOTAL - GERAL									1.856.051

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							719.505
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							250.371
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							250.371
			S	3	1	90	8	100	250.371
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							469.134
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							469.134
			F	3	1	90	8	100	469.134
TOTAL - FISCAL									469.134
TOTAL - SEGURIDADE									250.371
TOTAL - GERAL									719.505

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							401.419
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							47.348
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							47.348
			S	3	1	90	8	100	47.348
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							354.071
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							354.071
			F	3	1	90	8	100	354.071
TOTAL - FISCAL									354.071
TOTAL - SEGURIDADE									47.348
TOTAL - GERAL									401.419

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.033.072
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							627.972
12 301	2109 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							627.972
			S	3	1	90	8	100	627.972
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							405.100
12 331	2109 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							405.100
			F	3	1	90	8	100	405.100
TOTAL - FISCAL									405.100
TOTAL - SEGURIDADE									627.972
TOTAL - GERAL									1.033.072

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26414 - Instituto Federal do Mato Grosso

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.028.527
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							95.473
12 301	2109 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso							95.473
			S	3	1	90	8	100	95.473
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							933.054
12 331	2109 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso							933.054
			F	3	1	90	8	100	933.054
TOTAL - FISCAL									933.054
TOTAL - SEGURIDADE									95.473
TOTAL - GERAL									1.028.527

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.782.049
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							268.694
12 301	2109 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul							268.694
			S	3	1	90	8	100	268.694
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							600.937
12 331	2109 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul							600.937
			F	3	1	90	8	100	600.937
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							912.418
12 846	2109 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul							912.418
			F	1	0	91	8	100	912.418
TOTAL - FISCAL									1.513.355
TOTAL - SEGURIDADE									268.694
TOTAL - GERAL									1.782.049

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26416 - Instituto Federal do Pará

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.404.462
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							901.970
12 301	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							901.970
			S	3	1	90	8	100	901.970
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.442.615
12 331	2109 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							2.442.615
			F	3	1	90	8	100	2.442.615
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.059.877

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	F	1	0	91	8	100	1.059.877
									1.059.877
TOTAL - FISCAL									3.502.492
TOTAL - SEGURIDADE									901.970
TOTAL - GERAL									4.404.462

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							970.047
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							346.922
12 301	2109 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba							346.922
			S	3	1	90	8	100	346.922
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							623.125
12 331	2109 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba							623.125
			F	3	1	90	8	100	623.125
TOTAL - FISCAL									623.125
TOTAL - SEGURIDADE									346.922
TOTAL - GERAL									970.047

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26418 - Instituto Federal de Pernambuco

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.102.963
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							219.844
12 301	2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							219.844
			S	3	1	90	8	100	219.844
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							883.119
12 331	2109 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							883.119
			F	3	1	90	8	100	883.119
TOTAL - FISCAL									883.119
TOTAL - SEGURIDADE									219.844
TOTAL - GERAL									1.102.963

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.649.054
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							291.862
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							291.862
			S	3	1	90	8	100	291.862
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.033.207
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							1.033.207
			F	3	1	90	8	100	1.033.207
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.323.985

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	8	100	1.323.985
TOTAL - FISCAL									1.323.985
TOTAL - SEGURIDADE									2.357.192
TOTAL - GERAL									291.862
									2.649.054

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26420 - Instituto Federal Farroupilha

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.135.092
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							155.176
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	S	3	1	90	8	100	155.176
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							957.245
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	1	90	8	100	957.245
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.022.671
12 846	2109 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	F	1	0	91	8	100	1.022.671
TOTAL - FISCAL									1.979.916
TOTAL - SEGURIDADE									155.176
TOTAL - GERAL									2.135.092

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26421 - Instituto Federal de Rondônia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.494.969
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							276.046
12 301	2109 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia	S	3	1	90	8	100	276.046
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							708.127
12 331	2109 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia	F	3	1	90	8	100	708.127
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							510.796
12 846	2109 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia	F	1	0	91	8	100	510.796
TOTAL - FISCAL									1.218.923
TOTAL - SEGURIDADE									276.046
TOTAL - GERAL									1.494.969

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26422 - Instituto Federal Catarinense

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.961.631
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							685.926
12 301	2109 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina							685.926

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	3	1	90	8	100	685.926
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.196.146
12 331	2109 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina							1.196.146
			F	3	1	90	8	100	1.196.146
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.079.559
12 846	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							1.079.559
			F	1	0	91	8	100	1.079.559
TOTAL - FISCAL									2.275.705
TOTAL - SEGURIDADE									685.926
TOTAL - GERAL									2.961.631

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.538.896
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							222.887
12 301	2109 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe							222.887
			S	3	1	90	8	100	222.887
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.062.969
12 331	2109 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe							1.062.969
			F	3	1	90	8	100	1.062.969
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							253.040
12 846	2109 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe							253.040
			F	1	0	91	8	100	253.040
TOTAL - FISCAL									1.316.009
TOTAL - SEGURIDADE									222.887
TOTAL - GERAL									1.538.896

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26424 - Instituto Federal do Tocantins

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.418.934
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							184.832
12 301	2109 2004 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins							184.832
			S	3	1	90	8	100	184.832
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							495.156
12 331	2109 212B 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins							495.156
			F	3	1	90	8	100	495.156
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							738.946
12 846	2109 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins							738.946
			F	1	0	91	8	100	738.946
TOTAL - FISCAL									1.234.102
TOTAL - SEGURIDADE									184.832
TOTAL - GERAL									1.418.934

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.018.451
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							573.656
12 331	2109 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre							573.656
			F	3	1	90	8	100	573.656
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							444.795
12 846	2109 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre							444.795
			F	1	0	91	8	100	444.795
TOTAL - FISCAL									1.018.451
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.018.451

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26426 - Instituto Federal do Amapá

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.044.597
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							452.733
12 331	2109 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá							452.733
			F	3	1	90	8	100	452.733
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							591.864
12 846	2109 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá							591.864
			F	1	0	91	8	100	591.864
TOTAL - FISCAL									1.044.597
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.044.597

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							391.530
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							391.530
12 331	2109 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							391.530
			F	3	1	90	8	100	391.530
TOTAL - FISCAL									391.530
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									391.530

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.734.714
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							171.691
12 301	2109 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							171.691
			S	3	1	90	8	100	171.691
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.432.765
12 331	2109 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							1.432.765
			F	3	1	90	8	100	1.432.765
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							2.130.258
12 846	2109 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal							2.130.258
			F	1	0	91	8	100	2.130.258
TOTAL - FISCAL									3.563.023
TOTAL - SEGURIDADE									171.691
TOTAL - GERAL									3.734.714

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							688.441
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							361.169
12 301	2109 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							361.169
			S	3	1	90	8	100	361.169
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							327.272
12 331	2109 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							327.272
			F	3	1	90	8	100	327.272
TOTAL - FISCAL									327.272
TOTAL - SEGURIDADE									361.169
TOTAL - GERAL									688.441

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2109		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.231.953
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							162.293
12 301	2109 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							162.293
			S	3	1	90	8	100	162.293
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							532.045
12 331	2109 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco							532.045
			F	3	1	90	8	100	532.045

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		OPERAÇÕES ESPECIAIS								
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								537.615
12 846	2109 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco								537.615
			F	1	0	91	8	100		537.615
TOTAL - FISCAL										1.069.660
TOTAL - SEGURIDADE										162.293
TOTAL - GERAL										1.231.953

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26431 - Instituto Federal do Piauí

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.063.463
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							332.845
12 301	2109 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí							332.845
			S	3	1	90	8	100	332.845
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.060.741
12 331	2109 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí							1.060.741
			F	3	1	90	8	100	1.060.741
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							669.877
12 846	2109 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí							669.877
			F	1	0	91	8	100	669.877
TOTAL - FISCAL									1.730.618
TOTAL - SEGURIDADE									332.845
TOTAL - GERAL									2.063.463

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26432 - Instituto Federal do Paraná

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							3.505.485
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							317.721
12 301	2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							317.721
			S	3	1	90	8	100	317.721
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.426.667
12 331	2109 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							1.426.667
			F	3	1	90	8	100	1.426.667
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.761.097
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							1.761.097
			F	1	0	91	8	100	1.761.097
TOTAL - FISCAL									3.187.764
TOTAL - SEGURIDADE									317.721
TOTAL - GERAL									3.505.485

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.239.185
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							278.339
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							278.339
			S	3	1	90	8	100	278.339
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.301.247
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							1.301.247
			F	3	1	90	8	100	1.301.247
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							659.599
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							659.599
			F	1	0	91	8	100	659.599
TOTAL - FISCAL									1.960.846
TOTAL - SEGURIDADE									278.339
TOTAL - GERAL									2.239.185

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26434 - Instituto Federal Fluminense

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							235.389
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							207.305
12 301	2109 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							207.305
			S	3	1	90	8	100	207.305
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							28.084
12 331	2109 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							28.084
			F	3	1	90	8	100	28.084
TOTAL - FISCAL									28.084
TOTAL - SEGURIDADE									207.305
TOTAL - GERAL									235.389

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.963.669
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							473.938
12 301	2109 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte							473.938
			S	3	1	90	8	100	473.938
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.489.731
12 331	2109 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte							2.489.731
			F	3	1	90	8	100	2.489.731
TOTAL - FISCAL									2.489.731
TOTAL - SEGURIDADE									473.938
TOTAL - GERAL									2.963.669

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							986.834
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							208.591
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							208.591
			S	3	1	90	8	100	208.591
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							778.243
12 331	2109 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							778.243
			F	3	1	90	8	100	778.243
TOTAL - FISCAL									778.243
TOTAL - SEGURIDADE									208.591
TOTAL - GERAL									986.834

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							202.709
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							9.671
12 301	2109 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima							9.671
			S	3	1	90	8	100	9.671
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							193.038
12 331	2109 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima							193.038
			F	3	1	90	8	100	193.038
TOTAL - FISCAL									193.038
TOTAL - SEGURIDADE									9.671
TOTAL - GERAL									202.709

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26438 - Instituto Federal de Santa Catarina

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.937.410
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							495.005
12 301	2109 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina							495.005
			S	3	1	90	8	100	495.005
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.442.405
12 331	2109 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina							1.442.405
			F	3	1	90	8	100	1.442.405
TOTAL - FISCAL									1.442.405
TOTAL - SEGURIDADE									495.005
TOTAL - GERAL									1.937.410

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26439 - Instituto Federal de São Paulo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.103.457
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							866.150
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							866.150
			S	3	1	90	8	100	866.150
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.051.229
12 331	2109 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							1.051.229
			F	3	1	90	8	100	1.051.229
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							4.186.078
12 846	2109 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo							4.186.078
			F	1	0	91	8	100	4.186.078
TOTAL - FISCAL									5.237.307
TOTAL - SEGURIDADE									866.150
TOTAL - GERAL									6.103.457

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.252.645
		ATIVIDADES							
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							340.253
12 331	2109 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul							340.253
			F	3	1	90	8	100	340.253
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							912.392
12 846	2109 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul							912.392
			F	1	0	91	8	100	912.392
TOTAL - FISCAL									1.252.645
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.252.645

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.369.506
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							306.239
12 301	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							306.239
			S	3	1	90	8	100	306.239
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							523.013
12 331	2109 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							523.013
			F	3	1	90	8	100	523.013

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							540.254
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							540.254
			F	1	0	91	8	100	540.254
TOTAL - FISCAL									1.063.267
TOTAL - SEGURIDADE									306.239
TOTAL - GERAL									1.369.506

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							820.709
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							155.304
12 301	2109 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste							155.304
			S	3	1	90	8	100	155.304
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							363.181
12 331	2109 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste							363.181
			F	3	1	90	8	100	363.181
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							302.224
12 846	2109 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste							302.224
			F	1	0	91	8	100	302.224
TOTAL - FISCAL									665.405
TOTAL - SEGURIDADE									155.304
TOTAL - GERAL									820.709

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26444 - Maternidade Victor Ferreira do Amaral

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							5.937
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.937
12 301	2109 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							3.937
			S	3	1	90	8	100	3.937
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.000
12 331	2109 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná							2.000
			S	3	1	90	8	100	2.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									5.937
TOTAL - GERAL									5.937

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26445 - Hospital Universitário da UNIFESP

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							712.765
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							188.795
12 301	2109 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							188.795
			S	3	1	90	8	100	188.795

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							523.970
12 331	2109 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							523.970
			S	3	1	90	8	100	523.970
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									712.765
TOTAL - GERAL									712.765

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							728.392
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							68.041
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							68.041
			S	3	1	90	8	100	68.041
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							362.053
12 331	2109 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia							362.053
			F	3	1	90	8	100	362.053
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							298.298
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia							298.298
			F	1	0	91	8	100	298.298
TOTAL - FISCAL									660.351
TOTAL - SEGURIDADE									68.041
TOTAL - GERAL									728.392

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.203.903
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							230.015
12 301	2109 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							230.015
			S	3	1	90	8	100	230.015
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							508.670
12 331	2109 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará							508.670
			F	3	1	90	8	100	508.670
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							465.218
12 846	2109 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará							465.218
			F	1	0	91	8	100	465.218
TOTAL - FISCAL									973.888
TOTAL - SEGURIDADE									230.015
TOTAL - GERAL									1.203.903

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26449 - Universidade Federal do Cariri

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							319.909
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							97.741
12 301	2109 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará	S	3	1	90	8	100	97.741
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							67.104
12 331	2109 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará	F	3	1	90	8	100	67.104
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							155.064
12 846	2109 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	F	1	0	91	8	100	155.064
TOTAL - FISCAL									222.168
TOTAL - SEGURIDADE									97.741
TOTAL - GERAL									319.909

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.229.494
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							28.125
12 301	2109 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	S	3	1	90	8	100	28.125
12 331	2109 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							699.167
12 331	2109 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	F	3	1	90	8	100	699.167
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.502.202
12 846	2109 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	F	1	0	91	8	100	1.502.202
TOTAL - FISCAL									2.201.369
TOTAL - SEGURIDADE									28.125
TOTAL - GERAL									2.229.494

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							400.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100	400.000
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							2.189.000
		ATIVIDADES							
22 301	2121 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							82.000
22 301	2121 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	82.000
22 122	2121 20TP	Ativos Civis da União							1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22 122	2121 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
22 331	2121 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.107.000
22 331	2121 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							1.107.000
			F	3	1	90	0	100	1.107.000
TOTAL - FISCAL									2.107.000
TOTAL - SEGURIDADE									482.000
TOTAL - GERAL									2.589.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.600.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.600.000
			S	1	1	90	0	100	1.600.000
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							4.150.000
		ATIVIDADES							
22 122	2121 20TP	Ativos Civis da União							4.150.000
22 122	2121 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							4.150.000
			F	1	1	90	0	100	4.150.000
TOTAL - FISCAL									4.150.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.600.000
TOTAL - GERAL									5.750.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							700.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							700.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							700.000
			S	1	1	90	0	100	700.000
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							1.800.000
		ATIVIDADES							
22 122	2121 20TP	Ativos Civis da União							1.800.000
22 122	2121 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							1.800.000
			F	1	1	90	0	100	1.800.000
TOTAL - FISCAL									1.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									700.000
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							600.000
09 272	0089 0181 0010	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Norte							600.000
			S	1	1	90	0	100	600.000
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							1.100.000
		ATIVIDADES							
22 122	2121 20TP	Ativos Civis da União							850.000
22 122	2121 20TP 0010	Ativos Civis da União - Na Região Norte							850.000
			F	1	1	90	0	100	850.000
22 331	2121 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							250.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22 331	2121 212B 0010	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Norte	F	3	1	90	0	100	250.000 250.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									600.000
TOTAL - GERAL									1.700.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública							1.328.000
		ATIVIDADES							
06 331	2112 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.328.000
06 331	2112 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							1.328.000
			F	3	1	90	0	100	1.328.000
TOTAL - FISCAL									1.328.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.328.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							200.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			S	1	1	90	0	100	200.000
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública							571.500
		ATIVIDADES							
04 122	2112 20TP	Ativos Civis da União							550.000
04 122	2112 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							550.000
			F	1	1	90	0	100	550.000
04 331	2112 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							21.500
04 331	2112 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							21.500
			F	3	1	90	0	100	21.500
TOTAL - FISCAL									571.500
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									771.500

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.500.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.500.000
			S	1	1	90	0	100	6.500.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							61.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							61.000
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							61.000
			S	3	1	90	0	100	61.000
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública							1.480.000
		ATIVIDADES							
06 301	2112 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							830.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06 301	2112 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	830.000
06 122	2112 20TP	Ativos Civis da União							250.000
06 122	2112 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	250.000
06 331	2112 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							400.000
06 331	2112 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									650.000
TOTAL - SEGURIDADE									7.391.000
TOTAL - GERAL									8.041.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							13.500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							13.500.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	13.500.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							65.500
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							65.500
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100	65.500
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública							2.391.000
		ATIVIDADES							
06 331	2112 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.391.000
06 331	2112 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	2.391.000
TOTAL - FISCAL									2.391.000
TOTAL - SEGURIDADE									13.565.500
TOTAL - GERAL									15.956.500

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.500.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	885.184
			S	1	1	90	0	153	1.614.816
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública							5.600.000
		ATIVIDADES							
14 122	2112 20TP	Ativos Civis da União							5.600.000
14 122	2112 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	5.600.000
TOTAL - FISCAL									5.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.500.000
TOTAL - GERAL									8.100.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública							394.000
		ATIVIDADES							
14 301	2112 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							20.000
14 301	2112 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	20.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14 122	2112 20TP	Ativos Civis da União							350.000
14 122	2112 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							350.000
			F	1	1	90	0	100	350.000
14 331	2112 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							24.000
14 331	2112 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							24.000
			F	3	1	90	0	100	24.000
TOTAL - FISCAL									374.000
TOTAL - SEGURIDADE									20.000
TOTAL - GERAL									394.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							550.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							550.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							550.000
			S	1	1	90	0	100	550.000
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							744.000
		ATIVIDADES							
25 122	2119 20TP	Ativos Civis da União							600.000
25 122	2119 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							600.000
			F	1	1	90	0	100	600.000
25 331	2119 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							144.000
25 331	2119 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							144.000
			F	3	1	90	0	100	144.000
TOTAL - FISCAL									744.000
TOTAL - SEGURIDADE									550.000
TOTAL - GERAL									1.294.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							26.650.000
		ATIVIDADES							
22 301	2119 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.000.000
22 301	2119 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.000.000
			S	3	1	90	0	100	2.000.000
22 122	2119 20TP	Ativos Civis da União							24.650.000
22 122	2119 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							24.650.000
			F	1	1	90	0	100	24.650.000
TOTAL - FISCAL									24.650.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									26.650.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							420.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							420.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							420.000
			S	1	1	90	0	100	420.000
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							3.346.400
		ATIVIDADES							
25 122	2119 20TP	Ativos Civis da União							3.300.000
25 122	2119 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							3.300.000
			F	1	1	90	0	100	3.300.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 331	2119 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							46.400
25 331	2119 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	46.400
TOTAL - FISCAL									3.346.400
TOTAL - SEGURIDADE									420.000
TOTAL - GERAL									3.766.400

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							70.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							70.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100	70.000
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							1.055.000
		ATIVIDADES							
25 122	2119 20TP	Ativos Civis da União							1.050.000
25 122	2119 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	1.050.000
25 331	2119 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							5.000
25 331	2119 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	5.000
TOTAL - FISCAL									1.055.000
TOTAL - SEGURIDADE									70.000
TOTAL - GERAL									1.125.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							98.000
		ATIVIDADES							
25 301	2119 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							76.000
25 301	2119 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	100	76.000
25 331	2119 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							22.000
25 331	2119 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	1	90	0	100	22.000
TOTAL - FISCAL									22.000
TOTAL - SEGURIDADE									76.000
TOTAL - GERAL									98.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32396 - Agência Nacional de Mineração

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							900.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							900.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100	900.000
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							3.113.000
		ATIVIDADES							
22 301	2119 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.100.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22 301	2119 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	2.100.000
22 122	2119 20TP	Ativos Civis da União							900.000
22 122	2119 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	900.000
22 331	2119 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							113.000
22 331	2119 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	113.000
TOTAL - FISCAL									1.013.000
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									4.013.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.300.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	2.300.000
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores							107.974.000
		ATIVIDADES							
07 301	2118 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							6.000.000
07 301	2118 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	6.000.000
07 122	2118 20TP	Ativos Civis da União							81.600.000
07 122	2118 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	81.600.000
07 331	2118 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							20.374.000
07 331	2118 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	20.374.000
TOTAL - FISCAL									101.974.000
TOTAL - SEGURIDADE									8.300.000
TOTAL - GERAL									110.274.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	5.000
	2118	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores							456.010
		ATIVIDADES							
07 301	2118 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							8.000
07 301	2118 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	8.000
07 122	2118 20TP	Ativos Civis da União							250.000
07 122	2118 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	250.000
07 331	2118 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.200
07 331	2118 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	3.200
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
07 846	2118 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							194.810

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

07 846	2118 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	194.810 194.810
TOTAL - FISCAL									448.010
TOTAL - SEGURIDADE									13.000
TOTAL - GERAL									461.010

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36201 - Fundação Oswaldo Cruz

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.000.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							10.000.000
			S	1	1	90	0	156	10.000.000
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							21.000.000
		ATIVIDADES							
10 122	2115 20TP	Ativos Civis da União							21.000.000
10 122	2115 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							21.000.000
			S	1	1	90	6	100	21.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									31.000.000
TOTAL - GERAL									31.000.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							69.000.000
		ATIVIDADES							
10 122	2115 20TP	Ativos Civis da União							69.000.000
10 122	2115 20TP 5027	Ativos Civis da União - No Município de Porto Alegre - RS							69.000.000
			S	1	1	90	6	100	69.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									69.000.000
TOTAL - GERAL									69.000.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.300.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.300.000
			S	1	1	90	0	156	2.300.000
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							760.000
		ATIVIDADES							
10 122	2115 20TP	Ativos Civis da União							550.000
10 122	2115 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							550.000
			S	1	1	90	6	100	550.000
10 331	2115 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							210.000
10 331	2115 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							210.000
			S	3	1	90	6	151	210.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.060.000
TOTAL - GERAL									3.060.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.400.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							4.400.000
			S	1	1	90	0	100	4.400.000
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							21.000
		ATIVIDADES							
10 331	2115 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							21.000
10 331	2115 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							21.000
			S	3	1	90	6	151	21.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									4.421.000
TOTAL - GERAL									4.421.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							300.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							300.000
			S	1	1	90	0	100	300.000
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							522.000
		ATIVIDADES							
10 301	2115 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							192.000
10 301	2115 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							192.000
			S	3	1	90	0	374	192.000
10 331	2115 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							330.000
10 331	2115 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							330.000
			S	3	1	90	0	374	330.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									822.000
TOTAL - GERAL									822.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							32.150.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							32.150.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							32.150.000
			S	1	1	90	0	169	32.150.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									32.150.000
TOTAL - GERAL									32.150.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

UNIDADE: 37101 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.600.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.600.000
			S	1	1	90	0	100	6.600.000
	2133	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União							10.520.000
		ATIVIDADES							
04 122	2133 20TP	Ativos Civis da União							10.500.000
04 122	2133 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							10.500.000
			F	1	1	90	0	100	10.500.000
04 331	2133 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							20.000
04 331	2133 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							20.000
			F	3	1	90	0	100	20.000
TOTAL - FISCAL									10.520.000
TOTAL - SEGURIDADE									6.600.000
TOTAL - GERAL									17.120.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							2.322.000
		ATIVIDADES							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							2.300.000
26 122	2126 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							2.300.000
			F	1	1	90	0	100	2.300.000
26 331	2126 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							22.000
26 331	2126 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							22.000
			F	3	1	90	0	100	22.000
TOTAL - FISCAL									2.322.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.322.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							800.000
		ATIVIDADES							
26 301	2126 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							400.000
26 301	2126 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							400.000
			S	3	1	90	0	100	400.000
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							400.000
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							400.000
			F	1	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									400.000
TOTAL - GERAL									800.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							750.000
		ATIVIDADES							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							750.000
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							750.000
			F	1	1	90	0	100	750.000
TOTAL - FISCAL									750.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									750.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							451.500
		ATIVIDADES							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							450.000
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							450.000
			F	1	1	90	0	100	450.000
26 331	2126 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.500
26 331	2126 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.500
			F	3	1	90	0	100	1.500
TOTAL - FISCAL									451.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									451.500

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.700.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.700.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							2.700.000
			S	1	1	90	0	100	2.700.000
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							6.242.000
		ATIVIDADES							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							6.100.000
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							6.100.000
			F	1	1	90	0	100	6.100.000
26 331	2126 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							142.000
26 331	2126 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							142.000
			F	3	1	90	0	100	142.000
TOTAL - FISCAL									6.242.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.700.000
TOTAL - GERAL									8.942.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							300.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							300.000
			S	1	1	90	0	100	300.000
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							1.795.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ATIVIDADES							
26 122	2126 20TP	Ativos Civis da União							1.700.000
26 122	2126 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							1.700.000
			F	1	1	90	0	100	1.700.000
26 331	2126 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							95.000
26 331	2126 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							95.000
			F	3	1	90	0	100	95.000
TOTAL - FISCAL									1.795.000
TOTAL - SEGURIDADE									300.000
TOTAL - GERAL									2.095.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							50.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							50.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							50.000
			S	1	1	90	0	100	50.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							295.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 00OM	Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)							295.000
28 846	0909 00OM 0001	Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) - Nacional							295.000
			F	3	1	90	0	100	295.000
	2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho							457.000
		ATIVIDADES							
04 122	2131 20TP	Ativos Civis da União							400.000
04 122	2131 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							400.000
			F	1	1	90	0	100	400.000
04 331	2131 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							57.000
04 331	2131 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							57.000
			F	3	1	90	0	100	57.000
TOTAL - FISCAL									752.000
TOTAL - SEGURIDADE									50.000
TOTAL - GERAL									802.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40203 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							600.000
09 272	0089 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo							600.000
			S	1	1	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									600.000
TOTAL - GERAL									600.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							1.094.500
		ATIVIDADES							
13 122	2107 20TP	Ativos Civis da União							1.050.000
13 122	2107 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							1.050.000
			F	1	1	90	0	100	1.050.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13 331	2107 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							44.500
13 331	2107 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							44.500
			F	3	1	90	0	100	44.500
TOTAL - FISCAL									1.094.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.094.500

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							24.000
		ATIVIDADES							
13 331	2107 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							24.000
13 331	2107 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							24.000
			F	3	1	90	0	100	24.000
TOTAL - FISCAL									24.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42202 - Fundação Biblioteca Nacional - BN

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							600.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							600.000
			S	1	1	90	0	100	600.000
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							606.000
		ATIVIDADES							
13 122	2107 20TP	Ativos Civis da União							600.000
13 122	2107 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							600.000
			F	1	1	90	0	100	600.000
13 331	2107 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							6.000
13 331	2107 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							6.000
			F	3	1	90	0	100	6.000
TOTAL - FISCAL									606.000
TOTAL - SEGURIDADE									600.000
TOTAL - GERAL									1.206.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42203 - Fundação Cultural Palmares

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							10.000
			S	1	1	90	0	100	10.000
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							1.002.000
		ATIVIDADES							
13 122	2107 20TP	Ativos Civis da União							1.000.000
13 122	2107 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							1.000.000
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
13 331	2107 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.000
13 331	2107 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							2.000
			F	3	1	90	0	100	2.000
TOTAL - FISCAL									1.002.000
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									1.012.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.200.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.200.000
			S	1	1	90	0	100	1.200.000
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							146.500
		ATIVIDADES							
13 331	2107 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							146.500
13 331	2107 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							146.500
			F	3	1	90	0	100	146.500
TOTAL - FISCAL									146.500
TOTAL - SEGURIDADE									1.200.000
TOTAL - GERAL									1.346.500

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							400.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							400.000
			S	1	1	90	0	100	400.000
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							86.800
		ATIVIDADES							
13 331	2107 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							86.800
13 331	2107 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							86.800
			F	3	1	90	0	100	86.800
TOTAL - FISCAL									86.800
TOTAL - SEGURIDADE									400.000
TOTAL - GERAL									486.800

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42206 - Agência Nacional do Cinema

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							15.000
			S	1	1	90	0	100	15.000
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							6.503.600
		ATIVIDADES							
13 122	2107 20TP	Ativos Civis da União							6.500.000
13 122	2107 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							6.500.000
			F	1	1	90	0	100	6.500.000
13 331	2107 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.600
13 331	2107 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							3.600
			F	3	1	90	0	100	3.600
TOTAL - FISCAL									6.503.600
TOTAL - SEGURIDADE									15.000
TOTAL - GERAL									6.518.600

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							400.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									400.000
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							270.000
		ATIVIDADES							
18 301	2124 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							270.000
18 301	2124 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	270.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									270.000
TOTAL - GERAL									270.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							52.500
		ATIVIDADES							
18 301	2124 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							50.000
18 301	2124 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	50.000
18 331	2124 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.500
18 331	2124 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	2.500
TOTAL - FISCAL									2.500
TOTAL - SEGURIDADE									50.000
TOTAL - GERAL									52.500

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.300.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	4.300.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							2.789.000
		ATIVIDADES							
18 122	2124 20TP	Ativos Civis da União							2.600.000
18 122	2124 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	2.600.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18 331	2124 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							189.000
18 331	2124 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							189.000
			F	3	1	90	0	100	189.000
TOTAL - FISCAL									2.789.000
TOTAL - SEGURIDADE									4.300.000
TOTAL - GERAL									7.089.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							15.000
			S	1	1	90	0	100	15.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							1.236.500
		ATIVIDADES							
18 301	2124 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							136.500
18 301	2124 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							136.500
			S	3	1	90	0	100	136.500
18 122	2124 20TP	Ativos Civis da União							1.100.000
18 122	2124 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							1.100.000
			F	1	1	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									151.500
TOTAL - GERAL									1.251.500

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							200.000
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							200.000
			S	1	1	90	0	100	200.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							22.500
		ATIVIDADES							
18 331	2124 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							22.500
18 331	2124 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							22.500
			F	3	1	90	0	100	22.500
TOTAL - FISCAL									22.500
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									222.500

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							1.400.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							1.400.000
			S	1	1	90	0	100	1.400.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							5.129.500
		ATIVIDADES							
18 122	2124 20TP	Ativos Civis da União							5.000.000
18 122	2124 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							5.000.000
			F	1	1	90	0	100	5.000.000
18 331	2124 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							129.500

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18 331	2124 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	129.500
									129.500
TOTAL - FISCAL									5.129.500
TOTAL - SEGURIDADE									1.400.000
TOTAL - GERAL									6.529.500

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							22.323.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							173.000
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional	S	3	1	90	0	100	173.000
28 846	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							22.150.000
28 846	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional	S	1	1	90	0	156	22.150.000
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							138.000
		ATIVIDADES							
04 331	2125 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							138.000
04 331	2125 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	138.000
TOTAL - FISCAL									138.000
TOTAL - SEGURIDADE									22.323.000
TOTAL - GERAL									22.461.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.000.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	3.000.000
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							1.033.000
		ATIVIDADES							
04 122	2125 20TP	Ativos Civis da União							1.000.000
04 122	2125 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.000.000
04 331	2125 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							33.000
04 331	2125 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	33.000
TOTAL - FISCAL									1.033.000
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									4.033.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							9.600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							9.600.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	156	9.600.000
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							1.131.000
		ATIVIDADES							
04 331	2125 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.131.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04 331	2125 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.131.000 1.131.000
TOTAL - FISCAL									1.131.000
TOTAL - SEGURIDADE									9.600.000
TOTAL - GERAL									10.731.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							3.500
		ATIVIDADES							
04 331	2125 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.500
04 331	2125 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	3.500 3.500
TOTAL - FISCAL									3.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.500

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							70.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							70.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	S	1	1	90	0	100	70.000 70.000
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							107.000
		ATIVIDADES							
27 331	2123 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							107.000
27 331	2123 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	107.000 107.000
TOTAL - FISCAL									107.000
TOTAL - SEGURIDADE									70.000
TOTAL - GERAL									177.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							2.022.761
		ATIVIDADES							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							2.000.000
05 122	2108 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	2.000.000 2.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
05 846	2108 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							22.761
05 846	2108 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	F	1	0	91	0	100	22.761 22.761
TOTAL - FISCAL									2.022.761
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.022.761

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							19.600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							14.300.000
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							14.300.000
			S	1	1	90	0	100	14.300.000
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.300.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							5.300.000
			S	1	1	90	0	100	5.300.000
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							35.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							35.000
28 846	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							35.000
			S	1	1	90	0	100	35.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							400.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							400.000
05 122	2108 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							400.000
			F	1	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									19.635.000
TOTAL - GERAL									20.035.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							20.250.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							20.250.000
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							20.250.000
			S	1	1	90	0	100	3.750.784
			S	1	1	90	0	156	16.499.216
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							1.200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							1.200.000
28 846	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							1.200.000
			S	1	1	90	0	100	1.200.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							36.450.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							7.300.000
05 122	2108 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							7.300.000
			F	1	1	90	0	100	7.300.000
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							29.150.000
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							29.150.000
			F	1	1	90	0	100	29.150.000
TOTAL - FISCAL									36.450.000
TOTAL - SEGURIDADE									21.450.000
TOTAL - GERAL									57.900.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							38.800.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0179	Pensões Militares das Forças Armadas							23.400.000
09 272	0089 0179 0001	Pensões Militares das Forças Armadas - Nacional							23.400.000
			S	1	1	90	0	100	23.400.000
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.400.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							15.400.000
			S	1	1	90	0	100	12.174.421
			S	1	1	90	0	169	3.225.579
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							125.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							125.000
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							125.000
			S	3	1	90	0	100	125.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							170.516.856
		ATIVIDADES							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							9.250.000
05 122	2108 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							9.250.000
			F	1	1	90	0	100	9.250.000
05 331	2108 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							33.266.856
05 331	2108 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							33.266.856
			F	3	1	90	0	100	33.266.856
05 122	2108 2867	Ativos Militares das Forças Armadas							128.000.000
05 122	2108 2867 0001	Ativos Militares das Forças Armadas - Nacional							128.000.000
			F	1	1	90	0	100	128.000.000
TOTAL - FISCAL									170.516.856
TOTAL - SEGURIDADE									38.925.000
TOTAL - GERAL									209.441.856

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							50.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							50.000
05 122	2108 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							50.000
			F	1	1	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							9.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							9.000
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							9.000
			S	3	1	90	0	100	9.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							4.000.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							4.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05 122	2108 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							4.000.000
			F	1	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									4.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									9.000
TOTAL - GERAL									4.009.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52222 - Fundação Osório

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							12.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							12.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							12.000
			S	1	1	90	0	100	12.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							350.000
		ATIVIDADES							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							350.000
05 122	2108 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							350.000
			F	1	1	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									12.000
TOTAL - GERAL									362.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							10.000
			S	1	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000
TOTAL - GERAL									10.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							8.370.734
		ATIVIDADES							
05 301	2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							522.018
05 301	2108 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							522.018
			S	3	1	90	0	100	522.018
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							7.600.000
05 122	2108 20TP 0035	Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo							7.600.000
			F	1	1	90	0	100	7.600.000
05 331	2108 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							248.716
05 331	2108 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo							248.716
			F	3	1	90	0	100	248.716
TOTAL - FISCAL									7.848.716
TOTAL - SEGURIDADE									522.018
TOTAL - GERAL									8.370.734

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							950.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							950.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							950.000
			S	1	1	90	0	100	950.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							6.019.132
		ATIVIDADES							
05 122	2108 20TP	Ativos Civis da União							1.400.000
05 122	2108 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							1.400.000
			S	1	1	90	0	100	1.400.000
05 331	2108 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							4.619.132
05 331	2108 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							4.619.132
			S	3	1	90	0	100	4.619.132
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									6.969.132
TOTAL - GERAL									6.969.132

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							750.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							750.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							750.000
			S	1	1	90	0	100	750.000
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							13.500
		ATIVIDADES							
04 331	2111 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							13.500
04 331	2111 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							13.500
			F	3	1	90	0	100	13.500
TOTAL - FISCAL									13.500
TOTAL - SEGURIDADE									750.000
TOTAL - GERAL									763.500

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							11.175.940
		ATIVIDADES							
04 122	2111 20TP	Ativos Civis da União							9.800.000
04 122	2111 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							9.800.000
			F	1	1	90	0	100	9.800.000
04 331	2111 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.375.940
04 331	2111 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.375.940
			F	3	1	90	0	100	1.375.940
TOTAL - FISCAL									11.175.940
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.175.940

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							200.000
09 272	0089 0181 6000	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Amazônia Legal							200.000
			S	1	1	90	0	100	200.000
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							10.500
		ATIVIDADES							
04 331	2111 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							10.500
04 331	2111 212B 6000	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Amazônia Legal							10.500
			F	3	1	90	0	100	10.500
TOTAL - FISCAL									10.500
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									210.500

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							350.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							350.000
09 272	0089 0181 0020	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na Região Nordeste							350.000
			S	1	1	90	0	100	350.000
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							14.674
		ATIVIDADES							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							5.674
04 301	2111 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste							5.674
			S	3	1	90	0	100	5.674
04 331	2111 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							9.000
04 331	2111 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste							9.000
			F	3	1	90	0	100	9.000
TOTAL - FISCAL									9.000
TOTAL - SEGURIDADE									355.674
TOTAL - GERAL									364.674

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							3.400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							3.400.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							3.400.000
			S	1	1	90	0	100	1.708.921
			S	1	1	90	0	156	1.691.079
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.400.000
TOTAL - GERAL									3.400.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							133.703
		ATIVIDADES							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.000
04 301	2111 2004 0050	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Centro-Oeste							2.000
			S	3	1	90	0	100	2.000
04 122	2111 20TP	Ativos Civis da União							65.000
04 122	2111 20TP 0050	Ativos Civis da União - Na Região Centro-Oeste							65.000
			F	1	1	90	0	100	65.000
04 331	2111 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							6.500
04 331	2111 212B 0050	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Centro-Oeste							6.500
			F	3	1	90	0	100	6.500
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 846	2111 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							60.203
04 846	2111 09HB 0050	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Centro-Oeste							60.203
			F	1	0	91	0	100	60.203
TOTAL - FISCAL									131.703
TOTAL - SEGURIDADE									2.000
TOTAL - GERAL									133.703

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo							413.000
		ATIVIDADES							
23 122	2128 20TP	Ativos Civis da União							380.000
23 122	2128 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							380.000
			F	1	1	90	0	100	380.000
23 331	2128 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							33.000
23 331	2128 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							33.000
			F	3	1	90	0	100	33.000
TOTAL - FISCAL									413.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									413.000

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							150.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							150.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							150.000
			S	1	1	90	0	100	150.000
	2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo							3.500
		ATIVIDADES							
23 301	2128 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.500
23 301	2128 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							3.500
			S	3	1	90	0	100	3.500
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									153.500
TOTAL - GERAL									153.500

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.000
			S	1	1	90	0	100	6.000
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social							380.772
		ATIVIDADES							
08 301	2122 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							115.000
08 301	2122 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							115.000
			S	3	1	90	0	151	115.000
08 331	2122 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							26.000
08 331	2122 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							26.000
			S	3	1	90	0	151	26.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
08 846	2122 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							239.772
08 846	2122 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							239.772
			S	1	0	91	0	100	239.772
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									386.772
TOTAL - GERAL									386.772

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							42.600.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							42.600.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							42.600.000
			S	1	1	90	0	169	42.600.000
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social							65.738.000
		ATIVIDADES							
09 122	2122 20TP	Ativos Civis da União							63.800.000
09 122	2122 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							63.800.000
			S	1	1	90	0	169	63.800.000
09 331	2122 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.938.000
09 331	2122 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.938.000
			S	3	1	90	0	151	1.938.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									108.338.000
TOTAL - GERAL									108.338.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							200.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							200.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							200.000
			S	1	1	90	0	100	200.000
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							60.000
		ATIVIDADES							
04 331	2116 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							60.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04 331	2116 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							60.000
			F	3	1	90	0	100	60.000
TOTAL - FISCAL									60.000
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									260.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							20.395.000
		ATIVIDADES							
15 122	2116 20TP	Ativos Civis da União							19.500.000
15 122	2116 20TP 0043	Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							19.500.000
			F	1	1	90	0	100	19.500.000
15 331	2116 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							895.000
15 331	2116 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							895.000
			F	3	1	90	0	100	895.000
TOTAL - FISCAL									20.395.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.395.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							2.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							2.000.000
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							2.000.000
			F	3	1	90	0	100	2.000.000
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							24.900.000
		ATIVIDADES							
15 301	2116 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.600.000
15 301	2116 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.600.000
			S	3	1	90	0	100	1.600.000
15 122	2116 20TP	Ativos Civis da União							19.500.000
15 122	2116 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							19.500.000
			F	1	1	90	0	100	19.500.000
15 331	2116 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.800.000
15 331	2116 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							3.800.000
			F	3	1	90	0	100	3.800.000
TOTAL - FISCAL									25.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.600.000
TOTAL - GERAL									26.900.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							5.300.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							5.300.000
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							5.300.000
			S	1	1	90	0	100	5.300.000
	2130	Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União							1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ATIVIDADES							
04 331	2130 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.000.000
04 331	2130 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									5.300.000
TOTAL - GERAL									6.300.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							16.400.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 00QD	Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara							16.400.000
09 272	0089 00QD 0001	Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional	S	1	1	90	0	100	16.400.000
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							22.300.000
		ATIVIDADES							
04 122	2125 218I	Ativos Civis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara							22.300.000
04 122	2125 218I 0001	Ativos Civis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional	F	1	1	90	0	100	22.300.000
TOTAL - FISCAL									22.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									16.400.000
TOTAL - GERAL									38.700.000

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							204.852.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	0903 00FM	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							30.000.000
28 845	0903 00FM 0053	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	30.000.000
28 845	0903 00NS	Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							110.000.000
28 845	0903 00NS 0053	Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	F	1	1	90	0	100	110.000.000
28 845	0903 00NT	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							852.000
28 845	0903 00NT 0053	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	852.000
09 845	0903 00Q2	Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							64.000.000
09 845	0903 00Q2 0053	Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal	S	1	1	90	0	100	64.000.000
TOTAL - FISCAL									110.852.000
TOTAL - SEGURIDADE									94.000.000
TOTAL - GERAL									204.852.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							1.832.986
		ATIVIDADES							
06 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							1.832.986
06 122	2101 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.832.986
TOTAL - FISCAL									1.832.986
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.832.986

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20129 - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							4.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							4.000.000
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							4.000.000
			S	1	1	90	0	100	4.000.000
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							228.352
		ATIVIDADES							
21 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							228.352
21 122	2101 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							228.352
			F	1	1	90	0	100	228.352
TOTAL - FISCAL									228.352
TOTAL - SEGURIDADE									4.000.000
TOTAL - GERAL									4.228.352

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							1.719.634
		ATIVIDADES							
04 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							1.719.634
04 122	2101 20TP 5664	Ativos Civis da União - Em Brasília - DF							1.719.634
			F	1	1	90	0	100	1.719.634
TOTAL - FISCAL									1.719.634
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.719.634

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							2.165.000
		ATIVIDADES							
04 331	2101 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.165.000
04 331	2101 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.165.000
			F	3	1	90	0	100	2.165.000
TOTAL - FISCAL									2.165.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.165.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.122.561
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							2.122.561
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							2.122.561
			S	1	1	90	0	100	2.122.561
	2101	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República							2.281.835

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ATIVIDADES							
04 122	2101 20TP	Ativos Civis da União							2.281.835
04 122	2101 20TP 5664	Ativos Civis da União - Em Brasília - DF							2.281.835
			F	1	1	90	0	100	2.281.835
TOTAL - FISCAL									2.281.835
TOTAL - SEGURIDADE									2.122.561
TOTAL - GERAL									4.404.396

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							17.506.648
		ATIVIDADES							
20 122	2105 20TP	Ativos Civis da União							17.506.648
20 122	2105 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							17.506.648
			F	1	1	90	0	100	17.506.648
TOTAL - FISCAL									17.506.648
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									17.506.648

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2105	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							44.607.885
		ATIVIDADES							
20 122	2105 20TP	Ativos Civis da União							44.607.885
20 122	2105 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							44.607.885
			F	1	1	90	0	100	44.607.885
TOTAL - FISCAL									44.607.885
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									44.607.885

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							6.538.079
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							6.538.079
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							6.538.079
			S	1	1	90	0	100	6.538.079
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							561.000
		ATIVIDADES							
19 301	2106 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							300.000
19 301	2106 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							300.000
			S	3	1	90	0	100	300.000
19 331	2106 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							261.000
19 331	2106 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							261.000
			F	3	1	90	0	100	261.000
TOTAL - FISCAL									261.000
TOTAL - SEGURIDADE									6.838.079
TOTAL - GERAL									7.099.079

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							632.570
		ATIVIDADES							
19 122	2106 20TP	Ativos Civis da União							632.570
19 122	2106 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							632.570
			F	1	1	90	0	100	632.570
TOTAL - FISCAL									632.570
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									632.570

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24205 - Agência Espacial Brasileira

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							8.000
		ATIVIDADES							
19 331	2106 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							8.000
19 331	2106 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							8.000
			F	3	1	90	0	100	8.000
TOTAL - FISCAL									8.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.000

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

UNIDADE: 24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2106	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações							1.462.173
		ATIVIDADES							
19 122	2106 20TP	Ativos Civis da União							1.462.173
19 122	2106 20TP 0043	Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul							1.462.173
			F	1	1	90	0	100	1.462.173
TOTAL - FISCAL									1.462.173
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.462.173

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							64.818.484
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							64.818.484
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							64.818.484
			S	1	1	90	0	156	64.818.484
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							50.681.544
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							47.681.544
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							47.681.544
			F	1	1	90	0	100	47.681.544
04 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.000.000
04 331	2110 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							3.000.000
			F	3	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									50.681.544
TOTAL - SEGURIDADE									64.818.484
TOTAL - GERAL									115.500.028

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							137.708.995
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							137.708.995
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							137.708.995
			S	1	1	90	0	156	2.954
			S	1	1	90	0	169	137.706.041
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							118.529.216
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							117.149.216
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							117.149.216
			F	1	1	90	0	132	117.149.216
04 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.380.000
04 331	2110 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.380.000
			F	3	1	90	0	132	1.380.000
TOTAL - FISCAL									118.529.216
TOTAL - SEGURIDADE									137.708.995
TOTAL - GERAL									256.238.211

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							2.068.922
		ATIVIDADES							
04 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							1.568.922
04 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							1.568.922
			F	1	1	90	0	100	1.568.922
04 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							500.000
04 331	2110 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							500.000
			F	3	1	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									2.068.922
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.068.922

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							145.195
		ATIVIDADES							
09 301	2110 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							80.000
09 301	2110 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							80.000
			S	3	1	90	0	100	80.000
09 122	2110 20TP	Ativos Civis da União							25.195
09 122	2110 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							25.195
			S	1	1	90	0	100	25.195
09 331	2110 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							40.000
09 331	2110 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							40.000
			S	3	1	90	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									145.195
TOTAL - GERAL									145.195

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda

UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							10.814.038
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							10.814.038
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							10.814.038
			S	1	1	90	0	100	8.216.997
			S	1	1	90	0	156	2.597.041
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.814.038
TOTAL - GERAL									10.814.038

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							12.068.229
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							12.068.229
12 846	2109 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte							12.068.229
			F	1	0	91	8	100	12.068.229
TOTAL - FISCAL									12.068.229
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.068.229

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.859.239
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							11.859.239
12 846	2109 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro							11.859.239
			F	1	0	91	8	100	11.859.239
TOTAL - FISCAL									11.859.239
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.859.239

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26246 - Universidade Federal de Santa Catarina

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.256.440
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							11.256.440
12 846	2109 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina							11.256.440
			F	1	0	91	8	100	11.256.440
TOTAL - FISCAL									11.256.440
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.256.440

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.476.455
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							4.476.455
12 846	2109 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná							4.476.455
			F	1	0	91	8	100	4.476.455
TOTAL - FISCAL									4.476.455
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.476.455

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							11.080.612
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							11.080.612
12 846	2109 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso							11.080.612
			F	1	0	91	8	100	11.080.612
TOTAL - FISCAL									11.080.612
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.080.612

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							10.277.458
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 846	2109 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							10.277.458
12 846	2109 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais							10.277.458
			F	1	0	91	8	100	10.277.458
TOTAL - FISCAL									10.277.458
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.277.458

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							490.000
		ATIVIDADES							
12 301	2109 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							490.000
12 301	2109 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							490.000
			S	3	1	90	8	100	490.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									490.000
TOTAL - GERAL									490.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28202 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							200.000
		ATIVIDADES							
22 301	2121 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							200.000
22 301	2121 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							200.000
			S	3	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							300.000
		ATIVIDADES							
22 331	2121 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							300.000
22 331	2121 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							300.000
			F	3	1	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2121	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços							200.000
		ATIVIDADES							
22 331	2121 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							200.000
22 331	2121 212B 0010	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Norte							200.000
			F	3	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública							26.981.224
		ATIVIDADES							
06 122	2112 20TP	Ativos Civis da União							22.981.224
06 122	2112 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							22.981.224
			F	1	1	90	0	100	22.981.224

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06 331	2112 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							4.000.000
06 331	2112 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									26.981.224

TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	26.981.224

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2112	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública							700.000
		ATIVIDADES							
14 301	2112 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							700.000
14 301	2112 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									700.000
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							500.000
		ATIVIDADES							
04 301	2119 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							300.000
04 301	2119 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	S	3	1	90	0	100	300.000
25 331	2119 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							200.000
25 331	2119 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									300.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							2.000.000
		ATIVIDADES							
22 331	2119 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.000.000
22 331	2119 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							2.568.084
		ATIVIDADES							
25 122	2119 20TP	Ativos Civis da União							2.568.084
25 122	2119 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro							2.568.084
			F	1	1	90	0	100	2.568.084
TOTAL - FISCAL									2.568.084
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.568.084

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							3.021.785
		ATIVIDADES							
10 122	2115 20TP	Ativos Civis da União							3.021.785
10 122	2115 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							3.021.785
			S	1	1	90	6	100	3.021.785
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.021.785
TOTAL - GERAL									3.021.785

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2115	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde							40.217.689
		ATIVIDADES							
10 301	2115 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							753.000
10 301	2115 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							753.000
			S	3	1	90	0	151	753.000
10 122	2115 20TP	Ativos Civis da União							39.464.689
10 122	2115 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							39.464.689
			S	1	1	90	6	100	39.464.689
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									40.217.689
TOTAL - GERAL									40.217.689

ÓRGÃO: 37000 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

UNIDADE: 37101 - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2133	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União							300.000
		ATIVIDADES							
04 301	2133 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							100.000
04 301	2133 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							100.000
			S	3	1	90	0	100	100.000
04 331	2133 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							200.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04 331	2133 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							200.000
			F	3	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									100.000
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							15.718.312
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							15.718.312
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							15.718.312
			S	1	1	90	0	100	15.718.312
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							2.000.000
		ATIVIDADES							
26 301	2126 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.000.000
26 301	2126 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							2.000.000
			S	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									17.718.312
TOTAL - GERAL									17.718.312

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							400.000
		ATIVIDADES							
26 331	2126 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							400.000
26 331	2126 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							400.000
			F	3	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									400.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							300.000
		ATIVIDADES							
26 331	2126 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							300.000
26 331	2126 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							300.000
			F	3	1	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							300.000
		ATIVIDADES							
26 301	2126 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							300.000
26 301	2126 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							300.000
			S	3	1	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									300.000
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2131	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho							2.500.000
		ATIVIDADES							
04 301	2131 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.000.000
04 301	2131 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.000.000
			S	3	1	90	0	100	2.000.000
04 331	2131 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							500.000
04 331	2131 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							500.000
			F	3	1	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									2.000.000
TOTAL - GERAL									2.500.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							500.000
		ATIVIDADES							
13 301	2107 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							500.000
13 301	2107 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							500.000
			S	3	1	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									500.000
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura

UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2107	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura							2.632.470
		ATIVIDADES							
13 301	2107 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							200.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13 301	2107 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	200.000
									200.000
13 122	2107 20TP	Ativos Civis da União							2.432.470
13 122	2107 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							2.432.470
			F	1	1	90	0	100	2.432.470
TOTAL - FISCAL									2.432.470
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									2.632.470

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							7.956.954
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							7.956.954
09 272	0089 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal							7.956.954
			S	1	1	90	0	153	3.014.816
			S	1	1	90	0	156	872.600
			S	1	1	90	0	169	4.069.538
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							81.969.538
		ATIVIDADES							
18 122	2124 20TP	Ativos Civis da União							81.969.538
18 122	2124 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal							81.969.538
			F	1	1	90	0	100	81.969.538
TOTAL - FISCAL									81.969.538
TOTAL - SEGURIDADE									7.956.954
TOTAL - GERAL									89.926.492

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							1.500.000
		ATIVIDADES							
18 301	2124 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.000.000
18 301	2124 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	1.000.000
18 331	2124 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							500.000
18 331	2124 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							123.419.761
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							123.419.761
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							123.419.761
			S	1	1	90	0	100	123.419.761
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							3.557.677
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							3.557.677
28 846	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional	S	1	1	90	0	100	3.557.677

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							139.455.204
		ATIVIDADES							
04 122	2125 20TP	Ativos Civis da União							139.455.204
04 122	2125 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							139.455.204
			F	1	1	90	0	100	139.455.204
TOTAL - FISCAL									139.455.204
TOTAL - SEGURIDADE									126.977.438
TOTAL - GERAL									266.432.642

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							6.047.541
		ATIVIDADES							
04 301	2125 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							800.000
04 301	2125 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							800.000
			S	3	1	90	0	100	800.000
04 122	2125 20TP	Ativos Civis da União							5.247.541
04 122	2125 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							5.247.541
			F	1	1	90	0	100	5.247.541
TOTAL - FISCAL									5.247.541
TOTAL - SEGURIDADE									800.000
TOTAL - GERAL									6.047.541

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2123	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte							75.000
		ATIVIDADES							
27 331	2123 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							75.000
27 331	2123 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							75.000
			F	3	1	90	0	100	75.000
TOTAL - FISCAL									75.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									75.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							6.364.354
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 00QG	Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais							6.364.354
28 846	0901 00QG 0001	Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais - Nacional							6.364.354
			F	1	1	90	0	100	6.364.354
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							3.000.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0C01	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006							3.000.000
28 846	0909 0C01 0001	Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 - Nacional							3.000.000
			S	1	1	90	0	100	3.000.000
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							43.031.628

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ATIVIDADES							
05 331	2108 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							34.000.000
05 331	2108 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							34.000.000
			F	3	1	90	0	100	34.000.000
05 122	2108 214H	Inativos Militares das Forças Armadas							9.031.628
05 122	2108 214H 0001	Inativos Militares das Forças Armadas - Nacional							9.031.628
			F	1	1	90	0	100	9.031.628
TOTAL - FISCAL									49.395.982
TOTAL - SEGURIDADE									3.000.000
TOTAL - GERAL									52.395.982

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							34.000.000
		ATIVIDADES							
05 331	2108 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							34.000.000
05 331	2108 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							34.000.000
			F	3	1	90	0	100	34.000.000
TOTAL - FISCAL									34.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									34.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							2.895.238
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002							2.895.238
28 846	0909 0739 0001	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 - Nacional							2.895.238
			S	1	1	90	0	100	2.895.238
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							522.018
		ATIVIDADES							
05 301	2108 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							522.018
05 301	2108 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							522.018
			S	3	1	90	0	100	522.018
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.417.256
TOTAL - GERAL									3.417.256

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional							400.000
		ATIVIDADES							
04 301	2111 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							200.000
04 301	2111 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							200.000
			S	3	1	90	0	100	200.000
04 331	2111 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							200.000
04 331	2111 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							200.000
			F	3	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									200.000
TOTAL - SEGURIDADE									200.000
TOTAL - GERAL									400.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2128	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo							36.500
		ATIVIDADES							
23 301	2128 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							20.000
23 301	2128 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							20.000
			S	3	1	90	0	100	20.000
23 331	2128 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							16.500
23 331	2128 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							16.500
			F	3	1	90	0	100	16.500
TOTAL - FISCAL									16.500
TOTAL - SEGURIDADE									20.000
TOTAL - GERAL									36.500

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social							2.773.668
		ATIVIDADES							
08 122	2122 20TP	Ativos Civis da União							2.773.668
08 122	2122 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							2.773.668
			S	1	1	90	0	100	2.773.668
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.773.668
TOTAL - GERAL									2.773.668

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55201 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							7.544.823
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 009K	Complementação de Aposentadorias e Pensões da Extinta RFFSA							5.527.498
28 846	0909 009K 0001	Complementação de Aposentadorias e Pensões da Extinta RFFSA - Nacional							5.527.498
			S	1	1	90	0	100	5.527.498
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							2.017.325
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							2.017.325
			S	1	1	90	0	100	2.017.325
	2122	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social							2.596.546
		ATIVIDADES							
09 301	2122 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							2.079.000
09 301	2122 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							2.079.000
			S	3	1	90	0	151	2.079.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 846	2122 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							517.546
09 846	2122 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional							517.546
			S	1	0	91	0	100	517.546
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.141.369
TOTAL - GERAL									10.141.369

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades							50.000
		ATIVIDADES							
04 301	2116 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							35.000
04 301	2116 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							35.000
			S	3	1	90	0	100	35.000
04 331	2116 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							15.000
04 331	2116 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal							15.000
			F	3	1	90	0	100	15.000
TOTAL - FISCAL									15.000
TOTAL - SEGURIDADE									35.000
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2130	Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União							5.731.146
		ATIVIDADES							
03 301	2130 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.000.000
03 301	2130 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							1.000.000
			S	3	1	90	0	100	1.000.000
04 122	2130 20TP	Ativos Civis da União							4.731.146
04 122	2130 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional							4.731.146
			F	1	1	90	0	100	4.731.146
TOTAL - FISCAL									4.731.146
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									5.731.146

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais							7.208.952
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais							7.208.952
28 846	0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional							7.208.952
			F	1	1	90	0	100	1.000.000
			F	3	1	90	0	100	6.208.952
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							819.377
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							819.377
28 846	0909 0536 0001	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Nacional							819.377
			S	3	1	90	0	100	819.377
	0999	Reserva de Contingência							79.293.709
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária							79.293.709
99 999	0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional							79.293.709
			F	1	1	90	0	100	79.293.709
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							137.123.055
		ATIVIDADES							
04 331	2125 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							137.123.055

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04 331	2125 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	F	3	1	90	0	100	137.123.055
									137.123.055
TOTAL - FISCAL									223.625.716
TOTAL - SEGURIDADE									819.377
TOTAL - GERAL									224.445.093

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73113 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							37.791.565
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							37.791.565
09 272	0089 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional							37.791.565
			S	1	1	90	0	100	37.791.565
	2125	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão							109.442.039
		ATIVIDADES							
04 122	2125 218J	Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara							38.191.303
04 122	2125 218J 0001	Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional							38.191.303
			F	1	1	90	0	100	38.191.303
04 122	2125 218K	Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara							71.250.736
04 122	2125 218K 0001	Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara - Nacional							71.250.736
			F	1	1	90	0	100	71.250.736
TOTAL - FISCAL									109.442.039
TOTAL - SEGURIDADE									37.791.565
TOTAL - GERAL									147.233.604

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica							191.252.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	0903 00FM	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							752.000
28 845	0903 00FM 0053	Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							752.000
			S	3	1	90	0	100	752.000
28 845	0903 00NR	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							174.000.000
28 845	0903 00NR 0053	Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							174.000.000
			F	1	1	90	0	100	174.000.000
28 845	0903 00NT	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal							16.500.000
28 845	0903 00NT 0053	Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - No Distrito Federal							16.500.000
			F	3	1	90	0	100	16.500.000
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							13.600.000
		ATIVIDADES							
04 122	2110 218Z	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - FCDF							13.600.000
04 122	2110 218Z 5664	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - FCDF - Em Brasília - DF							13.600.000
			F	3	1	90	0	100	13.600.000
TOTAL - FISCAL									204.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									752.000
TOTAL - GERAL									204.852.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 E 25 DE ABRIL DE 2018

REC-07/2018-BNDES - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, observada a sua competência prevista no artigo 16, inciso XXI, do Estatuto Social do BNDES, aprovado pela Primeira Assembleia Geral Extraordinária do BNDES, de 20 de fevereiro de 2017, e publicado em 21 de março de 2017, no Diário Oficial da União, DECIDE: destituir, dos cargos de Diretores do BNDES, a Sra. MARILENE DE OLIVEIRA RAMOS MÚRIAS DOS SANTOS, brasileira, viúva, engenheira civil, portadora do documento nº 130676414, expedido pelo IFP/RJ em 25/02/1999, inscrita no CPF/MF sob o nº 742.396.357-72, e o Sr. CARLOS ALEXANDRE JORGE DA COSTA, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade nº 36405616, expedida pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 980.332.127-72.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO
Presidente do Conselho

CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY
Conselheiro

DANIEL SIGELMANN
Conselheiro

JORGE SABA ARBACHE FILHO
Conselheiro

JUAN PEDRO JENSEN PERDOMO
Conselheiro

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR
Conselheiro

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA
Conselheira

WILLIAM GEORGE LOPES SAAB
Conselheiro

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 E 27 DE ABRIL DE 2018

REC-08/2018-BNDES - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, no exercício das competências previstas nos artigos 16, incisos XXI e XXV, 18, caput, e 26, caput, todos do Estatuto Social do BNDES, aprovado pela Primeira Assembleia Geral Extraordinária do BNDES, de 20 de fevereiro de 2017, e publicado em 21 de março de 2017, no Diário Oficial da União, e alterações DECIDE: (i) eleger MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI, brasileiro, convivente em união estável, economista, portador da carteira de identidade n.º 843.610 SSP/ES, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 001.711.067-09, para o cargo de Diretor do BNDES, considerando o parecer favorável do Comitê de Elegibilidade desta Instituição; (ii) destituir os atuais membros do Comitê de Auditoria do BNDES, os Senhores: ATTILIO GUASPARI, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 2.816.288, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 610.204.868.72; EUSTÁQUIO COELHO LOTT, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n.º M-567.119, expedida pela SSP/MG, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 042.004.896-00; e PAULO ROBERTO VALES DE SOUZA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 2216035, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 259.780.047-49; (iii) eleger novos membros do Comitê de Auditoria do BNDES, os Senhore(a)s: PAULO MARCELO DE MIRANDA SERRANO, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 03.234.722-1, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 425.338.137-53; LUCIANA PIRES DIAS, brasileira, solteira, advogada, portadora da carteira de identidade nº 26.180.321-9, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 251.151.348-02; e OTHO CEZAR MIRANDA DE CARVALHO, brasileiro, brasileiro, casado, aposentado, portador da carteira de identidade n.º 491476373, expedida pelo DETRAN/DF, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 509.749.397-49.

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO
Presidente do Conselho

CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY
Conselheiro

DANIEL SIGELMANN
Conselheiro

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR
Conselheiro

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA
Conselheira

WILLIAM GEORGE LOPES SAAB
Conselheiro

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 5.517, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13, inciso VII do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso II do § 3º do art. 2º da Portaria nº 17 de 7 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) a adquirir 4 veículos tipo sedan.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 5.503, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, nomeado pela Portaria nº 4.295, de 19 de abril de 2018, publicada em 20 de abril de 2018 no Diário Oficial da União - DOU, Seção 2, página 44, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU em 30 de junho de 2010, Seção 2, página 75, conforme os elementos que integram o processo nº 04988.200681/2015-93, resolve:

Art. 1º Aceitar a Doação pura e simples, sem encargos, que fez o Município de Juazeiro do Norte à União, com base na Lei Municipal nº 4.781, de 07 de dezembro de 2017, de um terreno localizado ao lado sul da Avenida Mário Malzoni, no Loteamento Jardim Padre Cícero, bairro Lagoa Seca, no município de Juazeiro do Norte/Ce, com área total de 4.000,00m², e matriculado sob o nº 6.506, no Livro nº 2, no Cartório Padre Cícero - 5º Ofício da Comarca de Juazeiro do Norte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER TADEU NOGUEIRA GODINHO

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 5.544, DE 25 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, conforme portaria MP nº 1.027, de 01 de dezembro de 2017, em consonância com o art. 2º, VII, da portaria MP/SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 2º da Lei n. 13.139, de 26 de junho de 2015, e nos termos do processo n. 04962.007319/2013-71, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Estado de Pernambuco, CNPJ n. 10.571982/0001-25, através da Secretaria de Meio ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, a instalar equipamentos de dragagem para retirada de areia a ser utilizada na recomposição das praias arenosas dos municípios de Olinda, Paulista e Recife, inseridos na Região Metropolitana do Recife, de jazida marinha localizada no litoral do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, conforme as coordenadas descritas a seguir:

1. A jazida submarina está localizada na área interna da poligonal topográfica, que tem como vértices as seguintes coordenadas: V1= (296000; 6088000); V2 = (286400;9088000); V3 = (286400; 9072000); V4 = (296000; 9072000), situadas em águas de domínio da União, no mar territorial da zona costeira de Pernambuco.

Art. 2º - A presente autorização restringe-se, especificamente, ao objeto discriminado no art. 1º.

Parágrafo único: Caso o Estado de Pernambuco necessite de outras intervenções na área em questão, fica obrigado a providenciar nova autorização com as respectivas anuências dos demais órgãos.

Art. 3º - A instalação dos equipamentos fica condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas da Capitania dos Portos, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e a Agência Estadual de Meio Ambiente.

Art. 4º - O Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, ficará responsável pela manutenção, proteção da área disponibilizada para a dragagem, como também, de todo o serviço prestado no local e seus respectivos impactos ambientais.

§1º Os danos pessoais causados aos usuários do equipamento e eventuais indenizações serão de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco.

§2º A responsabilidade referida no parágrafo anterior da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade/Estado de Pernambuco se estende a favor de qualquer pessoa que frequente a área da instalação do equipamento e sofra dano pela utilização do mesmo.

Art. 5º - Os serviços deverão ser executados de acordo com o projeto básico apresentado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade na forma dos elementos constantes do processo n. 04962.007319/2013-71.

Art. 6º - A área autorizada para a execução do projeto é inalienável e continuará sendo de domínio da União e de uso comum do povo.

Art. 7º - Esta portaria tem validade até dois anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogada por igual período a critério da conveniência e oportunidade da União, e devendo o Estado de Pernambuco solicitar a renovação, antes do vencimento, perdendo sua validade com o descumprimento das atividades propostas no projeto ou da ausência do pedido de renovação.

Art. 8º - A presente autorização fica condicionada à obtenção de licença ambiental específica, às autorizações da Capitania dos Portos e do Departamento Nacional de Produção Mineral, bem como ao cumprimento das exigências legais no âmbito municipal, estadual e federal.

Art. 9º - A instalação dos equipamentos e início da dragagem a que se refere a presente portaria ficam condicionados ainda à autorização desta SPU/PE e dos demais órgãos competentes referente aos projetos de regeneração das praias de cada um dos municípios referidos no Art. 1º.

Art. 10º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

FELIPE FERREIRA LIMA LINS CALDAS

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 335 de 15 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 93 de 16 de maio de 2018, seção 1, páginas 123 a 128, a ação 2 e 6 devem ser lidas conforme texto abaixo:
Na ação 2 - Aprendizagem para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, na linha de ação 2.2, onde se lê:

2.2 - Cota Social	Divulgar e sensibilizar o empresariado	Criação de cartilha sobre a operacionalização do Decreto	MTb + FNAP	Publicação da cartilha e do novo manual	Início:3º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 a 2021 Finalização: 4º trimestre de 2022	Sensibilização quanto à possibilidade de contratação de aprendizes por meio das Cotas Sociais
		Inserção do tema no Manual de Aprendizagem				
		Divulgação de boas práticas de cota social				
	Estimulo ao Decreto 8.740	Cooperação entre Instituições e a	FNAP	Número de aprendizes	Início:3º trimestre após a publicação	Sensibilização quanto à possibilidade de contratação de

Leia-se :

2.2 - Cota Social	2.2.1 - Divulgar e sensibilizar o empresariado	2.2.1.1 - Criação de cartilha sobre a operacionalização do Decreto	MTb + FNAP	1. Publicação da cartilha e do novo manual	Início:3º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 a 2021 Finalização: 4º trimestre de 2022	Sensibilização quanto à possibilidade de contratação de aprendizes por meio das Cotas Sociais
		2.2.2.2 -Inserção do tema no Manual de Aprendizagem				
		2.2.2.3 - Divulgação de boas práticas de cota social				
	2.2.2 Estimulo ao Decreto 8.740	2.2.2.1 - Cooperação entre Instituições e a Fiscalização para esclarecimentos e divulgação do Decreto 8.740	FNAP	2. Número de aprendizes contratados dentro das Cotas Sociais	Início:3º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 a 2021 Finalização: 4º trimestre de 2022	Sensibilização quanto à possibilidade de contratação de aprendizes por meio das Cotas Sociais

Na ação 6 - Ampliação e interiorização da aprendizagem profissional, na linha de ação 6.1 onde se lê:

	6.1.2 - Fomentar a implementação de programas de aprendizagem por meio da Educação a Distância - EaD	6.1.2.1 - Estimular o desenvolvimento de programas de aprendizagem profissional EaD com vistas ao cumprimento de cotas das empresas em municípios que não apresentam as condições para formação de turmas presenciais.	MTb + Entidades Qualificadoras	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem a distância	Início: 2º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 A 2022 Finalização: 1º trimestre de 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
6.1- Interiorização geografica da aprendizagem profissional		6.1.2.2- Desenvolver documento orientativo para que os Auditores Regionais do Trabalho possam atuar na fiscalização dos programas de aprendizagem profissional desenvolvidos por meio da Educação a Distância	MTb + Entidades Qualificadoras	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem a distância	Início: 2º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 A 2022 Finalização: 1º trimestre de 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
		6.1.2.3 -Sensibilizar as empresas no tocante às atribuições e responsabilidades quanto ao cumprimento da cota de aprendizes por meio de programas de aprendizagem profissional - EaD	MTb + Entidades Qualificadoras	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem a distância	Início: 2º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 A 2022 Finalização: 1º trimestre de 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
		6.1.2.4 - Compartilhar entre as Entidades Qualificadoras boas práticas na oferta de programas de aprendizagem profissional -EaD	MTb + Entidades Qualificadoras	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem a distância	Início: 2º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 A 2022 Finalização: 1º trimestre de 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
	6.1.3 - Estimular parcerias, convênios entre municípios empresas, Poder Publico e Instituições Formadoras	6.1.3.1 - Articulação entre as SRTE´s e Instituições Formadoras	SIT + Instituiçoes Formadoras	Aumento do número de vagas no interior	Início: 1º trimestre 2019. Desenvolvimento: durante a vigência do PNAP Finalização: dezembro 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
	6.1.4 - Estimular a contratação de Aprendizes pela Prefeituras e Entes Públicos e Privados	6.1.4.1- Uso do Plano de Comunicação, demonstrar as boas práticas e articulação entre os atores.	FNAP	Aumento do número de vagas no interior	Início: 1º trimestre 2019. Desenvolvimento: durante a vigência do PNAP Finalização: dezembro 2022	Aumentar o número de vagas no interior
6.1- Interiorização geografica da aprendizagem profissional	6.1.5 - Ampliar o número de atendimentos às vagas de aprendizagem nos municípios que ainda não são beneficiados pelo Programa.	6.1.5.1 - Incentivar a contratação de aprendizes por parte de todos os órgãos da Administração Pública	MTb + MDS + CONANDA	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem em municpios ainda não beneficiados	Início: 1º trimestre de 2019 Desenvolvimento: durante a vigência do PNAP Finalização: dezembro 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
		6.1.5.2 - Prover dotação orçamentária para ações de qualificação profissional na perspectiva da democratização do acesso				
	6.1.6-Estimular a fiscalização	6.1.6.1 -- Fiscalização eletrônica	MTb	Aumento do número de vagas no interior	Início: 1º trimestre de 2019 Desenvolvimento: durante a vigência do PNAP Finalização: dezembro 2022	Aumentar o numero de vagas no interior

Leia-se:

6.1 Interiorização geográfica da aprendizagem profissional	6.1.1 - Tornar exequível a implementação EaD	6.1.1.1 - Formar um grupo de trabalho para definição de novos critérios para implementação da aprendizagem EAD tais como: flexibilização em relação ao local do curso teórico, nivelar o entendimento da fiscalização sobre o Método de Educação a Distância.	FNAP	Aumentar o número de vagas no interior	Início: 2º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 Finalização: 1º trimestre de 2019	Aumento do número de vagas no interior possibilitando que os adolescentes e jovens das localidades distantes, onde não existem entidades qualificadoras, possam ser inseridos no Programa de aprendizagem
	6.1.2 - Fomentar a implementação de programas de aprendizagem por meio da Educação a Distância - EaD	6.1.2.1 - Estimular o desenvolvimento de programas de aprendizagem profissional EaD com vistas ao cumprimento de cotas das empresas em municípios que não apresentam as condições para formação de turmas presenciais.	MTb + Entidades Qualificadoras	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem a distância	Início: 2º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 A 2022 Finalização: 1º trimestre de 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
6.1- Interiorização geográfica da aprendizagem profissional		6.1.2.2- Desenvolver documento orientativo para que os Auditores Regionais do Trabalho possam atuar na fiscalização dos programas de aprendizagem profissional desenvolvidos por meio da Educação a Distância	MTb + Entidades Qualificadoras	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem a distância	Início: 2º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 A 2022 Finalização: 1º trimestre de 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
		6.1.2.3 -Sensibilizar as empresas no tocante às atribuições e responsabilidades quanto ao cumprimento da cota de aprendizes por meio de programas de aprendizagem profissional - EaD	MTb + Entidades Qualificadoras	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem a distância	Início: 2º trimestre após a publicaçãoDesenvolvimento: 2018 A 2022Finalização: 1º trimestre de 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas

		6.1.2.4 - Compartilhar entre as Entidades Qualificadoras boas práticas na oferta de programas de aprendizagem profissional -EaD	MTb + Entidades Qualificadoras	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem a distância	Início: 2º trimestre após a publicação Desenvolvimento: 2018 A 2022 Finalização: 1º trimestre de 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
	6.1.3 - Estimular parcerias, convênios entre municípios empresas, Poder Publico e Instituições Formadoras	6.1.3.1 - Articulação entre as SRTE´s e Instituições Formadoras	SIT + Instituições Formadoras	Aumento do número de vagas no interior	Início: 1º trimestre 2019. Desenvolvimento: durante a vigência do PNAP Finalização: dezembro 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
	6.1.4 - Estimular a contratação de Aprendizes pela Prefeituras e Entes Públicos e Privados	6.1.4.1- Uso do Plano de Comunicação, demonstrar as boas práticas e articulação entre os atores.	FNAP	Aumento do número de vagas no interior	Início: 1º trimestre 2019. Desenvolvimento: durante a vigência do PNAP Finalização: dezembro 2022	Aumentar o número de vagas no interior
6.1- Interiorização geográfica da aprendizagem profissional	6.1.5 - Ampliar o número de atendimentos às vagas de aprendizagem nos municípios que ainda não são beneficiados pelo Programa.	6.1.5.1 - Incentivar a contratação de aprendizes por parte de todos os órgãos da Administração Pública	MTb + MDS + CONANDA	Percentual de expansão do atendimento dos programas de aprendizagem em municípios ainda não beneficiados	Início: 1º trimestre de 2019 Desenvolvimento: durante a vigência do PNAP Finalização: dezembro 2022	Possibilitar a expansão da oferta de programas de aprendizagem profissional a municípios que não fazem parte das grandes regiões metropolitanas
		6.1.5.2 - Prover dotação orçamentária para ações de qualificação profissional na perspectiva da democratização do acesso				
	6.1.6-Estimular a fiscalização	6.1.6.1 -- Fiscalização eletrônica	MTb	Aumento do número de vagas no interior	Início: 1º trimestre de 2019Desenvolvimento: durante a vigência do PNAPFinalização: dezembro 2022	Aumentar o numero de vagas no interior

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 28 DE MAIO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.002181/2013-86	202118495	Cooperativa dos Trabalhadores Autonomos em Serviços Gerais	AC
2	46200.002178/2013-62	202118291	Cooperativa dos Trabalhadores Autonomos em Serviços Gerais	AC
3	46200.002182/2013-21	202118151	Cooperativa dos Trabalhadores Autonomos em Serviços Gerais	AC
4	46206.011767/2013-81	201109794	Global Seguranca Ltda	DF
5	46206.011766/2013-37	201109875	Global Seguranca Ltda	DF
6	46207.003460/2014-88	203291506	Gafor S.A.	ES
7	46207.003462/2014-77	203291433	Gafor S.A.	ES
8	46207.003461/2014-22	203291492	Gafor S.A.	ES
9	47747.008199/2015-49	207251665	Engeprol Piscinas e Lazer Eireli.	MG
10	47747.008200/2015-35	207251690	Engeprol Piscinas e Lazer Eireli.	MG
11	46302.001543/2012-92	22393862	Industria de Embalagens Tocantins Ltda	MG
12	46504.000259/2013-11	24626414	Irmaos Farid Ltda	MG
13	46243.001946/2014-45	203919408	Utopia Consultoria e Assessoria Ltda. - EPP	MG
14	46243.001945/2014-09	203913558	Utopia Consultoria e Assessoria Ltda. - EPP	MG
15	47157.000141/2016-88	208764691	Samanta Freire da Silva - ME	RS
16	46301.001127/2015-47	206926898	VRG Linhas Aéreas S/A	SC
17	46473.003699/2013-27	201087081	Calhas Kennedy Industria e Comercio Ltda	SP
18	46472.003087/2016-97	209651377	Import Express Service Ltda. - EPP	SP
19	46472.003086/2016-42	209651342	Import Express Service Ltda. - EPP	SP
20	46423.000500/2015-66	207899215	Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial Ltda	SP
21	46423.000502/2015-55	207901511	Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial Ltda	SP
22	46423.000501/2015-19	207901856	Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial Ltda	SP
23	46268.004016/2014-65	205239340	Marvini RP Indústria e Comércio de Peças - Eireli - EPP	SP
24	46268.004015/2014-11	205247342	Marvini RP Indústria e Comércio de Peças - Eireli - EPP	SP
25	46265.004119/2015-36	208328165	Revati Agropecuaria Ltda	SP
26	46265.000827/2016-89	209033185	Samar - Solucoes Ambientais de Aracatuba S.A.	SP
27	46257.004672/2015-78	207814694	Unifilter Industria e Comercio de Filtros Ltda	SP
28	46257.004674/2015-67	207815691	Unifilter Industria e Comercio de Filtros Ltda	SP
29	46257.004676/2015-56	207815909	Unifilter Industria e Comercio de Filtros Ltda	SP
30	46257.004671/2015-23	207814368	Unifilter Industria e Comercio de Filtros Ltda	SP
31	46257.004673/2015-12	207814562	Unifilter Industria e Comercio de Filtros Ltda	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	
1	46200.002184/2013-10	200.188.194	Cooperativa dos Trabalhadores Autonomos em Serviços Gerais	AC
2	46204.009877/1998-30	0687	Santa Casa de Misericórdia da Bahia (Hospital Santa Izabel)	BA
3	46206.011765/2013-92	200.124.625	Global Segurança Ltda.	DF
4	46207.003459/2014-53	200.263.871	Gafor S.A.	ES
5	46243.001949/2014-89	200.301.608	Utopia Consultoria e Assessoria Ltda. - EPP	MG
6	46472.003095/2016-33	200.729.845	Import Express Service Ltda. - EPP	SP
7	46266.005825/2014-12	200.376.578	Instituto Mogiano de Ortopedia e Traumatologia Ltda.	SP
8	46472.000562/2015-92	200.441.884 - TRet nº 200.772.368	Quatro Marcos Ltda.	SP
9	46265.004290/2015-45	200.632.027 - TRet nº 200.744.518	Revati Agropecuária Ltda.	SP
10	46257.004677/2015-09	200.583.719	Unifilter Indústria e Comércio de Filtros Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46916.000345/2015-36	207376794	Clinica Radiologica Lucilo Maranhao Ltda	PE
2	46214.005450/2014-98	204047676	Soll -Servicos Obras e Locacoes Ltda	PI
3	46220.006005/2014-66	204655323	Aria Construtora e Incorporadora Ltda	SC
4	46220.006009/2014-44	204655706	Aria Construtora e Incorporadora Ltda	SC
5	46220.006010/2014-79	204655749	Aria Construtora e Incorporadora Ltda	SC
6	46220.006011/2014-13	204655846	Aria Construtora e Incorporadora Ltda	SC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7	46220.006012/2014-68	204655978	Aria Construtora e Incorporadora Ltda	SC
8	46220.006017/2014-91	204656249	Aria Construtora e Incorporadora Ltda	SC

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46222.011285/2012-42	25190539	Nutrivita Cozinhas Industriais Ltda ME	PA
2	46222.011287/2012-31	25190512	Nutrivita Cozinhas Industriais Ltda ME	PA
3	46222.011288/2012-86	25190521	Nutrivita Cozinhas Industriais Ltda ME	PA
4	46617.000033/2010-92	18967418	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do RS	RS
5	46617.000035/2010-81	18967434	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do RS	RS
6	46265.004289/2015-11	208427619	Revaati Agropecuária Ltda.	SP
7	46265.004287/2015-21	208427627	Revati Agropecuaria Ltda	SP
8	46265.004288/2015-76	208427635	Revati Agropecuaria Ltda	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46306.001684/2015-18	207913676	Edilma Braga	MT
2	46916.000346/2015-81	207376760	Clinica Radiologica Lucilo Maranhao Ltda	PE
3	46916.000353/2015-82	207376379	Clinica Radiologica Lucilo Maranhao Ltda	PE
4	46293.001892/2016-94	208998365	Empresa Concessionaria de Rodovias do Norte S/A - Econonorte	PR
5	46293.001894/2016-83	208998837	Empresa Concessionaria de Rodovias do Norte S/A - Econonorte	PR
6	46215.029194/2014-14	205417027	Ilha Pura 01 Empreendimento Imobiliario S.A.	RJ
7	46670.002250/2014-04	204628229	Raia Drogasil S/A	RJ
8	46216.000410/2016-00	208888390	Copem Engenharia Ltda	RO
9	46268.002213/2014-40	204111064	Andrea's Food Comercio de Alimentos Ltda	SP
	46266.00583/2014-61	204974666	Instituto Mogiano de Ortopedia e Traumatologia Ltda.	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	
1	47533.001599/2009-91	705.027.023	Construtora Triunfo S.A.	PR
2	47533.001601/2009-21	506.232.999	Construtora Triunfo S.A.	PR
3	47533.004152/2009-73	100.150.098	Construtora Triunfo S.A.	PR
4	47533.004153/2009-18	100.150.152	Construtora Triunfo S.A.	PR
5	47533.004154/2009-62	100.150.161	Construtora Triunfo S.A.	PR

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.000938/2015-59	26482100	Sapore S.A.	AL
2	47904.007109/2014-61	203090250	AP Silva Souza Combustiveis - EPP	BA
3	47904.007112/2014-85	203090225	AP Silva Souza Combustiveis - EPP	BA
4	47904.007110/2014-96	203090241	AP Silva Souza Combustiveis - EPP	BA
5	46293.001727/2016-32	208897208	Benvenho & Cia. Ltda.	PR
6	46293.001730/2016-56	208897143	Benvenho & Cia. Ltda.	PR
7	46215.021248/2014-01	204724295	Thyssenkrupp Companhia Siderurgica do Atlantico	RJ
8	46216.006263/2015-92	208557105	EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda.	RO
9	46272.002461/2016-93	209818107	Escola De Educacao Infantil Anjinho da Guarda Ltda - ME	RS
10	46271.002336/2016-93	210069911	Guimaraes - Incorp e Administradora de Imoveis Ltda	RS
11	46271.000838/2016-80	209154462	Ivan Andreatta Soares	RS
12	46271.000768/2016-60	209105763	Marcia Sander Fett	RS
13	46271.001525/2016-49	209555912	Nestor Jose Bernardi	RS
14	47157.002174/2015-81	208658041	Otavio Jose Hermes Wagner - ME	RS
15	47157.001428/2016-25	210146419	Rodrigo de Freitas Barcelos - ME	RS
16	47157.000154/2016-57	208778284	Samanta Freire da Silva - ME	RS

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46232.000178/2015-12	205357849	MRV MRL XL Incorporações SPE Ltda.	RJ
2	46218.004750/2016-81	209006102	Construtora Emcasa Ltda.	RS
3	47620.004782/2014-26	203964144	Cepar Construção e Comércio Ltda.	SC

3) Pelo arquivamento em razão de:
3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46214.003712/2001-65	5624550	Companhia Energética do Piauí	PI
2	46214.003707/2001-52	5624851	Companhia Energética do Piauí	PI

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32 inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição no seguinte termo:
Negando provimento e efeito suspensivo, mantendo a decisão que decretou a interdição

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46264.000799/2018-71	352810/08.12.2017-01	Rineo Bovo Júnior	SP

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 17 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 592/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o Processo de Registro Sindical nº 46234.000464/2013-04, de interesse do SINDEREMC-MG - Sindicato dos Empregados(as) Rurais de Elói Mendes e Cordislândia - MG, CNPJ 17.683.653/0001-15, nos termos do parágrafo único do artigo 25 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 593/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical n.º 46306.000709/2013-02 (SC15225), CNPJ n.º 14.902.512/0001-58, de interesse do SISPMUSP - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SÃO PEDRO DA CIPA, municipal de SÃO PEDRO DA CIPA no estado do MATO GROSSO, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 17 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 591/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul - SINDCHAO-MS, CNPJ 12.978.621/0001-23, Processo 46312.008589/2013-02, para representar a Categoria Profissional dos Funcionários e Servidores ativos e inativos da Administração Direta e Indireta do Município de Chapadão do Sul, Autarquias, Fundações e Câmara Municipal, com abrangência municipal e base territorial no Município de Chapadão Do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos Funcionários e Servidores ativos e inativos da Administração Direta e Indireta do Município de Chapadão do Sul, Autarquias, Fundações e Câmara Municipal; B) Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública Indireta do Estado de Mato Grosso do Sul, Processo 24000.003196/91-45; excluindo a Categoria Profissional Funcionários e Servidores ativos e inativos da Administração Direta e Indireta do Município de Chapadão do Sul, Autarquias, Fundações e Câmara Municipal, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Substituto

DESPACHO DE 24 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica nº. 594/2018/CGRS/SRT/MTb resolve INDEFERIR o Pedido de Alteração Estatutária requerido pelo Sindicato dos Policiais Civis e Servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (CNPJ 34.024.661/0001-79) nos autos do Processo 46204.007437/2013-10, com respaldo no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHOS DE 24 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, e na Nota Técnica 595/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n.º 46206.020137/2013-06, de interesse do SINDDER-DF - Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Atividades Rodoviárias do Distrito Federal, CNPJ 19.170.510/0001-35, com respaldo no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica 596/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº. 46204.010852/2013-42, de interesse do STR SATIRO DIAS - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SATIRO DIAS, CNPJ: 16.131.963/0001-64, com respaldo no artigo 27, inciso IV da Portaria 326/2013 combinado com o art. 51 da Lei 9.784/99.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 599/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o processo de Pedido de Registro Sindical nº. 46216.003292/2014-11, de interesse do SINDTAXI - SINDICATO DOS TAXISTAS AUTONOMOS DO ESTADO DE RONDONIA, CNPJ: 20.661.809/0001-71, nos termos do art.27, inciso I, da Portaria n° 326/2013."

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHOS DE 24 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica 228/2018/CGRS/SRT/MTb, e na publicação ocorrida no Diário Oficial da União- DOU de 15/03/18, seção 1, pág 79, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, NOTIFICA os representantes legais do SINTRAINDAIATUBA - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Indaiatuba e Região, processo 47998.006164/2013-51 (impugnado), e do SINTRAMERPRO- Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias e de Cargas Secas e Molhadas e Produtos em Geral de Sorocaba e Região, CNPJ 57.050.049/0001-76 (impugnante), para reunião de MEDIAÇÃO, a ocorrer no dia 26/06/18, às 14h na sede da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, na Seção de Relações do Trabalho, localizada na Rua Martins Fontes, nº 109- 7º andar- sala 708, centro, em São Paulo/SP.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 586/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de mediação as seguintes entidades: 1) SINTECE - Sindicato das Empresas de Transporte Escolar, Transporte Municipal de Passageiros, Sobre Regime de Fretamento Contínuo, Eventual e Autônomo de Maringá e Região, CNPJ 04.765.127/0001-52, Processo 46318.001558/2013-62; 2) SINFRETIBA - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Por Fretamento de Curitiba e Municípios do Paraná, CNPJ 81.051.997/0001-00, Processo: 46212.004575/2011-78, Impugnação 46000.004664/2017-03; nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho - Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 590/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de mediação, nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013, as seguintes entidades: SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar do Município de Santa Cruz/RN, CNPJ 12.103.683/0001-91, Processo 46217.000778/2011-45 e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz/RN, CNPJ 08.358.863/0001-47, Carta Sindical: L073 P016 A1974.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 24 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 597/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias de Jequié e Região - SIND-ACS - ACE, CNPJ 09.162.467/0001-02, Processo 46768.000129/2014-51, para representar a Categoria de Agente Comunitários de Saúde e Combate as Endemias, pertencentes ao quadro de servidores das prefeituras, com abrangência intermunicipal, base territorial nos municípios de Aiquara, Apuarema, Boa Nova, Brejões, Contendas Do Sincorá, Cravolândia, Dário Meira, Ibirataia, Ipiaú, Irajuba, Iramaia, Itagi, Itagibá, Itamari, Itaquara, Ituruçu, Jaguaquara, Jequié, Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Lajedo Do Tabocal, Manoel Vitorino, Maracás, Marcionílio Souza, Milagres, Nova Ibiá, Nova Itarana, Planaltino e Santa Inês, no estado da Bahia, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: 1) Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Contedores das Doenças Endêmicas Epidemologicas do Estado da Bahia - SINDACS/BA, CNPJ 06.953.941/0001-26, Processo 46000.005999/2003-35; excluindo a Categoria de Agente Comunitários de Saúde e Combate as Endemias, pertencentes ao quadro de servidores das prefeituras, nos municípios de Aiquara, Apuarema, Boa Nova, Brejões, Contendas Do Sincorá, Cravolândia, Dário Meira, Ibirataia, Ipiaú, Irajuba, Iramaia, Itagi, Itagibá, Itamari, Itaquara, Ituruçu, Jaguaquara, Jequié, Jitaúna, Lafaiete Coutinho, Lajedo Do Tabocal, Manoel Vitorino, Maracás, Marcionílio Souza, Milagres, Nova Ibiá, Nova Itarana, Planaltino e Santa Inês, no Estado da Bahia, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 24 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46205.013094/2014-95
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Milha/CE.
CNPJ	12.463.931/0001-05
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Ceará*: Milhã.
Categoria Profissional	São considerados Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais.
Fundamento	NT 598/2018/CGRS/SRT/MTb

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 24 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho - Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 588/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa do Carro/PE CNPJ 02.342.890/0001-45, Processo 46000.001741/98-31, para a representação da categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares àqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou regime de economia familiar, nos termos do Decreto-Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Lagoa do Carro, Estado de Pernambuco/PE; nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHOS DE 24 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 585/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: SUSPENDER o Pedido de Registro Sindical nº 46385.000177/2010-10 - SC09044, de interesse do ADUFSCar, Sindicato - Sindicato dos Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras e Sorocaba, CNPJ 08.791.464/0001-75; nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 587/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve CANCELAR o REGISTRO SINDICAL do Sindicato dos Protéticos Dentários do Estado do Rio Grande do Sul, carta sindical: L105 P095 A1987, CNPJ 92.397.751/0001-01, nos termos do art. 34, inciso III, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho - Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 589/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: SUSPENDER o Pedido de Alteração Estatutária n.º 46204.007244/2011-99 de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento de Couro, de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Artefatos de Couro, de Calçados, Carteiras, Cintos, Bolsas e Afins do Município de Ipirá/BA - SINDICAL, CNPJ 07.068.995/0001-71, nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHOS DE 28 DE MAIO DE 2018

Tendo em vista a decisão prolatada nos autos do Processo Judicial n° 0000808-13.2011.503.0001, da 1ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte - MG, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a Portaria Ministerial n.º 326/2013 e a Nota Técnica n.° 39/2018/CIP/GAB/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho-Substituto no uso de suas atribuições legais, resolve EXCLUIR do Registro Sindical do SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - OCEMG - MG CNPJ: 17.475.104/0001-55, Processo Administrativo nº 46000.005171/95-24, a categoria das cooperativas de serviços médicos no que tange ao segmento de saúde.

Tendo em vista o Acórdão proferido nos autos Processo Judicial n° 0001405-30.2015.5.10.0006, 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com base na Nota Técnica n° 042/2018/CIP/GAB/SRT/MTb e na Portaria 326/2013 o Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, resolve CANCELAR o registro sindical Da FEDERAÇÃO ESTADUAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES E TRANSITO DA CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES - FESTTT/CUT, CNPJ Nº 11.263.335/0001-19, Proc. Adm. 47998.007877/2011-71.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 28 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 622/2018/CGRS/SRT/MTb, com adoção das seguintes medidas: ANULAR a publicação do Diário Oficial da União - D.O.U - Seção I pág.106 nº 207, de 27 de outubro de 2017 que ARQUIVOU o Pedido de Registro Sindical, Processo Nº 46215.024967/2014-76 e PUBLICAR o Pedido de Registro Sindical referente ao SIMOTERJ - Sindicato dos Mototaxistas do Estado do Rio de Janeiro, Processo N.º 46215.024967/2014-76, CNPJ 12.249.242/0001-00 para representar a Categoria profissional dos Mototaxistas (transporte de passageiros), com abrangência Estadual e base territorial no estado do Rio de Janeiro. Ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria Nº 326, de 1º de março de 2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA 121, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Conceder autorização à EJOT-FEY SISTEMA DE FIXAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.746.136/0001-85, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia BR 470 nº 3.620,km 73,63,Galpão 02, bairro Estradinha, na cidade de Indaial (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observando os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº. 46220000773/2018-30, protocolado no dia 02/02/2018.

CLEY CAPISTRANO MAIA DE LIMA

PORTARIA 122, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010, resolve:

Conceder autorização à METALÚRGICA FEY LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.229.624/0001-75, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Rodovia BR 470 nº 3.620,km 73,63, bairro Estradinha, na cidade de Indaial (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71 da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término da autorização, observando os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº. 4.552/2002. Concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Processo nº. 46220000772/2018-95, protocolado no dia 08/02/2018.

CLEY CAPISTRANO MAIA DE LIMA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 25 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.631 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público Gurupi (código OACI: SWGI), em Gurupi/TO, no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.570458/2017-23. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria n° 675/SIE, de 20 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 4 de janeiro de 2007, Seção 1, página 32.

Nº 1.632 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público Senadora Eunice Michiles (código OACI: SDCG), em São Paulo de Olivença/AM, no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.554452/2017-17. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria DAC n° 793/SIE, de 11 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2001, Seção 1, página 30.

Nº 1.634 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público Patos (código OACI: SNTS), em Patos/PB, no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.570339/2017-71. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.635 - Alterar e renova a inscrição do aeródromo público Rio Claro (código OACI: SDRK), em Rio Claro/SP, no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.570322/2017-13. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Fica revogada a Portaria DAC n° 379E/SIE, de 18 de agosto de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 1998, Seção 1, páginas 47 e 48.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1.593, DE 22 DE MAIO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.008268/2018-72, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de julho de 2018, o vencimento dos cursos teórico e prático de Piloto de Planador do AEROCLUBE DE VOO À VELA CTA, situado à Rodovia dos Tamoios, Km 6,5, Aeroporto de São José dos Campos, São José dos Campos - SP, CEP: 12.230-971.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 1.624, DE 25 DE MAIO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.113023/2014-32, resolve:

Art. 1º Revalida, até 17 de junho de 2021, o credenciamento do médico Dr. Paulo Yazbek Junior - CRM SP 19230, MC76, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Pavão, nº 955 / Cj 105, Moema, São Paulo (SP), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

GERÊNCIA-GERAL DE OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO

GERÊNCIA TÉCNICA DE ARTIGOS PERIGOSOS

PORTARIA Nº 1.625, DE 25 DE MAIO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE ARTIGOS PERIGOSOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.2.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Seção 175.29 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175) e na Instrução Suplementar nº 175-002 (IS nº 175-002), e considerando o que consta do processo nº 00066.500295/2016-21, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento como entidade de ensino de artigos perigosos da SIDERAL LINHAS AÉREAS LTDA., CNPJ nº 10.919.908/0001-57, com sede em São José dos Pinhais (PR).

Parágrafo único. As categorias homologadas e os instrutores credenciados para ministrar os cursos de artigos perigosos em nome da entidade de ensino estão especificados no respectivo Certificado de Credenciamentos e Homologações de Entidade de Ensino - CHE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO MACEDO RODRIGUES CASCARDO

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 1.637, DE 25 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo o art. 32, inciso XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº. 00066.011170/2018-92, resolve:

Art. 1º Alocar, nos termos dos entendimentos em vigor, 14 (quatorze) frequências semanais para a empresa Oceanair Linhas Aéreas S.A., para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e a Colômbia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.147, DE 26 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta dos Processos nº 50306.000196/2010-56 e 50300.004857/2018-20 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 634-ANTAQ, de 10/03/2010, de titularidade da empresa ESTALEIRO ARAÚJO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.894.147/0001-96, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 4º Termo Aditivo, em virtude de exclusão de embarcação do esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.148, DE 26 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004555/2018-51 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 920-ANTAQ, de 30/11/2012, de titularidade da empresa A. DOS R. MONTEIRO E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.905.646/0001-71, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração de horário no esquema operacional autorizado.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 6.150, DE 26 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004971/2018-50 e tendo em vista a aprovação por parte do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 827-ANTAQ, de 26/01/2012, de titularidade da empresa NAVEGAÇÃO GUAJARÁ LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.698.924/0001-64, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude da substituição de embarcação na frota autorizada.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Tornar sem efeito o 1º Termo Aditivo do Termo de Autorização nº 827-ANTAQ e a Resolução nº 6.022-ANTAQ, ambos de 05/05/2018, em virtude de erro material na transcrição do nº do CNPJ/MF no qual a empresa está inscrita.

Art. 4º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30/04/2018

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**192.148**	***Circulante***	**311.906**
Caixa e equivalentes de caixa	115.840	Salários, provisão e encargos sociais	57.892
Valores vinc. à aplicação em infraestrutura	15.297	Fornecedores e prestadores de serviços	18.296
Contas a receber, líquidas	39.862	Impostos e contribuições a recolher	21.085
Estoques	439	Plano de pensão	8.284
Créditos tributários	4.004	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	158.444
Outros créditos	16.667	Obras efetuadas por arrendatários	15.920
Despesas antecipadas	39	Parcelamentos Cíveis e Trabalhistas	15.092
		Outras obrigações	16.893
Não Circulante	**2.978.578**	***Não Circulante***	**1.438.740**
Realizável a Longo Prazo	**1.221.204**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	171.632
Contas a receber, líquidas	834.401	Receita diferida	352.289
IRPJ e CSLL diferidos	267.055	Obras efetuadas por arrendatários	116.273
Depósitos judiciais	100.299	Créditos da União para aumento capital	755.844
Bens destinados a alienação	246	Parcelamentos Cíveis e Trabalhistas	8.036
Partes relacionadas	7.427	Outras obrigações	34.666
Outros créditos	11.776		
		Patrimônio Líquido	**1.420.080**
		Capital social	1.414.100
Imobilizado	1.743.991	Reserva de Lucros	4.742
Intangível	13.383	Lucros acumulados	1.238
TOTAL DO ATIVO	**3.170.726**	**TOTAL DO PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**3.170.726**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2018 A 30-04-2018

	R$ MIL
Receita líquida	272.129
Custo dos serviços	(154.034)
Despesas administrativas	(81.384)
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.228)
Resultado financeiro líquido	(15.936)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	11.547
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6.748)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(3.561)
Resultado do exercício	1.238

JOSÉ ALEX BOTÊLHO DE OLIVA Diretor-Presidente
FRANCISCO JOSÉ ADRIANO Diretor de Administração e Finanças
PÉRSIO BELLUOMINI MORAES Contador CRC/1SP215355/O-0

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.761, DE 18 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13384 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0013-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 914/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.772, DE 18 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20040 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MACOR SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.232.892/0005-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 837/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.787, DE 21 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11059 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0011-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 670/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.764, DE 18 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18897 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SPORTSCENTER ESCOLA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 03.659.585/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1075/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.837, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/28858 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GESTALT VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.634.013/0001-76, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente NAFSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.369.790/0001-30:

12 (doze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.858, DE 24 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/30947 - DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ETESE - ESCOLA TECNICA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.247.839/0001-91, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1550 (uma mil e quinhentas e cinquenta) Munições calibre 12
37000 (trinta e sete mil) Espoletas calibre 38
1000 (um mil) Estojos calibre 38
10000 (dez mil) Gramas de pólvora
37000 (trinta e sete mil) Projéteis calibre 38
4500 (quatro mil e quinhentas) Espoletas calibre .380
500 (quinhentos) Estojos calibre .380
3718 (três mil e setecentos e dezoito) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 2.865, DE 24 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/31384 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0003-81, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3800 (três mil e oitocentas) Munições calibre .380

207 (duzentas e sete) Munições calibre 12

109555 (cento e nove mil e quinhentas e cinquenta e cinco) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.871, DE 24 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/31473 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SELF DEFENSE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 37.652.195/0001-64, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Munições calibre 38

2000 (duas mil) Munições calibre .380

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

6000 (seis mil) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

1000 (uma mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.826, DE 22 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20475 - DPF/GOY/RJ, resolve:

AUTORIZAR a empresa ROTA SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 08.471.527/0001-06, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser ROTA SERVIÇOS DE VIGILANCIA BICHARA EIRELI

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.828, DE 22 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21785 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0006-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1159/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.831, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/27030 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EGITO SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - EPP, CNPJ nº 09.285.887/0001-86, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0002-95:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

108 (cento e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.838, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/29279 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VISAM CENTRO DE FORMAÇAO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ nº 10.505.963/0001-09, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

17760 (dezessete mil e setecentas e sessenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.726, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16094 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRASEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.546.803/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 889/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.835, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/27946 - DPF/VAG/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0004-86, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20000 (vinte mil) Munições calibre 38

4806 (quatro mil e oitocentas e seis) Munições calibre .380

59192 (cinquenta e nove mil e cento e noventa e duas) Espoletas calibre 38

22585 (vinte e dois mil e quinhentos e oitenta e cinco) Gramas de pólvora

59192 (cinquenta e nove mil e cento e noventa e dois) Projéteis calibre 38

7106 (sete mil e cento e seis) Espoletas calibre .380

7106 (sete mil e cento e seis) Projéteis calibre .380

4032 (quatro mil e trinta e duas) Buchas calibre 12

40 (quarenta) Quilos de chumbo calibre 12

4032 (quatro mil e trinta e duas) Espoletas calibre 12

4332 (quatro mil e trezentos e trinta e dois) Estojos calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.827, DE 22 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21408 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.576.552/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1206/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.848, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/35443 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CAVIG FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 25.424.667/0001-42, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

67480 (sessenta e sete mil e quatrocentas e oitenta) Espoletas calibre 38

1000 (um mil) Estojos calibre 38

18787 (dezoito mil e setecentos e oitenta e sete) Gramas de pólvora

67480 (sessenta e sete mil e quatrocentos e oitenta) Projéteis calibre 38

5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.867, DE 24 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/31331 - DPF/PCA/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa UNISER SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.457.204/0001-68, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

234 (duzentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.873, DE 24 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/31519 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEGURANÇA PRIVADA T&D LTDA ME, CNPJ nº 22.790.124/0001-50, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.810, DE 22 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21969 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 82.949.652/0001-31, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1145/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.834, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/27945 - DPF/GVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA MINEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.845.911/0003-03, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20000 (vinte mil) Munições calibre 38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8922 (oito mil e novecentas e vinte e duas) Munições calibre .380
73036 (setenta e três mil e trinta e seis) Espoletas calibre 38
30112 (trinta mil e cento e doze) Gramas de pólvora
73036 (setenta e três mil e trinta e seis) Projéteis calibre 38
8422 (oito mil e quatrocentas e vinte e duas) Espoletas calibre .380
8422 (oito mil e quatrocentos e vinte e dois) Projéteis calibre .380
5616 (cinco mil e seiscentas e dezesseis) Buchas calibre 12
40 (quarenta) Quilos de chumbo calibre 12
5616 (cinco mil e seiscentas e dezesseis) Espoletas calibre 12
5916 (cinco mil e novecentos e dezesseis) Estojos calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.823, DE 22 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16625 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 04.629.488/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 826/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.869, DE 24 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/32005 - DPF/GVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MSA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 26.664.333/0001-09, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Revólveres calibre 38
120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA 223ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2018

Início: 10h08.
Presidência: Ronaldo Curado Fleury. Presentes os Senhores Conselheiros: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária), Sandra Lia Simón, Júnia Soares Nader, Manoel Jorge e Silva Neto, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, André Luís Spies, Edelamare Barbosa Melo e Luiz Eduardo Guimarães Bojart. O Conselheiro Suplente Eneas Bazzo Torres participou dos julgamentos dos Processos EP nºs 000003.2016.99.900/6, 000006.2016.99.900/0 e 000007.2016.99.900/9 (art. 40, § 2º do RICSMPT), não tendo composto o quórum de votação, nos referidos feitos, o Conselheiro substituído Manoel Jorge e Silva Neto (art. 40, § 3º do RICSMPT). Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e o Corregedor-Geral do MPT Maurício Correia de Mello. Presentes o Ouvidor do MPT Rogério Rodriguez Fernandez Filho e o representante da ANPT Ângelo Fabiano Farias da Costa.
Deliberações:
01 - Aprovação da ata da 222ª Sessão Ordinária.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, aprovou a ata da 222ª Ordinária. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
Inversão da pauta.
02 - Processo/EP nº 000003.2016.99.900/6.
Interessado: Douglas Nunes Vasconcelos - Procurador do Trabalho
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.
Relator: Conselheiro (suplente convocado) Eneas Bazzo Torres.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela aprovação do estágio probatório do Procurador do Trabalho Douglas Nunes Vasconcelos e, em consequência, pela sua vitaliciedade no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Não compôs o quórum de votação o Conselheiro substituído Manoel Jorge e Silva Neto (art. 40, § 3º do RICSMPT). Declarou-se suspeita a Conselheira Sandra Lia Simón. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
03 - Processo/EP nº 000006.2016.99.900/0.
Interessada: Cirlene Luiza Zimmermann - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.
Relator: Conselheiro (suplente convocado) Eneas Bazzo Torres.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela aprovação do estágio probatório da Procuradora do Trabalho Cirlene Luiza Zimmermann e, em consequência, pela sua vitaliciedade no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Não compôs o quórum de votação o Conselheiro substituído Manoel Jorge e Silva Neto (art. 40, § 3º do RICSMPT). Declarou-se suspeita a Conselheira Sandra Lia Simón. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
04 - Processo/EP nº 000007.2016.99.900/9.
Interessado: Italvar Filipe de Paiva Medina - Procurador do Trabalho.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.
Relator: Conselheiro (suplente convocado) Eneas Bazzo Torres.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela aprovação do estágio probatório do Procurador do Trabalho Italvar Filipe de Paiva Medina e, em consequência, pela sua vitaliciedade no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Não compôs o quórum de votação o Conselheiro substituído Manoel Jorge e Silva Neto (art. 40, § 3º do RICSMPT). Declarou-se suspeita a Conselheira Sandra Lia Simón. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
05 - PGEA nº 0000939.2018.09.900/4
Interessada: Margaret Matos de Carvalho - Procuradora Regional do Trabalho.
Assunto: Solicita autorização para prosseguimento de atuação em 1º grau.
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, preliminarmente, decidiu, à unanimidade, conhecer do pedido sucessivo formulado da tribuna, no sentido de que a autorização se estenda até o término da licença concedida ao Procurador do Trabalho Thiago Milanez Andraus. Em seguida, no mérito, o Conselho Superior decidiu, por maioria, pelo indeferimento do pleito formulado pela Procuradora Regional do Trabalho Margaret Matos de Carvalho, mantendo-se hígida a Portaria nº 32/2018, do Procurador-Chefe da PRT 9ª Região, nos termos do voto da Conselheira Relatora, vencidos, parcialmente, os Conselheiros Sandra Lia Simón, Manoel Jorge e Silva Neto e André Luís Spies, que votaram pela autorização da designação da Interessada para prosseguir a atuação perante o 1º grau do TRT/9ªRegião até o término da licença do Procurador do Trabalho Thiago Milanez Andraus. Fez sustentação oral, pela interessada, a advogada Vivian Cristina Lima López Valle, OAB/PR nº 27089. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
06 - PGEA nº 003986.2018.00.900/4.
Interessado: Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho - Critério de merecimento.
Relator: Conselheiro André Luís Spies.
Decisão: o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, nos termos do voto do Conselheiro Relator, elaborar lista tríplice, com vistas ao preenchimento de cargo vago de Subprocurador-Geral Trabalho, decorrente da aposentadoria do Subprocurador-Geral do Trabalho Luís Antônio Camargo de Melo (Portaria MPT/PGT nº 482, de 04/04/2018, publicada no DOU, de 09/04/2018), a ser provido, pelo critério de merecimento, composta pelos Procuradores Regionais do Trabalho a seguir nominados: 1º lugar: JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA; 2º lugar: CRISTIANO OTÁVIO PAIXÃO ARAÚJO PINTO, ambos os nomes indicados, à unanimidade; e, 3º lugar: FABIO LEAL CARDOSO, por maioria, vencido o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto que votou em Deborah da Silva Félix. O Procurador Regional do Trabalho JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA figura pela terceira vez consecutiva em lista tríplice elaborada pelo CSMPT. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
07 - PGEA nº 000185.2017.98.900/0. (Antigo: Processo 2.00.000.024136/2016-70).
Interessado: Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Aprimoramento da Sistemática de Afastamento de Membros - Alteração da Resolução CSMPT nº 75/2008.
Relator: Conselheiro André Luís Spies.
Revisora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.
Decisão anterior: Após votar o Conselheiro Relator no sentido de aprovar proposta de resolução, na forma do texto apresentado, que dispõe sobre o afastamento de Membros do Ministério Público do Trabalho do exercício de suas funções para frequentar cursos de aperfeiçoamento e estudos, para elaboração de monografias, dissertações, trabalhos e teses; para comparecer e ministrar seminários ou congressos, bem como integrar missões oficiais, pediram vistas regimentais sucessivas a Conselheira Edelamare Barbosa Melo (revisora) e o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.
Decisão: Prosseguindo o julgamento, adiou-se o julgamento do feito para próxima sessão, diante da ausência justificada do Conselheiro vistor Jeferson Luiz Pereira Coelho. Ausentes, momentaneamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, e, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente). CSMPT, 223ª Sessão Ordinária, 24/05/2018.
08 - PGEA nº 000184.2017.98.900/3 - (Processo físico nº 2.00.000.022459/2016-29).
Interessado: Procuradoria-Geral do Trabalho.
Assunto: Proposta de resolução para designar Membros para sessões junto ao Tribunal Superior do Trabalho.
Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.
Revisora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira revisora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 186ª Sessão Extraordinária, 28/11/2016.
Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária. CSMPT, 187ª Sessão Extraordinária, 15/12/2016.
Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón e Manoel Jorge e Silva Neto. CSMPT, 189ª Sessão Extraordinária, 20/04/2017.
Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, converter o julgamento em diligência, para ouvir o Coordenador da COI - Coordenadoria de Órgão Interveniente, Subprocurador-Geral do Trabalho Luiz da Silva Flores. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT).
Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, inicialmente, acolhendo proposta do Procurador-Geral do Trabalho, decidiu, por maioria, pela suspensão provisória de indicação de Membros Titulares da CCR/MPT para atuar em sessões do TST, até o julgamento definitivo deste feito, vencidos os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre. Em seguida, adiou-se a apreciação da proposta de resolução para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Revisora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.
Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto da Conselheira Relatora no sentido de aprovar proposta de resolução na forma apresentada ao Colegiado, que estabelece critérios para assento e substituição em sessões nos órgãos de julgamento do Tribunal Superior do Trabalho, pediu vista regimental a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. O Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart antecipou o seu voto acompanhando a Conselheira Relatora. Os demais Conselheiros aguardam. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 220ª Sessão Ordinária, 22/02/2018.
Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista da Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, que divergiu da Relatora no sentido de não desonerar os membros da Câmara de Coordenação e Revisão e das Subcâmaras de Coordenação e Revisão de suas atribuições ordinárias de atuação em sessões e audiências do Tribunal Superior do Trabalho, no que foi acompanhada pelos Conselheiros Eneas Bazzo Torres, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Edelamare Barbosa Melo e Jeferson Luiz Pereira Coelho; e os votos dos Conselheiros André Luís Spies, Júnia Soares Nader e Ronaldo Curado Fleury acompanhando a Relatora, no sentido de que ficarão desonerados das atribuições ordinárias de atuação em sessões e audiências do Tribunal Superior do Trabalho, os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, membros titulares da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT, pediu vista regimental o Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart. CSMPT, 221ª Sessão Ordinária, 22/03/2018.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira relatora do feito. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.
Decisão: Prosseguindo o julgamento, renovou pedido de vista regimental o Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausentes, momentaneamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, e, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente). CSMPT, 223ª Sessão Ordinária, 24/05/2018.
09 - PGEA nº 000070.2018.09.903/0.
Interessada: Ignez Guimarães Bolotário - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Denúncia de abuso de poder e assédio/coação. Membro do MPT. Submissão ao CSMPT da suspeição declarada pelo Corregedor-Geral do MPT, Maurício Correia de Mello, e da distribuição ao Subcorregedor, José Alves Pereira Filho, do PGEA nº 000043.2018.09.903/7 (atividade disciplinar). Requer a declaração de nulidade da redistribuição ao Subcorregedor, bem como a capitulação dos fatos no art. 240, V, b, da LC nº 75/93, por ato de improbidade administrativa.
Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, por indicação da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.
Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pelo não conhecimento do pleito, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausentes, momentaneamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva

Neto, e, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente). CSMPT, 223ª Sessão Ordinária, 24/05/2018.
10 - PGEA nº 002479.2017.00.900/8.
Interessado: Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Consultas, pedidos de esclarecimentos e de revisão da Resolução CSMPT nº 132/2016 e apresentação de consultas.
Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.
Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a Resolução CSMPT nº 132/2016, pediram vistas regimentais sucessivas os Conselheiros Edelamare Barbosa Melo, Ronaldo Curado Fleury e Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.
Decisão anterior: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro vistor do feito, Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro vistor do feito, Luiz Eduardo Guimarães Bojart. CSMPT, 221ª Sessão Ordinária, 22/03/2018.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira relatora do feito. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.
Decisão: Prosseguindo o julgamento, renovou pedido de vista regimental o Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausentes, momentaneamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, e, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente). CSMPT, 223ª Sessão Ordinária, 24/05/2018.
11 - PGEA nº 000061.2018.09.903/9.
Interessada: Ignez Guimarães Bolotário - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Teletrabalho - Denúncia de crimes de Falsidade Ideológica e Condescendência Criminosa. Submissão ao CSMPT da suspeição declarada pelo Corregedor-Geral do MPT, Maurício Correia de Mello, e da atuação do Subcorregedor, José Alves Pereira Filho, no PGEA nº 000039.2018.09.903/2 (atividade disciplinar). Requer a nulidade da redistribuição e dos demais atos subsequentes praticados pelo Subcorregedor, bem como a alteração da capitulação dos fatos para ato de improbidade administrativa (art. 240, V, b, da LC nº 75/93).
Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.
Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, por indicação da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.
Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pelo não conhecimento do pedido e encaminhamento de peças dos autos à Corregedoria do MPT, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausentes, momentaneamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, e, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente). CSMPT, 223ª Sessão Ordinária, 24/05/2018.
12 - PGEA nº 000045.2018.99.900/5
Interessada: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Ofício nº 95.2018 - Regulamentação do processamento das promoções por antiguidade no MPT.
Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pelo envio do feito ao gabinete do Corregedor-Geral do MPT, para que, até 31.12.2018, apresente exposição de motivos e minuta relativas à proposta de normatização da promoção por antiguidade no âmbito do Ministério Público do Trabalho, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausentes, momentaneamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto, e, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
13 - PGEA nº 000068.2018.15.901/1.
Interessado: Rogério Rodrigues de Freitas - Procurador do Trabalho.
Assunto: Requerimento para participar do curso Evolução da Disciplina do Direito Material e Processual na Itália: da raiz do direito romano ao ordenamento europeu, da Universidade de Roma La Sapienza.
Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento, pelo período de 30 de junho a 15 de julho de 2018, incluído o trânsito, do Procurador do Trabalho Rogério Rodrigues de Freitas, para participar do curso Evolução da Disciplina do Direito Material e Processual na Itália: da raiz do direito romano ao ordenamento europeu, da Universidade de Roma La Sapienza, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
14 - PGEA nº 000025.2018.97.900/5.
Assunto: Ofício nº 038/18-CCR-MPT - informa que Câmara de Coordenação e Revisão foi provocada pelo Conselho Superior do MPT para incorporar (ou não) os precedentes 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 - Solicita a possibilidade de torná-los sem efeito, ou mesmo cancelá-los definitivamente.
Interessado: Câmara de Coordenação e Revisão do MPT
Relator: Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se no sentido de que, com a apreciação realizada pela Câmara de Coordenação e Revisão, os precedentes nº 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 já estão cancelados, pendendo, tão somente, a indicação expressa desse status na página eletrônica do CSMPT, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
15 - PGEA nº 000044.2018.15.907/0.
Interessado: Larissa Serrat de Oliveira Cremonini - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Requerimento para participar do curso "Evolução da Disciplinar do Direito Material e Processual na Itália: da raiz do direito romano ao ordenamento europeu", da Universidade de Roma "La Sapienza", em Roma/Italia.
Relator: Conselheiro André Luís Spies.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela concessão do afastamento, de 02/07/2018 a 13/07/2018, bem como de prazo para deslocamento, consoante dicção do art. 24 da Resolução CSMPT 75/2008 (dois dias antes e dois dias depois, como consagrado na praxe deste CSMPT), nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
16 - PGEA nº 000394.2018.13.900/0.
Interessado: Eduardo Varandas Araruna - Procurador do Trabalho.
Assunto: Requerimento de afastamento para participar de Programa de "Crimes Complexos: Políticas e Técnicas para Desmantelar Redes Criminosas", nos Estados Unidos da América.
Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento do Procurador do Trabalho Eduardo Varandas Araruna, para participar do programa internacional de liderança, tendo como tema "Políticas e Técnicas para Desmantelar Redes Criminosas em Crimes Complexos", nos Estados Unidos da América, no período de 09/06/2018 a 01/07/2018, incluído trânsito, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
17 - PGEA nº 000007.2018.98.900/5 - (Processo físico: 2.17.000.009895/2016-13).
Interessado: Eduardo Maia Tenório da Cunha - Procurador do Trabalho.
Assunto: Acompanhamento de afastamento para elaboração de Tese de Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/Portugal.
Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.
Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de determinar ao Procurador do Trabalho Eduardo Maia Tenório da Cunha: a) o encaminhamento trimestral de relatório contendo a evolução de elaboração da tese; b) o encaminhamento da tese e da respectiva certidão de registro efetuado na instituição de ensino competente, tão logo sejam concluídos; e c) a comunicação sobre a data de defesa da tese, assim que for definida, pediu vista regimental o Conselheiro André Luís Spies. O Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho antecipou seu voto acompanhando a Conselheira Relatora. Os demais aguardam. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart. CSMPT, 221ª Sessão Ordinária, 22/03/2018.
Decisão Anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista do Conselheiro André Luís Spies, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, determinou ao Exmo. Procurador do Trabalho Eduardo Maia Tenório da Cunha o encaminhamento, no prazo de 5 (cinco) dias: a) do documento comprobatório da regularidade da situação acadêmica do Interessado perante à Universidade de Coimbra; e b) do material já concluído, ainda que em forma esquemática e/ou incompleta, com indicação dos pontos que ainda faltam ser explorados/finalizados, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.
Decisão: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, por maioria, conceder ao Procurador do Trabalho Eduardo Maia Tenório da Cunha o prazo de 30 (trinta) dias, para que entregue a este Conselho Superior do MPT e à Universidade de Coimbra a tese de doutoramento, nos termos do voto da Conselheira Relatora, vencidos os Conselheiros Luiz Eduardo Guimarães Bojart, Edelamare Barbosa Melo, Ivana Auxiliadora Mendonça Santos e o Presidente Ronaldo Curado Fleury, que votaram no sentido de não conceder prazo e determinar a devolução de valores ao MPT, relativo ao período em que esteve afastado. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente). CSMPT, 223ª Sessão Ordinária, 24/05/2018.
18 - PGEA nº 000817.2018.15.900/4.
Interessada: Carolina Marzola Hirata Zedes - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado em Direito, Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos, Núcleo de Estudos de Direito e Relações Internacionais, junto à Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.
Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, manifestar-se favoravelmente pela autorização do afastamento da Procuradora do Trabalho Carolina Marzola Hirata Zedes para que elabore e conclua a dissertação do curso de mestrado em Direito na Universidade Metodista de Piracicaba, no período de 06/08/2018 a 06/11/2018, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
19 - Processo/EP nº 000005.2016.99.900/2.
Interessado: Ricardo Ruy Fukuara Rebello Pinho - Procurador do Trabalho.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.
Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela aprovação do estágio probatório do Procurador do Trabalho Ricardo Ruy Fukuara Rebello Pinho e, em consequência, pela sua vitaliciedade no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Declarou-se suspeita a Conselheira Sandra Lia Simón. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
20 - Processo/EP nº 000004.2016.99.900/4.
Interessado: Rodrigo Bezerra Martins - Procurador do Trabalho.
Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.
Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, pela aprovação do estágio probatório do Procurador do Trabalho Rodrigo Bezerra Martins e, em consequência, pela sua vitaliciedade no cargo, quando do término do prazo de seu estágio probatório, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Declarou-se suspeita a Conselheira Sandra Lia Simón. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
21 - EXTRAPAUTA - PGEA 000940.2018.05.900/7.
Interessada: Flávia Vilas Boas de Moura - Procuradora do Trabalho.
Assunto: Requerimento de Afastamento para participar do curso de aperfeiçoamento: "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos" a ser realizado pela International Experience em parceria com a Università degli Studi di Roma Tor Vergata, na cidade de Roma, Itália. (Ad referendum do CSMPT - Portaria PGT nº 549, de 11 de abril de 2018).
Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar a Portaria PGT nº 549/2018, que autorizou o afastamento da Procuradora do Trabalho, Flávia Vilas Boas de Moura, para participar do curso de aperfeiçoamento "O trabalho na era global: dumping social, previdência e direitos humanos" realizado pela International Experience em parceria com a Università degli Studi di Roma Tor Vergata - Itália, no período de 19/05/2018 a 02/06/2018, incluído o trânsito, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
22 - EXTRAPAUTA - PGEA nº 008028.2017.00.900/0.
Interessado: Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Convocação do Procurador Regional do Trabalho PEDRO LUIZ GONÇALVES SERAFIM DA SILVA para substituir o Subprocurador-Geral do Trabalho RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA, em virtude de afastamento decorrente de férias no período de 18/05 a 26/07/2018, assunto do Edital PGT nº 44/2018 e Portaria PGT nº 728, de 03/05/2018 - AD REFERENDUM do CSMPT.
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar o Edital PGT nº 44/2018, que dispôs sobre a convocação de Procurador Regional do Trabalho para atuar na Procuradoria-Geral do Trabalho em substituição ao Subprocurador-Geral do Trabalho Ricardo José Macedo de Britto Pereira, afastado, em gozo de férias, no período de 18/05/2018 a 26/07/2018, bem como, à unanimidade, referendou a convocação do Procurador Regional do Trabalho Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
23 - EXTRAPAUTA - PGEA nº 004124.2018.00.900/5
Interessado: Ministério Público do Trabalho e Antônio Luiz Teixeira Mendes
Assunto: Prorrogação, ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, da designação do Procurador Regional do Trabalho FÁBIO LEAL CARDOSO, lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região/DF-TO, para exercer, de 24 de maio de 2018 a 3 de junho de 2018, sem ônus adicional para o Ministério Público do Trabalho, as funções de Subprocurador-Geral do Trabalho no Ofício titularizado pelo Subprocurador-Geral do Trabalho Antonio Luiz Teixeira Mendes. (Portaria PGT nº 870.2018).
Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, referendar os atos administrativos (Edital nº 39/2018 e Portarias nºs 577/2018 e 870/2018), do Procurador-Geral do Trabalho, que convocou e designou o Procurador Regional do Trabalho Fábio Leal Cardoso para atuar na Procuradoria-Geral do Trabalho em substituição ao Subprocurador-Geral do Trabalho Antônio Luiz Teixeira Mendes. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente).
Término: 15h18.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 8, DE 15 DE MAIO DE 2018

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137, c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso III, da Resolução nº 90, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; na Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público; e em conformidade com o Plano de Correições Ordinárias - 2018, resolve:

Art. 1º Determinar a promoção de Correição Ordinária na 2ª Procuradoria da Justiça Militar em Brasília/DF, no período de 27 a 29 de junho de 2018;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANNI RATTACASO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 716, DE 2 DE ABRIL DE 2018

ICP n.º 08190.005366/18-16

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

Considerando que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Considerando que a unidade e a indivisibilidade são princípios institucionais do Ministério Público;

Considerando que a Constituição Federal afirma serem invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Considerando que o Marco Civil da Internet assegura, aos titulares dos dados pessoais, os direitos de inviolabilidade da intimidade e da vida privada, bem como o direito de não fornecimento a terceiros dos dados pessoais, salvo mediante consentimento livre, expresso e informado;

Considerando que os interesses ou direitos difusos são transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

Considerando que, segundo dicção do Código de Defesa do Consumidor, a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo;

Considerando que o Ministério Público poderá propor ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos a ser ajuizada no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional;

Considerando que compete às Promotorias de Justiça do Consumidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a defesa dos consumidores;

Considerando que compete à Comissão de Proteção dos Dados Pessoais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sugerir padrões técnicos e organizacionais objetivando proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

Considerando que a Lei n. 9.295, de 19 de julho de 1996, dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências;

Considerando que a Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1997, afirma que os usuários de serviços de telecomunicações tem o direito à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços e à reparação dos danos causados pela violação de seus direitos;

Considerando o recente lançamento do produto nominado Vivo Ads (Vivo Ads. Disponível em: <https://assine.vivo.com.br/empresas/grandes/vivo-ads>. Acesso em: 30 mar. 2018) da empresa Vivo S/A, que promete fornecer publicidade usando dados qualificados dos clientes Vivo, tais como perfil, localização (Mídia Geolocalizada), comportamento de navegação (Mídia Kit do serviço Vivo Ads. Disponível em: < https://assine.vivo.com.br/conteudos/midia/Midia_Kit_Vivo_ADS_ FEV_18.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.), lugares frequentados e comportamento dos consumidores;

Considerando que a empresa declara ser capaz de atingir 73 milhões de clientes com o serviço;

Considerando que o Decreto n. 8.771/2016 (Regulamentação do Marco Civil da Internet) considera como dado pessoal os dados relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, inclusive números identificativos, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estiverem relacionados a uma pessoa;

Considerando que o mesmo Decreto n. 8.771/2016 considera como tratamento de dados pessoais toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Considerando, a título de exemplo, que será possível identificar dentre os 73 milhões de clientes da Vivo, aqueles que estão passando por tratamento contra o câncer, bastando mapear as clínicas e os hospitais oncológicos do Brasil e seus frequentadores (lugares frequentados por meio de geolocalização);

Considerando que, diferente do modelo de negócio com dados de empresas de tecnologia como Google e Facebook, o serviço de telefonia móvel no Brasil é uma concessão de serviço público com contrapartida financeira dos usuários/clientes;

Considerando que em nenhum momento, seja no contrato (Contrato de Adesão aos Serviços da Empresa Vivo. Disponível em: <https://www.vivo.com.br/consumo/groups/public/documents/ documentopw/contrib_102118.pdf?_ga=2.114465735. 1315189868.1522452366-201012625.1522452366>. Acesso em: 30 mar. 2018.) de adesão aos serviços de telefonia, seja no Centro de Privacidade (Centro de Privacidade da Empresa Vivo. Disponível em: <http://www.vivo.com.br/portalweb/appmanager/env/web?_nfpb= true&_nfls=false&_pageLabel=vivoVivoInstPrivacidade Page&__utma=1.257681268.1404996843.1406924132. 1406924132.1&__utmb=1.105.8.1406928330350&__utmc=1&__ utmx=-&__utmz=1.1406924132.1.1.utmcsr=(direct)|utmccn=(direct)|utmcmd =(none)&__utmv=1.|1=cliente=SP=1&__utmk=77745044#>. Acesso em: 30 mar. 2018.) da empresa Vivo, existem informações do uso dos dados pessoais de seus clientes para fins de publicidade;

Considerando que o serviço Vivo Ads não permite que os clientes se oponham ao tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade (opt-out);

Considerando a gravidade dos fatos, o risco de prejuízos relevantes aos consumidores e a quantidade de possíveis titulares dos dados pessoais afetados (73 milhões de clientes), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio da Comissão de Proteção dos Dados Pessoais e da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, decide instaurar o presente Inquérito Civil Público - ICP (Resolução n. 66, de 17 de outubro de 2005, do Conselho Superior do Ministério Público) para melhor apuração dos fatos;

Ao Setor de Apoio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor para registrar no SISPRO e anotar na capa dos autos:

INTERESSADOS

Vivo S/A (Investigada)

73 milhões de clientes brasileiros da Vivo S/A

DESCRIÇÃO DOS FATOS OBJETO DA INVESTIGAÇÃO

Investigar o possível uso e tratamento ilegal dos dados pessoais dos clientes Vivo para fins de publicidade por meio do serviço Vivo Ads.

Os Promotores de Justiça, signatários desta portaria, poderão praticar todos os atos necessários ao bom andamento do presente Inquérito Civil Público, de forma conjunta ou individual.

Após a autuação, anotações de estilo e comunicação à Egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada, determinamos à Secretaria da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor a notificação de representante da empresa Vivo S/A para oitiva neste Ministério Público.

FREDERICO MEINBERG CEROY
Coordenador da Comissão de Proteção de Dados Pessoais

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 114, DE 28 DE MAIO DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público, nos termos do anexo a esta portaria:

I - O Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2018; e

II - O Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, conforme determinação do Acórdão TCU n. 553/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/17 A ABRIL/18
ANEXO I DA PORTARIA Nº 114, DE 28 DE MAIO DE 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) [1]
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.453.666,20	32.921.083,31	31.727.940,45	31.925.818,13	31.916.286,28	31.930.133,98	51.212.005,36	37.209.683,90	46.543.084,03	33.096.880,21	33.222.628,52	33.170.093,68	426.329.304,05	2.552.233,43
Pessoal Ativo	20.574.558,44	21.855.707,33	20.698.399,71	20.825.364,41	20.838.968,07	20.835.544,54	34.248.927,66	25.819.453,33	29.544.281,54	21.809.934,51	22.000.833,63	21.939.092,41	280.991.065,58	2.452.233,43
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.489.850,29	18.677.660,90	17.521.907,42	17.663.980,89	17.682.852,04	17.653.414,14	27.701.441,81	22.542.064,34	26.275.329,57	18.491.019,67	18.699.835,78	18.611.838,51	239.011.195,36	2.339.066,11
Obrigações Patronais	3.084.708,15	3.178.046,43	3.176.492,29	3.161.383,52	3.156.116,03	3.182.130,40	6.547.485,85	3.277.388,99	3.268.951,97	3.318.914,84	3.300.997,85	3.327.253,90	41.979.870,22	113.167,32
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.879.107,76	11.065.375,98	11.029.540,74	11.100.453,72	11.077.318,21	11.094.589,44	16.963.077,70	11.390.230,57	16.998.802,49	11.286.945,70	11.221.794,89	11.231.001,27	145.338.238,47	100.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.242.195,13	8.437.809,86	8.453.944,53	8.491.961,30	8.504.912,75	8.514.485,30	13.193.207,55	8.747.660,19	13.045.493,96	8.672.748,37	8.622.842,41	8.566.786,56	111.494.047,91	-

Pensões	2.636.912,63	2.627.566,12	2.575.596,21	2.608.492,42	2.572.405,46	2.580.104,14	3.769.870,15	2.642.570,38	3.953.308,53	2.614.197,33	2.598.952,48	2.664.214,71	33.844.190,56	100.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.899.661,50	11.077.638,82	11.029.540,74	11.100.453,72	11.077.318,21	11.094.589,44	8.468.849,40	945.250,84	11.286.056,41	9.916.330,28	9.874.163,68	9.890.549,26	116.660.402,30	1.900.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	20.553,74	12.262,84	-	-	-	-	-	152.343,32	-	-	-	-	185.159,90	1.800.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.879.107,76	11.065.375,98	11.029.540,74	11.100.453,72	11.077.318,21	11.094.589,44	8.468.849,40	792.907,52	11.286.056,41	9.916.330,28	9.874.163,68	9.890.549,26	116.475.242,40	100.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	20.554.004,70	21.843.444,49	20.698.399,71	20.825.364,41	20.838.968,07	20.835.544,54	42.743.155,96	36.264.433,06	35.257.027,62	23.180.549,93	23.348.464,84	23.279.544,42	309.668.901,75	652.233,43

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.072.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	310.321.135,18	0,041730%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	548.250.181,40	0,073726%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	520.837.672,33	0,070040%
LIMITE DE ALERTA (VIII = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	493.425.163,26	0,066353%

FONTE: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial; Portaria STF 82/2005; Unidade Responsável: Coordenadoria de Orçamento e Finanças; Data/Hora de emissão: 11/05/2018, às 18hs.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/17 A ABRIL/18
ANEXO II DA PORTARIA Nº 114, DE 28 DE MAIO DE 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	428.881.537,48
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	118.560.402,30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	310.321.135,18

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,041730%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,073800%	548.800.469,14
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria STF nº 82, de 17/08/2005	0,073726%	548.250.181,40
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	Vide Nota Explicativa [1]	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Vide Nota Explicativa [1]	-	-
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				

[1] As Resoluções CNJ 26/2016 e 177/2013 não alteraram o limite do Supremo Tribunal Federal.

ARMANDO AKIO SANTOS DOI
Secretário de Administração e Finanças

MÁRCIA DE CARVALHO
Secretária de Controle Interno

EDUARDO SILVA TOLEDO
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 34, DE 28 DE MAIO DE 2018

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO o inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:
Art. 1º Tornar público, nos termos do anexo a esta portaria:
I - O Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2018; e
II - O Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão n. 553/2017-TCU-Plenário.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/17 A ABRIL/18
ANEXO I DA PORTARIA Nº 34, DE 28 DE MAIO DE 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	Mai/17	J un/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) [1]
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.690.125,51	5.057.875,70	4.922.370,85	5.235.363,99	4.997.147,64	4.908.891,72	5.065.023,56	8.845.879,30	7.170.320,42	5.263.601,95	5.258.759,38	5.217.426,21	66.632.786,23	3.026.819,51
Pessoal Ativo	4.690.125,51	5.057.875,70	4.922.370,85	5.235.363,99	4.997.147,64	4.908.891,72	5.065.023,56	8.845.879,30	7.170.320,42	5.263.601,95	5.258.759,38	5.217.426,21	66.632.786,23	3.026.819,51
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.045.611,90	4.388.694,05	4.257.435,22	4.548.104,26	4.314.208,53	4.216.906,50	4.348.003,57	7.431.214,06	6.452.952,15	4.545.743,32	4.540.199,66	4.492.726,17	57.581.799,39	2.228.010,57
Obrigações Patronais	644.513,61	669.181,65	664.935,63	687.259,73	682.939,11	691.985,22	717.019,99	1.414.665,24	717.368,27	717.858,63	718.559,72	724.700,04	9.050.986,84	798.808,94
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.690.125,51	5.057.875,70	4.922.370,85	5.235.363,99	4.997.147,64	4.908.891,72	5.065.023,56	8.845.879,30	7.170.320,42	5.263.601,95	5.258.759,38	5.217.426,21	66.632.786,23	3.026.819,51

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.072 .000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	69.659.605,74	0,009367%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)[2]	126.417.452,24	0,017000%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	120.096.579,63	0,016150%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	113.775.707,02	0,015300%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 18/5/2018 e hora de emissão 10h00.
[1] 1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
[2] O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000 para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017000%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/17 A ABRIL/18
ANEXO II DA PORTARIA Nº 34, DE 28 DE MAIO DE 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	69.659.605,74
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	69.659.605,74

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,009367%	
				% DA LRF	VALOR
LIMITE MÁXIMO [1]	LRF, art. 20, incisos I, II e III				
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:		0,006000%	44.617.924,32
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:		0,006000%	44.617.942,32
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:		0,017000%	126.417.452,24
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				

[1] O CNJ não possui ato decorrente das Resoluções CNJ 5/2005, 26/2006 e 177/2013.

WERNNE PEREIRA E SILVA
Secretário de Orçamento e Finanças

SALATIEL GOMES DOS SANTOS
Secretário de Controle Interno

JULHIANA MIRANDA MELLOH ALMEIDA
Diretora-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 188, DE 25 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2018.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III, e no art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, bem como no Processo n. CJF-PPN-2018/00018, resolve:

Art . 1º Publicar, na forma do Anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2018, consoante previsto no art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101/2000, a ser publicado no Diário Oficial da União e no Portal do Conselho da Justiça Federal.

Art. 2º Publicar, na forma do Anexo II, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão n. 553/2017-TCU-Plenário referente ao 1º quadrimestre de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ANEXO I

União - Poder Judiciário
Conselho da Justiça Federal
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
MAIO DE 2017 a ABRIL DE 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	55.336.446,78	0,007441%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	183.223.506,22	0,024639%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	174.062.330,91	0,023407%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	164.901.155,60	0,022175%

FONTE: Tesouro Gerencial, SAD-SEORFI, 21/05/2018 15:10
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA(S):

MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
Secretário de Administração

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO
Secretário de Auditoria Interna

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora - Geral

ANEXO II
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM
PESSOAL EM
CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU- PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	62.718.710,48
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	7.382.263,70
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**55.336.446,78**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**743.632.072.000,00**	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,007441%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO \1	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,018089%**	**134.515.605,50**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	**Proc. Adm. SIGED nº 2001160727 \4**	**0,018071%**	**134.381.751,73**
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	**Resolução CJF-RES-2012/00184 \4**	**0,024685%**	**183.565.576,97**
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	**Resolução CJF-RES-2013/00250 \4**	**0,024639%**	**183.223.506,22**
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE
Secretário de Administração

JESSE ANDROS PIRES DE CASTILHO
Secretário de Auditoria Interna

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Diretora - Geral

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 128, DE 25 DE MAIO DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de Março de 2017,resolve:

Art. 1º Publica, na forma do anexo I, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2018, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publica, na forma do anexo II, o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 29 de março de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	77.462.676,56	81.021.421,74	78.998.806,66	79.282.799,54	78.536.334,66	79.080.840,77	128.343.025,10	107.467.759,19	109.151.555,79	82.107.768,65	83.186.243,73	82.685.058,69	1.067.324.291,08	7.487.982,37	1.074.812.273,45
Pessoal Ativo	52.022.481,70	54.969.785,54	52.745.496,70	52.877.767,92	52.202.746,91	52.271.629,05	86.342.445,26	73.470.056,25	67.768.141,71	54.547.771,08	54.829.719,15	54.733.928,70	708.781.969,97	5.903.687,77	714.685.657,74
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.468.321,33	47.239.509,90	45.035.079,08	45.228.507,24	44.558.963,39	44.659.341,00	70.448.789,47	65.570.728,28	59.848.540,02	46.625.318,67	46.888.143,48	46.885.435,13	607.456.676,99	5.903.687,77	613.360.364,76
Obrigações Patronais	7.554.160,37	7.730.275,64	7.710.417,62	7.649.260,68	7.643.783,52	7.612.288,05	15.893.655,79	7.899.327,97	7.919.601,69	7.922.452,41	7.941.575,67	7.848.493,57	101.325.292,98	0,00	101.325.292,98
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.440.194,86	26.051.636,20	26.253.309,96	26.405.031,62	26.333.587,75	26.809.211,72	42.000.579,84	33.997.702,94	41.383.414,08	27.559.997,57	28.356.524,58	27.951.129,99	358.542.321,11	1.584.294,60	360.126.615,71
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.475.559,15	22.036.184,45	22.258.368,67	22.415.804,44	22.320.726,09	22.796.350,06	35.518.107,90	28.830.925,20	35.173.878,34	23.423.079,48	24.177.093,52	23.793.723,41	304.219.800,71	0,00	304.219.800,71
Pensões	3.964.635,71	4.015.451,75	3.994.941,29	3.989.227,18	4.012.861,66	4.012.861,66	6.482.471,94	5.166.777,74	6.209.535,74	4.136.918,09	4.179.431,06	4.157.406,58	54.322.520,40	1.584.294,60	55.906.815,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	25.492.327,82	26.098.952,08	26.309.415,90	26.462.779,65	26.361.095,81	26.806.144,60	17.596.625,78	2.491.063,59	41.605.131,52	27.647.232,23	28.474.039,69	28.034.171,33	303.378.980,00	1.618.161,68	304.997.141,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	25.548,26	34.655,72	28.331,04	27.800,81	27.508,06	27.592,39	203.899,25	101.191,36	27.920,92	28.492,46	30.052,06	57.761,02	620.753,35	0,00	620.753,35
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	26.584,70	12.660,16	27.774,90	29.947,22	0,00	-30.659,51	0,00	2.384.230,48	193.796,52	58.742,20	87.463,05	25.280,32	2.815.820,04	1.618.161,68	4.433.981,72
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.440.194,86	26.051.636,20	26.253.309,96	26.405.031,62	26.333.587,75	26.809.211,72	17.392.726,53	5.641,75	41.383.414,08	27.559.997,57	28.356.524,58	27.951.129,99	299.942.406,61	0,00	299.942.406,61
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	51.970.348,74	54.922.469,66	52.689.390,76	52.820.019,89	52.175.238,85	52.274.696,17	110.746.399,32	104.976.695,60	67.546.424,27	54.460.536,42	54.712.204,04	54.650.887,36	763.945.311,08	5.869.820,69	769.815.131,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.071.921,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	769.815.131,77	0,103521%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.664.315.503,85	0,223809%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.581.099.728,65	0,212619%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.497.883.953,46	0,201428%

FONTE: Tesouro Gerencial e SIAFI Operacional, Secretaria de Orçamento e Finanças, dia 14/05/18 às 14:41h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA (S):

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.074.812.273,45
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	304.997.141,68
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	769.815.131,77

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,103521%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,224450%	1.669.082.185,43
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 5/2005	0,224276%	1.667.788.265,62
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 26/2006	0,224226%	1.667.416.449,59
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resol CNJ 177/2013	0,223809%	1.664.315.503,85
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 279, DE 25 DE MAIO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, conforme preconiza o art. 54 da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de maio de 2017 a abril de 2018.

Art. 2º A publicação do Relatório de que trata o art. 1º deste Ato dar-se-á na forma art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), observadas as prescrições contidas na Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, no Ato Normativo nº 89/STM, de 28 de maio de 2014, no Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017 e na Portaria nº 322/STN/MF, de 17 de maio de 2018, conforme Anexo I e Demonstrativo referente ao Acórdão TCU 553/17 - item 9.4.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ COÊLHO FERREIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	29.405.695,40	40.500.126,47	29.889.618,54	29.982.488,09	29.988.958,66	29.841.384,47	47.402.142,29	36.180.186,26	28.867.141,72	29.154.423,18	35.312.008,88	30.941.943,41	397.466.117,37	23.017.351,50	420.483.468,87
Pessoal Ativo	14.559.522,76	17.865.443,13	14.759.923,78	14.848.387,63	14.888.786,23	14.786.193,23	24.092.656,51	20.431.050,35	13.444.429,49	13.682.666,12	19.861.032,83	15.120.554,09	198.340.646,15	13.739.496,54	212.080.142,69
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.307.016,43	15.559.026,79	12.454.896,91	12.551.058,38	12.591.966,00	12.491.880,79	19.363.821,02	18.061.538,11	13.354.603,97	13.041.229,21	13.502.134,66	12.773.631,68	168.052.803,95	9.736.182,91	177.788.986,86

Obrigações Patronais	2.252.506,33	2.306.416,34	2.305.026,87	2.297.329,25	2.296.820,23	2.294.312,44	4.728.835,49	2.369.512,24	89.825,52	641.436,91	6.358.898,17	2.346.922,41	30.287.842,20	4.003.313,63	34.291.155,83
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.846.172,64	22.634.683,34	15.129.694,76	15.134.100,46	15.100.172,43	15.055.191,24	23.309.485,78	15.749.135,91	15.422.712,23	15.471.757,06	15.450.976,05	15.821.389,32	199.125.471,22	9.277.854,96	208.403.326,18
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.870.792,39	13.784.055,99	9.091.415,54	9.149.095,69	9.216.183,78	9.049.653,95	14.322.764,54	9.499.053,85	9.440.211,69	9.341.853,73	9.367.733,56	9.794.380,11	120.927.194,82	5.287.845,56	126.215.040,38
Pensões	5.975.380,25	8.850.627,35	6.038.279,22	5.985.004,77	5.883.988,65	6.005.537,29	8.986.721,24	6.250.082,06	5.982.500,54	6.129.903,33	6.083.242,49	6.027.009,21	78.198.276,40	3.990.009,40	82.188.285,80
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.858.591,45	22.637.203,66	15.130.187,01	15.134.592,71	15.110.528,37	15.055.191,24	23.042.132,38	354.111,59	15.453.804,44	15.525.870,59	15.451.468,30	15.833.524,41	183.587.206,15	18.726.192,31	202.313.398,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	0,00	984,50	492,25	492,25	492,25	492,25	492,25	5.907,00	0,00	5.907,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	11.926,56	2.028,07	0,00	0,00	9.863,69	0,00	0,00	343.789,81	30.599,96	53.621,28	0,00	11.642,84	463.472,21	18.726.192,31	19.189.664,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.846.172,64	22.634.683,34	15.129.694,76	15.134.100,46	15.100.172,43	15.055.191,24	23.041.147,88	9.829,53	15.422.712,23	15.471.757,06	15.450.976,05	15.821.389,32	183.117.826,94	0,00	183.117.826,94
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.547.103,95	17.862.922,81	14.759.431,53	14.847.895,38	14.878.430,29	14.786.193,23	24.360.009,91	35.826.074,67	13.413.337,28	13.628.552,59	19.860.540,58	15.108.419,00	213.878.911,22	4.291.159,19	218.170.070,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	218.170.070,41	0,029338%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	599.188.978,33	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	569.229.529,42	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	539.270.080,50	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	420.483.468,87
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	202.313.398,46
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2 18 . 170 . 070 , 41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,0 29338 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,101900%	757.761.081,37
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,101798%	757.002.576,65
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,080726%	600.304.426,44
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,080576%	599.188.978,33
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

JOSÉ COÊLHO FERREIRA
Ministro Presidente

EDER SOARES DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Diretor de Orçamento e Finanças

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 324, DE 25 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, em atendimento ao disposto no art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e no item 9.4 do Acórdão nº 553/2017-TCU-Plenário, bem como considerando o que consta no Processo nº TRF2-ADM-2018/00206, resolve:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 2ª Região, referente ao 1º quadrimestre de 2018, na forma dos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, conforme previsto no art.55, § 2º, da referida lei.

Des. ANDRÉ FONTES

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2017 a ABRIL/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS														
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃOPROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	107.854.769,03	113.957.966,98	110.849.838,33	112.878.112,64	110.617.802,58	111.027.280,45	180.224.030,30	113.697.968,35	163.416.596,26	114.519.660,38	116.103.365,33	115.294.243,17	1.470.441.633,80	19.801.150,37	1.490.242.784,17
Pessoal Ativo	88.480.541,27	93.295.315,79	90.274.901,69	91.578.918,24	89.805.348,99	90.064.199,33	147.981.739,21	92.164.531,92	133.362.560,59	92.733.899,13	93.888.102,30	93.128.775,78	1.196.758.834,24	14.895.968,27	1.211.654.802,51
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	74.752.188,15	79.229.021,28	76.280.297,74	77.651.959,30	75.869.873,79	76.123.949,02	119.028.797,93	77.518.112,59	118.782.720,09	78.178.578,92	79.443.435,44	78.519.839,80	1.011.378.774,05	14.563.621,72	1.025.942.395,77
Obrigações Patronais	13.728.353,12	14.066.294,51	13.994.603,95	13.926.958,94	13.935.475,20	13.940.250,31	28.952.941,28	14.646.419,33	14.579.840,50	14.555.320,21	14.444.666,86	14.608.935,98	185.380.060,19	332.346,55	185.712.406,74
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.374.227,76	20.662.651,19	20.574.936,64	21.299.194,40	20.812.453,59	20.963.081,12	32.242.291,09	21.533.436,43	30.054.035,67	21.785.761,25	22.215.263,03	22.165.467,39	273.682.799,56	4.905.182,10	278.587.981,66
Aposentadorias, Reserva e Reformas	15.243.826,03	16.375.877,75	16.316.206,24	16.932.091,44	16.606.388,77	16.656.706,10	25.632.585,34	16.898.379,93	23.514.660,61	17.422.015,25	17.669.037,88	17.671.685,19	216.939.460,53	4.334.354,58	221.273.815,11
Pensões	4.130.401,73	4.286.773,44	4.258.730,40	4.367.102,96	4.206.064,82	4.306.375,02	6.609.705,75	4.635.056,50	6.539.375,06	4.363.746,00	4.546.225,15	4.493.782,20	56.743.339,03	570.827,52	57.314.166,55
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.430.613,19	20.711.761,93	20.628.156,96	21.356.545,75	20.879.652,31	20.844.397,20	5.862.346,89	446.190,42	30.382.690,67	21.896.048,22	22.295.740,20	22.215.088,04	226.949.231,78	4.337.119,70	231.286.351,48
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	5.789,10	0,00	0,00	0,00	188.163,25	0,00	0,00	0,00	0,00	193.952,35	0,00	193.952,35
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	42.156,57	46.375,36	44.358,68	50.243,04	34.781,31	34.781,31	64.760,61	132.109,20	53.912,91	36.441,52	36.492,30	36.492,30	612.905,11	0,00	612.905,11
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	14.228,86	2.735,38	8.861,64	1.319,21	32.417,41	71.024,73	45.157,53	86.374,91	274.742,09	73.845,45	43.984,87	13.128,35	667.820,43	4.337.119,70	5.004.940,13
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.374.227,76	20.662.651,19	20.574.936,64	21.299.194,40	20.812.453,59	20.738.591,16	5.752.428,75	39.543,06	30.054.035,67	21.785.761,25	22.215.263,03	22.165.467,39	225.474.553,89		225.474.553,89
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	88.424.155,84	93.246.205,05	90.221.681,37	91.521.566,89	89.738.150,27	90.182.883,25	174.361.683,41	113.251.777,93	133.033.905,59	92.623.612,16	93.807.625,13	93.079.155,13	1.243.492.402,02	15.464.030,67	1.258.956.432,69

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.258.956.432,69	0,1692983%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.909.446.380,24	0,256773%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.813.974.061,22	0,243934%												
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.718.501.742,21	0,231096%												

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: SPO, Data e hora da emissão <22/05/2018 hhh e mmm>

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S): 1) Limite máximo fixado pela Resolução CJF 250/2013

ALFREDO ALVES BASTOS
Diretor de Secretaria de Controle Interno

ELIANE MONTECHIARI DE ALMEIDA SANCHES
Diretora Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria Geral

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

R$ 1,00

													DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)													1.490.242.784,17	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)													231.286.351,48	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)													1.258.956.432,69	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100													0,169298%	
													% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III												0,188508%	1.401.805.946,29
	Resol CNJ 5/2005						Ato decorrente \2:						0,188324%	1.400.437.663,27
	Resol CNJ 26/2006						Ato decorrente \2:						0,257251%	1.913.000.941,54
	Resol CNJ 177/2013						Ato decorrente \2:						0,256773%	1.909.446.380,24
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3													-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça;

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça;

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho;

\4 Os percentuais utilizados referem-se ao limite legal estabelecido nos respectivos atos decorrentes; Fonte: Ofício CJF-OFI-2017/03084 de 30/08/2017;

\5 Receita Corrente Líquida do 1º quadrimestre de 2018: Portaria n. 322, de 17 de maio de 2018.

ALFREDO ALVES BASTOS
Diretor de Secretaria de Controle Interno

ELIANE MONTECHIARI DE ALMEIDA SANCHES
Diretora Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
Diretora da Secretaria Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 91, DE 24 DE MAIO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-DF, referente ao primeiro quadrimestre de 2018, período de maio de 2017 a abril de 2018.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, considerando o item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário e o que consta do Procedimento Administrativo SEI nº 0003945-82.2016.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, referente ao período de maio de 2017 a abril de 2018 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Des. CARMELITA BRASIL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1]
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.610.220,11	5.857.930,18	5.715.576,07	5.705.792,89	5.897.147,37	5.765.052,00	9.226.644,47	7.039.499,61	8.442.401,35	5.963.619,97	6.002.876,44	5.948.351,05	77.175.111,51	420.222,19
Pessoal Ativo	4.065.539,36	4.221.088,00	4.110.204,12	4.161.517,01	4.152.901,48	4.163.672,62	6.794.229,85	5.447.110,87	6.041.310,97	4.365.248,87	4.417.216,43	4.362.359,94	56.302.399,52	362.328.73
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.508.797,94	3.649.888,50	3.519.482,86	3.572.292,52	3.561.437,18	3.564.641,53	5.555.552,44	4.819.482,13	5.415.901,41	3.737.242,72	3.792.107,01	3.733.014,35	48.429.840,59	261.991,99
Obrigações Patronais	556.741,42	571.199,50	590.721,26	589.224,49	591.464,30	599.031,09	1.238.677,41	627.628,74	625.409,56	628.006,15	625.109,42	629.345,59	7.872.558,93	100.336,74
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.544.680,75	1.636.842,18	1.605.371,95	1.544.275,88	1.744.245,89	1.601.379,38	2.432.414,62	1.592.388,74	2.401.090,38	1.598.371,10	1.585.660,01	1.585.991,11	20.872.711,99	57.893,46
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.018.833,02	1.101.986,97	1.070.687,09	1.009.591,02	1.209.561,03	1.076.678,83	1.612.294,08	1.055.549,53	1.584.902,56	1.056.154,23	1.055.851,88	1.055.851,88	13.907.942,12	25.256,26
Pensões	525.847,73	534.855,21	534.684,86	534.684,86	534.684,86	524.700,55	820.120,54	536.839,21	816.187,82	542.216,87	529.808,13	530.139,23	6.964.769,87	32.637,20
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.544.680,75	1.636.842,18	1.605.371,95	1.544.275,88	1.744.245,89	664.487,43	990.800,77	243.749,87	2.401.090,38	1.598.371,10	1.585.660,01	1.585.991,11	17.145.567,32	9.557,52
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-					243.749,87	-	-	-	-	243.749,87	9.557,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.544.680,75	1.636.842,18	1.605.371,95	1.544.275,88	1.744.245,89	664.487,43	990.800,77	-	2.401.090,38	1.598.371,10	1.585.660,01	1.585.991,11	16.901.817,45	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.065.539,36	4.221.088,00	4.110.204,12	4.161.517,01	4.152.901,48	5.100.564,57	8.235.843,70	6.795.749,74	6.041.310,97	4.365.248,87	4.417.216,43	4.362.359,94	60.029.544,19	410.664,67

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	60.440.208,86	0,008128
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	175.222.025,11	0,023563
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	166.460.923,85	0,022385
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	157.699.822,60	0,021207

FONTE: Sistema SIAFI, CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 23/Mai/2018, às 17h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17/5/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				77.595.333,70	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				17.155.124,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				60.440.208,86	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,008128%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,023631%	175.727.694,92
MÁXIMO	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023607%	175.549.223,22
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023563%	175.222.025,11

Fonte: Sistema SIAFI, CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 23/mai/2018, às 17h.

WESLEY NOGUEIRA AMARAL
Gestor Financeiro

ANTÔNIO LUIS RODRIGUES ALVES
Coordenador de Controle Interno

EDUARDO DE CASTRO RODRIGUES
Diretor-Geral

DESEMBARGADORA CARMELITA BRASIL
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 192, DE 22 DE MAIO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso relativo ao primeiro quadrimestre de 2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Processo Administrativo Eletrônico nº 387/2018, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Groso relativo ao primeiro quadrimestre de 2018 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MÁRCIO VIDAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.986.897,35	7.134.644,74	7.164.531,00	6.610.886,02	7.565.712,21	7.313.394,75	10.924.960,00	8.885.257,22	10.086.862,08	7.502.582,80	7.444.852,50	7.379.277,44	94.999.858,11	162.936,26
Pessoal Ativo	5.936.777,89	6.070.738,18	6.113.460,30	5.553.263,29	6.482.741,29	6.233.011,79	9.232.399,81	7.756.292,59	8.417.912,12	6.360.584,25	6.353.156,42	6.269.860,19	80.780.198,12	162.936,26
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.146.757,46	5.259.846,37	5.295.829,47	4.737.982,79	5.667.854,58	5.421.396,85	7.535.880,90	6.895.700,28	7.565.303,08	5.506.075,47	5.496.999,25	5.413.957,26	69.943.583,76	162.936,26
Obrigações Patronais	790.020,43	810.891,81	817.630,83	815.280,50	814.886,71	811.614,94	1.696.518,91	860.592,31	852.609,04	854.508,78	856.157,17	855.902,93	10.836.614,36	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.050.119,46	1.063.906,56	1.051.070,70	1.057.622,73	1.082.970,92	1.080.382,96	1.692.560,19	1.128.964,63	1.668.949,96	1.141.998,55	1.091.696,08	1.109.417,25	14.219.659,99	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	757.525,21	774.297,72	774.297,72	774.297,72	793.362,08	790.774,12	1.252.617,89	817.143,77	1.225.995,48	817.330,26	817.330,26	817.330,26	10.412.302,49	-
Pensões	292.594,25	289.608,84	276.772,98	283.325,01	289.608,84	289.608,84	439.942,30	311.820,86	442.954,48	324.668,29	274.365,82	292.086,99	3.807.357,50	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.058.556,82	1.063.906,56	1.051.070,70	1.059.746,51	1.085.703,96	1.080.382,96	147.375,23	837.004,23	1.668.949,96	1.141.998,55	1.091.696,08	1.109.417,25	12.395.808,81	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	8.437,36	-	-	2.123,78	2.733,04	-	-	338.327,72	-	-	-	-	351.621,90	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.050.119,46	1.063.906,56	1.051.070,70	1.057.622,73	1.082.970,92	1.080.382,96	147.375,23	498.676,51	1.668.949,96	1.141.998,55	1.091.696,08	1.109.417,25	12.044.186,91	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.928.340,53	6.070.738,18	6.113.460,30	5.551.139,51	6.480.008,25	6.233.011,79	10.777.584,77	8.048.252,99	8.417.912,12	6.360.584,25	6.353.156,42	6.269.860,19	82.604.049,30	162.936,26

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	82.766.985,56	0,011130
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	136.843.173,87	0,018402
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	130.001.015,18	0,017482
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	123.158.856,49	0,016562

FONTE: Sistema SIAFI, SOF/TSE e COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 22/mai/2018 às 13h e 30m .

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17/5/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	95.162.794,37
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.395.808,81
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	82.766.985,56
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,01 1 130%	
				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,018455%	137.237.298,87
LIMITE MÁXIMO	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,018436%	137.096.008,78
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,018402%	136.843.173,87

Fonte: Sistema SIAFI, SOF/TSE e COF/SAO/TRE/MT. Emitido em 22/mai/2018 às 13h 30m.

NILSON FERNANDO GOMES BEZERRA
Diretor-Geral

RAFAEL ZORNITTA
Secretário de Administração e Orçamento

DANIEL RIBEIRO TAURINES
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

Des. MÁRCIO VIDAL
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 17858, DE 28 DE MAIO DE 2018

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e §2 do art.55 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art.1 Republicar, em virtude de erro formal, os anexos I e II da Portaria nº 17.850 de 23 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 25/05/2018, Seção 1, Página 131, referentes ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2018, quais sejam: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.103.451,00	10.616.428,55	10.268.026,20	10.988.154,93	10.870.799,37	10.892.117,06	17.154.233,22	20.231.244,30	14.677.397,77	11.299.653,26	11.253.434,38	11.291.670,37	149.646.610,41	19.381,68
Pessoal Ativo	8.343.196,49	8.806.978,11	8.460.152,46	9.169.149,98	9.051.794,41	9.085.428,33	14321447,56	18372354,96	11928902,42	9.446.952,17	9.399.024,21	9.437.260,20	125.822.641,30	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.220.134,39	7.642.099,77	7.294.084,48	7.936.436,85	7.821.394,84	7.830.956,85	11781120,07	16959717,83	10641446,83	8.160.277,03	8.104.040,95	8.141.282,54	109.532.992,43	0,00
Obrigações Patronais	1.123.055,38	1.164.871,62	1.166.061,26	1.232.706,41	1.230.392,85	1.254.464,76	2.540.320,77	1.412.630,41	1.287.448,87	1.286.668,55	1.294.976,70	1.295.971,10	16.289.568,68	0,00
Benefícios Previdenciários	6,72	6,72	6,72	6,72	6,72	6,72	6,72	6,72	6,72	6,59	6,56	6,56	80,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.760.254,51	1.809.450,44	1.807.873,74	1.819.004,95	1.819.004,96	1.806.688,73	2.832.785,66	1.858.889,34	2.748.495,35	1.852.701,09	1.854.410,17	1.854.410,17	23.823.969,11	19.381,68
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.479.980,59	1.524.264,98	1.522.688,28	1.533.819,51	1.533.819,51	1.521.503,28	2.384.085,45	1.567.819,82	2.330.153,86	1.569.419,03	1.573.321,66	1.573.321,66	20.114.197,63	19.381,68
Pensões	280.271,68	285.183,22	285.183,22	285.183,20	285.183,21	285.183,21	448.697,97	291.067,28	418.339,41	283.279,98	281.086,43	281.086,43	3.709.745,24	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	2,24	2,24	2,24	2,24	2,24	2,24	2,24	2,24	2,08	2,08	2,08	2,08	26,24	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.769.612,09	1.810.718,43	1.807.873,74	1.819.004,95	1.819.004,96	1.806.688,73	1.308.810,68	312.238,90	2.748.969,78	1.852.701,09	1.854.410,17	1.854.410,17	20.764.443,69	19.381,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	9.357,58	1.267,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	312.238,90	474,43	0,00	0,00	0,00	323.338,90	19.381,68
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.760.254,51	1.809.450,44	1.807.873,74	1.819.004,95	1.819.004,96	1.806.688,73	1.308.810,68	0,00	2.748.495,35	1.852.701,09	1.854.410,17	1.854.410,17	20.441.104,79	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.333.838,91	8.805.710,12	8.460.152,46	9.169.149,98	9.051.794,41	9.085.428,33	15845422,54	19919005,40	11928427,99	9.446.952,17	9.399.024,21	9.437.260,20	128.882.166,72	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	*VALOR*	*% SOBRE A RCL*
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	128.882.166,72	0,017331
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	199.226.468,39	0,026791
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	189.265.144,97	0,025451
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	179.303.821,55	0,024112

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA , Data da emissão 28/Mai/2018 e hora de emissão 12h.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17/5/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018
R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				149.665.992,09	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				20.783.825,37	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				128.882.166,72	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0.017331%	
				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,026868	199.799.065,08
LIMITE	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,026841	199.598.284,42
MÁXIMO	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	0,000000	
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,026791	199.226.468,39

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CCF/SOFC/TRE-PA , Data da emissão 28/Mai/2018 e hora de emissão 12h
Notas:
\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

RICARDO SERRUYA DE MEDEIROS
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Substituto

SAMUEL CARVALHO MARINHO
Secretário de Controle Interno e Auditoria

EDSON DA CRUZ COSTA
Diretor Geral

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 499, DE 23 DE MAIO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:
Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2018 desta Corte.

Des. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.056.143,14	16.926.706,79	16.000.329,71	17.228.895,13	16.258.663,50	16.265.037,29	26.298.801,26	19.806.791,27	22.931.538,54	17.261.041,54	17.101.221,26	17.074.153,77	219.209.323,20	138.281,62
Pessoal Ativo	13.001.909,05	13.740.947,83	12.764.451,54	13.588.707,76	13.021.828,89	13.028.202,68	21.192.641,71	16.496.374,06	17.957.897,09	13.945.727,73	13.789.946,46	13.691.896,69	176.220.531,49	138.281,62
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.159.307,52	11.836.808,73	10.890.531,77	11.702.326,84	11.151.256,56	11.147.324,80	17.222.282,33	14.379.325,39	16.081.854,88	11.944.972,10	11.777.829,55	11.708.254,50	151.002.074,97	76.986,44
Obrigações Patronais	1.842.592,09	1.904.129,34	1.873.909,85	1.886.371,48	1.870.563,53	1.880.869,08	3.970.350,26	2.117.039,55	1.876.033,25	2.000.748,59	2.012.109,39	1.983.634,83	25.218.351,24	61.295,18
Benefícios Previdenciários	9,44	9,76	9,92	9,44	8,80	8,80	9,12	9,12	8,96	7,04	7,52	7,36	105,28	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.054.234,09	3.185.758,96	3.235.878,17	3.640.187,37	3.236.834,61	3.236.834,61	5.106.159,55	3.310.417,21	4.973.641,45	3.315.313,81	3.311.274,80	3.382.257,08	42.988.791,71	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.201.627,39	2.324.130,89	2.339.174,45	2.763.379,21	2.360.026,45	2.360.026,45	3.747.590,68	2.466.716,97	3.700.075,72	2.463.042,41	2.476.178,68	2.526.673,21	31.728.642,51	0,00
Pensões	852.603,82	861.625,35	896.700,84	876.805,44	876.805,44	876.805,44	1.358.566,31	843.697,68	1.273.563,17	852.269,00	835.093,56	855.581,31	11.260.117,36	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	2,88	2,72	2,88	2,72	2,72	2,72	2,56	2,56	2,56	2,40	2,56	2,56	31,84	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.054.234,09	3.185.758,96	3.235.878,17	3.640.187,37	3.282.251,94	1.737.264,44	1.195.017,32	508.279,73	4.973.641,45	3.315.313,81	3.311.274,80	3.391.104,80	34.830.206,88	479,14
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	45.417,33	3.736,06	0,00	41.770,71	0,00	0,00	0,00	8.847,72	99.771,82	479,14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.054.234,09	3.185.758,96	3.235.878,17	3.640.187,37	3.236.834,61	1.733.528,38	1.195.017,32	466.509,02	4.973.641,45	3.315.313,81	3.311.274,80	3.382.257,08	34.730.435,06	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.001.909,05	13.740.947,83	12.764.451,54	13.588.707,76	12.976.411,56	14.527.772,85	25.103.783,94	19.298.511,54	17.957.897,09	13.945.727,73	13.789.946,46	13.683.048,97	184.379.116,32	137.802,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	184.516.918,80	0,024813
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	325.495.194,20	0,043771
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	309.220.434,49	0,041582
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	292.945.674,78	0,039394

FONTE: SIAFI, COFIN/SOF/TRE-PE, data de emissão 21/maio/2018 às14h e 30min.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1.Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2.Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17/05/2018.

MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO
Secretário de Orçamento e Finanças

MÔNICA PESSOA SOARES SPREAFICO MONTEIRO
Secretária de Controle Interno

DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
Presidente

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				219.347.604,82	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				34.830.686,02	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				184.516.918,80	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,024813%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,043896%	326.424.734,29
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,043852%	326.097.536,18
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:		-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,043771%	325.495.194,20
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

Nota:

1. Valor da RCL do 1º quadrimestre de 2018 - Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO
Secretário de Orçamento e Finanças

MÔNICA PESSOA SOARES SPREAFICO MONTEIRO
Secretária de Controle Interno

DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 371, DE 28 DE MAIO DE 2018

O DESEMBARGADOR FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 1º quadrimestre de 2018, constituído pelos seguintes demonstrativos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal; e Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a"); R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.454.835,35	9.807.661,22	9.544.935,78	9.725.263,09	9.847.927,53	9.890.572,41	15.408.612,12	16.314.774,61	12.497.183,03	10.065.563,31	10.050.529,94	9.965.955,54	132.573.813,93	66,66
Pessoal Ativo	7.988.859,46	8.328.884,51	8.029.005,60	8.195.672,62	8.158.688,39	8.306.655,41	12.976.844,16	13.518.990,23	10.059.328,90	8.432.591,68	8.403.554,00	8.325.838,58	110.724.913,54	66,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.900.485,37	7.202.626,20	6.903.781,07	7.069.237,39	7.031.730,60	7.168.571,96	10.651.295,73	12.178.761,46	8.991.580,31	7.242.620,28	7.230.202,78	7.151.375,90	95.722.269,05	66,66
Obrigações Patronais	1.088.374,09	1.126.258,31	1.125.224,53	1.126.435,23	1.126.957,79	1.138.083,45	2.325.548,43	1.340.228,77	1.067.748,59	1.189.971,40	1.173.351,22	1.174.462,68	15.002.644,49	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.465.975,89	1.478.776,71	1.515.930,18	1.529.590,47	1.689.239,14	1.583.917,00	2.431.767,96	2.795.784,38	2.437.854,13	1.632.971,63	1.646.975,94	1.640.116,96	21.848.900,39	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.098.698,19	1.118.334,98	1.155.488,45	1.169.148,74	1.156.095,56	1.191.403,27	1.815.647,93	2.368.945,61	1.822.375,75	1.217.063,71	1.233.880,55	1.233.880,55	16.580.963,29	-
Pensões	367.277,70	360.441,73	360.441,73	360.441,73	533.143,58	392.513,73	616.120,03	426.838,77	615.478,38	415.907,92	413.095,39	406.236,41	5.267.937,10	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.465.975,89	1.478.776,71	1.515.930,18	1.529.590,47	1.689.239,14	1.583.917,00	528.997,05	4.011.632,29	2.437.854,13	1.632.971,63	1.646.975,94	1.640.116,96	21.161.977,39	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	4.011.632,29	-	-	-	-	4.011.632,29	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.465.975,89	1.478.776,71	1.515.930,18	1.529.590,47	1.689.239,14	1.583.917,00	528.997,05	-	2.437.854,13	1.632.971,63	1.646.975,94	1.640.116,96	17.150.345,10	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.988.859,46	8.328.884,51	8.029.005,60	8.195.672,62	8.158.688,39	8.306.655,41	14.879.615,07	12.303.142,32	10.059.328,90	8.432.591,68	8.403.554,00	8.325.838,58	111.411.836,54	66,66

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	111.411.903,20	0,014982
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	197.605.350,47	0,026573
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	187.725.082,95	0,025244
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	177.844.815,42	0,023916

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SOF/TSE, Data da emissão 18/05/2018.

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013. 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018; R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				132.573.880,59	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				21.161.977,39	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				111.411.903,20	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,014982%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,026649%	198.170.510,85
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,026622%	197.969.730,19
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,026573%	197.605.350,47
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

NUBIA FONTENELE DE CARVALHO CORDEIRO
Gestora Financeiro

LEONARDO MORAES JUNIOR
Coordenador de Controle Interno

GERALDO SEBASTIÃO ALMEIDA MOTA FILHO
Diretor Geral

Des. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
Presidente do Tribunal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 135, DE 24 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio de 2017 a abril de 2018, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DILERMANDO MOTA PEREIRA

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.577.404,21	8.745.616,08	8.639.992,30	8.582.147,02	8.697.178,38	8.628.895,10	13.941.904,66	12.349.742,42	11.865.239,49	8.830.383,74	9.060.485,12	9.048.964,08	116.967.952,60	
Pessoal Ativo	6.949.083,92	7.100.392,51	6.938.787,49	6.905.901,58	7.012.612,73	6.948.747,36	11.264.485,34	10.445.448,91	9.160.890,68	7.027.484,66	7.257.586,04	7.282.869,27	94.294.290,49	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.973.022,02	6.098.623,48	5.943.558,88	5.919.357,35	6.016.194,30	5.955.574,03	9.183.749,39	9.350.265,56	8.149.962,60	5.982.843,29	6.214.165,16	6.232.811,46	81.020.127,52	
Obrigações Patronais	976.061,90	1.001.769,03	995.228,61	986.544,23	996.418,43	993.173,33	2.080.735,95	1.095.183,35	1.010.928,08	1.044.641,37	1.043.420,88	1.050.057,81	13.274.162,97	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.628.320,29	1.645.223,57	1.701.204,81	1.676.245,44	1.684.565,65	1.680.147,74	2.677.419,32	1.904.293,51	2.704.348,81	1.802.899,08	1.802.899,08	1.766.094,81	22.673.662,11	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.126.475,99	1.141.099,72	1.140.537,00	1.142.361,61	1.150.681,82	1.143.911,96	1.838.631,21	1.321.729,32	1.850.829,69	1.233.886,39	1.233.886,39	1.197.082,12	15.521.113,22	
Pensões	501.844,30	504.123,85	560.667,81	533.883,83	533.883,83	536.235,78	838.788,11	582.564,19	853.519,12	569.012,69	569.012,69	569.012,69	7.152.548,89	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.628.320,29	1.645.241,90	1.701.219,24	1.676.245,44	1.684.565,65	1.680.147,74	2.037.534,01	1.223.279,81	2.704.348,81	1.802.899,08	1.803.578,52	1.766.094,81	21.353.475,30	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária											679,44		679,44	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		18,33	14,43				683.905,99						683.938,75	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.628.320,29	1.645.223,57	1.701.204,81	1.676.245,44	1.684.565,65	1.680.147,74	2.037.534,01	539.373,82	2.704.348,81	1.802.899,08	1.802.899,08	1.766.094,81	20.668.857,11	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.949.083,92	7.100.374,18	6.938.773,06	6.905.901,58	7.012.612,73	6.948.747,36	11.904.370,65	11.126.462,61	9.160.890,68	7.027.484,66	7.256.906,60	7.282.869,27	95.614.477,30	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	95.614.477,30	0,012858
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	182.182.421,30	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	173.073.300,23	0,023274
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	163.964.179,17	0,022049

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	116.967.952,60
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.353.475,30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	95.614.477,30

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,012858%	
	% DA RCL	VALOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,024570%	182.710.400,07
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,024545%	182.524.492,05
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,024499%	182.182.421,30
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. DILERMANDO MOTA PEREIRA
Presidente do Tribunal

ANDREA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS
Diretora Geral

HANYA PEREIRA REGO
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

MARIA DA GUIA DE ARAÚJO
Secretária de Administração e Orçamento
Em Substituição

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

PORTARIA Nº 142, DE 28 DE MAIO DE 2018

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 54 da LC nº 101/2000, resolve:
Art. 1º. APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2018, relativo ao período de maio de 2017 a abril de 2018, bem como o Demonstrativo de Limites, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão TCU n° 553/2017-Plenário, na forma do Anexo.

Desª. JUÍZA TÂNIA VASCONCELOS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Maio de 2017 a abril de 2018
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, I, "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.744.998,48	2.944.016,98	2.940.224,18	2.888.988,61	3.018.827,08	2.969.215,44	4.685.268,29	6.175.166,53	4.176.374,73	2.990.395,06	3.066.824,64	3.032.567,64	41.632.867,66	2.749,54
Pessoal Ativo	2.530.994,75	2.725.830,58	2.720.280,11	2.661.601,32	2.791.130,27	2.706.594,64	4.257.597,83	5.860.126,67	3.743.760,28	2.700.960,28	2.777.902,42	2.743.645,42	38.220.424,57	2.749,54
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.199.884,50	2.367.518,11	2.361.048,59	2.292.228,72	2.450.000,82	2.355.581,27	3.514.410,75	5.508.522,29	3.375.063,67	2.330.262,00	2.408.066,01	2.372.790,45	33.535.377,18	2.749,54
Obrigações Patronais	331.110,25	358.312,47	359.231,52	369.372,60	341.129,45	351.013,37	743.187,08	351.604,38	368.696,61	370.698,28	369.836,41	370.854,97	4.685.047,39	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	214.003,73	218.186,40	219.944,07	227.387,29	227.696,81	262.620,80	427.670,46	315.039,86	432.614,45	289.434,78	288.922,22	288.922,22	3.412.443,09	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	159.007,02	162.647,78	164.242,69	171.848,67	172.158,19	207.082,18	340.277,49	232.057,42	348.020,04	232.013,34	232.013,34	232.013,34	2.653.381,50	-
Pensões	54.996,71	55.538,62	55.701,38	55.538,62	55.538,62	55.538,62	87.392,97	82.982,44	84.594,41	57.421,44	56.908,88	56.908,88	759.061,59	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	214.003,73	218.186,40	269.183,55	232.784,35	239.354,99	55.538,62	86.846,64	401.297,29	432.614,45	294.228,17	288.922,22	288.922,22	3.021.882,63	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.793,39	-	-	4.793,39	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	49.402,24	5.397,06	11.658,18	-	1.905,98	401.297,29	-	-	-	-	469.660,75	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	214.003,73	218.186,40	219.781,31	227.387,29	227.696,81	55.538,62	84.940,66	-	432.614,45	289.434,78	288.922,22	288.922,22	2.547.428,49	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.530.994,75	2.725.830,58	2.671.040,63	2.656.204,26	2.779.472,09	2.913.676,82	4.598.421,65	5.773.869,24	3.743.760,28	2.696.166,89	2.777.902,42	2.743.645,42	38.610.985,03	2.749,54

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III)	38.613.734,57	0,005193

LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	54.932.101,15	0,007387
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	52.185.496,10	0,007018
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	49.438.891,04	0,006648

FONTE: SIAFI, SCPF/COF/TRE-RR. Emitido em 23/mai/2018, 14:00hs.

1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n.º 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL
Item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Maio de 2017 a abril de 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	41.635.617,20
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.021.882,63
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	38. 613.734,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				7 43.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,005193%	
LIMITE MÁXIMO <%>				% da RCL	Valor
	LRF, art. 20, incisos I, II e II			0,007408%	55.088.263,89
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE n°478, de 26.09.2005	0,007401%	55.036.209,64
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22.08.2013	0,007387%	54.932.101,15
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

PEDRO JOSÉ MATOS DE MENDONÇA
Gestor Financeiro
Em exercício

ALÍSIO STEINER SOARES DE MACEDO
Coordenador de Controle Interno

JONILTON ALVES DE OLIVEIRA
Diretora-Geral
Substituto

JUÍZA TÂNIA VASCONCELOS
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 102, DE 28 DE MAIO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário - item 9.4, no período compreendido entre maio de 2017 a abril de 2018, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. RICARDO ROESLER

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a') R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.618.362,50	12.288.633,91	11.703.226,40	11.982.542,31	11.929.678,82	12.149.343,51	19.047.198,94	14.919.081,16	16.888.202,48	11.642.769,35	13.517.608.19	12.554.933,59	160.241.581,16	100.000,00
Pessoal Ativo	9.183.398,11	9.819.183,00	9.236.628,94	9.403.587,89	9.382.440,65	9.521.477,30	15.012.553,32	12.294.170,48	12.988.106,43	8.874.410,05	10.822.311,38	9.888.637,86	126.426.905,41	70.000,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.930.377,38	8.467.034,89	7.944.342,99	8.098..620,80	8.074.410,44	8.201.666,27	12.292.445,65	10.773.254,41	11.702.316,21	7.513.218,15	9.453.083,40	8.503.957,80	108.954.728,39	60.000,00
Obrigações Patronais	1.253.020,73	1.352.148,11	1.292.285,95	1.304.967,09	1.308.030,21	1.319.811,03	2.720..107,67	1.520.916,07	1.285.790,22	1.361,191,90	1.369.227,98	1.384.680,06	17.472.177,02	10.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.434.964,39	2.469.450,91	2.466.597,46	2.578.954,42	2.547.238,17	2.627.866,21	4.034.645,62	2.624.910,68	3.900.096,05	2.768.359,30	2.695.296,81	2.666.295,73	33.814.675,75	30.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.789.705,12	1.867.157,24	1.864.303,79	1.897.609,15	1.898.717,88	1.979.345,92	2.979.187,55	1.943.610,62	2.877.578,58	2.073.702,82	1.942.380,64	1.954.909,61	25.068.208,92	30.000,00
Pensões	645.259,27	602.293,67	602.293,67	681.345,27	648.520,29	648.520,29	1.055.458,07	681.300,06	1.022.517,47	694.656,48	752.916,17	711.386,12	8.746.466,83	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF)	2.441.174,46	2.481.327,90	2.469.196,16	2.579.936,13	2.552.991,43	2.630.403,62	1.492.350,66	373.373,94	3.900.096,05	2.768.359,30	2.695.296,81	2.666.295,73	29.050.802,19	100.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.210,07	11.876,99	2.598,70	981,71	5.753,26	2.537,41	-	373.373,94	-	-	-	-	403.332,08	100.000,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.434.964,39	2.469.450,91	2.466.597,46	2.578.954,42	2.547.238,17	2.627.866,21	1.492.350,66	-	3.900.096,05	2.768.359,30	2.695.296,81	2.666.295,73	28.647.470,11	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	9.177.188,04	9.807.306,01	9.234.030,24	9.402.606,18	9.376.687,39	9.518.939,89	17.554.848,28	14.545.707,22	12.988.106,43	8.874.410,05	10.822.311,38	9.888.637,86	131.190.778,97	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	131.190.778,97	0,017642
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	258.999.614,33	0,034829
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	246.049.633,61	0,033088
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	233.099.652,90	0,031346

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRESC, Data de emissão: 21/maio/2018, hora da emissão: 16h e 15m.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas:
1) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013
2) Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	160.341.581,16
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	29.150.802,19
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	131.190.778,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

				%DA RCL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA -RCL (IV)					743.632.071.921,18
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100					0,017642%
LIMITE MÁXIMO<%> \1	LRF, art. 20, inciso I,II e III			0,034929%	259.743.246,40
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005.	0,034894%	259.482.975,18
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente\2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,034829%	258.999.614,33
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

SALÉSIO BAUER
Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDUARDO CARDOSO
Secretário de Administração e Orçamento

DENISE GOULART SCHLICKMANN
Secretária de Controle Interno e Auditoria

SÉRGIO MANOEL MARTINS
Diretor-Geral

DES. RICARDO ROESLER
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.098, DE 28 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006 e tendo em vista o contido no PA n. 9325/2018 resolve:

Art. 1º Destinar o Cargo em Comissão e as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, criadas de acordo com o anexo I - Novas Circunscrições Judiciárias, Área Apoio, da Lei n. 13.057, de 22 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 23 de dezembro de 2014, conforme quadro a seguir:

ORIGEM	DESTINO
01 (um) CJ-03 da Contadoria-Partidoria Distribuição- Depósito Público (seq.4410)	01 (uma) CJ-03 de Assessor do Gabinete da Corregedoria (seq.4410)
01 (uma) FC-05 da Contadoria-Partidoria Distribuição-Depósito Público (seq. 4406)	01 (uma) FC-05 do Gabinete da Corregedoria (seq. 4406)
01 (uma) FC-03 das Diretorias do Fórum (seq. 4398)	01 (uma) FC-03 do Gabinete da Corregedoria (seq 4398)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMÃO C. OLIVEIRA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 222, DE 28 DE MAIO DE 2018

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 1º quadrimestre de 2018, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa de Pessoal, na forma determinada pelo item 9.4 do acórdão 553/2017 - TCU-Plenário.

Des. MARCUS MOURA FERREIRA

ANEXO 1

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2017 A ABRIL/2018
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	115.714.546,63	147.837.307,42	116.793.834,37	116.042.295,46	116.062.627,05	117.497.027,15	213.038.355,75	134.333.727,52	146.234.172,34	117.277.024,04	124.358.793,38	123.625.374,21	1.588.815.085,32	5.687.876,80	1.594.502.962,12
Pessoal Ativo	78.838.976,75	91.440.315,54	78.612.896,26	78.072.878,73	77.929.169,10	78.496.771,06	144.796.815,96	82.208.510,43	107.246.988,91	77.742.904,46	84.246.450,20	84.048.362,91	1.063.681.040,31	5.094.829,58	1.068.775.869,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	66.921.162,52	79.298.029,66	66.497.508,00	66.168.991,70	65.918.118,39	66.409.004,41	119.582.849,20	69.925.997,67	93.451.690,65	66.094.302,05	71.969.099,28	71.629.596,91	903.866.350,44	5.059.895,77	908.926.246,21
Obrigações Patronais	11.917.814,23	12.142.285,88	12.115.388,26	11.903.887,03	12.011.050,71	12.087.766,65	25.213.966,76	12.282.512,76	13.795.298,26	11.648.602,41	12.277.350,92	12.418.766,00	159.814.689,87	34.933,81	159.849.623,68
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	36.875.569,88	56.396.991,88	38.180.938,11	37.969.416,73	38.133.457,95	39.000.256,09	68.241.539,79	52.125.217,09	38.987.183,43	39.534.119,58	40.112.343,18	39.577.011,30	525.134.045,01	593.047,22	525.727.092,23
Aposentadorias, Reserva e Reformas	30.576.637,95	46.887.400,29	31.749.060,85	31.603.342,84	31.774.221,84	32.603.895,05	56.332.969,63	42.322.877,84	32.615.971,77	32.944.386,58	33.580.608,85	33.137.330,86	436.328.904,35	447.704,00	436.776.608,35
Pensões	6.298.931,93	9.509.591,59	6.431.877,26	6.365.873,89	6.359.236,11	6.396.361,04	11.908.570,16	9.802.339,25	6.371.211,66	6.589.733,00	6.531.734,33	6.439.680,44	88.805.140,66	145.343,22	88.950.483,88
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	37.174.435,61	56.631.781,28	38.522.959,41	38.032.619,39	9.857.224,51	1.872.034,44	30.828.046,78	15.240.354,65	24.858.275,03	25.015.054,90	25.636.628,27	25.226.846,62	328.896.260,89	1.241,35	328.897.502,24
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	15.207,00	7.837,23	7.837,23	7.837,23	23.279,72	346.474,12	754.865,92	434.421,23	8.633,99	8.633,99	8.633,99	443.530,94	2.067.192,59		2.067.192,59
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	283.658,73	226.952,17	334.184,07	55.365,43	36.991,38	47.982,47	26.304.631,10	14.130.986,45	14.946,46	0,00	0,00	5.749,78	41.441.448,04		41.441.448,04
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.875.569,88	56.396.991,88	38.180.938,11	37.969.416,73	9.796.953,41	1.477.577,85	3.768.549,76	674.946,97	24.834.694,58	25.006.420,91	25.627.994,28	24.777.565,90	285.387.620,26	1.241,35	285.388.861,61
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	78.540.111,02	91.205.526,14	78.270.874,96	78.009.676,07	106.205.402,54	115.624.992,71	182.210.308,97	119.093.372,87	121.375.897,31	92.261.969,14	98.722.165,11	98.398.527,59	1.259.918.824,43	5.686.635,45	1.265.605.459,88

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)	1.265.605.459,88	0,170192%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.264.716.602,69	0,304548%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.151.480.772,56	0,289321%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.038.244.942,37	0,274093%

FONTE: Tesouro Gerencial/SIAFI - DOF/SEPEC/TRT3 - 22/MAI/2018 – 13h e 10min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 1.700.125,18. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação R$ 631.818,82, sendo que, desse saldo, no exercício de 2018, já foram pagos R$ 91.538,47 e já foram cancelados R$ 81.357,65.

3 - Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada de R$ 14.835.970,49. Não houve inscrição em restos a pagar.

4 - Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R$ 869.087,37. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação de R$ 5.957.458,89, sendo que ainda não houve pagamento ou cancelamento de tal saldo.

5 - Para as ações de Pessoal - ativos, inativos e pensionistas - não houve cancelamento de RAP no exercício de 2018.

6 - Não houve pagamento de outros benefícios previdenciários - ND 319005 - no período de apuração.

7 - Não houve reconhecimento de despesas de pessoal, de competência do período de apuração, que não tenham passado pela execução orçamentária ou que tenham sido classificadas/executadas em outras naturezas de despesa.

8 - Conforme apurado por este Regional, das despesas classificadas como de exercícios anteriores, ND 319092, no mês de Jan/2018, no total de R$ 74.013,13, o montante de R$ 59.096,67 refere- ao período de apuração do relatório e, portanto, não foi deduzido. Das despesas classificadas como de exercícios anteriores, ND 319092, nos meses de Fev/2018 e Mar/2018, nos valores de R$ 139.712,93 e R$ 3 todo o montante refere-se ao período de apuração do relatório e, portanto, não foram deduzidas.

Des. MARCUS MOURA FERREIRA
Presidente do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

MARILIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretora de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.594.502.962,12
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	328.897.502,24
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	1. 265.605.459,88

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				7 43.632.072. 000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)=(III/IV)*100				0, 170192 %	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,380315%	2. 828.144.314,63
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005 <informar o percetual>	0,380204%	2. 827.318.883,03
	Resol CNJ 26 /200 6	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007 <informar o percetual>	0,334678%	2. 488.772.945,93
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013 <informar o percetual>	0,334056%	2. 484.147.554,44
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015\3			0,304548%	2. 264.716.602,63

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

MARCUS MOURA FERREIRA
Desembargador Presidente do TRT da 3ª Região

JOSÉ NACIP COELHO
Assessor de Ordenação de Despesas

MARÍLIA SOUZA DINIZ ALVES
Diretora de Orçamento e Finanças

ANTÔNIO CLÁUDIO DOS SANTOS ROSA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 112, DE 28 DE MAIO DE 2018

O EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2018, na forma constante dos anexos.

Des. IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 112/2018
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas – Maio 2017 a Abril 2018 – Liquidadas													Inscritas em
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Total	Restos a Pagar não
	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2018	2018	2018	2018	(Últimos 12 meses)	Processados
													(a)	(b)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	49.923.483,74	64.056.529,93	51.011.288,06	51.360.815,38	51.830.082,54	51.433.695,61	82.489.814,82	65.853.982,72	66.274.039,34	52.053.082,26	54.601.468,32	53.121.350,92	694.009.633,64	2.918.208,25
Pessoal Ativo	36.639.820,19	43.702.932,58	36.980.701,12	37.441.491,35	37.096.900,79	37.216.671,86	60.391.095,56	43.899.296,28	51.867.365,52	37.496.726,30	39.487.712,03	38.319.981,26	500.540.694,84	516.463,38
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesa Variáveis	30.903.176,16	37.843.876,48	31.143.429,86	31.610.435,47	31.301.636,17	31.440.609,40	48.475.248,08	37.397.478,71	45.908.759,44	31.555.744,18	33.551.936,11	32.406.390,30	423.507.968,16	516.463,38
Obrigações Patronais	5.736.644,03	5.859.056,10	5.837.271,26	5.831.055,88	5.795.264,62	5.776.062,46	11.915.847,48	6.501.817,57	5.958.606,08	5.940.982,12	5.935.775,92	5.944.343,16	77.032.726,68	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.283.663,55	20.353.597,35	14.030.586,94	13.919.324,03	14.733.181,75	14.217.023,75	22.098.719,26	21.954.686,44	14.406.673,82	14.556.355,96	15.113.756,29	14.801.369,66	193.468.938,80	2.401.744,87
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.214.482,37	15.727.734,78	10.965.029,80	10.828.061,38	11.632.653,41	11.129.146,75	17.320.804,51	16.822.249,91	11.236.873,11	11.384.103,15	11.953.022,18	11.612.657,80	150.826.819,15	784.915,11
Pensões	3.069.181,18	4.625.862,57	3.065.557,14	3.091.262,65	3.100.528,34	3.087.877,00	4.777.914,75	5.132.436,53	3.169.800,71	3.172.252,81	3.160.734,11	3.188.711,86	42.642.119,65	1.616.829,76
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas não Computadas (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	13.311.277,50	20.364.038,96	14.067.343,42	13.980.700,18	14.758.890,82	14.244.434,65	10.356.728,03	15.771.298,27	14.445.003,27	14.597.573,15	15.187.589,64	14.893.951,59	175.978.829,48	2.412.819,52
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	629,19	635,19	671,39	671,39	671,39	671,39	677,73	677,73	677,73	677,73	677,73	677,73	8.016,32	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	26.984,76	9.806,42	36.085,09	60.704,76	25.037,68	26.739,51	2.987,19	13.234.931,55	37.651,72	40.539,46	73.155,62	92.534,64	13.667.158,40	2.412.819,52
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	13.283.663,55	20.353.597,35	14.030.586,94	13.919.324,03	14.733.181,75	14.217.023,75	10.353.063,11	2.535.688,99	14.406.673,82	14.556.355,96	15.113.756,29	14.800.739,22	162.303.654,76	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	36.612.206,24	43.692.490,97	36.943.944,64	37.380.115,20	37.071.191,72	37.189.260,96	72.133.086,79	50.082.684,45	51.829.036,07	37.455.509,11	39.413.878,68	38.227.399,33	518.030.804,16	505.388,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	743.632.071.921,18	
Despesa Total com Pessoal - DTP (V)= (IIIa +IIIb)	518.536.192,89	0,069730% 0,136461% 0,129638% 0,122815%
Limite Máximo (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.014.767.761,66	
Limite Prudencial (VII)= (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	964.029.745,40	
Limite de Alerta (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	913.290.985,50	

Fonte: Tesouro Gerencial, Seção de Análise/CCONT/SOF/TRT da 6ª Região - 23.05.2018, 09h.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram liquidadas:

a)Despesas com Precatório executados ´por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 412.452,31

b)Despesas com Requisições de Pequeno Valor(RPV) executadas por intermédio da descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 1.608.393,48.

3)Houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados no valor de R$ 91.609,41, referente a Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.

4)Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

Des. IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
Presidente do TRT da 6ª Região

JOÃO ANDRÉ PEGADO FERREIRA
Diretor-Geral
Substituto

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

MÁRCIA FERNANDA DE MENEZES ALVES DE ARAÚJO
Diretora da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 112/2018

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				696.927.841,89	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				178.391.649,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				518.536.192,89	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP SOBRE A RCL (V) = (III/IV)*100				0,069662%	
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,173432%	1.289.695.974,97
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,173382%	1.289.324.158,94
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007	0,152620%	1.134.931.268,17
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013	0,152336%	1.132.819.353,08
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015			0,136461%	1.014.767.761,66

Des. IVAN DE SOUZA VALENÇA ALVES
Presidente do Tribunal

JOÃO ANDRÉ PEGADO FERREIRAM
Diretor-Geral
Substituto

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

MÁRCIA FERNANDA DE MENEZES ALVES DE ARAÚJO
Diretora da Secretaria de Auditoria e Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO Nº 67, DE 24 DE MAIO DE 2018

O Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do anexo I do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 1º quadrimestre de 2018, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do "Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4", para divulgação e conhecimento público.

Des. JEFFERSON QUESADO JÚNIOR

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.120.072,97	26.574.390,85	25.999.982,25	26.371.766,08	26.497.716,93	26.313.870,67	42.360.719,22	56.821.038,97	41.470.360,59	26.511.379,28	28.088.996,74	27.292.219,33	385.422.513,88	3.548.989,63	388.971.503,51
Pessoal Ativo	20.917.435,71	19.496.069,25	18.966.904,48	19.325.159,67	19.055.108,05	19.184.004,44	31.290.918,31	21.656.649,53	30.853.438,91	19.414.015,46	21.009.874,32	20.146.078,02	261.315.656,15	618.285,72	261.933.941,87
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.934.329,00	16.429.440,25	15.920.382,87	16.282.439,42	16.025.641,04	16.143.839,44	25.007.948,07	18.385.507,39	27.708.321,31	16.269.647,09	17.871.141,44	17.005.081,63	220.983.718,95	465.841,43	221.449.560,38
Obrigações Patronais	2.983.106,71	3.066.629,00	3.046.521,61	3.042.720,25	3.029.467,01	3.040.165,00	6.282.970,24	3.271.142,14	3.145.117,60	3.144.368,37	3.138.732,88	3.140.996,39	40.331.937,20	152.444,29	40.484.381,49
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.202.637,26	7.078.321,60	7.033.077,77	7.046.606,41	7.442.608,88	7.129.866,23	11.069.800,91	35.164.389,44	10.616.921,68	7.097.363,82	7.079.122,42	7.146.141,31	124.106.857,73	2.930.703,91	127.037.561,64
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.029.902,03	5.625.538,53	5.625.662,79	5.590.462,25	5.610.156,61	5.618.703,12	8.800.262,38	21.120.595,23	8.461.397,94	5.645.735,21	5.647.871,41	5.660.920,46	91.437.207,96	2.733.984,92	94.171.192,88
Pensões	2.172.735,23	1.452.783,07	1.407.414,98	1.456.144,16	1.832.452,27	1.511.163,11	2.269.538,53	14.043.794,21	2.155.523,74	1.451.628,61	1.431.251,01	1.485.220,85	32.669.649,77	196.718,99	32.866.368,76
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.202.637,26	7.185.542,21	7.034.653,32	7.131.703,70	7.453.388,88	6.380.187,39	1.731.194,29	31.378.591,35	10.860.454,49	7.311.515,66	8.059.471,19	7.398.101,29	112.127.441,03	2.930.703,91	115.058.144,94
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-	-	-	-	-	217.668,59	197.621,12	241.037,62	193.987,11	192.941,88	191.897,17	1.235.153,49	-	1.235.153,49
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-	107.220,61	1.575,55	85.097,29	10.780,00	3.448,73	16.353,32	29.868.218,78	2.495,19	20.164,73	787.406,89	60.062,81	30.962.823,90	2.930.703,91	33.893.527,81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.202.637,26	7.078.321,60	7.033.077,77	7.046.606,41	7.442.608,88	6.376.738,66	1.497.172,38	1.312.751,45	10.616.921,68	7.097.363,82	7.079.122,42	7.146.141,31	79.929.463,64	-	79.929.463,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	20.917.435,71	19.388.848,64	18.965.328,93	19.240.062,38	19.044.328,05	19.933.683,28	40.629.524,93	25.442.447,62	30.609.906,10	19.199.863,62	20.029.525,55	19.894.118,04	273.295.072,85	618.285,72	273.913.358,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	273.913.358,57	0,036835%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	516.155.021,18	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	490.347.270,12	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	464.539.519,06	0,062469%

FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 24/mai/2018 - 13h - Publicado Ato nº 67 de 24 de maio de 2018 no DOU nº de /05/2018, Seção 1, págs

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Precatórios da Adm.Indireta - R$ 4.266.268,43; Precatórios da Adm.Direta - R$ 339.728,00 e Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R$ 1.268.950,78

3) No item Pessoal Ativo foi empenhado indevidamente em ação orçamentária de pessoal ativo 20TP- R$ 819.863,78 ref.sentença judicial pessoal inativo/pensionista 3190.91.15/3190.91.16

4) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 a ABRIL/2018
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	388.971.503,51
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	115.058.144,94
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	273.913.358,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,036835%	
% DA RCL	VALOR				
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,087418%	650.068.284,70
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,087393%	649.882.376,68
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,076928%	572.061.280,35
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,076785%	570.997.886,49
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,069410%	516.155.021,18

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho
FONTE: SIAFI e Divisão de Contabilidade/SAOF/TRT 7ª Região - 24/mai/2018 - 13h - Publicado Ato nº 67. de 24 de maio de 2018 no DOU nº de /05/2018, Seção 1, págs

Des. JEFFERSON QUESADO JÚNIOR
Vice-Presidente do Tribunal

CÉLIO RICARDO LIMA MAIA
Diretor Geral - Ordenador de Despesas
Substituto

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora da Divisão de Orçamento e Finanças

MAURA CRISTINA BRASIL CORREIA MARINHO
Secretária de Controle Interno
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 19, DE 25 DE MAIO DE 2018

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo SEI nº 18.0.000004242-7, resolve:

Tornar público, nos termos do art. 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo, relativo ao período de maio/2017 a abril/2018.

Des. MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	505.142.473,26
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	135.909.710,48
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	369.232.762,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100					0,049653%	
					% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III				0,118556%	881.620.439,28
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:			0,118521%	881.360.168,06
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:			0,104329%	775.823.904,40
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:			0,104135%	774.381.258,18
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				0,094278%	701.081.444,84

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRIÇÃO EM RAP NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	45.823.711,49	36.564.701,70	36.108.417,94	35.672.268,83	36.599.308,14	35.978.932,61	57.775.876,93	48.757.405,41	58.585.927,69	37.385.991,82	37.600.676,06	37.833.177,81	504.686.396,43	456.076,83	505.142.473,26
Pessoal Ativo	27.850.889,99	24.164.074,87	23.345.939,87	23.133.112,09	23.739.214,28	23.464.105,99	37.440.048,66	27.358.223,88	38.757.839,59	24.232.514,72	24.342.932,36	24.368.298,13	322.197.194,43	229.946,80	322.427.141,23
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	24.203.505,02	20.468.690,31	19.664.420,74	19.477.824,62	20.057.193,15	19.798.506,72	29.961.313,55	23.426.631,13	35.021.851,06	20.486.113,52	20.607.395,16	20.643.343,48	273.816.788,46	229.946,80	274.046.735,26
Obrigações Patronais	3.647.384,97	3.695.384,56	3.681.519,13	3.655.287,47	3.682.021,13	3.665.599,27	7.478.735,11	3.931.592,75	3.735.988,53	3.746.401,20	3.735.537,20	3.724.954,65	48.380.405,97	0,00	48.380.405,97
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.972.821,50	12.400.626,83	12.762.478,07	12.539.156,74	12.860.093,86	12.514.826,62	20.335.828,27	21.399.181,53	19.828.088,10	13.153.477,10	13.257.743,70	13.464.879,68	182.489.202,00	226.130,03	182.715.332,03
Aposentadorias, Reserva e Reformas	16.056.829,53	11.088.635,74	11.469.809,00	11.250.679,00	11.586.860,26	11.217.104,86	18.363.701,29	19.117.400,23	17.855.076,32	11.827.846,91	11.850.235,07	12.096.894,20	163.781.072,41	226.130,03	164.007.202,44
Pensões	1.915.991,97	1.311.991,09	1.292.669,07	1.288.477,74	1.273.233,60	1.297.721,76	1.972.126,98	2.281.781,30	1.973.011,78	1.325.630,19	1.407.508,63	1.367.985,48	18.708.129,59	0,00	18.708.129,59
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.970.453,25	12.407.406,27	12.779.698,19	12.539.156,74	12.875.224,24	2.850.251,37	0,00	9.925.688,82	13.381.820,99	14.365.861,44	13.343.745,34	13.470.403,83	135.909.710,48	0,00	135.909.710,48
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	-2.368,25	6.779,44	17.220,12	0,00	15.130,38	5.017,92	0,00	9.925.688,82	150.091,53	1.222.016,95	90.392,80	39.827,79	11.469.797,50	0,00	11.469.797,50
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.972.821,50	12.400.626,83	12.762.478,07	12.539.156,74	12.860.093,86	2.845.233,45	0,00	0,00	13.231.729,46	13.143.844,49	13.253.352,54	13.430.576,04	124.439.912,98	0,00	124.439.912,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	27.853.258,24	24.157.295,43	23.328.719,75	23.133.112,09	23.724.083,90	33.128.681,24	57.775.876,93	38.831.716,59	45.204.106,70	23.020.130,38	24.256.930,72	24.362.773,98	368.776.685,95	456.076,83	369.232.762,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	369.232.762,78	0,049653%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	701.081.444,84	0,094278%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	666.027.372,60	0,089564%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	630.973.300,36	0,084850%

FONTE: TESOURO GERENCIAL - NUCAN/SEORF/TRT 10ª Região - 23/mai/2018 - 19h00min.

NOTA(S):

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada o valor de R$ 6.669.494,31.

b) Despesas com Precatórios da Administração Direta "Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor (RPV)": despesas executadas por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque), sendo despesa liquidada o valor de R$ 10.896.896.46.

3) Despesas com Pessoal Ativo, sendo despesa liquidada no valor de R$ 322.197.194,43 e despesa inscrita em Restos a Pagar no valor de R$ 229.946,80 .

a) Contribuição patronal para o RPPS, no montante de R$ 47.621.258,42;

b) Contribuições previdenciárias ao INSS, no montante de R$ 115.297,42;

c) Contribuições previdenciárias ao FUNPRESP, no montante de R$ 643.426,19;

d) Demais Despesas com Pessoal Ativo, sendo R$273.817.212,59 liquidadas no período e R$ 229.946,80 inscritas em Restos a Pagar não Processados.

4) Cancelamento de Restos a Pagar não Processados: no período de maio de 2017 a abril de 2018, não houve cancelamento de restos a pagar de pessoal inscritos em 31 de dezembro de 2017.

5) Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

Des. MARIA REGINA MACHADO GUIMARÃES
Presidente do Tribunal

RAFAEL ALVES BELLINELLO
Diretor Geral e Ordenador de Despesas

WAGNER AZEVEDO DA SILVA
Coordenador de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

PORTARIA Nº 154, DE 25 DE MAIO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, regimentais e tendo em vista o constante no Protocolo TRT n. 000.07397/2018, resolve: Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2018, no Diário Administrativo Eletrônico da Justiça do Trabalho da 13ª Região e Diário Oficial da União, em cumprimento ao que dispõe o inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Dê-se ciência. Publique-se.

Des. EDUARDO SERGIO DE ALMEIDA

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FICAL

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. inciso I, alínea "a")															R$1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Último 12 meses)														
LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)													TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	32.309.130,82	27.821.603,8927. 339.892,8527. 491.327,0427. 292.694,4127. 517.474,3044. 112.507,1034. 813.669,3644. 195.922,8628. 848.205,7628. 467.718,8228. 506.767,57378. 716.914,780,00378. 716.914,78
Pessoal Ativo	23.567.000,27	21.552.691,97	21.219.819,29	21.395.410,44	21.073.087,11	20.990.942,61	34.380.067,83	25.066.883,81	34.538.938,41	22.201.415,97	21.805.849,78	21.804.443,12	289.596.550,61	0,00	289.596.550,61
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	20.302.503,05	18.212.696,47	17.899.413,24	18.020.573,19	17.771.610,35	17.697.177,75	27.612.260,99	21.349.222,21	31.150.346,10	18.832.898,17	18.463.645,90	18.466.767,93	245.779.115,35	0,00	245.779.115,35
Obrigações Patronais	3.264.497,22	3.339.995,50	3.320.406,05	3.374.837,25	3.301.476,76	3.293.764,86	6.767.806,84	3.717.661,60	3.388.592,31	3.368.517,80	3.342.203,88	3.337.675,19	43.817.435,26	0,00	43.817.435,26
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.742.130,55	6.268.911,92	6.120.073,56	6.095.916,60	6.219.607,30	6.526.531,69	9.732.439,27	9.746.785,55	9.656.984,45	6.646.789,79	6.661.869,04	6.702.324,45	89.120.364,17	0,00	89.120.364,17
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.210.082,30	5.253.947,47	5.102.802,73	5.070.554,26	5.203.876,04	5.389.430,68	8.047.777,41	7.598.910,64	7.984.143,30	5.510.034,64	5.533.512,16	5.574.068,94	73.479.140,57	0,00	73.479.140,57
Pensões	1.532.048,25	1.014.964,45	1.017.270,83	1.025.362,34	1.015.731,26	1.137.101,01	1.684.661,86	2.147.874,91	1.672.841,15	1.136.755,15	1.128.356,88	1.128.255,51	15.641.223,60	0,00	15.641.223,60
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.315.775,11	6.798.090,64	6.633.190,91	6.659.196,67	6.734.527,75	671.280,80	3.757.015,74	8.365.304,80	10.643.246,89	7.515.516,71	7.291.988,22	764.755,86	75.149.890,10	0,00	75.149.890,10
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	572.230,16	509.828,08	503.007,49	501.064,86	499.512,32	656.358,55	999.203,12	657.046,57	848.971,24	503.657,29	497.090,29	662.756,34	7.410.726,31	0,00	7.410.726,31
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	1.414,40	19.350,64	10.109,86	62.215,21	15.408,13	14.922,25	5.048,48	6.022.264,86	137.291,20	365.069,63	133.028,89	121.842,45	6.907.966,00	0,00	6.907.966,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.742.130,55	6.268.911,92	6.120.073,56	6.095.916,60	6.219.607,30	0,00	2.752.764,14	1.685.993,37	9.656.984,45	6.646.789,79	6.661.869,04	-19.842,93	60.831.197,79	0,00	60.831.197,79
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.993.355,71	21.023.513,25	20.706.701,94	20.832.130,37	20.558.166,66	26.846.193,50	40.355.491,36	26.448.364,56	33.552.675,97	21.332.689,05	21.175.730,60	27.742.011,71	303.567.024,68	0,00	303.567.024,68

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGALVALOR% SOBRE A RCL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	303.567.024,68	0,040822%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	502.531.681,62	0,067578%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	477.405.097,54	0,064199%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	452.278.513,45	0,060820%
FONTE: TESOURO GERENCIAL - SPF - SCONT - 25/05/2018 10h e 05m		

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RP
V) executadas por meio de descentralização de créditos (provisão) : R$ 7.428.655,05;

Despesas com Outros Precatórios Judiciais executados por meio de descentralização de créditos (destaque) : R$ 5.352.125,54.

EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA
Desembargador Presidente

PAULO LINDENBERG CSTRO DE LIMA
Diretor Geral

CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R$1,00

DESPESAS EXECUTADAS

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				378.716.914,78	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				75.149.890,10	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				303.567.024,68	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,040822%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,076936%	572.120.770,91
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,076914%	571.957.171,86
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,067704%	503.468.658,03
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,067578%	502.531.681,62
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,067578%	502.531.681,62

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA
Presidente

PAULO LINDENBERG CASTOR DE LIMA
Diretor Geral

LEONARDO GUEDES PEREIRA
Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 31, DE 28 DE MAIO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. FERNANDO DA SILVA BORGES

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	103.164.504,54	100.559.370,02	98.389.458,44	99.694.582,72	99.626.368,21	98.699.441,82	157.874.999,79	133.803.984,18	147.635.026,43	100.541.672,43	103.904.934,77	103.801.487,71	1.347.695.831,06	17.551.284,76	1.365.247.115,82
Pessoal Ativo	78.156.549,34	77.051.088,94	75.171.689,83	76.192.648,99	75.627.254,82	75.174.860,85	121.065.683,14	101.740.049,78	111.181.608,10	75.821.855,44	78.644.718,75	78.511.684,53	1.024.339.692,51	14.227.393,70	1.038.567.086,21
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	66.899.066,24	65.565.592,48	63.722.152,45	64.781.703,72	64.218.608,79	63.788.821,89	97.687.377,41	89.132.542,30	99.481.922,47	64.168.130,17	67.081.838,99	66.979.909,00	873.507.665,91	3.153.294,99	876.660.960,90
Obrigações Patronais	11.257.483,10	11.485.496,46	11.449.537,38	11.410.945,27	11.408.646,03	11.386.038,96	23.378.305,73	12.607.507,48	11.699.685,63	11.653.725,27	11.562.879,76	11.531.775,53	150.832.026,60	11.074.098,71	161.906.125,31
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.007.955,20	23.508.281,08	23.217.768,61	23.501.933,73	23.999.113,39	23.524.580,97	36.809.316,65	32.063.934,40	36.453.418,33	24.719.816,99	25.260.216,02	25.289.803,18	323.356.138,55	3.323.891,06	326.680.029,61
Aposentadorias, Reserva e Reformas	22.008.529,53	20.996.745,47	20.696.410,96	20.995.189,38	21.484.796,06	21.027.102,32	32.962.060,36	29.339.097,63	32.614.690,51	22.167.625,60	22.628.787,10	22.675.191,81	289.596.226,73	2.136.905,61	291.733.132,34
Pensões	2.999.425,67	2.511.535,61	2.521.357,65	2.506.744,35	2.514.317,33	2.497.478,65	3.847.256,29	2.724.836,77	3.838.727,82	2.552.191,39	2.631.428,92	2.614.611,37	33.759.911,82	1.186.985,45	34.946.897,27
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	25.028.831,17	23.524.852,90	23.229.769,85	23.503.951,87	24.482.130,39	4.009.031,90	8.127,90	32.011.664,27	38.049.405,03	24.905.066,08	28.746.585,81	25.374.835,20	272.874.252,37	8.688.320,46	281.562.572,83
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	20.875,97	16.571,82	12.001,24	2.018,14	483.017,00	12.631,82	8.127,90	32.011.664,27	1.595.986,70	185.249,09	3.486.369,79	85.032,02	37.919.545,76	8.688.320,46	46.607.866,22
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.007.955,20	23.508.281,08	23.217.768,61	23.501.933,73	23.999.113,39	3.996.400,08	0,00	0,00	36.453.418,33	24.719.816,99	25.260.216,02	25.289.803,18	234.954.706,61	0,00	234.954.706,61
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	78.135.673,37	77.034.517,12	75.159.688,59	76.190.630,85	75.144.237,82	94.690.409,92	157.866.871,89	101.792.319,91	109.585.621,40	75.636.606,35	75.158.348,96	78.426.652,51	1.074.821.578,69	8.862.964,30	1.083.684.542,99

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.083.684.542,99	0,145729%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.897.704.429,82	0,255194%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.802.819.208,33	0,242434%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LR	1.707.933.986,84	0,229675%

FONTE: Tesouro Gerencial, Coordenadoria de Controle Interno, 22/05/2018 e 11h e 00m

NOTA(S):

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011-TCU-Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R$ 20.022.982,05;

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R$ 4.784.441,03.

3) Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006-TCU-Plenário, não foi incluído o valor de R$ 138.745,42 referente a "Precatórios da Administração Indireta".

4) Em relação ao Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, publicado no DOU de 29/01/2018, pg.170, na coluna Demais obrigações financeiras, especificamente quanto as linhas Recursos ordinários e Total dos recursos não vinculados onde se lê R$ 8.688.320,46, leia-se R$ 0,00 e na linha Total, onde se lê R$ 8.818.594,30, leia-se R$ 130.273,84. Nas colunas Disponibilidade de caixa líquida e Restos a pagar empenhados e não liquidados do exercício, na linha Total dos recursos não vinculados, onde se lê R$ 31.291.860,15, leia-se R$ 39.980.180,61 e na linha Total, onde se leem, respectivamente, R$ 69.651.496,29 e R$ 51.919.737,71, leia-se R$ 78.339.816,75 e R$ 60.608.058,17.

5) Em relação ao Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, publicado no DOU de 29/01/2018, pg. 171, nas colunas Inscrição em restos a pagar não processados e Suficiência antes da inscrição em restos a pagar não processados, especificamente quanto a linha Valor apurado nos demonstrativos respectivos, onde se leem, respectivamente, R$ 51.919.737,71 e R$ 69.651.496,29, leia-se R$ 60.608.058,17 e R$ 78.339.816,75.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.365.247.115,82	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				281.562.572,83	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**1.083.684.542,99**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**743.632.072.000,00**	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,145729%**	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III				-
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO SEOF GDGCA GP Nº 239/2005	0,249272%	1.853.666.538,52
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,249200%	1.853.131.123,42
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,219360%	1.631.231.313,14
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,255194%	1.897.704.429,82

ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER
Diretor-Geral

SINVAL ALVES FERNANDES
Responsável p/ Controle Interno

Des. FERNANDO DA SILVA BORGES
Presidente do Tribunal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA Nº 556, DE 28 DE MAIO DE 2018

Determinar a publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho o Anexo I - Demonstrativo de Despesa Com Pessoal, de que trata o artigo 55, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU - Plenário. Item 9.4., partes integrantes do Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao período de maio de 2017 a abril de 2018.

SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.057.169,93	15.745.309,45	13.268.085,71	13.460.771,48	13.205.756,48	13.065.178,77	20.670.619,49	16.591.066,85	18.263.307,60	13.872.325,61	14.233.232,14	14.038.787,46	179.471.610,97	25.833,22	179.497.444,19
Pessoal Ativo	11.582.537,80	13.471.358,59	11.777.234,79	11.906.699,44	11.670.791,62	11.552.293,51	18.333.368,29	13.926.110,95	16.672.941,62	12.271.876,67	12.559.889,04	12.397.809,00	158.122.911,32	25.833,22	158.148.744,54
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.764.175,69	11.615.825,62	9.921.148,71	10.053.765,28	9.824.222,19	9.716.833,82	15.246.959,62	11.934.327,44	14.767.735,06	10.367.740,41	10.662.801,66	10.514.268,65	134.389.804,15	25.833,22	134.415.637,37
Obrigações Patronais	1.818.362,11	1.855.532,97	1.856.086,08	1.852.934,16	1.846.569,43	1.835.459,69	3.086.408,67	1.991.783,51	1.905.206,56	1.904.136,26	1.897.087,38	1.883.540,35	23.733.107,17	0,00	23.733.107,17
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.474.632,13	2.273.950,86	1.490.850,92	1.554.072,04	1.534.964,86	1.512.885,26	2.337.251,20	2.664.955,90	1.590.365,98	1.600.448,94	1.673.343,10	1.640.978,46	21.348.699,65	0,00	21.348.699,65
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.292.344,59	1.891.522,74	1.287.048,96	1.350.270,08	1.331.162,90	1.309.083,30	2.026.897,78	2.135.355,14	1.381.521,65	1.391.604,61	1.464.498,77	1.432.134,13	18.293.444,65	0,00	18.293.444,65
Pensões	182.287,54	382.428,12	203.801,96	203.801,96	203.801,96	203.801,96	310.353,42	529.600,76	208.844,33	208.844,33	208.844,33	208.844,33	3.055.255,00	0,00	3.055.255,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.474.632,13	2.274.563,09	1.506.757,79	1.557.006,81	1.534.964,86	1.533.012,87	434.919,60	3.043.800,24	2.320.062,38	1.701.482,03	1.673.343,10	1.647.001,59	20.701.546,49	19.356,81	20.720.903,30
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.399,76	0,00	7.288,29	0,00	0,00	0,00	0,00	8.688,05	0,00	8.688,05
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	612,23	15.906,87	2.934,77	0,00	18.727,85	3.579,80	3.036.511,65	729.696,40	101.033,09	0,00	6.023,13	3.915.025,79	19.356,81	3.934.382,60
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.474.632,13	2.273.950,86	1.490.850,92	1.554.072,04	1.534.964,86	1.512.885,26	431.339,80	0,30	1.590.365,98	1.600.448,94	1.673.343,10	1.640.978,46	16.777.832,65	0,00	16.777.832,65
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.582.537,80	13.470.746,36	11.761.327,92	11.903.764,67	11.670.791,62	11.532.165,90	20.235.699,89	13.547.266,61	15.943.245,22	12.170.843,58	12.559.889,04	12.391.785,87	158.770.064,48	6.476,41	158.776.540,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.071.921,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	158.776.540,89	0,021351%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	318.884.305,08	0,042882%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	302.940.089,83	0,040738%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	286.995.874,57	0,038594%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, SOF/TRT16, 24/MAI/2018 - 9H 27MIN

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b)Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64;

Nota2: As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, que totalizaram R$ 7.844,52, não foram computadas no Relatório, conforme orientação constante no Ofício-Cirular Conjunto Nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão Nº 894/2012 - TCU - Plenário;

Nota3: As despesas relativas a precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), cujo montante chegou a R$ 3.225.857,12, também não foram registradas no Relatório, em cumprimento ao Acórdão Nº 2097/2011 - TCU - Plenário.

Desª. SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO
Presidente

CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Diretor Geral

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Coordenador de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
ELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	179.497.444,19
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	20.720.903,30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	158.776.540,89

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,021351%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,029946%	222.688.060,26
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,029937%	222.621.133,37
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,026353%	195.969.359,91
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,026304%	195.604.980,20
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,042882%	318.884.305,08

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desª. SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO
Presidente

CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Diretor Geral

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Coordenador de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

PORTARIA Nº 207, DE 28 DE MAIO DE 2018

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de maio/2017 a abril/2018, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram esta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se no DEJT, DOU e no site deste Tribunal.

Desª. AUXILIADORA RODRIGUES

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.430.954,23	20.804.649,47	16.825.225,26	16.859.232,39	17.071.668,85	17.030.943,06	27.100.363,41	21.198.283,52	27.438.454,15	18.037.745,27	17.171.944,36	17.428.882,30	233.398.346,27	74.865,57	233.473.211,84
Pessoal Ativo	13.714.665,44	16.232.215,74	13.894.500,03	13.803.638,69	13.593.931,86	13.924.178,04	22.246.948,73	16.347.315,71	22.655.626,65	14.815.086,55	13.954.740,27	14.144.010,10	189.326.857,81	74.865,57	189.401.723,38
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.508.871,24	13.976.493,11	11.683.040,00	11.603.278,00	11.400.628,97	11.704.359,89	17.701.657,78	13.798.875,20	20.288.918,70	12.541.124,78	11.771.474,90	11.892.006,33	159.870.728,90	74.865,57	159.945.594,47
Obrigações Patronais	2.205.794,20	2.255.722,63	2.211.460,03	2.200.360,69	2.193.302,89	2.219.818,15	4.545.290,95	2.548.440,51	2.366.707,95	2.273.961,77	2.183.265,37	2.252.003,77	29.456.128,91	0,00	29.456.128,91
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.716.288,79	4.572.433,73	2.930.725,23	3.055.593,70	3.477.736,99	3.106.765,02	4.853.414,68	4.850.967,81	4.782.827,50	3.222.658,72	3.217.204,09	3.284.872,20	44.071.488,46	0,00	44.071.488,46
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.273.006,11	3.844.130,99	2.470.737,65	2.597.691,34	3.019.834,63	2.648.862,66	4.144.783,25	4.312.548,79	4.084.129,03	2.742.544,43	2.736.590,89	2.809.363,39	37.684.223,16	0,00	37.684.223,16
Pensões	443.282,68	728.302,74	459.987,58	457.902,36	457.902,36	457.902,36	708.631,43	538.419,02	698.698,47	480.114,29	480.613,20	475.508,81	6.387.265,30	0,00	6.387.265,30
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.763.216,70	4.611.707,61	2.955.813,11	3.098.249,89	3.503.468,15	3.170.105,66	434.410,16	3.767.254,57	4.970.755,61	3.701.784,34	3.397.109,48	3.324.211,97	39.698.087,25	0,00	39.698.087,25
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	37.953,46	39.273,88	25.087,88	25.087,88	25.731,16	38.630,60	0,00	0,00	76.550,20	0,00	73.977,08	0,00	342.292,14	0,00	342.292,14
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	8.974,45	0,00	0,00	17.568,31	0,00	24.710,04	0,00	3.767.254,57	111.377,91	479.125,62	105.928,31	39.339,77	4.554.278,98	0,00	4.554.278,98

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.716.288,79	4.572.433,73	2.930.725,23	3.055.593,70	3.477.736,99	3.106.765,02	434.410,16	0,00	4.782.827,50	3.222.658,72	3.217.204,09	3.284.872,20	34.801.516,13	0,00	34.801.516,13
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.667.737,53	16.192.941,86	13.869.412,15	13.760.982,50	13.568.200,70	13.860.837,40	26.665.953,25	17.431.028,95	22.467.698,54	14.335.960,93	13.774.834,88	14.104.670,33	193.700.259,02	74.865,57	193.775.124,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.071.921,18	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	193.775.124,59	0,026058%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	311.522.347,57	0,041892%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	295.946.230,19	0,039797%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	280.370.112,81	0,037703%

FONTE: Tesouro Gerencial, SECA/COF/TRT21, 15/05/2018 - 11:46

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Despesas Liquidadas com Sentenças Judiciais (Precatórios e RPV), executadas por meio de descentralização externa de créditos (provisão e destaque): R$ 520.866,62.

3) O total das Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b) está diferente do RGF do 3º Quadrimestre de 2017 considerando o cancelamento do valor de R$ 937,92 da 2017NE000023.

Desª. MARIA AUXILIADORA BARROS DE MEDEIROS RODRIGUES
Presidente

MÁRCIO DE MEDEIROS DANTAS
Ordenador de Despesas

JEREMIAS IDUÍNO DA ROCHA E SILVA
Coordenador de Controle Interno

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Coordenador de Orçamento e Finanças

GILSENBERG GURGEL PINHEIRO
Gestor Financeiro

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				233.473.211,84	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				39.698.087,25	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				193.775.124,59	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,026058%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual>			0,044093%	327.889.689,47
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,044080%	327.793.017,30
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,038802%	288.544.116,55
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,038730%	288.008.701,46
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3			0,041892%	311.522.347,57

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desª. MARIA AUXILIADORA BARROS DE MEDEIROS RODRIGUES
Presidente

MÁRCIO DE MEDEIROS DANTAS
Ordenador de Despesas

JEREMIAS IDUÍNO DA ROCHA E SILVA
Coordenador de Controle Interno

ENOCK DE PAIVA CAVALCANTE
Coordenador de Orçamento e Finanças

GILSENBERG GURGEL PINHEIRO
Gestor Financeiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PORTARIA Nº 67, DE 24 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL deste Tribunal, relativo ao período de maio de 2017 a abril de 2018.

Des. JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.777.917,46	14.669.035,63	14.422.958,51	14.653.294,68	14.455.913,06	13.693.452,31	23.293.538,88	19.074.228,41	23.735.423,07	14.669.775,85	15.173.761,44	15.290.116,57	199.909.415,87	14.106,95	199.923.522,82
Pessoal Ativo	14.125.410,75	12.865.468,43	12.578.362,79	12.652.718,97	12.558.466,62	11.828.614,74	20.308.426,90	15.870.787,15	20.757.902,09	12.594.089,27	13.002.093,97	12.977.203,84	172.119.545,52	14.106,95	172.133.652,47
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.195.467,64	10.906.426,33	10.620.289,72	10.700.477,05	10.607.324,80	10.510.562,83	16.360.674,88	13.596.724,08	18.766.891,47	10.600.552,53	11.006.267,73	10.992.088,44	146.863.747,50	14.106,95	146.877.854,45
Obrigações Patronais	1.929.943,11	1.959.042,10	1.958.073,07	1.952.241,92	1.951.141,82	1.318.051,91	3.947.752,02	2.274.063,07	1.991.010,62	1.993.536,74	1.995.826,24	1.985.115,40	25.255.798,02		25.255.798,02
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.652.506,71	1.803.567,20	1.844.595,72	2.000.575,71	1.897.446,44	1.864.837,57	2.985.111,98	3.203.441,26	2.977.520,98	2.075.686,58	2.171.667,47	2.312.912,73	27.789.870,35	0,00	27.789.870,35
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.407.962,78	1.637.154,89	1.679.937,12	1.835.917,11	1.732.787,84	1.700.178,97	2.732.112,04	3.035.920,22	2.726.239,36	1.904.260,96	2.002.194,13	2.143.439,39	25.538.104,81		25.538.104,81
Pensões	244.543,93	166.412,31	164.658,60	164.658,60	164.658,60	164.658,60	252.999,94	167.521,04	251.281,62	171.425,62	169.473,34	169.473,34	2.251.765,54		2.251.765,54
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.652.506,71	1.803.567,20	1.844.883,12	2.000.575,71	1.897.446,44	1.864.837,57	693.636,24	4.134.366,70	3.123.077,35	2.075.686,58	2.171.667,47	2.312.912,73	26.575.163,82	0,00	26.575.163,82
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	287,40	0,00	0,00	0,00	0,00	4.134.366,70	145.556,37	0,00	0,00	0,00	4.280.210,47		4.280.210,47
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.652.506,71	1.803.567,20	1.844.595,72	2.000.575,71	1.897.446,44	1.864.837,57	693.636,24	0,00	2.977.520,98	2.075.686,58	2.171.667,47	2.312.912,73	22.294.953,35		22.294.953,35
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.125.410,75	12.865.468,43	12.578.075,39	12.652.718,97	12.558.466,62	11.828.614,74	22.599.902,64	14.939.861,71	20.612.345,72	12.594.089,27	13.002.093,97	12.977.203,84	173.334.252,05	14.106,95	173.348.359,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	173.348.359,00	0,023311%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	330.202.385,25	0,044404%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	313.692.265,99	0,042184%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	297.182.146,73	0,039964%

FONTE: SIAFI, STN, COF/TRT DA 24ª REGIÃO, 23/05/2018, 11h e 45m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R$ 794.024,92.

2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (provisão), no valor de R$ 675.500,03.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				199.923.522,82	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				26.575.163,82	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				173.348.359,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.072.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,023311%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,041820%	310.986.932,51
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,041808%	310.897.696,66

Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,036802%	273.671.475,14
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,036733%	273.158.369,01
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,044404%	330.202.385,25

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Des. JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA
Presidente

ADRIANO PIRES DE SOUZA
Coordenador de Orçamento e Finanças

SELZO MOREIRA FERNANDES
Coordenador de Controle Interno

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 36.111, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo Administrativo nº 2.408/2018. Nº Originário: s/nº. Requerente: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Requerido: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA - CFF. Relator: Conselheiro Federal VALMIR DE SANTI. Ementa: Projeto Cuidado Farmacêutico na Farmácia Comunitária em 5 (cinco) módulos: 1 - Introdução à Farmácia Clínica (16 horas); 2 - Cuidado Farmacêutico Aplicado a Pacientes com Hipertensão (16 horas); 3 - Cuidado Farmacêutico Aplicado a Pacientes com Diabetes (16 horas); 4 - Cessação Tabágica e Perda de Peso (16 horas); 5 - Manejo de Transtornos Autolimitados (16 horas). Pela aprovação. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros, por unanimidade de votos, em aprovar o Projeto Cuidado Farmacêutico na Farmácia Comunitária do Conselho Federal de Farmácia, nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

Na Resolução/CFF nº 655, de 24 de maio de 2018, publicada no DOU de 28/05/2018, Seção 1, páginas 139/140, onde se lê: "655", leia-se: "656".

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 17 de 22 de março de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6396/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 19 de 22 de março de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6398/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 24 de 22 de março de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6551/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 27 de 22 de março de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6555/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 31 de 21 de março de 2018 - 1T. PA CFMV nº 4300/2017. Origem: CRMV-GO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 34 de 09 de maio de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6755/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 35 de 09 de maio de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6756/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 36 de 09 de maio de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6757/2017. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 37 de 09 de maio de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6758/2017. Origem: CRMV-CE. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 38 de 09 de maio de 2018 - 1T. PA CFMV nº 6759/2017. Origem: CRMV-CE. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 48 de 09 de maio de 2018 - 1T. PA CFMV nº 218/2018. Origem: CRMV-SP. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 59 de 09 de maio de 2018 - 1T. PA CFMV nº 338/2018. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

Acórdão nº 60 de 09 de maio de 2018 - 1T. PA CFMV nº 339/2018. Origem: CRMV-RJ. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

LUIZ CARLOS BARBOZA TAVARES
Presidente da 1ª Turma

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 202, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Abertura de Crédito Adicional Suplementar Ao Orçamento de 2018 do CRCDF.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - CRCDF, no uso de suas atribuições legais e regimentais; e CONSIDERANDO a necessidade de orçar despesa que não foi estimada anteriormente; CONSIDERANDO a análise da execução orçamentária, onde foi verificada a necessidade de se proceder reforço as dotações orçamentárias, resolve:

Artigo 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Conselho Regional do Distrito Federal para o exercício financeiro 2018, no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes dotações; SUPLEMENTA: 6 CONTROLES DO ORÇAMENTO - EXECUÇÃO; 6.3 EXECUÇÃO DA DESPESA; 6.3.2 DESPESAS DE CAPITAL; 6.3.2.1 INVESTIMENTOS; 6.3.2.1.05 INTANGÍVEL; 6.3.2.1.05.01 INTANGÍVEL; 6.3.2.1.05.01.002 Software R$ 100.000,00; TOTAL R$ 100.000,00.

Artigo 2º - Para a abertura do presente Crédito Adicional serão utilizados recursos advindos do Superávit Financeiro do exercício de 2.017 no montante de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), em conformidade com o item I do § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320, conforme dotação descriminada abaixo. ANULA: 6 CONTROLES DO ORÇAMENTO - EXECUÇÃO; 6.2 EXECUÇÃO DA RECEITA; 6.2.3 PREVISÃO ADICIONAL; 6.2.3.1 PREVISÃO ADICIONAL; 6.2.3.1.01 PREVISÃO ADICIONAL; 6.2.3.1.01.01 PREVISÃO ADICIONAL; 6.2.3.1.01.01.001 Superávit Financeiro R$ 100.000,00; TOTAL R$ 100.000,00.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 412, DE 16 DE MAIO DE 2018

Alterar os art. 1º e 2º da Resolução CRCSC 402/2017, publicada no DOU, em 02 de junho de 2017, no que tange ao Reajuste Salarial e Vale Alimentação.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a data-base do reajuste de salarial, resolve:

Art. 1º - Alterar a redação do Art. 1°, da Resolução CRCSC nº 402/2017, que passa a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder reajuste salarial aos empregados do CRCSC, a partir de 1º de maio de 2018, no percentual de 1,69% (um vírgula sessenta e nove por cento), correspondente ao INPC acumulado de maio de 2017 a abril de 2018".

Art. 2º - Alterar a redação do Art. 2°, da Resolução CRCSC nº 402/2017, que passa a seguinte redação:

"Art. 2º - Conceder, a partir de 1º de maio de 2018, Vale Alimentação no valor de R$ 46,78 (quarenta e seis reais, e setenta e oito centavos) por dia, sendo fornecido para 22 (vinte e dois) dias, devendo ser deduzido da remuneração mensal do empregado o percentual de 1% sobre o total recebido mensalmente, à título de benefício.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da aprovação do Plenário do CRCSC, com efeitos a partir de 1º de maio de 2018, devendo ser publicada na Imprensa Oficial.

Aprovada na 1357º Reunião Plenária, realizada em 16 de maio de 2018.

MARCELLO ALEXANDRE SEEMAN
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO

RESOLUÇÃO N° 64, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o Regimento Eleitoral do Conselho Regional de Educação Física - CREF14/GO-TO para a eleição 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 14ª REGIÃO - CREF14/GO-TO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o art. 40 do Estatuto do CREF14/GO-TO, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 31, inciso XII do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região - CREF14/GO-TO; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 346/2017 que estabelece as diretrizes para as eleições que ocorrerão nos Conselhos Regionais de Educação Física; CONSIDERANDO, as deliberações do Plenário do CREF14/GO-TO, nas reuniões do dia 07 e 21 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Eleitoral, que passa a fazer parte integrante desta Resolução, a ser utilizado, como norma do procedimento eleitoral, pelo Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região - CREF14/GO-TO na eleição que realizar-se-á no dia 26 de setembro de 2018. Parágrafo único - O Regimento Eleitoral estará disponível na integra na página eletrônica do CREF14/GO-TO, www.cref14.org.br.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

JOVINO OLIVEIRA FERREIRA

ANEXO

REGIMENTO ELEITORAL DO CREF14/GO-TO CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SEÇÃO I DA ELEIÇÃO E DO VOTO

Art. 1º - O presente Regimento Eleitoral tem por objetivo normatizar o processo eleitoral para a eleição de 14 (quatorze) Membros do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região, Goiás e Tocantins - CREF14/GO-TO, sendo 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 06 (seis) anos.

Art. 2º - A eleição realizar-se-á dia 26 de SETEMBRO de 2018, na Avenida T-3, n° 1855, nas dependências do Clube Oásis, Setor Bueno, CEP 74.215-110 das 8 às 17h, mediante Edital de Convocação da Eleição, e reger-se-á pelos dispositivos estabelecidos neste Regimento, aprovado em Reunião do Plenário do CONFEF, sendo o mesmo complementar a seu Estatuto.

Art. 3º - Em atendimento ao princípio da ampla divulgação, fica ao encargo do CONFEF o envio a todos os Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs de correspondência sobre a realização da eleição.

Art. 4º - Só poderá votar o Profissional de Educação Física registrado no CREF14/GO-TO, em pleno gozo de seus direitos estatutários e com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto, de acordo com o artigo 65 Estatuto do CREF14/GO-TO c/c artigo 115

do Estatuto do CONFEF. Parágrafo único - Somente poderão votar os Profissionais de Educação Física que estiverem em situação regular e em dia com suas anuidades e obrigação estatutárias.

Art. 5º - O voto é secreto, direto e pessoal e será exercido pelo Profissional de Educação Física que estiver apto a votar na área de abrangência do CREF14/GO-TO. § 1º - Serão aceitos como justificativa do não exercício do direito ao voto, os seguintes fatos: I - impedimento legal ou força maior; II - enfermidade; III - ausência da abrangência territorial; IV - ter o Profissional de Educação Física completado 70 (setenta) anos de idade; V - outros que venham a ser aceitos pelo CREF14/GO-TO. § 2º - A justificativa de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, exceto no caso do inciso IV, que é automática, deverá ser apresentada acompanhada da respectiva comprovação ao CREF14/GO-TO até 30 (trinta) dias após a data da eleição.

Art. 6º - O CREF14/GO-TO adotará, mediante aprovação do respectivo Plenário, pelo menos uma das formas de voto abaixo elencadas: I - por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física aos locais de votação II - por correspondência, encaminhada, obrigatoriamente, via postal. § 1º - Dentre as formas de voto ofertadas, o votante poderá escolher a que melhor lhe convier. § 2º - Nos casos de voto por comparecimento pessoal, este só poderá ocorrer no dia da eleição e durante o horário estabelecido no art. 2º deste Regimento, sendo proibido o recebimento dos votos em outra data. § 3º - Ocorrendo a modalidade de voto por comparecimento pessoal, o Profissional de Educação Física deverá apresentar, no momento da votação, a Cédula de Identidade Profissional, e na sua ausência, original da Carteira de Identidade expedida por Órgão Público ou da Carteira Nacional de Habilitação. § 4º - Nos casos de voto por correspondência, o armazenamento dos mesmos dar-se-á através de Caixa Postal dos Correios ou nos Correios, sendo o transporte dos referidos votos até a Sede do CREF14/GO-TO feito através de urna lacrada e na presença dos fiscais das chapas. § 5º - Nos casos em que houver uma única chapa concorrente os votos poderão ser recebidos na Sede do CREF14/GO-TO e serão armazenados em urna lacrada, especificamente para esse fim, a ser mantida, exclusivamente, na Sede do CREF14/GO-TO ou da Seccional/Delegacia. SEÇÃO II DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 7º - O Edital de Convocação da eleição será publicado no Diário Oficial da União e veiculado na página eletrônica do CREF14/GO-TO no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, e deverá indicar: I - data, horário de início e de encerramento da eleição, bem como endereços dos locais de votação; II - a informação de que a nominata dos Profissionais aptos a votar estará disponível na página eletrônica, qual seja, www.cref14.org.br III - a obrigatoriedade dos Profissionais atenderem aos requisitos exigidos para o exercício do direito de voto, nos termos do art. 4º deste Regimento Eleitoral; IV - a indicação do loçal onde será divulgada a relação das chapas registradas. SEÇÃO III DOS REQUISITOS PARA EXERCER O MANDATO DE CONSELHEIRO NO CREF14/GO-TO

Art. 8º - É elegível para Membro do CREF14/GO-TO, inclusive para Suplente, somente o Profissional de Educação Física que, além de outras exigências legais, preencher os requisitos e condições básicas elencadas no artigo 74 c/c artigo 75 do Estatuto do CREF14/GO-TO, bem como no artigo 124 c/c art. 125 do Estatuto do CONFEF, abaixo relacionados: I - ser cidadão brasileiro ou naturalizado; II - possuir curso superior de Educação Física; III - estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais; IV - possuir registro profissional por, pelo menos, 02 (dois) anos ininterruptos; V - ter votado ou justificado o voto na última eleição; VI - não ter realizado administração danosa no Sistema CONFEF/CREFs, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa; VII - não ter contas rejeitadas pelo CREF14/GO-TO; VIII- não estiver cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs; IX - não estiver inadimplente com os pagamentos de anuidades, contribuições, taxas e multas do Sistema CONFEF/CREFs; X - não ter sido condenado por crime doloso, ao qual se aplica pena de reclusão, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena; XI - não ter sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado; XII - não for inadimplente em quaisquer prestações de contas, em decisão administrativa definitiva. § 1º - O atendimento dos requisitos e exigências de que trata este artigo, será feito através de declaração do candidato, devidamente assinada, que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei. § 2º - A inclusão ou omissão de dados de forma fraudulenta, na declaração a ser prestada à Comissão Eleitoral do CREF14/GO-TO para registro no pleito, resultará em instauração de processo disciplinar e ético, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista no Código de Ética do Profissional de Educação Física, no Estatuto do CONFEF e do CREF14/GO-TO e/ou na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, pelo prazo de até 05 (cinco) anos. § 3º - O CREF14/GO-TO poderá, através de decisão motivada da Comissão Eleitoral, tomar diligências necessárias à apuração da veracidade do conteúdo inserido pelos candidatos na declaração de que trata o parágrafo primeiro acima. SEÇÃO IV DA COMISSÃO ELEITORAL.

Art. 9º - Para execução do procedimento eleitoral no Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região, o CREF14/GO-TO nomeará uma Comissão Eleitoral mediante Resolução, que será publicada no Diário Oficial da União, e, que será composta de 05 (cinco) Membros, dos quais 01 (um) será o Presidente, 02 (dois) serão Membros Efetivos e 02 (dois) serão Membros Suplentes. Parágrafo único - É vedado participar da Comissão os candidatos, seus parentes, consanguíneos e afins até o 2º grau, inclusive, os respectivos cônjuges, bem como os empregados do CREF14/GO-TO.

Art. 10 - À Comissão Eleitoral compete: I - acompanhar todos os prazos estabelecidos nas Diretrizes Eleitorais emanadas pelo CONFEF e neste Regimento Eleitoral; II - analisar os requerimentos de registro das chapas, deliberando sobre o deferimento ou indeferimento dos mesmos; III - apreciar as impugnações que forem oferecidas no curso de todo o processo eleitoral; IV - aprovar o modelo da cédula eleitoral; V - rubricar as cédulas eleitorais; VI - elaborar a carta de instrução de voto a ser encaminhada aos Profissionais aptos a votar, juntamente com a carta voto, onde deverá constar orientação sobre o procedimento de votação, data da eleição e horário limite para recebimento do voto no CREF14/GO-TO, casos de nulidade do voto, hipóteses e data para justificativa de ausência a eleição; VII - disciplinar, fiscalizar e acompanhar o envio da carta-voto; VIII - promover o lacre na urna receptora dos votos por correspondência, seja, para retirada dos votos na sede dos Correios e na ocorrência de chapa única; IX - responsabilizar-se pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito; X - compor a mesa de votação desde o início até o fim do processo eleitoral; XI - dar por aberto e por encerrado o processo de votação; XII - atuar no processo de voto por comparecimento pessoal, procedendo a: a) identificação dos votantes; b) verificação das assinaturas na folha de votação; c) observação da colocação das cédulas nas urnas lacradas; d) abertura da urna lacrada, confrontando os números de votos com a folha de votação, após o término da votação; XIII - atuar no processo de voto por correspondência, procedendo: a) ao acompanhamento, através de um de seus membros, o transporte dos votos por correspondência até a sede do CREF14/GO-TO, que será feito através de urna lacrada e na presença dos fiscais das chapas; b) abertura da urna lacrada, retirando os envelopes pré-endereçados; c) confronto do nome dos votantes com a folha de votação; d) retirada dos envelopes pardos de dentro dos envelopes pré-endereçados; e) retirada das cédulas eleitorais de dentro dos envelopes pardos, colocando-as de volta na urna; XIV - abrir as urnas lacradas referentes aos votos por comparecimento pessoal e por correspondência, procedendo à contagem de votos depositados; XV - confrontar a relação da folha de votação dos votos por correspondência com a folha de votação dos votos por comparecimento pessoal; XVI - proceder ao escrutínio dos votos; XVII - declarar a chapa vencedora; XVIII - confeccionar o relatório e a ata circunstanciada da eleição; XIX - encaminhar ao Presidente do CREF14/GO-TO o resultado do pleito, através de carta da Comissão Eleitoral, com protocolo, onde estejam anexados os relatórios e as atas da eleição.

Art. 11 - Após a homologação da eleição, pelo Plenário do CREF14/GO-TO, a Comissão Eleitoral será automaticamente extinta. CAPÍTULO II DAS CHAPAS SEÇÃO I DO REGISTRO.

Art. 12 - O requerimento de registro das chapas deverá conter, obrigatoriamente, a nominata completa dos 14 (quatorze) candidatos a Conselheiros, todos para mandato de 06 (seis) anos, sendo indicado o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e os 04 (quatro) Membros Suplentes, com seus respectivos números de registro no CREF14/GO-TO e respectivas assinaturas, bem como a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF14/GO-TO e o nome fantasia da mesma, nos termos do artigo 68 do Estatuto do CREF14/GO-TO. § 1º - O candidato a Conselheiro poderá registrar-se em, apenas, uma chapa. § 2º - O requerimento de que trata o caput deste artigo não poderá apresentar rasuras. § 3º - No momento do registro, cada chapa deverá apresentar a declaração mencionada no §1º do artigo 8º do presente Regimento, bem como assinar o termo de que trata o artigo 47 deste Regimento. § 4º - O requerimento de registro das chapas deverá ser assinado e entregue pelo representante da chapa e dirigido, em duas vias, ao Presidente da Comissão Eleitoral. § 5º - Cada chapa, ao ser apresentada no CREF14/GO-TO, receberá um protocolo de registro, e será numerada de acordo com a ordem de entrada da mesma. § 6º - O número de ordem de registro será o número da chapa concorrente. § 7º - As chapas que cometerem qualquer irregularidade tanto em referência ao registro de candidatos não habilitados, quanto às normas estabelecidas neste Regimento, serão automaticamente desqualificadas para concorrerem à eleição.

Art. 13 - O prazo para registro das chapas será aberto 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, encerrando-se 60 (sessenta) dias antes da mesma.

Art. 14- A Comissão Eleitoral analisará o registro das chapas, deferindo-os ou indeferindo-os, no primeiro dia útil após o final do prazo de registro.

Art. 15 - Do despacho que indeferir o requerimento de registro das chapas caberá recurso a ser interposto pelo representante da chapa ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da decisão do mesmo. § 1º - Os recursos referidos no caput deste artigo serão julgados pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do protocolo dos mesmos. § 2° - Após o julgamento de que trata o §1º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial da União e mediante veiculação na página eletrônica do CREF14/GO-TO, www.cref14.org.br § 3º - Os recursos oriundos de indeferimento de chapas terão efeito somente devolutivo. § 4º - São preclusivos os prazos para interposição dos recursos.

Art. 16 - No prazo de até 05 (cinco)dias úteis após o deferimento das chapas ou da data da decisão que julgar o último recurso/impugnação interposto, o CREF14/GO-TO encaminhará para publicação no Diário Oficial da União, bem como veiculará em sua página eletrônica, qual seja, www.cref14.org.br, a relação das chapas registradas pela ordem de registro, com os nomes fantasias, indicando os nomes e números de registro nos CREFs dos seus respectivos integrantes. SEÇÃO II DOS DIREITOS DAS CHAPAS REGISTRADAS.

Art. 17 - O CREF14/GO-TO se compromete a viabilizar, mediante solicitação escrita das chapas, o envio aos eleitores, via postal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do dia seguinte a entrega, a proposta eleitoral das chapas que tiverem seu registro deferido pela Comissão Eleitoral, desde que cumpridas as seguintes condições: I - entregar no CREF14/GO-TO as etiquetas necessárias para endereçamento, a fim de que o CREF14/GO-TO imprima as etiquetas e envie à agência dos Correios; II - entregar, na agência dos Correios indicada pelo CREF14/GO-TO, os envelopes fechados contendo a proposta eleitoral; III - custear os serviços de etiquetagem e remessa das correspondências. § 1º - A solicitação supracitada deverá ser entregue por escrito à Secretaria da Comissão Eleitoral, acompanhada das etiquetas de que trata o inciso I deste artigo. § 2º - O não pagamento das despesas previstas no caput deste artigo implicará o cancelamento do envio das propostas pelo CREF14/GO-TO, sem prejuízo das medidas legais cabíveis para reparação dos danos eventualmente causados ao patrimônio do Conselho.

Art. 18 - Poderão ser enviadas aos Profissionais aptos a votar, juntamente com o material de votação, as propostas eleitorais das chapas registradas que estiverem em conformidade com a legislação eleitoral vigente bem como com o Código de Ética do Profissional de Educação Física, e sejam entregues na sede do CREF14/GO-TO, impreterivelmente, antes do 40º (quadragésimo) dia que anteceda a data da eleição, devendo tal material ser impresso em 01 (uma) folha A4 (210 x 297 mm) de cor branca e gramatura 75 g/m^2. Parágrafo único - O envio de que trata o caput deste artigo será custeado pelo CREF14/GO-TO.

Art. 19 - Serão disponibilizadas na página eletrônica do CREF14/GO-TO, no espaço reservado para eleição, as propostas eleitorais das chapas registradas encaminhadas ao CREF14/GO-TO, no mínimo, 10 (dez) dias antes da data da eleição, para o endereço eletrônico, www.cref14.org.br.

Art. 20 - Será vedada a distribuição e veiculação de proposta eleitoral pelos meios de comunicação do CREF14/GO-TO que contenha: I - conteúdo vexatório e atentatório à imagem do Sistema CONFEF/CREFs; II - manifestações contrárias à legislação; III - conteúdo discriminatório; IV - conteúdo contrário ao Código de Ética do Profissional de Educação Física; V - referência a patrocínios de qualquer espécie; VI - quaisquer outras manifestações que sejam consideradas impróprias pela Comissão Eleitoral.

Art. 21 - Cada chapa poderá obter o credenciamento de até 02 (dois) fiscais para cada local de votação, bem como para cada mesa apuradora. § 1º - O requerimento para o credenciamento disposto no caput deste artigo deverá ser feito no mínimo 10 (dez) dias antes da data da eleição. § 2º - A credencial fornecida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a requerimento dos representantes das chapas, autorizará a fiscalização unicamente perante o local para qual for solicitada. § 3º - A Comissão Eleitoral do CREF14/GO-TO deliberará em reunião, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias da data de eleição, o número de mesas apuradoras. CAPÍTULO III DAS CÉDULAS ELEITORAIS.

Art. 22 - As cédulas eleitorais serão confeccionadas nos moldes aprovados pela Comissão Eleitoral e distribuídas exclusivamente pelo CREF14/GO-TO, devendo ser impressas em tinta preta, com tipos uniformes de letras e papel branco, opaco e pouco absorvente, contendo todas as chapas e os nomes fantasias das mesmas, e de forma que os presentes no local de votação não consigam ver o voto, quando da apresentação da cédula nos termos do inciso III do art. 31 deste Regimento. § 1º - Os nomes das chapas registradas deverão figurar de acordo com a ordem de registro das mesmas. § 2º - A cédula será confeccionada de maneira tal que ao estar dobrada resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la. § 3º - As cédulas eleitorais utilizadas na votação por comparecimento pessoal do Profissional e na votação por correspondência poderão ser descartadas após a homologação da eleição pelo Plenário do CREF14/GO-TO.

Art. 23 - As cédulas eleitorais deverão, obrigatoriamente, estar rubricadas, na parte frontal, por pelo menos 02 (dois) Membros da Comissão Eleitoral, ou conter, também na parte frontal, selo de segurança fornecido pelo CONFEF. CAPÍTULO IV DA VOTAÇÃO.

Art. 24 - O CREF14/GO-TO providenciará duas urnas lacradas distintas, sendo uma utilizada para os votos por comparecimento pessoal e outra para os votos por correspondência. SEÇÃO I DO VOTO POR CORRESPONDÊNCIA SUBSEÇÃO I DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO.

Art. 25 - O CREF14/GO-TO enviará aos Profissionais o material necessário à prática do ato, com a antecedência de 35 (trinta e cinco) a 30 (trinta) dias da data marcada para eleição, contendo: I - instruções para votação; II - lista com a composição das chapas registradas; III - um exemplar da cédula eleitoral rubricada, onde constará somente o número de registro e o nome fantasia de cada chapa concorrente; IV - um envelope pardo para a cédula eleitoral; V - um envelope pré-endereçado para que o votante possa remeter o material de votação. Parágrafo único - Poderão também ser enviadas juntamente com os documentos elencados no caput deste artigo as propostas eleitorais das chapas registradas conforme o art. 18 deste Regimento. SUBSEÇÃO II DO SISTEMA DE VOTAÇÃO.

Art. 26 - O sistema de voto por correspondência observará as seguintes normas: I - o eleitor usará exclusivamente o material a ele remetido pela Comissão Eleitoral do CREF14/GO-TO, principalmente, no que diz respeito à cédula eleitoral; II - o voto por correspondência será encaminhado pelo Profissional para a Sede do CREF14/GO-TO, qual seja, Avenida T-3, n° 1855, nas dependências do Clube Oásis, Setor Bueno, CEP 74.215-110, devendo constar no verso do envelope pré-endereçado o nome, por extenso, em letra de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

forma, número de registro no respectivo CREF e o endereço do votante; III - as cartas contendo os votos deverão ser encaminhadas através de correspondência, endereçada ao Presidente da Comissão Eleitoral; IV - somente serão computados os votos que forem recebidos até as 17h horas do dia 14 de setembro de 2018, cabendo a cada Profissional remetê-lo com a antecedência devida. § 1º - É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física o prazo do envio da correspondência. § 2º - Os Profissionais que desejarem poderão enviar sua correspondência através de A.R. (Aviso de Recebimento) para se certificar que a sua carta foi recebida pela Comissão Eleitoral do CREF14/GO-TO. § 3º - Será aceito para fins de cumprimento do direito ao voto, sem, contudo, ser contabilizado, o voto postado pelo Profissional em data anterior a da eleição, mas que não tenha atendido os requisitos descritos no inciso IV deste artigo. SUBSEÇÃO III DO RECEBIMENTO DOS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA PELO CREF14/GO-TO.

Art. 27 - O CREF14/GO-TO, ao receber a correspondência relativa aos votos por correspondência, deverá guardá-los numa urna lacrada especificamente para esse fim, a ser mantida, exclusivamente, na Sede do CREF ou da Seccional/Delegacia. § 1º - O CREF14/GO-TO assinalará na lista de votantes o dia e a hora em que os votos de que trata o caput deste artigo forem entregues pelo Correios. § 2º - No dia marcado para eleição o CREF14/GO-TO entregará a urna lacrada ao Presidente da Comissão Eleitoral. § 3º - Havendo mais de um voto do mesmo Profissional, o CREF14/GO-TO o guardará em separado, entregando-os à respectiva Comissão Eleitoral no dia da eleição, para julgamento do fato. § 4º - Nos casos em que houver mais de uma chapa registrada, o armazenamento dos mesmos dar-se-á através de Caixa Postal dos Correios ou nos Correios, sendo o transporte dos referidos votos até a Sede do CREF14/GO-TO feito através de urna lacrada e na presença dos fiscais das chapas. SEÇÃO II DO VOTO POR COMPARECIMENTO PESSOAL.

Art. 28 - A modalidade de votos por comparecimento pessoal só poderá ocorrer de forma presencial pelo respectivo Profissional no dia da eleição e durante o horário estabelecido no art. 2º deste Regimento, sendo proibido o recebimento dos votos em outra data. SUBSEÇÃO I DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO.

Art. 29 - O Presidente do CREF14/GO-TO deverá entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a eleição, o seguinte material para o exercício do voto por comparecimento pessoal: I - cédulas eleitorais; II - urna(s); III - cabine(s); IV - relação das chapas concorrentes, a qual deverá ser afixada em lugar visível, no recinto da votação; V - listas de votantes; VI - envelopes para remessa ao Presidente do CREF14/GO-TO dos documentos relativos à eleição; VII - canetas de cor preta ou azul, exclusivamente, e papéis necessários aos trabalhos eleitorais; VIII - uma cópia desta Resolução; IX - qualquer outro material que o Presidente do CREF14/GO-TO julgue conveniente ao regular funcionamento da eleição. SUBSEÇÃO II DO SISTEMA E DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO.

Art. 30 - O período de votação será de 9 horas consecutivas, tendo início às 8 horas, observando-se, quanto ao ato de votar, as seguintes normas: I - ao adentrar no recinto de votação, o eleitor apresentará um dos documentos elencados no parágrafo 3º do art. 6º deste Regimento, assinará a lista de votantes e receberá a cédula eleitoral rubricada, passando, em seguida, à cabine indevassável; II -na cabine indevassável, o eleitor assinalará a chapa de sua preferência e dobrará a cédula eleitoral; III - ao sair da cabine, o eleitor depositará a cédula eleitoral na urna. Parágrafo único - Em caso de utilização de urnas eletrônicas na eleição, será seguida a orientação do respectivo Tribunal Regional Eleitoral - TRE.

Art. 31 - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior.

Art. 32 - O local de votação terá cabines indevassáveis.

Art. 33 - No local de votação, a autoridade máxima será exercida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, sendo vedada a permanência de Conselheiros, servidores, Profissionais ou quaisquer outras pessoas que não estejam exercendo o direito de voto ou trabalhando na eleição, salvo autorização expressa do Presidente da Comissão Eleitoral. SUBSEÇÃO III DO SIGILO DO VOTO.

Art. 34 - O sigilo do voto é assegurado mediante a adoção das seguintes providências: I - uso de cédula eleitoral oficial; II - isolamento do eleitor, em cabine indevassável para o único efeito de indicar, na cédula eleitoral, a chapa de sua escolha; III - verificação da autenticidade da cédula eleitoral oficial à vista das rubricas. CAPÍTULO V DA APURAÇÃO DOS VOTOS SEÇÃO I DO CONFRONTO DAS LISTAS DE VOTANTES.

Art. 35 - Antes de iniciar o cômputo dos votos, a Comissão Eleitoral confrontará a lista de votos por correspondência com as listas de votos por comparecimento pessoal de todos os locais onde houver eleição. § 1º - Havendo mais de um voto por correspondência emitido pelo mesmo Profissional, a Comissão Eleitoral decidirá o procedimento a ser adotado, com aquiescência dos fiscais das chapas, assinalando na ata o critério adotado. § 2º - Desde que o Profissional exerça o voto de forma presencial, serão desconsiderados os votos exercidos por qualquer outra forma. SEÇÃO II DA APURAÇÃO DOS VOTOS POR COMPARECIMENTO PESSOAL DO PROFISSIONAL.

Art. 36 - De posse das urnas lacradas e da lista de votantes, o Presidente da Comissão convidará os demais Membros da mesma a procederem à apuração, observando os seguintes procedimentos: I - abertura da urna lacrada e contagem das cédulas eleitorais, confrontando-as com o número de presença nas folhas de votação; II - leitura dos votos, cédula por cédula; III - contagem e proclamação do resultado da urna; IV - lavratura da ata de apuração. SEÇÃO III DA APURAÇÃO DOS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA.

Art. 37 - Recebida a lista dos votantes e as urnas lacradas contendo os votos por correspondência, o Presidente da Comissão procederá à apuração, observando os seguintes procedimentos: I - abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados devidamente fechados se o nome do eleitor consta da lista de votantes e rubricando ao lado; II - abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas eleitorais, colocando-os em uma urna; III - contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de votos nas folhas de votação; IV - se o número de envelopes pardos for igual ao de votantes, verificado nas respectivas listas, far-se-á a apuração; V - abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais das chapas, procedendo-se à retirada dos votos dos mesmos; VI - contagem dos votos; VII- proclamação do resultado da urna; VIII - lavratura da ata de apuração; Parágrafo único - No momento em que o Presidente da Comissão verificar que o eleitor não está em pleno gozo de seus direitos estatutários ou seu nome não conste da folha de votação, o mesmo desconsiderará o voto, não procedendo assim em relação ao mesmo, aos atos do inciso II e seguintes deste artigo. SEÇÃO IV DO CÔMPUTO GERAL DOS VOTOS.

Art. 38 - O cômputo geral dos votos dar-se-á da seguinte forma: I - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por comparecimento pessoal; II - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por correspondência; III - se o número total de cédulas eleitorais não corresponder ao número de votantes e não for comprovada fraude, a Comissão Eleitoral, com aquiescência dos fiscais de todas as chapas, decidirá o procedimento a ser adotado, de modo que revele a maior transparência e isenção possível, assinalando na ata o critério adotado; IV - a soma do resultado apurado nas urnas dos votos por comparecimento pessoal dos Profissionais com o resultado apurado nas urnas dos votos por correspondência; V - acolhimento de recursos; VI - proclamação do resultado do pleito, após, encerrado o prazo recursal, informando a chapa com maior número de votos válidos. § 1º - Caso haja interposição de recurso em face do resultado apresentado pela Comissão, a proclamação final do resultado do pleito será realizada após julgados os recursos eventualmente interpostos, informando a chapa vencedora. § 2º - Em caso de empate, será proclamada vencedora a chapa onde estiver o candidato com maior idade e, persistindo o empate, vence a chapa onde estiver o candidato com o número de registro mais antigo no CREF14/GO-TO. CAPÍTULO VI DO RECURSO.

Art. 39 - Caso ocorram, no entendimento de alguma chapa concorrente, irregularidades no decorrer da eleição ou na apuração dos votos, poderá ser interposto recurso dirigido à Comissão Eleitoral, por escrito e fundamentado, dentro do prazo de 02 (duas) horas após a proclamação dos resultados. § 1º - É preclusivo o prazo mencionado no caput deste artigo, para interposição de recursos. § 2º - O recurso a que alude o caput deste artigo será recebido pela Comissão Eleitoral no efeito suspensivo. § 3º - A Comissão Eleitoral julgará o recurso de que trata o caput deste artigo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de interposição do recurso. § 4° - Após o julgamento de que trata o § 3º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial da União e mediante veiculação na página eletrônica do CREF14/GO-TO, www.cref14.org.br. CAPÍTULO VII DAS NULIDADES.

Art. 40 - Considera-se nulo o voto: I - se o envelope pré-endereçado não estiver devidamente fechado e lacrado; II - se o verso do envelope pré-endereçado não contiver os requisitos descritos no inciso II do artigo 26 deste Regimento; III - se a cédula não corresponder ao modelo oficial; IV - se o eleitor assinalar ou riscar qualquer nome na cédula eleitoral; V - se a cédula eleitoral não estiver rubricada pela Comissão Eleitoral; VI - se a cédula eleitoral contiver expressão, frase ou sinal que possam identificar o voto; VII - se o eleitor não utilizar caneta azul ou preta para assinalar a chapa escolhida; VIII - se o eleitor assinalar seu voto, para mais de uma chapa; IX - se o envelope pardo não contiver a cédula eleitoral; X - se o envelope pardo não estiver devidamente fechado e lacrado; XI - se o envelope pré-endereçado não contiver o envelope pardo.

Art. 41 - Considerar-se-á nula a eleição quando a nulidade atingir a mais de metade do número de Profissionais de Educação Física aptos a votar no CREF14/GO-TO. § 1º - Considerar-se-á nula também a votação nos seguintes casos: I - se for realizada em dia ou local diferentes do designado; II - se não forem observados os preceitos estabelecidos neste Regimento Eleitoral. § 2º - Ocorrendo as nulidades previstas no caput e no parágrafo primeiro deste artigo, o CREF14/GO-TO marcará, em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do resultado do pleito, nova eleição a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da marcação. § 3º - As nulidades serão pronunciadas pela Comissão Eleitoral quando a mesma tiver conhecimento dos atos e/ou de seus efeitos que se encontrarem provados, não lhe sendo lícito supri-las. CAPÍTULO VIII DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS.

Art. 42 - Terminados os trabalhos, e após decorrido o prazo recursal, o Presidente da Comissão Eleitoral declarará encerrada a apuração e será lavrada ata que será assinada pelos integrantes da Comissão, fiscais das chapas e pelos presentes que o desejarem, da qual constará: a) nome e função de todos que assinarem a ata; b) número dos Profissionais aptos a votar; c) número dos Profissionais que votaram; d) indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por correspondência; e) indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por comparecimento pessoal; f) indicação da totalidade dos votos válidos, brancos e nulos, apontando o percentual de votantes; g) relatório sintético das ocorrências. Parágrafo único - Havendo interposição de recurso, a eleição somente será declarada encerrada, após o julgamento do mesmo, momento em que será lavrada ata assinada pelos integrantes da Comissão Eleitoral.

Art. 43 - O Presidente da Comissão Eleitoral, após declarar encerrada a eleição, informará ao Presidente do CREF14/GO-TO, mediante correspondência da Comissão a ser protocolizada no primeiro dia útil após a proclamação do resultado do pleito, a chapa vencedora. Art. 44 - No prazo de até 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento do resultado do pleito, o CREF14/GO-TO enviará ao respectivo Plenário para homologação, o resultado da eleição. Após tal homologação, o CREF14/GO-TO enviará a mesma, em até 04 (quatro) dias úteis, ao Diário Oficial da União para publicação e veiculará em sua página eletrônica, www.cref14.org.br , o nome da chapa vencedora, com o nome de seus respectivos Membros e números de registro junto ao CREF14/GO-TO. CAPÍTULO IX DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 45 - Ao Presidente do CREF14/GO-TO compete organizar o processo eleitoral em duas vias, uma das quais será enviada ao CONFEF e a outra arquivada no CREF14/GO-TO, cujas peças essenciais são as seguintes: a) ato de instituição dos integrantes da Comissão Eleitoral; b) Regimento Eleitoral; c) exemplares originais ou cópias autenticadas do Diário Oficial onde foram publicados o Edital de Convocação para eleição, o extrato do Regimento Eleitoral, a indicação do endereço eletrônico onde consta a lista dos Profissionais aptos a votar, as chapas registradas e a chapa vencedora, dentre outras publicações pertinentes à eleição ocorrida; d) carta enviada, pelo CONFEF, aos Profissionais de Educação Física de que trata o artigo 3º deste Regimento; e) todos os documentos veiculados na página eletrônica do CREF14/GO-TO, na data da publicação no Diário Oficial da União; f) todas as publicações que fizeram alusão à eleição, por ordem cronológica; g) documentos referentes aos requerimentos de registro de chapas; h) deliberações aprovando os registros de chapas; i) lista autêntica dos votantes; j) exemplar original da cédula eleitoral e envelopes utilizados no pleito; k) carta de instrução de voto; l) propostas eleitorais entregues pelas chapas, quando houver; m) relatórios e atas dos trabalhos eleitorais; n) recursos apresentados; o) resultado do julgamento dos recursos; p) carta da Comissão Eleitoral enviada ao CREF14/GO-TO informando a chapa vencedora, devidamente protocolada. § 1º - Os documentos originais elencados neste artigo deverão integrar o processo eleitoral do CREF14/GO-TO. § 2º - O processo eleitoral que será encaminhado ao CONFEF deverá ser instruído com as cópias dos documentos relacionados neste artigo, com exceção do documento disposto na alínea "j", que deverá ser original.

Art. 46 - A Diretoria do CREF14/GO-TO encaminhará ao CONFEF, através de ofício assinado pelo Presidente, uma via do processo eleitoral para a devida homologação, no prazo de 07 (sete) dias após a aprovação do resultado do pleito pelo respectivo Plenário. CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 47 - As chapas concorrentes ao registrarem suas candidaturas junto ao CREF14/GO-TO, deverão receber todas as informações sobre o procedimento eleitoral e assinar, através do representante da chapa, um termo de reconhecimento legal das decisões do Plenário do CREF14/GO-TO e da Comissão Eleitoral.

Art. 48 - A chapa proclamada vencedora será empossada após a homologação pelos Plenários do CREF14/GO-TO e do CONFEF.

Art. 49 - O CREF14/GO-TO veiculará em sua página eletrônica a relação dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto, com base na relação fornecida pela respectiva Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição. Parágrafo único - A relação de que trata o caput deste artigo será o comprovante de votação.

Art. 50 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 51 - Este Regimento Eleitoral foi aprovado em Reunião do Plenário do CREF14/GO-TO realizada no dia 07 de maio de 2018, entrando em vigor nesta data e perdendo sua validade imediatamente após a posse dos novos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região - Goiás e Tocantins.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO Nº 26, DE 9 DE MAIO DE 2018

Dispõe acerca das competências dos profissionais de enfermagem ocupantes do cargo de gerente de atenção básica e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais. CONSIDERANDO a Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986; CONSIDERANDO o Decreto nº. 94.406, de 8 de junho de 1987; CONSIDERANDO a Lei n. 5.905/73, especialmente o previsto no art. 15, II, que institui a competência do COREN para disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal; CONSIDERANDO a Resolução COFEN n. 509/2016 que atualiza a norma técnica para Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem e define as atribuições do enfermeiro Responsável Técnico; CONSIDERANDO a Resolução COFEN n. 564/2017, Código de Ética da Enfermagem, que estabelece em seu art. 13 como direito do profissional: Suspender as atividades, individuais ou coletivas, quando o local de trabalho não oferecer condições seguras para o exercício profissional e/ou desrespeitar a legislação vigente, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

formalizar imediatamente sua decisão por escrito e/ou por meio de correio eletrônico à instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem. CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 358, de 15 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos e privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem; CONSIDERANDO a Portaria Ministerial nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). CONSIDERANDO a Portaria Ministerial nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica estabelece que a Equipe de Saúde da Família é Composta no mínimo por médico, preferencialmente da especialidade medicina de família e comunidade, enfermeiro, preferencialmente especialista em saúde da família; auxiliar e/ou técnico de enfermagem e agente comunitário de saúde (ACS). Podendo fazer parte da equipe o agente de combate às endemias (ACE) e os profissionais de saúde bucal: cirurgião-dentista, preferencialmente especialista em saúde da família, e auxiliar ou técnico em saúde bucal. O número de ACS por equipe deverá ser definido de acordo com base populacional, critérios demográficos, epidemiológicos e socioeconômicos, de acordo com definição local. CONSIDERANDO a Portaria Ministerial nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 estabelece como papel do enfermeiro:

I - Realizar atenção à saúde aos indivíduos e famílias vinculadas às equipes e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações entre outras), em todos os ciclos de vida;

II - Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão;

III - Realizar e/ou supervisionar acolhimento com escuta qualificada e classificação de risco, de acordo com protocolos estabelecidos;

IV - Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados para as pessoas que possuem condições crônicas no território, junto aos demais membros da equipe;

V - Realizar atividades em grupo e encaminhar, quando necessário, usuários a outros serviços, conforme fluxo estabelecido pela rede local;

VI - Planejar, gerenciar e avaliar as ações desenvolvidas pelos técnicos/auxiliares de enfermagem, ACS e ACE em conjunto com os outros membros da equipe;

VII - Supervisionar as ações do técnico/auxiliar de enfermagem e ACS;

VIII - Implementar e manter atualizados rotinas, protocolos e fluxos relacionados a sua área de competência na UBS; e

IX- Exercer outras atribuições conforme legislação profissional, e que sejam de responsabilidade na sua área de atuação;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 21 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde, e a articulação interfederativa; CONSIDERANDO a Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); CONSIDERANDO que a Atenção Básica (AB), ou Atenção Primária à Saúde (APS), compõe-se por ações de saúde, individuais e coletivas, com vistas à promoção e à proteção da saúde e à prevenção de agravos, com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. CONSIDERANDO a RDC Nº 63, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011, do Ministério da Saúde que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde; CONSIDERANDO a Lei nº. 6.437/1977, art. 10, III e Iv c/c Lei nº. 6.839/1980, art. 3º, a Resolução do COFEN nº. 458/2014 e 509/2016 que normatizam a Anotação de Responsabilidade Técnica que entende o Serviço de Enfermagem como o espaço dotado de estrutura física e de recursos humanos de Enfermagem que tem por finalidade a realização de ações, de natureza intangível, relacionadas aos cuidados de Enfermagem ao indivíduo, família ou comunidade. CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº. 509/2016 que define a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo Serviço de Enfermagem como ato administrativo decorrente do poder de polícia vinculado no qual o Conselho Regional de Enfermagem, na qualidade de órgão fiscalizador do exercício profissional, concede, a partir do preenchimento de requisitos legais, licença ao enfermeiro Responsável Técnico para atuar como liame entre o Serviço de Enfermagem da empresa/instituição e o Conselho Regional de Enfermagem, visando facilitar o exercício da atividade fiscalizatória em relação aos profissionais de Enfermagem que nela executam suas atividades, assim como, promover a qualidade e desenvolvimento de uma assistência de enfermagem em seus aspectos técnico, ético, e segura para a sociedade e profissionais de enfermagem; CONSIDERANDO que a Resolução COFEN nº. 509/2016 define a Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) como documento emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem, pelo qual se materializa o ato administrativo de concessão de Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem; CONSIDERANDO que Portaria Ministerial nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 recomenda a inclusão do Gerente de Atenção Básica nas equipes de Saúde da Família com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e qualificação do processo de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde, em especial ao fortalecer a atenção à saúde prestada pelos profissionais das equipes à população adscrita, por meio de função técnico-gerencial. CONSIDERANDO que Portaria acima descrita relata que a inclusão do Gerente de Atenção Básica deve ser avaliada pelo gestor, segundo a necessidade do território e cobertura de AB. CONSIDERANDO que Portaria Ministerial nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 entende por Gerente de Atenção Básica um profissional qualificado, preferencialmente com nível superior, com o papel de garantir o planejamento em saúde, de acordo com as necessidades do território e comunidade, a organização do processo de trabalho, coordenação e integração das ações. CONSIDERANDO que a Portaria sobredita ressalta, inclusive, a possibilidade de que o gerente não seja profissional integrante das equipes vinculadas à UBS e que possua experiência na Atenção Básica, preferencialmente de nível superior. CONSIDERANDO que as atribuições do Gerente de Atenção Básica são:

A. Conhecer e divulgar, junto aos demais profissionais, as diretrizes e normas que incidem sobre a AB em âmbito nacional, estadual, municipal e Distrito Federal, com ênfase na Política Nacional de Atenção Básica, e modo a orientar a organização do processo de trabalho na UBS;

B. Participar e orientar o processo de territorialização, diagnóstico situacional, planejamento e programação das equipes, avaliando resultados e propondo estratégias para o alcance de metas de saúde, unto aos demais profissionais;

C. Acompanhar, orientar e monitorar os processos de trabalho das equipes que atuam na AB sob sua gerência, contribuindo para implementação de políticas, estratégias e programas de saúde, bem como para a mediação de conflitos e resolução de problemas;

D. Mitigar a cultura na qual as equipes, incluindo profissionais envolvidos no cuidado e gestores assumem responsabilidades pela sua própria segurança de seus colegas, pacientes e familiares, encorajando a identificação, a notificação e a resolução dos problemas relacionados à segurança;

E. Assegurar a adequada alimentação de dados nos sistemas de informação da Atenção Básica vigente, por parte dos profissionais, verificando sua consistência, estimulando a utilização para análise e planejamento das ações, e divulgando os resultados obtidos;

F. Estimular o vínculo entre os profissionais favorecendo o trabalho em equipe;

G. Potencializar a utilização de recursos físicos, tecnológicos e equipamentos existentes na UBS, apoiando os processos de cuidado a partir da orientação à equipe sobre a correta utilização desses recursos;

H. Qualificar a gestão da infraestrutura e dos insumos (manutenção, logística dos materiais, ambiência da UBS), zelando pelo bom uso dos recursos e evitando o desabastecimento;

I. Representar o serviço sob sua gerência em todas as instâncias necessárias e articular com demais atores da gestão e do território com vistas à qualificação do trabalho e da atenção à saúde realizada na UBS;

J. Conhecer a RAS, participar e fomentar a participação dos profissionais na organização dos fluxos de usuários, com base em protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, apoiando a referência e contrarreferência entre equipes que atuam na AB e nos diferentes pontos de atenção, com garantia de encaminhamentos responsáveis;

K. Conhecer a rede de serviços e equipamentos sociais do território, e estimular a atuação intersetorial, com atenção diferenciada para as vulnerabilidades existentes no território;

L. Identificar as necessidades de formação/qualificação dos profissionais em conjunto com a equipe, visando melhorias no processo de trabalho, na qualidade e resolutividade da atenção, e promover a Educação Permanente, seja mobilizando saberes na própria UBS, ou com parceiros;

M. Desenvolver gestão participativa e estimular a participação dos profissionais e usuários em instâncias de controle social;

N. Tomar as providências cabíveis no menor prazo possível quanto a ocorrências que interfiram no funcionamento da unidade; e

O. Exercer outras atribuições que lhe sejam designadas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, de acordo com suas competências, decide:

Art. 1º. O Enfermeiro Responsável Técnico (ERT) é o profissional de Enfermagem de nível superior, nos termos da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 e do Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que tem sob sua responsabilidade o planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços de Enfermagem, a quem é concedida, pelo Conselho Regional de Enfermagem, a ART.

§1º. Cabe ao enfermeiro, privativamente, nos termos da Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986:

I - As atividades de direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, a chefia de serviço e de unidade de enfermagem;

II - organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;

III - planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;

IV - consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;

V - consulta de enfermagem;

VI - prescrição da assistência de enfermagem;

VII - cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;

VIII - cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

Art. 2º - O Enfermeiro gerente da Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) é o responsável pelo trabalho de toda a unidade, tendo ele o papel de organizar o trabalho e delegar atribuições, inovando as ações desenvolvidas por toda a equipe, sendo mediador das ações assistenciais desenvolvidas pelos profissionais das equipes de saúde da família sob sua jurisdição.

§1º. O Enfermeiro Gerente de Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) é responsável pelas funções gerenciais atribuídas ao cargo, sendo responsável pela tomada de decisões e organização das ações da Unidade, entendendo-se como o responsável pela gerência de instrumentos qualitativos e quantitativos de organização do serviço e do atendimento prestado, sendo referidas atividades voltadas para a organização e o controle do processo de trabalho, não confundindo-se com as atribuições advindas de eventual Responsabilidade Técnica.

§2º. O Enfermeiro Gerente da Unidade de Atenção Primária à Saúde deverá ocupar o cargo quando devidamente nomeado pelo ente empregador, de acordo com as disposições normativas vigentes e aplicáveis a cada caso.

§3º. A nomeação a que se refere o parágrafo anterior pressupõe bilateralidade no aceite, sendo ato volitivo do profissional, não importando em violação ética a recusa fundamentada.

§4º. A recusa constante no parágrafo anterior não exime o profissional de enfermagem do cumprimento das obrigações constantes no Código de Ética, na Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986, bem como a outras normas regulamentaras expedidas pelo Sistema COFEN/COREN-CE.

§5º. A Gerência das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) não se confunde com a gestão assistencial decorrente da Anotação de Responsabilidade Técnica, na medida em que a gestão assistencial se refere ao gerenciamento das ações das equipes de Enfermagem nos cuidados diretos ao indivíduo, família e/ou coletividade, seja na área hospitalar, ambulatorial ou da promoção e prevenção de saúde.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Conselheiro - Secretária

DECISÃO Nº 41, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o piso salarial regional ético para os profissionais da enfermagem e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Federal nº.5.905/1973 e Regimento Interno do COREN/CE.

CONSIDERANDO a Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986, em especial as disposições dos artigos 7º a 11;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 94.406, de 8 de junho de 1987; CONSIDERANDO a Lei nº. 5.905/73, especificamente o art. 15, II, que institui a competência do COREN para disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal;

CONSIDERANDO a Lei nº. 5.905/73, especialmente o previsto no art. 15, VII, que estabelece como competência do sistema COFEN/CORENS zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam;

CONSIDERANDO oCódigo deÉtica dos Profissionais de Enfermagem, aprovado pela Resolução COFEN nº 564/2017, que no seu preâmbulo estabelece que o profissional da Enfermagem "tem direito a remuneração justa e a condições adequadas de trabalho, que possibilitem um cuidado profissional seguro e livre de danos";

CONSIDERANDO os princípios da Boa Gestão e da Governança da Administração Pública e Privada;

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, em especial as disposições contidas no artigo 1º, III, que institui a Dignidade da Pessoa Humana como fundamento do Estado Democrático de Direito Brasileiro, além de consistir em valor universal humanístico;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em especial no artigo 23 que dispõe, dentre outras normativas, que todo homem tem direito a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego, bem como nos traz que todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como a sua família uma existência compatível com a dignidade humana;

CONSIDERANDO as Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT, em especial a Convenção 100, ratificada pelo Brasil em 25 de abril de 1957, que trata da Igualdade de remuneração e preconiza a igualdade de remuneração e de benefícios entre homens e mulheres por trabalho de igual valor e a Convenção 111, ratificada pelo Brasil em 26 de novembro de 1965,que preconiza a formulação de uma política nacional que elimine toda discriminação em matéria de emprego, formação profissional e condições de trabalho por motivos de raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, e promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento, ambas em vigor;

CONSIDERANDO a pesquisa como meio fundamental de se determinar o perfil e as necessidades dos profissionais abrangidos pela presente Decisão, em especial os resultados

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

obtidos pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ que traçou o perfil da enfermagem no ano de 2014, disponível em https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem-no-brasil;

CONSIDERANDO a pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos levantada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESSE, que mensalmente divulga o salário mínimo nominal e necessário, disponível em https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html;

CONSIDERANDO os Instrumentos Coletivos de Trabalho fixados pelos Sindicatos de base territorial com abrangência no Estado do Ceará, que fixam os pisos salariais para os profissionais de enfermagem no âmbito do estado do Ceará, disponíveis em http://www.senece.org.br/legislacao e http://www.sindsaudeceara.org.br/convencoes.php;

CONSIDERANDO ainda a vedação constitucional, à luz da inteligência do art. 7º, IV, da CF/88, ratificado pelo entendimento contido na Súmula Vinculante 4, do STF, que vedam o salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou empregado;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº. 564/2017, que instituiu o Código de Ética dos profissionais da Enfermagem, em especial em seu artigo art. 13 que estabelece como direito do profissional suspender as atividades, individuais ou coletivas, quando o local de trabalho não oferecer condições seguras para o exercício profissional e/ou desrespeitar a legislação vigente, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo formalizar imediatamente sua decisão por escrito e/ou por meio de correio eletrônico à instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem, decide:

Art. 1º. Fixar como parâmetro mínimo ético o Piso Salarial Regional Ético para todos os profissionais de enfermagem no âmbito do Estado do Ceará. Parágrafo Único: o piso salarial ético decorre do estreito conjunto normativo que estabelece regras morais para sobrevivência harmoniosa em sociedade.

Art. 2º. Os profissionais da Enfermagem (Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, nos moldes da Lei nº. 7.498/86),da iniciativa pública e privada no âmbito do território do Estado do Ceará terão como parâmetro mínimo o Piso Salarial Regional Ético estabelecido da seguinte forma:

§1º. Para enfermeiros fica instituído o valor de R$ 3.816,00 (três mil oitocentos e dezesseis reais) mensais para jornada de até 30 horas semanais, observada a proporcionalidade do pagamento em caso de majoração ou redução das horas efetivamente prestadas.

§2º. O montante previsto no parágrafo anterior será devido na razão de cinquenta por cento para o Técnico de Enfermagem e quarenta por cento para auxiliar de enfermagem, observada a proporcionalidade do pagamento em caso de majoração ou redução das horas efetivamente prestadas.

Art. 3º. O piso salarial ético previsto nesta Decisão será reajustado: Parágrafo Único. Os valores aqui previstos serão reajustados anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, elaborado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Artigo 4º. Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Conselheiro - Secretária

DECISÃO Nº 42, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe acerca dos procedimentos para diminuição de risco biológico e de infecção cruzada nas salas de vacinação.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais. CONSIDERANDO a Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 94.406, de 8 de junho de 1987;

CONSIDERANDO a Lei n. 5.905/73, especialmente o previsto no art. 15, II, que institui a competência do COREN para disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN n. 423/2012 que normatiza a participação do enfermeiro na atividade de classificação de riscos;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN n. 509/2016 que atualiza a norma técnica para Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem e define as atribuições do enfermeiro Responsável Técnico;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN n. 564/2017, Código de Ética da Enfermagem, que estabelece em seu art. 13 como direito do profissional: Suspender as atividades, individuais ou coletivas, quando o local de trabalho não oferecer condições seguras para o exercício profissional e/ou desrespeitar a legislação vigente, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo formalizar imediatamente sua decisão por escrito e/ou por meio de correio eletrônico à instituição e ao Conselho Regional de Enfermagem.

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 358, de 15 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos e privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Portaria Ministerial nº 1.498, de 19 de julho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em todo o território nacional, sendo atualizado sistematicamente por meio de informes e notas técnicas pela Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações (CGPNI). CONSIDERANDO o Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a Norma Regulamentadora nº 32 do MTE;

CONSIDERANDO a Portaria n. 2.436/2017 do Min. da Saúde que institui a Política Nacional da Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Política Nacional de Imunização instituída pelo Programa Nacional de Imunização, parte III, Capítulos 2 e 3, que tratam da equipe de vacinação, suas funções básicas e funcionamento da Sala de Vacinação;

CONSIDERANDO a Política de Educação Permanente em Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de diminuição dos riscos biológicos, principalmente de infecção cruzada, para os pacientes da Sala de Vacinação, decide:

Art. 1º - As atividades da sala de vacinação são desenvolvidas pela equipe de enfermagem treinada e capacitada para os procedimentos de manuseio, conservação, preparo e administração, registro e descarte dos resíduos resultantes das ações de vacinação.

Art. 2º - A equipe de vacinação é formada pelo enfermeiro e pelo técnico ou auxiliar de enfermagem, sendo ideal a presença de dois vacinadores para cada turno de trabalho. Parágrafo Único - O tamanho da equipe depende do porte do serviço de saúde, bem como do tamanho da população do território sob sua responsabilidade, podendo o dimensionamento ser também definido com base na previsão de que um vacinador pode administrar com segurança cerca de 30 doses de vacinas injetáveis ou 90 doses de vacinas administradas pela via oral por hora de trabalho.

Art. 3º - O enfermeiro é responsável pela supervisão ou pelo monitoramento do trabalho desenvolvido na sala de vacinação e pelo processo de educação permanente da equipe. Parágrafo Único - As atividades de supervisão descritas no caput do presente artigo ficam condicionadas à efetiva supervisão pelo Enfermeiro responsável nos termos do art. 15 da Lei n. 7.498/86.

Art. 4ª - A sala de vacinação é classificada como área semicrítica, devendo ser destinada exclusivamente à administração dos imunobiológicos, devendo-se considerar os diversos calendários de vacinação existentes.

§1º. Na sala de vacinação, é importante que todos os procedimentos desenvolvidos promovam a máxima segurança, reduzindo o risco de contaminação para os indivíduos vacinados e também para a equipe de vacinação.

§2º. Considerando que ao profissional habilitado para exercer suas funções na sala de vacinação, como vacinador, recaem uma série de procedimentos específicos nas mais diversas fases que compreendem o seu mister, fica vedado ao profissional de enfermagem que atue, durante o mesmo expediente, na sala de vacinação, como vacinador, e em outro setor com risco biológico, classificados na forma da NR 32 do MTE.

Art. 5º - As unidades de saúde deverão incluir em seu Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) o funcionamento da sala de vacinação em concordância com esta Decisão e em observância às NR's 09 e 32 do MTE.

Art. 6º - As unidades de saúde deverão incluir em seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) o funcionamento da sala de vacinação em concordância com esta Decisão e em observância às NR's 07 e 32 do MTE.

Art. 7º - As comissões de prevenção e controle sistemático de infecção hospitalar deverão contar com membro Enfermeiro, nos termos do art. 8º, II, "e", do Decreto n. 94.406/87.

Art. 8º - As salas de vacinação devem observar integralmente as normas de redução dos riscos ambientais assim como as relativas aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

§1º - As luvas compõem o conjunto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) cuja principal finalidade é proteger os profissionais da saúde da exposição ao sangue ou outros fluídos corporais como, secreções e excretas, devendo ser usado pelo profissional sempre que houver risco de contato direto das mãos do profissional de saúde com tecidos do paciente, lesões e membranas mucosas.

§2º - As luvas devem ser utilizadas como item de uso único e trocadas entre o cuidado de diferentes pacientes e nos diferentes cuidados executados no mesmo paciente. Ainda, necessitam ser colocadas imediatamente antes dos procedimentos a serem executados e descartadas tão logo essas atividades tenham terminado.

§3º - O uso de luvas não substitui o processo de lavagem das mãos, o que deve ocorrer, no mínimo, antes e depois do uso das mesmas.

§4º - A higiene das mãos, realizada em conformidade com a norma técnica, é essencial para a prevenção e controle de infecções, devendo ser observado na sala de vacinação, realizando-se:

I - antes e depois da administração de cada vacina ou soro;

II - antes e depois do manuseio dos materiais, das vacinas e dos soros;

III - antes e depois de qualquer atividade executada na sala de vacinação.

§5º - Os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição.

Art. 9º - Será assegurarada capacitação aos trabalhadores, antes do início das atividades e de forma continuada, devendo ser ministrada:

I - sempre que ocorra uma mudança das condições de exposição dos trabalhadores aos agentes biológicos;

II - durante a jornada de trabalho;

III - por profissionais de saúde familiarizados com os riscos inerentes aos agentes biológicos.

Art. 10 - Os trabalhadores com feridas ou lesões nos membros superiores só podem iniciar suas atividades após avaliação médica obrigatória com emissão de documento de liberação para o trabalho.

Art. 11- A presente Decisão entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Conselheiro - Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 273/2017

PED 72/2016; Relatora Dra. Isabela Álvares dos Santos; Data de julgamento 26 de agosto de 2017; denúncia ex offício; Representado: G.L.C.C.S. Resultado: procedente; Ementa: Profissional fisioterapeuta, denuncia ex offício, sugerindo inadimplência e falta de registro de empresa. Recebimento em infração à Lei Federal 6316/75 em seus artigos 12 (parágrafo único), 15 e 16 (incisos I, V, VI, VII e VIII), à Lei Federal 6839/80 em artigo 1 e à Resolução 37/84 em seu artigo 1. Profissional que quedou-se silente durante o curso do processo, sem buscar qualquer forma de regularizar a sua situação. Pena: multa de 02 (duas) anuidades.

ACÓRDÃO Nº 309/2018

PED 41/2014; Relatora Dra. Isabela Álvares dos Santos; Data de julgamento 26 de março de 2018; denúncia ex offício; Representado: C.B.N. Resultado: procedente; Ementa: Profissional fisioterapeuta, denuncia ex offício, por fisioterapeuta atuando com falta de registro de consultório e inadimplência de pessoa física. Infrigência à Lei Federal 6316/75 em seu artigo 16, incisosV e VIII, e à Resolução Coffito 08/78, em seu artigo 105; Resolução Coffito 424/13, em seu artigo 29 e anexo da Resolção Coffito 29/82 em seu inciso XXXVII. Profissional atuando sem registro de consultório e com débitos perante o Conselho, porém veio a regularizar as duas pêndencias antes do término do processo. Procedência total. Pena: Advertência, conforme inciso I do artigo 17 da Lei Federal 6316/75.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

CONSELHO PLENO

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

O CONSELHO PLENO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e seis de junho de dois mil e dezoito, a partir das dez horas, com prosseguimento no período vespertino, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 3º andar, Brasília/DF, CEP 70070-939, quando serão julgados os processos incluídos em pauta e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores. OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018.
CLAUDIO LAMACHIA
Presidente do Conselho

1ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

A PRIMEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, a partir das quatorze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, para julgamento dos processos remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados notificados. ORDEM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DO DIA: 1) RECURSO N. 07.0000.2014.001029-4/PCA. Recte: A.A.L.A. (Adv.: Aldo Anibal Lopes Arrais OAB/DF 12567). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Rogerio Magnus Varela Goncalves (PB). 2) REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2016.012373-1/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Interessado: Jose Geraldo de Castro OAB/TO 3482 (Adv.: Jose Geraldo de Castro OAB/TO 3482). Relator: Conselheiro Federal Ary Raghiant Neto (MS). 3) RECURSO N.27.0000.2017.000247-6/PCA. Recte: Marcia Gabriele Carvalho Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Eduardo Faustino Lima Sá (PI). 4) EMBARGOS N. 49.0000.2017.004132-2/PCA. Embte: Rodrigo de Oliveira Carvalho - juiz de Direito da 2ª Vara Civil da Comarca de Suzano/SP (Advs.: André Luís Martins OAB/SP 192232, Renério Dias de Moura OAB/SP 162698). Recte: Rodrigo de Oliveira Carvalho - juiz de Direito da 2ª Vara Civil da Comarca de Suzano/SP (Advs.: André Luís Martins OAB/SP 192232, Renério Dias de Moura OAB/SP 162698). Recdo: Balssanufo Justino Ferreira Junior OAB/SP 219132 (Adv.: Balssanufo Justino Ferreira Junior OAB/SP 219132). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luis Augusto de Miranda Guterres Filho (MA). 5) RECURSO N. 49.0000.2017.004609-4/PCA. Recte1: Rodrigo Ferreira Rocha - Juiz de Direito da 2ª Vara de Pereira Barreto/SP (Advs.: Eduardo de Souza Stefanone OAB/SP 127390, José Jeronimo Nogueira de Lima OAB/SP 272305). Recte2: Felix Roberto Damas Junior OAB/SP 208872 - Defensor Público do Estado de São Paulo. Recdo: 92ª Subseção da OAB de Pereira Barreto/SP - Representante legal: Nidia Maria de Oliveira. Interessado: Walter Godoy dos Santos Junior - À Época, Juiz de Direito da 1ª Vara de Pereira Barreto/SP (Adv.: Adriano Tadeu Troli OAB/SP 163183, Marco Antonio Innocenti OAB/SP 130329, Ricardo Innocenti OAB/SP 36381). Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nilson Antônio Araújo dos Santos (TO). 6) REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2017.006468-6/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Interessado: W.S.O. (Adv.: Wagner Schneiders Ortiz OAB/SC 45561). Relator: Conselheiro Federal Ary Raghiant Neto (MS). 7) RECURSO N. 49.0000.2017.008881-4/PCA. Recte: Mauri Raul Costa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (RR). 8) EMBARGOS N.49.0000.2017.009006-9/PCA. Embte: Roberto Paes Barreto OAB/PE 09115 e OAB/RS 80983ª. Recte: Roberto Paes Barreto OAB/PE 09115 e OAB/RS 80983A. Interessado1: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Interessado2: Editora Folha de Pernambuco Ltda. (Adv: Djair Pedrosa de Albuquerque OAB/PE 03231). Relatora: Conselheira Federal Sandra Krieger Gonçalves (SC). 9) RECURSO N. 49.0000.2018.000745-8/PCA. Recte: J. E. M. L. (Adv.: Irenio Lima Fernandes OAB/MT 3507/B, Lazaro Roberto Moreira Lima OAB/MT 10006/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Sérgio Baptista Quintanilha (AC). 10) REPRESENTAÇÃO N.49.0000.2018.001741-2/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Interessado: Jocilene Uhlmann OAB/PR 61161 e OAB/SC 33867. Relator: Conselheiro Federal Eduardo Faustino Lima Sá (PI). 11) RECURSO N. 49.0000.2018.002475-0/PCA. Recte: C. A. M. de A. (Adv.: Tamires David de Godoi OAB/SP 357010, Vitor May Xavier OAB/SP 281330 e OAB/RJ 216076). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheira Federal Adriana Rocha de Holanda Coutinho (PE). 12) RECURSO N. 49.0000.2018.002478-4/PCA. Recte: R. N. S. J (Advs.: Fernando Alberto Alvarez Branco OAB/SP 175374, Jose Cardoso de Negreiros Szabo OAB/SP 86542). Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT). 13) RECURSO N. 49.0000.2018.003075-1/PCA. Recte: Heitor de Sousa Gonçalves (Adv.: Clebes Cruz do Nascimento OAB/RJ 54266). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheira Federal Cléa Anna Maria Carpi da Rocha (RS). 14) RECURSO N. 49.0000.2018.003721-9/PCA. Recte: Gabriela Novis Neves Pereira Lima OAB/MT 5219/O (Adv.: Gabriela Novis Neves Pereira Lima OAB/MT 5219/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Breno Dias de Paula (RO). 15) RECURSO N. 49.0000.2018.004000-9/PCA. Recte: J.F.M.C. (Advs.: Filipe Bruno dos Santos OAB/MT 17327/O e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Interessado: HSBC Seguros Brasil S.a. (Adva: Juliana Gomes Takayama OAB/MT 14119/O e outros). Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). 16) RECURSO N. 49.0000.2018.004044-9/PCA. Recte: Pedro Henrique Lino de Souza - Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (Advs.: Antonio Roberto Prates Maia OAB/BA 4266, Bruno de Almeida Maia OAB/BA 18921). Recdo: Procuradoria Geral do Estado da Bahia (Advs.: Paulo Moreno Carvalho OAB/BA 9633). Interessado1: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Interessado2: Erika Oliveira Grimm de Sá OAB/BA 19137. Relator: Conselheiro Federal Paulo Raimundo Lima Ralin (SE). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018.
FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Presidente da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

A SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, a partir das quatorze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2016.005131-9/SCA. Recte: G.C. (Advs: Guilherme de Carvalho OAB/SP 229461, João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203670, Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e Nalígia Cândido da Costa OAB/SP 231467). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 02-HOMOLOGAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO N. 01.0000.2017.000457-6/SCA. Assunto: Homologação do Regimento Interno do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Acre. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Acre. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). 03-HOMOLOGAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO N. 49.0000.2017.000932-0/SCA. Assunto: Homologação do Regimento Interno do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 04-PEDIDO DE REVISÃO N. 49.0000.2018.003294-2/SCA. Reqte: D.V.M. (Adv: Elisangela Teixeira Gomes OAB/SP 221964). Reqda: Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Câmara

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

A PRIMEIRA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, a partir das quinze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 07.0000.2016.006243-8/SCA-PTU. Recte: C.A.F. (Adv: Carlos Antonio de Freitas OAB/MG 43992). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Interessado: Audivino José Lopes (falecido). Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). 02-RECURSO N. 49.0000.2016.011046-3/SCA-PTU. Recte: W.P.C.F. (Advs: Wagner Paulo da Costa Francisco OAB/SP 161735 e outro). Recdos: Despacho de fls. 192 do Presidente da PTU/SCA e Milton Gonzaga Araújo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Oswaldo Pereira Cardoso Filho (MT). Redistribuído: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). Redistribuído: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). 03-RECURSO N. 49.0000.2017.001212-1/SCA-PTU-ED. Embte: E.R.J. (Adv: Esdras Ribeiro Junior OAB/MG 37622). Embdo: Acórdão de fls. 304/307. Recte: E.R.J. (Adv: Esdras Ribeiro Junior OAB/MG 37622). Recdos: L.A.S. (Advs: Fátima Sanae Oyama OAB/MG 87519 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). 04-RECURSO N. 49.0000.2017.001289-4/SCA-PTU. Recte: J.C.N. (Adv: Acácio Fernando José OAB/SP 314267). Recdos: Despacho de fls. 558 do Presidente da PTU/SCA e V.E.V.L. (Adv: Vera Elisete Vera Lívero OAB/SP 139009). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). 05-RECURSO N. 49.0000.2017.002148-6/SCA-PTU-ED. Embte: D.G. (Adv: Cléber Stevens Gerage OAB/SP 355105). Embdo: Acórdão de fls. 199/203. Recte: D.G. (Adv: Cléber Stevens Gerage OAB/SP 355105). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Setti Aguiar (AC). Redistribuído: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 06-RECURSO N. 49.0000.2017.002346-0/SCA-PTU. Recte: G.S.S. (Adv: Gabriel Schonfelder de Souza OAB/SC 18390). Recdos: Despacho de fls. 341 do Presidente da PTU/SCA e Terezinha Ramos Rabelo. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). 07-RECURSO N. 49.0000.2017.003735-6/SCA-PTU-ED. Embte: F.M.B. (Adv: Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800). Embdo: Acórdão de fls. 220/225. Recte: F.M.B. (Advs: Ferdinand Georges de Borba d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800 e Fernanda de Melo Brito OAB/MG 107102). Recdo: Joaquim Donizetti Nascimento. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 08-RECURSO N. 49.0000.2017.005530-3/SCA-PTU. Recte: BADESC-A.F.E.S.C.S/A. Reptes. legais: J.C.C. e O.K.R. (Advs: Paulo Murillo Keller do Vale OAB/SC 5440 e outro). Recdos: Despacho de fls. 600 do Presidente da PTU/SCA e I.R.S.R. (Adv: Isabela Ramos Scussel Rosa OAB/SC 15243). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 09-RECURSO N. 49.0000.2017.005852-0/SCA-PTU. Recte: J.R.S. (Adv: Valéria Aparecida Antonio OAB/SP 191469). Recdos: Despacho de fls. 194 do Presidente da PTU/SCA e Alexandre Magno de Oliveira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). 10-RECURSO N. 49.0000.2017.006079-6/SCA-PTU. Recte: C.A. Repte. legal: J.C.N. (Adv: Acácio Fernando José OAB/SP 314267 e José Cretella Neto OAB/SP 139472). Recdos: Despacho de fls. 764/766 do Presidente da PTU/SCA e V.E.V.L. (Adv: Vera Elisete Vera Livero OAB/SP 139009). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 11-RECURSO N. 49.0000.2017.006643-3/SCA-PTU-ED. Embte: D.M. (Adv: David Mann OAB/RJ 98470). Embdo: Acórdão de fls. 95/101. Recte: D.M. (Adv: David Mann OAB/RJ 98470). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). 12-RECURSO N. 49.0000.2017.008202-5/SCA-PTU-ED. Embte: J.O.B.S. (Adv: Arthur Bruno Fischer OAB/RJ 138292). Embdo: Acórdão de fls. 261/265. Recte: J.O.B.S. (Advs: Arthur Bruno Fischer OAB/RJ 138292 e outros). Recda: Silvana Aparecida Pinheiro. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraná e P.R.P.A. (Adv: Domingos Sávio Bregalda Gussen OAB/RJ 127405). Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). 13-RECURSO N. 49.0000.2017.008204-1/SCA-PTU. Recte: R.D.F. (Adv: Rosangela Dias Figueiredo OAB/RJ 48138). Recdos: Despacho de fl. 195 do Presidente da PTU/SCA e Jorge Luiz Félix Fonseca. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). 14-RECURSO N. 49.0000.2017.009233-0/SCA-PTU-ED. Embte: F.C. (Advs: Gedir Medeiros Campos Junior OAB/AL 6001 e outros). Embdo: Acórdão de fls. 681/691. Recte: F.C. (Advs: Gedir Medeiros Campos Junior OAB/AL 6001 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Alagoas. Interessado: S.L.C.S.DPVAT.S/A. Repte. legal: M.D.L. (Advs: José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque OAB/CE 4040, Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Júnior OAB/CE 27722, Raphael Ayres de Moura Chaves OAB/CE 16077 e outros). Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). 15-RECURSO N. 49.0000.2017.009338-4/SCA-PTU-ED. Embte: G.D.C., J.A.A.A.A. e N.M.K.A. (Advs: Gabriel Diniz da Costa OAB/RS 63407, Jamil Abdelrazzak Abdala Abo Abdo OAB/RS 22830 e Nádia Maria Koch Abdo OAB/RS 25983). Embdo: Acórdão de fls. 562/566. Rectes: G.D.C., J.A.A.A.A. e N.M.K.A. (Advs: Gabriel Diniz da Costa OAB/RS 63407, Jamil Abdelrazzak Abdala Abo Abdo OAB/RS 22830 e Nádia Maria Koch Abdo OAB/RS 25983). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). 16-RECURSO N. 49.0000.2017.009936-2/SCA-PTU. Recte: A.M.S.M.R. (Adv: Carlos Henrique Rocha OAB/PR 31208 e Caroline Barbosa Pereira OAB/PR 58753). Recdos: Despacho de fls. 186 do Presidente da PTU/SCA e Edileuza da Silva Rech. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 17-RECURSO N. 49.0000.2018.000406-1/SCA-PTU. Recte: G.C.N. (Adv: Guido Caçador Neto OAB/SC 15616). Recda: Z.O.V. (Adv: Nelson João Pimentel Zilioto OAB/SC 6809 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). 18-RECURSO N. 49.0000.2018.000464-9/SCA-PTU. Recte: M.W.S. (Adv: Marcus Werner Salvalaggio OAB/SC 16354). Recdo: Maria Terezinha Albino Alcântara. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 19-RECURSO N. 49.0000.2018.000482-5/SCA-PTU. Recte: A.M.J. (Adv. assistente: Raimundo Sousa Santos OAB/SP 252992). Recdos: V.M. e L.C.M. (Advs: Valter Marelli OAB/SP 241316 e Leslie Cristine Marelli OAB/SP 294380). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Wanderley Cesário Rosa (AC). 20-RECURSO N. 49.0000.2018.000579-8/SCA-PTU. Recte: B.R.M. (Adv: Benedita Rosana Mion OAB/SP 100920). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Francilene Gomes de Brito (CE). 21-RECURSO N. 49.0000.2018.000583-8/SCA-PTU. Recte: A.S.L. (Adv: Altamira Soares Leite OAB/SP 87359). Recdo: Waldemar Todescato. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). 22-RECURSO N. 49.0000.2018.000584-6/SCA-PTU. Recte: J.C.S. (Advs: Renata Cristina Porcel de Oliveira Rocha OAB/SP 213472 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). 23-RECURSO N. 49.0000.2018.000874-6/SCA-PTU. Recte: A.M.M. (Advs: Nádia Maria de Souza Alcântara OAB/BA 13641 e outra). Recdos: A.S.P., F.A.F.T. e L.H.A.F. (Advs: Anibal de Senna Paim OAB/BA 4399, Fernando Araújo Fontes Torres OAB/BA 14165 e Luiz Humberto Agle Filho OAB/BA 10459). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). 24-RECURSO N. 49.0000.2018.000914-2/SCA-PTU. Recte: O.C.S. (Advs: Judite Girotto OAB/SP 47217 e outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Gabriela Novis Neves Pereira Lima (MT). Redistribuído: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). 25-RECURSO N. 49.0000.2018.000918-3/SCA-PTU. Recte: C.L. (Adv: Carlos Lima OAB/SP 73890). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). 26-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECURSO N. 49.0000.2018.000983-1/SCA-PTU. Recte: M.C. (Adv: Melquisedec de Carvalho OAB/PR 19042). Recda: Creuza de Oliveira Terra. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). 27-RECURSO N. 49.0000.2018.000985-6/SCA-PTU. Recte: E.B. (Advs: Eliane Budyk OAB/PR 51700 e Pedro Luiz Nunes OAB/PR 16459). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). 28-RECURSO N. 49.0000.2018.001604-3/SCA-PTU. Recte: J.F.S. (Advs: Fernando Davanso dos Santos OAB/MS 12574, Murilo Medeiros Marques OAB/MS 19500 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018.
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO
Presidente da Turma

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

A SEGUNDA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, a partir das quinze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 12.0000.2013.006590-9/SCA-STU. Recte: T.N.A. (Def. dativo: Rodrigo Presa Paz OAB/MS 15180). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Antonio Adonias Aguiar Bastos (BA). 02-RECURSO N. 49.0000.2017.001597-0/SCA-STU. Recte: G.C. (Advs: Guilherme de Carvalho OAB/MG 97333, João Carlos Navarro de Almeida Prado OAB/SP 203670, Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 03-RECURSO N. 49.0000.2017.004285-4/SCA-STU-ED. Embte: J.C.S.P. (Adv: José Carlos da Silva Prada OAB/SP 53505). Embdo: Acórdão de fls. 187/191. Recte: J.C.S.P. (Adv: José Carlos da Silva Prada OAB/SP 53505). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). 04-RECURSO N. 49.0000.2017.007690-9/SCA-STU. Recte: A.O.R. (Adv: Annie Ozga Ricardo OAB/PR 31798). Recdos: Despacho de fls. 121 do Presidente em exercício da STU/SCA e C.A. (Adv. assistente: Danilo Alberto Brandi OAB/PR 54517). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). 05-RECURSO N. 49.0000.2017.007878-9/SCA-STU-ED. Embte: E.V. (Adv: Ana Paula Viesi OAB/SP 119451). Embdo: Acórdão de fls. 343/347. Recte: E.V. (Adv: Ana Paula Viesi OAB/SP 119451). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 06-RECURSO N. 49.0000.2017.007879-7/SCA-STU-ED. Embte: M.I.G. (Advs: Maria Izabel Garcia OAB/SP 106123 e Wilson Manfrinato Junior OAB/SP 143756). Embdo: Acórdão de fls. 266/271. Recte: M.I.G. (Adv: Cristiane Lourenço Galassi OAB/SP 180129). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). 07-RECURSO N. 49.0000.2017.009155-1/SCA-STU. Recte: R.S.C. (Adv: Ricardo de Souza Cordioli OAB/SP 240882). Recdos: Despacho de fls. 1123 do Presidente em exercício da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Interessado: L.P. (Adv: Laércio Paladini OAB/SP 268965). Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). 08-RECURSO N. 49.0000.2017.009290-6/SCA-STU-ED. Embte: J.C.F. (Adv: José Carlos Farias OAB/PR 26298). Embdo: Acórdão de fls. 199/203. Recte: J.C.F. (Adv: José Carlos Farias OAB/PR 26298). Recdo: Givaldo Francisco Ferreira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). 09-RECURSO N. 49.0000.2017.010436-7/SCA-STU. Recte: M.N. (Adv: Mauricio Nucci OAB/SP 189310). Recdos: Despacho de fls. 193/195 do Presidente em exercício da STU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). 10-RECURSO N. 49.0000.2017.010459-4/SCA-STU-ED. Embte: A.P.D. (Adv: Amaury Pereira Diniz OAB/SP 60108). Embdo: Acórdão de fls. 134/138. Recte: A.P.D. (Adv: Amaury Pereira Diniz OAB/SP 60108). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Flávia Brandão Maia Perez (ES). 11-RECURSO N. 49.0000.2017.012208-0/SCA-STU. Recte: C.E.S. (Adv: Carlos Eduardo Schüetz OAB/RS 40718). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal Daniel Fábio Jacob Nogueira (AM). 12-RECURSO N. 49.0000.2017.012363-7/SCA-STU. Recte: E.S.F. (Adv: Everton de Souza Ferreira OAB/PR 41839). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). 13-RECURSO N. 49.0000.2018.000214-3/SCA-STU. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro, Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky - Gestão 2016/2019. Recdo: J.C.S. (Adv: José Carlos dos Santos OAB/RJ 54159). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Cesar Dantas Soccorro (RR). 14-RECURSO N. 49.0000.2018.000215-0/SCA-STU. Recte: Maria Ranilda Paiva Marinho. Recdo: A.C.R.B. (Advs: Leonardo Rangel de Carvalho Lemos OAB/RJ 112617 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal João Paulo Tavares Bastos Gama (SC). 15-RECURSO N. 49.0000.2018.000372-1/SCA-STU. Recte: B.H.S. (Adv: Bento Herculano de Souza OAB/SC 20263). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Leon Deniz Bueno da Cruz (GO). 16-RECURSO N. 49.0000.2018.000472-8/SCA-STU. Recte: M.R. (Advs: Gustavo Marzagão Xavier OAB/SP 307100, Assuramaya Kuthumi Melchizedek Nicolia dos Anjos OAB/SP 317431 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Eliseu Marques de Oliveira (MG). 17-RECURSO N. 49.0000.2018.0001601-9/SCA-STU. Recte: J.F.S. (Advs: Carlos Alberto de Jesus Marques OAB/MS 4862, Fernando Davanso dos Santos OAB/MS 12574, Murilo Medeiros Marques OAB/MS 19500 e outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relatora: Conselheira Federal Cláudia Paranaguá de Carvalho Drumond (PI). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018.
ALEXANDRE CÉSAR DANTAS SOCCORRO
Presidente da Turma

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

A TERCEIRA TURMA DA SEGUNDA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, a partir das quinze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar - CEP 70070-939-Brasília/DF, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01-RECURSO N. 49.0000.2017.000354-4/SCA-TTU. Recte: J.C.S.M. (Adv: José Carlos de Souza Machado OAB/PA 8399). Recdos: Despacho de fls. 521 do Presidente da TTU/SCA, L.C.A.A.A., L.L.C.A., Lycio Lourenço Clávio de Alcântara e Lyvio Luiz Clávio de Alcântara. (Advs: Daniel Felipe Alcantara de Albuquerque OAB/CE 33921, Lucas Gomes Bombonato OAB/PA 19067 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Pará. Relator: Conselheiro Federal Silvio Pessoa de Carvalho Júnior (PE). 02-RECURSO N. 49.0000.2017.002150-0/SCA-TTU. Recte: O.A.N. (Def. dativo: Fábio Rocha da Cruz OAB/SP 253861). Recdos: Despacho de fls. 117 do Presidente da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). 03-RECURSO N. 49.0000.2017.003732-3/SCA-TTU. Recte: J.C.Q. (Adv: João Carlos Quirino OAB/MG 39250). Recda: Kelly Nunes Baraúna. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 04-RECURSO N. 49.0000.2017.003855-3/SCA-TTU-ED. Embte: D.M.S.N. (Adv: Diogo Moreira Salles Neto OAB/SP 120861). Embdo: Acórdão de fls. 223/227. Recte: D.M.S.N. (Advs: Diogo Moreira Salles Neto OAB/SP 120861 e outro). Recdo: Vanderlei da Silva. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). 05-RECURSO N. 49.0000.2017.004998-5/SCA-TTU-ED. Embte: C.M.G. (Advs: Crisaine Miranda Grespan OAB/PR 46133 e Diego Magalhães Zampieri OAB/PR47868). Embdo: Acórdão de fls. 334/339. Recte: C.M.G. (Adv: Crisaine Miranda Grespan OAB/PR 46133). Recdo: Conselho Seccional da OAB/OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). 06-RECURSO N. 49.0000.2017.005825-2/SCA-TTU. Recte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384). Recdos: Despacho de fls. 336 do Presidente da TTU/SCA e L.P.L. Repte. legal: R.R.L.F. (Adv. assistente: Francisco Apparecido Borges Junior OAB/SP 111508). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). 07-RECURSO N. 49.0000.2017.005865-0/SCA-TTU-ED. Embte: C.F.N.A. (Adv: Ferdinand Georges de Borba D'Orleans e D'Alençon OAB/RS 100800). Embdo: Acórdão de fls. 307/311. Recte: C.F.N.A. (Advs: Carlos Fernando Neves Amorim OAB/SP 99246, Ferdinand Georges de Borba D'Orleans e D'Alençon OAB/RS 100800 e outros). Recdo: V.C.B. (Adv: Rodrigo Coviello Padula OAB/SP 136385). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 08-RECURSO N. 49.0000.2017.005966-4/SCA-TTU. Recte: A.C.V.S.L. (Advs: Alfredo Carlos Venet de Souza Lima OAB/BA 5625, Josuelito de Sousa Britto OAB/BA 13224 e outros). Recdos: Despacho de fls. 478 do Presidente da TTU/SCA e Maria de Fátima Oliveira de Abreu. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Bahia. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 09-RECURSO N. 49.0000.2017.006417-3/SCA-TTU. Recte: J.F.R.F. (Adv: Júlio Firmino da Rocha Filho OAB/MG 96648). Recdos: Despacho de fls. 421 do Presidente da TTU/SCA e M.L.S./MG. Repte. legal: R.C.M.A. (Advs: Juliana Gonçalves Pontes OAB/MG 107245 e outras). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 10-RECURSO N. 49.0000.2017.006641-7/SCA-TTU-ED. Embte: A.S.T. (Adv: Admilson dos Santos da Trindade OAB/RJ 90527). Embdo: Acórdão de fls. 79/83. Recte: A.S.T. (Adv: Admilson dos Santos da Trindade OAB/RJ 90527). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 11-RECURSO N. 49.0000.2017.007717-6/SCA-TTU. Recte: O.A.M. (Adv: Orlando Amaral Miras OAB/PR 22316). Recdos: Despacho de fls. 345 do Presidente da TTU/SCA e Sandra Aparecida Fortunato. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 12-RECURSO N. 49.0000.2017.008880-6/SCA-TTU-ED. Embtes: E.N. e S.N.R. (Adv: Ricardo Brandt Naschenweng OAB/SC 10344). Embdo: Acórdão de fls. 207/211. Rectes: E.N. e S.N.R. (Advs: Ricardo Brandt Naschenweng OAB/SC 10344 e outra). Recdo: Silvio Carlos da Costa. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). 13-RECURSO N. 49.0000.2017.009108-1/SCA-TTU. Rectes: I.V.S. e M.S. (Adv: Veridiana Saldanha de Almeida OAB/MT 17089/O). Recdos: Despacho de fls. 678 do Presidente da TTU/SCA e J.H.C.A. (Adv: Robson Santos da Silva OAB/MT 14863). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal José Alves Maciel (TO). Redistribuído: Conselheiro Federal Adilar Daltoé (TO). 14-RECURSO N. 49.0000.2017.009161-8/SCA-TTU. Recte: P.R.M. (Adv: Paulo Roberto Montoni OAB/SP 125652). Recdos: Despacho de fls. 500 do Presidente da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). 15-RECURSO N. 49.0000.2017.009587-0/SCA-TTU. Recte: D.A.S. (Advs: Elson Vilassa dos Santos OAB/DF 13353 e outro). Recdos: Despacho de fls. 590 do Presidente da TTU/SCA e G.C.D.N.S. (Adv: Gizeli Costa D'Abadia Nunes de Sousa OAB/GO 17351). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 16-RECURSO N. 49.0000.2017.012115-6/SCA-TTU. Recte: E.R.T. (Advs: Ricardo Raboneze OAB/SP 108235 e outras). Recdo: J.R.S. (Adv: Hecio Peres Filho OAB/SP 83048). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). 17-RECURSO N. 49.0000.2017.012118-0/SCA-TTU. Recte: T.P.P. (Adv: Edeval de Almeida OAB/SP 87809). Recda: M.S.G.L. (Adv: João Barbosa de Lima OAB/SP 173180). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 18-RECURSO N. 49.0000.2017.012218-7/SCA-TTU. Recte: H.G.D. (Advs: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957 e outros). Recdos: José Vanderlon Gomes e Marilda Nicomedes Pereira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 19-RECURSO N. 49.0000.2017.012362-9/SCA-TTU. Recte: N.C. (Adv: Ninanrose Carvalho OAB/PR 28382). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal José Agenor Dourado (MA). 20-RECURSO N. 49.0000.2018.000034-5/SCA-TTU. Recte: J.C.S. (Adv: José Carlos Sobrinho OAB/MG 28345). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). 21-RECURSO N. 49.0000.2018.000201-1/SCA-TTU. Recte: D.M.A.P. (Adv: Débora Marny de Aguiar Parente OAB/CE 11463). Recdo: José Wilson Gomes Pereira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Ceará. Relator: Conselheiro Federal Charlles Sales Bordalo (AP). 22-RECURSO N. 49.0000.2018.000451-7/SCA-TTU. Recte: D.D.P. (Adv: Divino Donizetti Pereira OAB/GO 10958). Recda: Giorgia Aparecida Melo Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). 23-RECURSO N. 49.0000.2018.000568-4/SCA-TTU. Recte: F.C.M. (Advs: Ferdinand Georges de Borba e d'Orleans e d'Alençon OAB/RS 100800 e outro). Recda: S.A.C. (Adv: Claudinei dos Santos OAB/SP 197640 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 24-RECURSO N. 49.0000.2018.000574-9/SCA-TTU. Recte: J.B.S.J. (Adv: João Benedito da Silva Júnior OAB/SP 175292). Recdo: Eduardo Ladera Veloso dos Anjos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 25-RECURSO N. 49.0000.2018.000576-3/SCA-TTU. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215076). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). 26-RECURSO N. 49.0000.2018.000910-0/SCA-TTU. Recte: D.B.V. (Advs: Regina Aparecida Albertini OAB/SP 136307 e outras). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN). 27-RECURSO N. 49.0000.2018.000916-7/SCA-TTU. Recte: A.A.B. (Adv: Angélica Aparecida Bueno OAB/SP 204238). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Gustavo Ramiro Costa Neto (PE). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052900193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

A TERCEIRA CÂMARA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, a partir das quatorze horas, em seu plenário, no edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 4º andar, Brasília/DF, CEP 70.070-939, quando serão julgados os processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 03.0000.2016.000913-0/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Amapá. Exercício: 2015. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Amapá. (Gestão: 2016/2018. Presidente: Paulo Henrique Campelo Barbosa OAB/AP 630-A; Vice-Presidente: Auriney Uchôa de Brito OAB/AP 1348-A; Secretário-Geral: Rivaldo Valente Freire OAB/AP 992-A; Secretária-Geral Adjunta: Roâne de Sousa Goés OAB/AP 1400 e Diretor-Tesoureiro: Jorge José Anaice da Silva OAB/AP 540. Exercício 2015: Paulo Henrique Campelo Barbosa OAB/AP 630-A; Cassius Clay Lemos Carvalho OAB/AP 521-A; Davi Ivã Martins da Silva OAB/AP 1648-A; Adrianna Socorro Ávila Ramos OAB/AP 1151 e Raimundo Evandro de Almeida Salvador Junior OAB/AP 839). Relator: Conselheiro Federal Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (PB). 02- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2016.011157-5/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Rondônia. Exercício: 2015. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Rondônia. (Gestão: 2016/2018. Presidente: Andrey Cavalcante de Carvalho OAB/RO 303-B; Vice-Presidente: Maracélia Lima de Oliveira OAB/RO 2549; Secretário-Geral: Márcio Melo Nogueira OAB/RO 2827; Secretário-Geral Adjunto: Eurico Soares Montenegro Neto OAB/RO 1742 e Diretor-Tesoureiro: Fernando da Silva Maia OAB/RO 452. Exercício 2015: Andrey Cavalcante de Carvalho OAB/RO 303-B; Veralice Gonçalves de Souza Veris OAB/RO 170-B; Michel Fernandes Barros OAB/RO 1790; Walter Gustavo da Silva Lemos OAB/RO 655-A e Fernando da Silva Maia OAB/RO 452). Relator: Conselheiro Federal Fabrício de Castro Oliveira (BA). 03- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2017.004541-1/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Paraná. Exercício: 2016. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Paraná. (Gestão: 2016/2018. Presidente: José Augusto Araújo de Noronha OAB/PR 23044; Vice-Presidente: Airton Martins Molina OAB/PR 10331; Secretária-Geral: Marilena Indira Winter OAB/PR 16867; Secretário-Geral Adjunto: Alexandre Hellender de Quadros OAB/PR 24706 e Diretor-Tesoureiro: Fabiano Augusto Piazza Baracat OAB/PR 25673). Relator: Conselheiro Federal Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (PB). 04- RECURSO N. 49.0000.2018.001099-0/TCA. Recte: Presidente da Comissão de Sociedade de Advogados da OAB/Minas Gerais - Stanley Martins Frasão. (Gestão: 2016/2018). (Adv: Stanley Martins Frasão OAB/MG 46512). Recdo: Monteiro de Andrade, Diniz, Galuppo, Albuquerque e Viana Advogados Associados. Repte Legal: Márcio Gabriel Diniz OAB/MG 18989. (Advs: Márcio Gabriel Diniz OAB/MG 18989 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Luiz Henrique Cabanellos Schuh (RS). 05- RECURSO N. 22.0000.2018.001263-3/TCA. Recte: Cledson Franco de Oliveira OAB/RO 4049. (Advs: João Diego Raphael Cursino Bomfim OAB/RO 3669, Cledson Franco de Oliveira OAB/RO 4049 e outro). Recdo: Coloni & Wendt Advogados. Reptes Legais: Eber Coloni Meira da Silva OAB/RO 4046 e Felipe Wendt OAB/RO 4590. (Advs: Eber Coloni Meira da Silva OAB/RO 4046 e Felipe Wendt OAB/RO 4590). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rondônia. Relator: Josemar Carmerino dos Santos (MT). Redistribuído: Conselheiro Federal Celso Barros Coelho Neto (PI). 06- PRESTAÇÃO DE CONTAS N. 49.0000.2018.003336-1/TCA. Assunto: Prestação de Contas do Conselho Seccional da OAB/Bahia. Exercício: 2017. Interessados: Conselho Seccional da OAB/Bahia. (Gestão 2016/2018. Presidente: Luiz Viana Queiroz OAB/BA 8487, Vice-Presidente: Ana Patrícia Dantas Leão OAB/BA 17920, Secretário-Geral: Carlos Alberto Medauar Reis OAB/BA 5670, Secretário-Geral Adjunto: Pedro Nizan Gurgel de Oliveira OAB/BA 6390 e Diretora-Tesoureira: Daniela Lima de Andrade Borges OAB/BA 27283). Relator: Conselheiro Federal Solano Donato Carnot Damacena (TO). 07- RECURSO N. 49.0000.2018.004137-2/TCA. Recte: Sebastião Dias da Silva OAB/RJ 001132. (Adv: Sebastião Dias da Silva OAB/RJ 001132). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relatora: Conselheira Federal Márcia Regina Approbato Machado Melaré (SP). OBS.: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das Sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018.
ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da 3ª Câmara

ÓRGÃO ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS CONVOCAÇÃO

O ÓRGÃO ESPECIAL DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL reunir-se-á em Sessão Ordinária a ser realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, a partir das nove horas, no Salão Nobre do edifício-sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, localizado no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 05, Lote 01, Bloco M - 7º andar, Brasília/DF, CEP 70070-939, para julgamento dos processos abaixo especificados, incluídos em pauta, e os remanescentes das pautas de julgamentos anteriores, ficando as partes e os interessados a seguir notificados. ORDEM DO DIA: 01. RECURSO N. 49.0000.2012.008306-4/OEP. Recte: D.P.M.G.F. (Advs: André Durta Dorea Ávila da Silva OAB/DF 24383 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Sergio Baptista Quintanilha (AC). 02. RECURSO N. 12.0000.2013.014343-3/OEP. Recte: M.M.P. (Advs: Elaine Riverete Monteiro Padial OAB/MS 18630 e Erick Gustavo Rocha Terán OAB/MS 12828). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Relator: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT). 03. RECURSO N. 49.0000.2015.000513-6/OEP. Recte: Edson Rosemar da Silva OAB/PR 43435 (Advs: João Afonso Gaspary Silveira OAB/DF 14097 e outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Celso Barros Coelho Neto (PI). 04. RECURSO N. 49.0000.2016.003351-3/OEP. Recte: E.P. (Advs: Antonio Valença da Silva OAB/DF 47571, Edgard Antonio dos Santos OAB/SP 45142 e Teresa Cristina Soares Barros OAB/SP 363863). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Tullo Cavallazzi Filho (SC). 05. RECURSO N. 49.0000.2016.003708-8/OEP. Recte: L.C.F. (Adv: Luiz Carlos Ferreira OAB/SP 157626). Recdo: W.F.G.S. (Adv: Wagner Frumento Galvão da Silva Júnior OAB/SP 328825 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 06. RECURSO N. 49.0000.2016.003732-2/OEP. Recte: V.A.B. (Adv: Valdilei Amado Batista OAB/SP 53592). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). 07. RECURSO N. 49.0000.2016.003793-0/OEP. Recte: V.L.S. (Adv: Ítalo Narciso Lima Ribeiro OAB/MG 148910). Interessados: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e T.B.R. (Adv: Tadeu Barberino Rios OAB/MG 81490). Relator: Conselheiro Federal Maurício Gentil Monteiro (SE). 08. RECURSO N. 49.0000.2016.004901-7/OEP. Recte: C.T.M. (Adv: Claudio Tadeu Muniz OAB/SP 78619). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luiz Henrique Cabanellos Schuh (RS). 09. RECURSO N. 49.0000.2016.004929-5/OEP. Recte: A.A.F.V. (Advs: Fábio Menezes Ziliotti OAB/SP 213669, Murilo Henrique Miranda Belotti OAB/SP 237635, Pascoal Belotti Neto OAB/SP 54914 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ricardo Bacelar Paiva (CE). 10. RECURSO N. 49.0000.2016.004935-0/OEP. Recte: L.M.S.N. (Adv: Lourival de Melo Santos Neto OAB/SP 176914). Recdo: M.A.R.F. (Adv: Eli Alves Nunes OAB/SP 154226 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Delosmar Domingos de Mendonça Junior (PB). 11. RECURSO N. 49.0000.2016.005105-8/OEP. Rectes: F.A.C.S., G.D., L.R.F. e S.M.F.C. (Advs: Francisco Angelo Carbone Sobrinho OAB/SP 39174, Glauco Drumond OAB/SP 161228, Luciane Rodrigues Ferreira OAB/SP 115885 e Samia Maria Faiçal Carbone OAB/SP 77462). Recdo: F.I.A. (Adv: Francisco Isidoro Aloise OAB/SP 33188). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Pedro Henrique Braga Reynaldo Alves (PE). 12. RECURSO N. 49.0000.2016.005122-0/OEP. Recte: C.L.N. (Adv: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215076). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Valentina Jungmann Cintra (GO). 13. RECURSO N. 49.0000.2016.005141-4/OEP. Recte: C.L.N. (Advs: Cristiane Leandro de Novais OAB/SP 181384 e Ronaldo Agenor Ribeiro OAB/SP 215076). Recdo: Fernando Di Tomazzo Ribeiro Órfão. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Solano Donato Carnot Damacena (TO). 14. RECURSO N. 49.0000.2016.005265-6/OEP. Recte: M.I.G. (Adv: Cristiane Lourenço Galassi OAB/SP 180129). Recdo: Amauri Domingos dos Reis. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Alexandre Mantovani (MS). 15. RECURSO N. 49.0000.2016.005968-0/OEP. Recte: F.C.M. (Advs: Ferdinand Georges de Borba e D'Alençon OAB/RS 100800, Fernando Cavalheiro Martins OAB/SP 191972 e outros). Recdo: I.V.T.P. LTDA. (Repte legal: B.M.G.F.) (Advs: Priscila Medeiros Lopes Pinheiro Soruco OAB/SP 165727 e Ronaldo Stange OAB/SP 184486). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). 16. RECURSO N. 49.0000.2016.006042-0/OEP. Recte: A.F.A.R.N. (Adv: Armando Francisco Alves dos Reis Neto OAB/SP 116249). Recdo: N.J.C.A. (Advs: Adriana de Carvalho Nader OAB/MG 56013 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Jose Lucio Glomb (PR). 17. RECURSO N. 49.0000.2016.006566-3/OEP. Recte: J.C.F.F.L. (Adv: Jose Carlos Fernandes e Fernandes Lorenzini OAB/SP 61202, OAB/RS 80861A). Recdo: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). 18. RECURSO N. 49.0000.2016.006696-0/OEP. Recte: R.M.C. (Adv: Rômulo Martins de Castro OAB/GO 24254). Recdo: Serafim Alves dos Santos. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octavio Batochio (SP). 19. RECURSO N. 49.0000.2016.007105-7/OEP. Recte: W.S.B.S. (Adv: William Stremel Biscaia da Silva OAB/PR 20889). Recorrida: Tamara Isabel Kovaltchuk. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Marcus Felipe Botelho Pereira (ES). 20. RECURSO N. 49.0000.2016.007772-6/OEP. Recte: J.C.F. (Adv: José Carlos Farias OAB/PR 26298). Recdo: Artur dos Santos Pereira. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT). 21. RECURSO N. 49.0000.2016.008669-3/OEP. Rectes: O.F. (Advs: Luiz Miguel Antonio OAB/SP 101567 e outros) e A.M. (Advs: Adilson Magosso OAB/SP 69473, Ferdinand Georges de Borba D´Orleans e D´Alençon OAB/RS 100800 e outros). Recdos: O.F. (Advs: Luiz Miguel Antonio OAB/SP 101567 e outros) e A.M. (Advs: Adilson Magosso OAB/SP 69473, Ferdinand Georges de Borba D´Orleans e D´Alençon OAB/RS 100800 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Marcus Felipe Botelho Pereira (ES). 22. RECURSO N. 49.0000.2016.008673-1/OEP. Recte: M.C. (Adv: Elisabete Aparecida da Silva OAB/SP 180565). Recdo: C.A.D. e M.R.R.D. (Advs: Lincoln Garcia Pinheiro OAB/SP 30055 e outros). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (AM). 23. RECURSO N. 49.0000.2016.009305-7/OEP. Recte: D.Z.A. (Adv: Daniel Zenito de Almeida OAB/SP 172407). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ricardo Bacelar Paiva (CE). 24. RECURSO N. 49.0000.2016.009904-5/OEP. Recte: A.M.B. (Advs: Petrus Tancredo Naves OAB/MG 79504 e outro). Recdo: B.C.L. (Adv: Bruno Correa Lamis OAB/MG 80058 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Celso Barros Coelho Neto (PI). 25. RECURSO N. 49.0000.2016.010241-1/OEP. Recte: C.A.B. (Adv: Carlos Alberto Branco OAB/SP 143911). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Sergio Baptista Quintanilha (AC). 26. RECURSO N. 49.0000.2016.010245-2/OEP. Recte: C.Z.S. (Adv: Cirleme Zubcov Santos OAB/SP 306734). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP). 27. RECURSO N. 49.0000.2016.010589-8/OEP. Recte: R.S.F. (Adv: Renner Silva Fonseca OAB/MG 97515). Recorrida: M.F.M.M. (Adv: Juarez Furbino dos Santos OAB/MG 34912). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Roberto Charles de Menezes Dias (MA). 28. RECURSO N. 49.0000.2016.011939-4/OEP. Recte: A.C.S. (Advs: Fabiana Fernandes Fabricio OAB/SP 214508 e Erick Anselmo Barbosa OAB/SP 391925). Recdo: Wagner Geraldo Bifulco. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relatora: Conselheira Federal Valentina Jungmann Cintra (GO). 29. CONSULTA N. 49.0000.2018.000722-2/OEP. Assunto: Consulta. Assistência Jurídica aos militares ativos, inativos e pensionistas do Exército Brasileiro e respectivo mecanismo de custeio (consignação em folha de pagamento). Consulente: General do Exército Antonio Hamilton Martins Mourão - Secretário de Economias e Finanças. Relator: Conselheiro Federal Sergio Eduardo Fisher (RJ). 30. CONSULTA N. 49.0000.2018.004503-1/OEP. Assunto: Consulta. Artigo 12 do Provimento 144/2011. Exame de Ordem unificado. Realização de prova em Seccional diversa do domicílio eleitoral ou conclusão de graduação. Consulente: Eliene de Oliveira Bezerra OAB/CE 30266. Relator: Conselheiro Federal Luiz Henrique Cabanellos Schuh (RS). 31. CONSULTA N. 49.0000.2018.004790-1/OEP. Assunto: Consulta. Utilização da terminologia estatutária "Diretoria Jurídica" por associação civil estudantil. (I) Legalidade. Consulente: Lúcio de Souza Cruz Neto. Relator: Conselheiro Federal Nelson Ribeiro de Magalhães e Souza (PA). OBS: Os processos que não forem julgados permanecerão na pauta de julgamentos das sessões seguintes, sem nova publicação.

Brasília, 28 de maio de 2018.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Órgão Especial

